



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE)
Departamento de Economia (ECO)
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado Profissionalizante em Economia

LUCIANE DE ABREU MARTINS PRATA

**EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO: uma análise da gestão
escolar das Instituições de Ensino Público do Distrito Federal**

Brasília – DF

2018

LUCIANE DE ABREU MARTINS PRATA

EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO: uma análise da gestão escolar das Instituições de Ensino Público do Distrito Federal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Economia – PPGE - da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão Pública (FACE) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Dr. Alexandre Maduro-Abreu

Brasília – DF

2018

Prata, Luciane de Abreu Martins.

Eficiência do Gasto Público: uma análise da gestão escolar das Instituições de Ensino Público do Distrito Federal / Luciane de Abreu Martins Prata – Brasília, 2018.

154 f. : il.

Dissertação (Mestre) – Universidade de Brasília, Departamento de Economia, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Maduro-Abreu, Departamento de Administração.

1. Gasto Público. 2. Eficiência 3. Gestão Escolar 4. Gestão de Pessoas 5. Análise Envoltória de Dados.

I. Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão Pública da UnB. II. Título.

LUCIANE DE ABREU MARTINS PRATA

**EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO: uma análise da gestão
escolar das Instituições de Ensino Público do Distrito Federal**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão
do Curso de Mestrado Profissionalizante em Economia da Universidade de
Brasília da aluna

Luciane de Abreu Martins Prata

Dr. Alexandre Maduro-Abreu
Professor-Orientador

Dr. Roberto de Goés Ellery Júnior
Professor-Examinador

Dr. Carlos Rosano Peña
Professor-Examinador

Brasília, 31 de julho de 2018

Dedico àqueles que sempre me deram força. Que nunca me deixaram desistir e que representam a minha motivação maior em tudo que faço na vida. Minha família e meus amados filhos Yasmim e Breno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por esta oportunidade e por conceder-me saúde e perseverança na realização dos meus objetivos.

Aos meus pais e familiares, pelo apoio, incentivo em nunca desistir e por me ensinarem que estudar é o caminho para um mundo melhor.

Ao meu esposo e filhos, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Ao Prof. Dr. Alexandre Maduro-Abreu por acreditar no meu potencial, colaborar e orientar de forma irrefutável esta dissertação.

Aos professores do Departamento de Economia, em especial àqueles que ministraram disciplinas durante o curso, pelos ensinamentos e por toda a contribuição ao meu processo de formação acadêmica.

Aos membros da banca examinadora.

Aos colegas de curso, pelo aprendizado colaborativo.

Aos amigos da minha equipe de trabalho, pelo apoio e compreensão durante a realização do curso.

Aos servidores da Secretaria de Estado de Educação do DF e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF, que contribuíram com a pesquisa de campo deste estudo.

À Universidade de Brasília, por me proporcionar a honra de estudar e representá-la como aluna e por acreditar que a base para um mundo melhor está na educação.

Aos servidores do Departamento de Economia, em especial a servidora Joana D'arc e sua equipe, pelo apoio e presteza que foram fundamentais no decorrer do curso.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e ajudaram-me a vencer mais esta etapa em minha vida.

"Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha, e não nos deixa só, porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso".
Charles Chaplin

RESUMO

PRATA, Luciane de Abreu Martins. **Eficiência do Gasto Público: uma análise da gestão escolar das Instituições de Ensino Público do Distrito Federal**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

O presente estudo foi realizado junto à Secretaria de Estado de Educação do DF, órgão pertencente à administração direta do Governo do Distrito Federal, tendo como principal objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos no que se refere à gestão escolar das instituições de ensino público do Distrito Federal no ano de 2015. Para o alcance de tal objetivo foram identificados os gastos públicos, referentes aos ensinos fundamental e médio, que totalizam 63 escolas públicas, vinculadas a Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro do DF, a fim de se estabelecer os níveis de eficiência de cada instituição de ensino, por meio da análise envoltória de dados (DEA). Posteriormente, foram estabelecidas metas de equiparação com a instituição que alcançou o melhor índice de eficiência, considerando as variáveis de produto – taxa de aprovação e avaliações do ENEM e da Prova Brasil. Por último, foi realizada a correlação entre as variáveis de gestão e os construtos mensurados pelo questionário Saeb aplicado aos diretores escolares de cada Instituição de Ensino analisada. Para isso, foram levantadas variáveis do gasto público com professores, estudantes e demais servidores das Instituições sob análise, bem como indicadores do Censo Escolar – taxa de aprovação, resultados do ENEM e da Prova Brasil, que possibilitaram auferir a eficiência dos gastos do Governo do Distrito Federal nessa área. Os resultados apontam que existe uma desproporcionalidade na relação professores disponíveis por aluno nas modalidades de ensino fundamental e médio; que a Instituição de Ensino CEF 01 de Brasília obteve o melhor índice de eficiência dentre todas as instituições sob análise; que as Instituições CEF Caseb, CEF 07 de Brasília e CEF 01 Lago Norte, requerem melhorias quando consideradas as variáveis de produto – taxa de aprovação e avaliações ENEM e Prova Brasil; e que a experiência do diretor e as suas condições de trabalho e de sua equipe impactam de forma expressiva na gestão escolar; os que nos remete a concluir que existe a necessidade de investir em um modelo de gestão focado na eficiência dos gastos públicos como forma de se promover a melhoria do desempenho das instituições de ensino com decisões governamentais assertivas.

Palavras-chave: gasto público, eficiência, gestão escolar, gestão de pessoas, análise envoltória de dados (DEA).

ABSTRACT

PRATA, Luciane de Abreu Martins. **Efficiency of Public Expenditure: an analysis of the school management of the Public Educational Institutions of the Federal District.** Dissertation (Master in Economics) - University of Brasília, Brasília, 2018.

This study was carried out with the State Department of Education of the Federal District, a sector belonging to the direct administration of the Federal District Government, whose main purpose is to analyze the efficiency of public expenditures regarding the school management of public educational institutions of the Federal District in 2015. In order to reach this goal, public expenditures for primary and secondary education – 63 public schools in total and linked to the Regional Coordination of Plano Piloto/Cruzeiro of the Federal District – were identified with the aim of establishing the efficiency levels of each educational institution using data envelopment analysis (DEA). Subsequently, goals were set to be compared to the institution that achieved the best efficiency index, considering the product variables – approval rates and ENEM and Prova Brasil exams. Finally, the correlation between the management variables and the constructs measured by the Saeb questionnaire applied to the school directors of each educational institution under analysis was performed. For this purpose, variables of public expenditure with teachers, students and other employees of the institutions under analysis were collected, as well as indicators of School Census – approval rate, ENEM and Prova Brasil results, which allow to obtain the efficiency of the expenditures of the Government of Federal District in this area. The results show that there is a disproportionality in the relation between availability of teachers per student of elementary and secondary education; that the Educational Institution CEF 01 of Brasilia has the best index of efficiency among all the institutions studied; that the institutions CEF Caseb, CEF 07 Brasilia and CEF 01 Lago Norte require improvements when considering the product variables – approval rate and ENEM and Prova Brasil exams; and that the director's experience, his working conditions and his staff have an important impact on school management. These results lead us to conclude that there is a need to invest in a management model focused on the efficiency of public expenditures as a way to improve the performance of educational institutions with assertive government decisions.

Keywords: public expenditure, efficiency, school management, people management, data envelopment analysis (DEA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Composição do Saeb	32
Figura 02	Subsistemas e processos da área de recursos humanos	42
Figura 03	Gráfico da função de produção	45
Figura 04	Gráfico da isoquanta	46
Figura 05	Evolução do número de servidores civis em países selecionados (1994-2004)	52
Figura 06	Despesa anual com pessoal da União, por poder e segundo a situação funcional	53
Figura 07	Diagramação do processo de produção de ensino público	54
Figura 08	Esquema geral da análise envoltória de dados (DEA)	60
Figura 09	Gráfico das curvas CCR e BCC	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Relação das Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal	57
Tabela 02	Variáveis de gestão (dados consolidados do estudo)	65
Tabela 03	Variáveis utilizadas para estabelecer os índices de eficiência das Instituições de Ensino	69
Tabela 04	Dados utilizados na modelagem DEA	70
Tabela 05	Índices de eficiência das Instituições de Ensino (modelagem BCC-O)	72
Tabela 06	Síntese dos maiores e menores índices de eficiência (fronteira clássica)	74
Tabela 07	Classificação final das DMU's por índice de eficiência (fronteira composta)	75
Tabela 08	Metas de equiparação das Instituições de Ensino para as variáveis – taxa de aprovação e avaliações ENEM e Prova Brasil (PB)	78
Tabela 09	Relação entre os construtos e os itens do questionário aplicado aos diretores	82
Tabela 10	Construtos do questionário com resultados médios das respostas dos diretores	83
Tabela 11	Correlação entre os construtos do questionário e variáveis de gestão escolar (Rô de Spearman)	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Gasto Médio	64
Gráfico 02	Quantitativo de servidores/modalidade de ensino	68
Gráfico 03	Quantitativo de alunos e salas de aula	68
Gráfico 04	Quantitativo de professores e alunos por modalidade de ensino	69
Gráfico 05	Índice de eficiência – Ensino Fundamental (%)	74
Gráfico 06	Índice de eficiência – Ensino Médio (%)	74
Gráfico 07	Comparativo de metas de equiparação – taxa de aprovação	77
Gráfico 08	Comparativo de metas de equiparação – avaliações ENEM e Prova Brasil (PB)	80
Gráfico 09	Resultado das Correlações (positiva forte e negativa forte)	87
Gráfico 10	Resultado de Correlações (positiva fraca e negativa fraca)	87
Gráfico 11	Construtos por escolas – classificadas como eficientes	91
Gráfico 12	Construtos por escolas – classificadas como ineficientes	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização
- ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica
- ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
- ARO – Antecipação de Receita Orçamentária
- BACEN – Banco Central do Brasil
- CED – Centro Educacional
- CEF – Centro de Ensino Fundamental
- CEM – Centro de Ensino Médio
- CF – Constituição Federal em 1988.
- CRE – Centro Regional de Ensino
- CRS – Retornos Constantes de Escala, do inglês “Constant Returns to Scale”
- DEA – Análise Envoltória de Dados ou Análise por Envolvimento de Dados , do inglês “Data Envelopment Analysis”
- DEA - BCC – modelo DEA com retornos variáveis de escala, desenvolvido por Banker, Charnes e Cooper
- DEA – CCR - modelo DEA com retornos constantes de escala, desenvolvido por Cooper, Charnes e Rhodes
- DF – Distrito Federal
- DMU – Unidades Tomadoras de Decisão
- DODF – Diário Oficial do Distrito Federal
- EC – Escola Classe
- EF – Ensino Fundamental
- EM – Ensino Médio
- EJA – Educação de jovens e adultos
- FACE – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia
- FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- GDF – Governo do Distrito Federal
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
- NGP/NPM – Nova Gestão Pública, do inglês “*New Public Management*”
- OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- PB – Prova Brasil
- PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
- PGP – Programa Gestão Participativa
- R.A.’s – regiões administrativas, no âmbito do GDF, entende-se por Administrações

Regionais

RCG – Regimento de Cavalaria de Guarda

RCL – receita corrente líquida

RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentária

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SEDF – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SEF – Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal

SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental

SIGRH – Sistema de Gestão de Recursos Humanos

SMU – Setor Militar Urbano

SPSS – Pacote Estatístico para as Ciências Sociais, do inglês “Statistical Package for the Social Sciences”

SUAG – Subsecretaria de Administração Geral

SUGEP – Subsecretaria de Gestão de Pessoas

SUOP – Subsecretaria de Orçamento Público

TALIS – Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, do inglês “Teaching and Learning International Surve”

UnB – Universidade de Brasília.

VRS – Retornos Variáveis de Escala, do inglês “Variable Return to Scale”

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1 Modernização da Gestão Pública.....	20
2.2 Gestão Escolar e Qualidade da Educação.....	23
2.2.1 Políticas, Ações e Programas Escolares.....	25
2.2.2 Gestão dos Recursos e Equipes Escolares.....	26
2.2.3 Liderança e Desenvolvimento Profissional.....	27
2.2.4 Desafios na Gestão das Escolas.....	30
2.3 Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e seus Instrumentos.....	31
2.3.1 Instrumentos de Avaliações do Saeb e suas validações.....	33
2.4 Gestão de Pessoas no Setor Público.....	39
2.4.1 Os Subsistemas/Processos da Área de Pessoal.....	40
2.4.2 Dimensionamento da Força de Trabalho.....	43
2.4.3 Desempenho com Foco em Resultados.....	43
2.5 Eficiência: uma visão econômica.....	44
2.5.1 Principais conceitos	44
2.5.2 Visão econômica da produção.....	45
2.6 Gasto Público.....	47
2.6.1 Eficiência do Gasto Público.....	47
2.6.2 Composição do Gasto Público.....	48
2.6.3 O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Gasto Público.....	49
2.6.4 Gasto Público com Pessoal.....	51
2.6.5 Gasto com Ensino Público.....	54
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	56
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	93
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
APÊNDICES E ANEXO.....	104

1. Introdução

A necessidade de se obter melhores resultados na gestão pública tem requerido das autoridades governamentais decisões assertivas, visto que deslizos afetam o bem-estar social. Assim, percebe-se, nos últimos anos, uma maior preocupação por parte dos gestores públicos, no sentido de buscar novas práticas que visem à modernização do Estado, principalmente no tocante a eficiência dos gastos públicos.

Os gastos do governo têm aumentado de forma significativa ao longo dos anos, fugindo de ser facilmente compreendido tal dispêndio. A aplicação dos recursos públicos não representa, necessariamente, retorno de capital físico, visto que em algumas situações seria como construir uma rodovia sem sua finalidade precípua, já que não chegaria a lugar algum. (ACOSTA-ORMAECHEA & MOROZUMI, 2013).

Segundo Garcia (2008), muitos rogam insistentemente por redução dos gastos públicos e enfatizam que as despesas correntes teriam crescido vertiginosamente e de forma insustentável. Ressaltam que a retomada dos investimentos públicos e o crescimento econômico estão condicionados a redução dessas despesas e, portanto, seria a causa da ineficiência governamental.

Assim, o grau de eficiência do gasto está relacionado à realocação do gasto de consumo público, como no caso dos gastos excessivos com a área de pessoal, para gastos com investimentos, resultando em um impacto positivo no crescimento econômico. De forma que os gastos em consumo, subsídios e transferências devem ser dificultados, devido a baixa produtividade do setor público no trato com essas rubricas (NEDUZIAK, 2017)

De acordo com Pacheco (2002), a necessidade de manter sob controle a evolução de gastos com pessoal é fundamental. Menciona o compromisso assumido pelo governo, com o plano de estabilização econômica – em 1994 (Plano Real), de promover o ajuste fiscal, com Programa de Estabilização Fiscal, quando metas anuais de superávit primário foram definidas, em torno de 3% do Produto Interno Bruto, com uma abrangência que visava a retomada de investimentos em projetos de infraestrutura, a expansão do gasto social e o controle da expansão dos gastos com pessoal, responsáveis por 56,2% da receita corrente líquida da União no ano de 1995.

Muito embora as organizações públicas pertençam ao Estado, cuja natureza é permanente, estão submetidas às contínuas transformações que ocorrem por conta das mudanças de Governo que, na maioria dos casos, resulta no desalinhamento, total ou parcial, das estratégias governamentais.

O grande desafio para o Estado está em atender as demandas sociais crescentes, mediante uma limitação de recursos, o que ressalta a relevância da qualidade do gasto governamental e do zelo na aplicação e execução desses recursos. Em outras palavras, esse desafio reflete o maior dos problemas econômicos vivenciados pelos gestores públicos: escassez de recursos e demandas infinitas. (MALENA et. al., 2013).

“[...] Uma das condições inescapáveis para se alcançar uma gestão eficiente de órgãos, programas e ações governamentais é dominar os processos que lhes dão substância, monitorá-los e avaliá-los, o que permite intervir com maior precisão nos focos de ineficiência e superá-los. Do contrário, ficaremos a escutar demandas abstratas e propostas inespecíficas, mantendo a situação indesejável.” (GARCIA, 2008, p. 151).

É recorrente a necessidade de se implantar um novo modelo de gestão eficiente e eficaz para o setor público. Modelo este que possibilite uma melhor análise dos gastos públicos com a área educacional e que permita identificar se a alocação de recursos está adequada ou não, de forma a proporcionar que a administração pública possa alcançar os resultados esperados por toda a sociedade.

O trabalho realizado por Neduziak (2017), no período de 1995 a 2011, no qual analisou o efeito da composição (qualidade) do gasto público, por gasto total/Produto Interno Bruto (PIB) e gasto total/categoria econômica, sobre a taxa de crescimento econômico dos Estados da Federação mais o Distrito Federal, demonstrou que o Distrito Federal vem alocando seus recursos públicos de forma a priorizar os gastos com consumo público em detrimento aos gastos com investimento, visto que as razões médias foram de 90% e 10%, respectivamente.

Sintetizando, a eficiência no presente estudo está ligada a forma com a qual a gestão pública pode ser mais eficiente, no que se refere a alocação de recursos na área educacional, considerando o conceito, segundo Moraes, Polizel e Crozatti (2016), de que a eficiência está em fazer mais com menos recursos, tendo em vista a limitação desses recursos (insumos). A grande questão está na forma de se alcançar os melhores resultados (produtos) e o desafio está na seleção dos insumos e produtos que devem ser considerados na análise.

Considerando que o trabalho de Neduziak (2017), não foi aprofundado em análises de determinadas áreas que compõem o gasto com consumo, a linha de pesquisa do presente estudo possibilitará desvendar qual o impacto do gasto público com a área educacional, que é parte do gasto com consumo público, tendo em vista a aprendizagem adquirida por estudantes, por meio de indicadores de desempenho escolares.

Diante dessa perspectiva, o problema de pesquisa, objeto de estudo é expresso: Qual é o nível de eficiência das Instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, vinculadas à Coordenação Regional do Plano Piloto/Cruzeiro, no que se refere aos gastos públicos com a gestão escolar? Além dessa questão central, outras também contribuirão para o alcance do

objetivo principal do estudo. Dentre elas: Quais os gastos públicos com pessoal da área educacional? Quais as variáveis da gestão escolar das Instituições de Ensino Público analisadas? Qual o índice de eficiência de cada Instituição de Ensino? Como proceder para melhorar esse índice de eficiência? E, por último, existe alguma correlação entre as variáveis de gestão das Instituições de Ensino e os construtos do questionário Saeb aplicado aos diretores dessas Instituições?

O presente estudo trata-se da aplicação da modelagem “Data Envelopment Analysis” (DEA) a área educacional, tendo como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos no que se refere à gestão escolar das Instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, da Coordenação Regional do Plano Piloto/Cruzeiro do Distrito Federal (DF) no ano de 2015. Seus objetivos específicos são:

- Identificar os gastos públicos na área de pessoal das Instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro do DF no ano 2015;
- Estabelecer índices de eficiência das Instituições de Ensino sob análise, por meio da modelagem “Data Envelopment Analysis” (DEA);
- Estabelecer metas de equiparação de desempenho, por meio das variáveis de produto das Instituições de Ensino;
- Correlacionar as variáveis de gestão das Instituições de Ensino Fundamental analisadas com o resultado do questionário Saeb aplicado aos diretores, a fim de se verificar impactos na gestão escolar dessas Instituições.

Dentre as justificativas para a realização do presente estudo, destaca-se a necessidade do Governo do Distrito Federal em se adequar a um novo modelo de gestão mais eficiente no que se refere aos seus gastos públicos, promovendo o aperfeiçoamento de seus procedimentos e adequá-los a uma nova realidade do Estado, dada a sua importância na prestação de serviços. Em outras palavras, a implantação de um modelo de eficiência dos gastos públicos significa rever sistematicamente suas políticas governamentais, principalmente àquelas voltadas para a educação e elaborar novas estratégias que propiciem resultados positivos para a sociedade, considerando a importância do Estado na prestação de serviços educacionais.

Haja vista o Programa de Eficiência do Gasto – PEG, da Secretaria de Orçamento Federal (2009), vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja finalidade foi a de atender ao art. 37 da Constituição Federal, no qual dispõe que a eficiência é um dos princípios da Administração Pública, além do fato de que todo gestor público deve zelar pela

adequada alocação e execução do gasto público, considerando que os recursos públicos também são escassos.

O Programa PEG, que ocorre por meio da adesão dos órgãos, definiu que a eficiência do gasto público está relacionada a utilização racional dos recursos para a prestação de bens e serviços aos cidadãos. Seu objetivo está na melhoria da qualidade do gasto público, com a eliminação do desperdício e primazia da gestão de processos de forma contínua. O foco desse programa são as despesas administrativas de água e esgoto, energia elétrica, pessoal, telefonia fixa e móvel, vigilância, transporte, limpeza e conservação, além das boas práticas para a eficiência do gasto público.

Além do governo federal, alguns Estados da Federação também são referências em projetos que visam à eficiência do gasto público, como é o caso do Estado da Bahia, do Espírito Santo, de São Paulo, de Minas Gerais e de Pernambuco e todos iniciaram esse processo, por meio de reduções experimentais em suas despesas administrativas. (MALENA et. al, 2013).

O presente estudo torna-se interessante na medida em que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe limites de gastos com a área de pessoal, que vêm crescendo, de forma gradativa, a cada ano, no âmbito do Governo do Distrito Federal, fato que já se tornou um problema recorrente de outros governos. Assim como a necessidade de se identificar as instituições de ensino público que requerem uma maior atenção por parte do Estado, devido aos seus indicadores de desempenho, além de possibilitar o melhor direcionamento dos gastos públicos nas diversas áreas, voltadas para a educação pública de ensinos fundamental e médio, de forma a promover uma melhor alocação desses recursos, inclusive com investimentos, em prol da qualidade do ensino no Distrito Federal.

Assim, o presente trabalho de pesquisa está estruturado em seis partes. Este Capítulo 1, Introdução, apresenta a contextualização do assunto, a formulação do problema, os objetivos (geral e específicos), a justificativa do estudo para a ciência e a estrutura do trabalho.

O Capítulo 2 apresenta a Revisão da Literatura necessária ao estudo, a qual contempla a modernização da gestão pública, gestão escolar e qualidade da educação, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e seus instrumentos, gestão de pessoas no setor público, eficiência como uma visão econômica, eficiência do gasto público, composição do gasto público, lei de responsabilidade fiscal, gasto com pessoal e encerra-se com o aprofundamento da área de análise do estudo – gasto com ensino público. Neste capítulo são apresentados os estudos de diversos autores e “cases”, com experiências sobre o tema pesquisado.

No Capítulo 3, Métodos e Técnicas de Pesquisa, apresenta-se a natureza do estudo, com o tipo e descrição geral da pesquisa, caracterização da organização, população e amostra,

caracterização dos instrumentos de pesquisa, bem como os procedimentos de coleta e de análise de dados utilizados na realização da pesquisa em questão.

O Capítulo 4, Resultados e Discussão, são apresentados os resultados obtidos no presente estudo no que se refere aos gastos públicos com a área educacional, além da interpretação desses resultados.

O Capítulo 5, Conclusões e Recomendações, apresentam as conclusões do estudo com base nos dados analisados, bem como recomendações de novas perspectivas de pesquisa na área estudada.

O Capítulo 6, Referências Bibliográficas, relaciona todo o material de pesquisa utilizado no estudo (artigos científicos, teses, periódicos, anais, seminários, congressos, entre outros).

Nos Apêndices e Anexo, são apresentadas todas as informações primárias necessárias à elaboração do presente estudo.

2. Revisão da Literatura

2.1 Modernização da Gestão Pública

Muito embora as organizações públicas pertençam ao Estado, cuja natureza é permanente, estão submetidas às contínuas transformações que ocorrem por conta das mudanças de Governo que, na maioria dos casos, resulta no desalinhamento, total ou parcial, da força de trabalho com as estratégias governamentais.

De acordo com Brasil (1995a), são três os tipos de administração pública:

- ✓ **Administração Pública Patrimonialista:** foi o modelo de administração onde o aparelho do Estado funcionava como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuíam status de nobreza real. Predominava a corrupção e o nepotismo.

- ✓ **Administração Pública Burocrática:** surgiu na época do Estado liberal como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Constituiu princípios orientadores como a profissionalização, a idéia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional-legal;

- ✓ **Administração Pública Gerencial:** emergiu na segunda metade do século XX, como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial. A necessidade de eficiência na administração pública com a redução de custos e aumento da qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário. Esse modelo passou a ser orientado pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pela cultura gerencial nas organizações.

No Brasil o modelo de gestão pública gerencial, é o marco do processo de modernização, que se fortaleceu por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, segundo Brasil (1995a), com as seguintes propostas:

- ✓ criação das agências executivas, que são instituições estatais com atividades exclusivas do Estado; e das organizações sociais, que são instituições híbridas entre o Estado e a sociedade que executam os serviços sociais e competitivos;

- ✓ extinção do regime único dos servidores públicos e criação do regime de emprego público;

- ✓ alterações na arrecadação de receitas, processos de selecionar e remunerar as carreiras do Estado;

- ✓ fortalecimento da ação reguladora do Estado;

- ✓ reforço dos laços interestaduais;

- ✓ adoção de novos modelos institucionais; disseminação de novas idéias para os Estados

da federação.

A necessidade de se reformar o Estado tem sua origem na esfera fiscal que resultou na falência e ineficiência em suas estruturas de várias empresas estatais e instituições públicas, já que a impossibilidade do Estado em gerar recursos para novos investimentos e de assegurar qualidade e baixo custo dos serviços trouxe a precariedade e estagnação do Estado. A crise do Estado pode ser compreendida sob várias óticas, dentre elas: crise fiscal, quando o Estado cliente passou a ser devedor e perdeu seus créditos e a poupança pública, que se tornou negativa, o que resultou na falta de dinheiro para investir em serviços; falência do modelo intervencionista do Estado, falta de atendimento das demandas sociais e a ineficácia do sistema de administração do Estado. (BRASIL, 1995a).

De acordo com Lima (2007) as principais características contemporâneas da excelência em gestão pública são:

- ✓ enfoque sistêmico;
- ✓ gestão participativa,
- ✓ gestão baseada em processos e informações,
- ✓ valorização das pessoas,
- ✓ visão de futuro,
- ✓ aprendizado organizacional; e
- ✓ foco em resultados.

O Modelo de Excelência em Gestão Pública, de acordo com Lima (2007), é a “representação de um sistema de gestão constituído de sete elementos integrados e interatuantes que concorrem para a construção de órgãos e entidades públicos de alto desempenho.” Alcançar a excelência nos serviços públicos exige investimentos que estão garantidos na Carta Magna, entretanto dependem de vontade política.

Ramos e Sachabbach (2012), mencionam que na última década do século XX ocorreu um movimento de reforma de Estado e de seu aparelho administrativo nos países desenvolvidos, que se proliferou por todo o mundo. Tal movimento, conhecido como Nova Gestão Pública ou “*New Public Management*” (NPM), preconizava uma redefinição do papel do Estado, bem como a implantação de mecanismos de gestão advindos da iniciativa privada para a administração pública. Os autores mencionam ainda que, no Brasil, essa nova orientação político-ideológica e gerencial se deu com a Reforma Administrativa promovida pelo governo federal, em 1998, por meio da Emenda Constitucional nº 19.

Para Abrúcio (1997), a reforma do Estado passou por vários movimentos que resultou em uma linha evolutiva iniciando com o primeiro modelo que foi o gerencialismo puro, direcionado a redução de custos e ao aumento da eficiência e produtividade. O segundo

modelo foi o “consumerism”, onde o cidadão era visto como um cliente e teve como principal enfoque a flexibilidade de gestão, a melhoria da qualidade dos serviços e a prioridade no atendimento às demandas dos consumidores. E, por fim, o terceiro modelo que corresponde ao “Public Service Oriented”, que fundamenta-se no republicanismo e na democracia, utilizando-se de conceitos como: “accountability”, transparência, participação, política, equidade e justiça.

A reforma do Estado se apresenta em duas vertentes: a reforma política (governabilidade) e a reforma administrativa (governança), segundo Pereira (1997, p. 40), a saber:

“Um governo pode ter governabilidade, na medida em que seus dirigentes contem com os necessários apoios políticos para governar e, no entanto, pode governar mal por lhe faltar a capacidade de governança. Existe governança em um Estado quando seu governo tem as condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma.”

De acordo com Hood (1991), os principais fatores que propiciaram o surgimento da Nova Gestão Pública (NGP) foram: a necessidade de reduzir os gastos governamentais, de limitar o quantitativo de servidores, de uma agenda internacional voltada para a discussão do gerenciamento público, do desenvolvimento da tecnologia da informação, além da incapacidade do Estado em oferecer soluções para os seus problemas de gerenciamento. O autor nos apresenta diferentes dimensões de análise que sintetizam e caracterizam as mudanças da Nova Gestão Pública (NGP), cujo enfoque central está no controle financeiro, na profissionalização e descentralização da gestão pública, na introdução de novas ferramentas de gestão e no controle e avaliação da gestão pelos resultados em detrimento dos processos.

Para Brasil (1995a), a modernização da gestão pública trata-se da superação da administração burocrática e dos traços de patrimonialismo existentes no setor público com a introdução da administração gerencial, de forma a contemplar:

- ✓ autonomia gerencial, com flexibilidade de gestão;
- ✓ alcance de resultados sob a ótica da eficiência, eficácia e efetividade, com a reorientação dos mecanismos de controle, ou seja, de procedimentos para resultados;
- ✓ foco no cidadão; e
- ✓ controle social, com a introdução de mecanismos e instrumentos que garantam a transparência e a publicidade da política e da ação governamental, assim como a participação e controle por parte do cidadão.

O modelo gerencial requer um conjunto integrado de políticas de gestão pública orientadas para o desenvolvimento. Para Vilhena, et al (2006), essas políticas devem compreender ações macro governamentais, institucionais e individuais que estão relacionadas a perspectivas voltadas para práticas inovadoras de gestão para resultado, melhorias de

processos e racionalização de recursos. Destaca que é fundamental que essas ações estejam alinhadas entre si e que esse alinhamento também aponte para resultados de desenvolvimento.

A Carta Magna, no caput do seu artigo 37, estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Destaca-se que a emenda constitucional nº 19 acrescentou o princípio da eficiência aos já elencados no art. 37, caput, da Constituição Federal, em Brasil (1988), o que deixou explícito o dever da administração pública de ser eficiente, a saber:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”

2.2 Gestão Escolar e Qualidade da Educação

Soares e Teixeira (2006) mencionam três grandes tendências presentes na gestão das unidades escolares, quais sejam: a tendência conservadora, que é aquela na qual o dirigente assume um papel mais tradicional do diretor; a tendência gerencial, que procura garantir a autonomia administrativa da escola, por meio do controle sobre os seus resultados e interioriza a questão da eficácia das ações escolares; e, por último, a tendência democrática, que promove um espaço coletivo para a articulação dos diversos interesses da escola.

Vieira (2007, p. 63), faz um paralelo entre a gestão educacional e a gestão escolar, que segundo a autora a primeira “refere-se a um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias de governo, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino, ou de outras ações que desenvolvem em suas áreas específicas de atuação”. Por outro lado, a gestão escolar, segundo a autora, situa-se no plano da escola e diz respeito a tarefas que estão sob sua responsabilidade, ou seja, no âmbito de sua abrangência. Acrescenta que a “política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar”. De forma que torna-se correto afirmar que “a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro”. Assim, para a autora, a gestão educacional representa a escola e o trabalho propriamente desenvolvido por ela, enquanto que, por meio da gestão escolar, promove-se o processo de ensino e aprendizagem, garantindo a educação como um direito de todos.

A gestão escolar é definida, por Luck (2009, p. 24) como:

“é o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seu projeto político-pedagógico e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências), de participação e compartilhamento (tomada de

decisões conjunta e efetivação de resultados) e autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações)”.

Menciona ainda que a gestão escolar pode ser agrupada, de acordo com a sua natureza, em duas áreas: organização e implementação. Sendo a primeira responsável pela preparação, ordenação, provisão de recursos, sistematização e retroalimentação do trabalho a ser realizado, de forma a garantir uma estrutura básica necessária ao alcance dos objetivos educacionais e da gestão escolar. Já a segunda área – implementação estaria relacionada a promoção de mudanças e transformações no contexto escolar, ou seja, nas práticas educacionais que possam ampliar o seu alcance educacional.

Segundo Gracindo (2009), a gestão escolar democrática, prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, deve nortear o ensino, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que prevê como princípios os elencados no art. 3º da LDB, a saber:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; XII - consideração com a diversidade étnico-racial; XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Gracindo (2009, p. 135) complementa com a informação de que, além dos princípios da gestão democrática dos sistemas de ensino, alguns parâmetros também são estabelecidos pela LDB para a gestão do ensino, dentre os quais, destaca: “a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Menciona ainda que os sistemas de ensino estaduais e municipais são constituídos de normas próprias, tendo como objetivo a implementação da gestão democrática nas instituições sob sua jurisdição. Contudo, esclarece que essas normas, que são fundamentais para a gestão escolar democrática, nem sempre são promovidas pelos entes federativos e quando ocorre são desenvolvidas de formas variadas, o que resulta em diferentes denominações, que alojam comportamentos, atitudes e concepções próprias, tais como: gestão democrática, gestão participativa, gestão compartilhada, co-gestão, entre outras.

Entre as distintas formas de implementação da gestão escolar, a visão econômica e a visão socioantropológica da gestão, Gracindo (2009), destaca que a primeira forma está voltada para o passado, denotando uma postura neotecnicista de práticas gerenciais dos anos 70, tendo como referencial o mercado e suas demandas, além de financiamentos de organismos

internacionais, motivo pelo qual se apresenta com sinônimo de “gerência empresarial da escola”, “escola-empresa” ou ainda “escola da qualidade total”. Já a segunda, focaliza nos sujeitos sociais inseridos em sua prática, ou seja, na relevância social, envolvendo as dimensões política e pedagógica dos segmentos escolares, voltadas para as práticas educativas compromissadas com a transformação social, o que remete a denominação de “gestão democrática do ensino”.

Dourado, Oliveira e Santos (2007) destacam que a cada dia tem aumentado o nível de exigência pela melhoria contínua da qualidade da educação, o que tem proporcionado a clareza da complexidade do fenômeno educacional e ocasionado nos sistemas educativos de muitos países um repensar sobre a questão da qualidade em toda a sua magnitude, inclusive no que se refere aos aspectos externos e internos que afetam o processo de ensino-aprendizagem das crianças, jovens e adultos. Dentre os aspectos internos, os autores citam: a gestão financeira, administrativa e pedagógica; os juízos de valor; a natureza do trabalho escolar; a visão dos agentes escolares e da comunidade. E que as condições, juntamente com os insumos, possibilitem oferta de ensino de qualidade associadas as características da gestão que estimulem as partes envolvidas no processo educacional. De forma que remete-se a uma melhor compreensão e construção do que é uma escola de qualidade ou escola eficaz. Ressalta ainda que:

“[...] a qualidade da escola implica a existência de insumos (input) indispensáveis, de condições de trabalho e de pessoal valorizado, motivado e engajado no processo educativo a ser definido em consonância com as políticas e gestão da educação de cada país e por meio do estabelecimento de uma agenda comum de dimensões que possam ser acordadas pelos países membros no tocante à busca de parâmetros analíticos e de oferta de uma educação inicial, obrigatória, e secundária de qualidade na região.” (DOURADO, OLIVEIRA & SANTOS, 2007, p. 10)

2.2.1 Políticas, Ações e Programas Escolares

Dourado (2007) destaca que o financiamento de ações, programas e políticas realizados pela União, nem sempre tem gerado os resultados esperados devido à ingerência direta das escolas vinculadas ao sistema nacional de ensino, o que tem evidenciado o modelo de descentralização do ensino pela colaboração entre os entes da Federação e pela propositura de políticas centralizadoras dos programas e ações do Ministério da Educação (MEC), cujo engajamento dos Estados e Municípios ocorre sem qualquer conexão com as prioridades do sistema de ensino. Ressalta que é tarefa do poder público promover a participação da sociedade civil na formulação e implementação de ações e programas de universalização da educação básica, de forma a garantir melhorias nos níveis e modalidades educacionais.

Para Vieira (2007, p. 58), “as políticas que traduzem as intenções do Poder Público, ao serem transformadas em práticas se materializam na gestão”. Destaca ainda que a gestão

pública é composta por três variáveis: o valor público, as condições de implementação e as condições políticas. Compreende que o valor público é o responsável pela intencionalidade das políticas e ressalta que na Constituição Federal em seu art. 205, dispõe que a “educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”, o que, por si só, já profetiza o valor público que se materializa em políticas educacionais. E estas, se operacionalizam através de ações que se concretizam em gestão.

Almandoz e Vitar (2006), complementam que a superação de crenças no sentido de que as políticas residem exclusivamente nas propostas governamentais, a representação e as relações de poder resultam em numerosos dispositivos e interações, que, por sua vez, constituem-se em teias que se cruzam formando caminhos para a inovação, por meio da construção social, que abandona a polaridade entre governo e escolas.

Oliveira (2006), destaca que a partir da década de 90, período em que se enfatizou a reforma do Estado e a modernização da gestão pública, foram implementados novos modelos de gestão educacional, cujo objetivo era inserir na esfera pública as noções de eficiência, produtividade e racionalidade em um contexto capitalista.

2.2.2 Gestão dos Recursos e Equipes Escolares

As grandes mudanças ocorridas no Estado, nos últimos dez anos, segundo Soares e Teixeira (2006), proporcionaram a ampliação do processo de descentralização na gestão do ensino e possibilitaram que se aflorassem novas formas de gerir e gerar recursos financeiros para as escolas. De forma que a instituição de ensino que antes era totalmente dependente de uma gestão orçamentária e financeira centralizada passasse a assumir uma postura de captação desses recursos, inclusive com novos encargos nessa gestão.

Gracindo (2009) cita que o art. 15 da LDB, prevê que o sistema de ensino deve ter como condição para se estabelecer uma gestão democrática, graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, considerando-se as normas gerais de direito financeiro público. Destaca que a autonomia precisa ser adquirida por meio da democratização interna e externa da instituição de ensino, de forma a garantir o desenvolvimento de dois aspectos importantes na autonomia da gestão escolar: a autonomia da escola e a autonomia dos sujeitos sociais. Outro aspecto fundamental, citado pela autora, foi a questão da transparência que está diretamente relacionada a idéia de escola como espaço público, devido a lógica econômica nos diversos setores sociais, inclusive na área educacional, como forma de possibilitar maior visibilidade da escola frente à sociedade.

Para Vieira (2007), na esfera da gestão escolar, situam-se os recursos voltados para a área de pessoal como: professores, estudantes, além de outros membros da comunidade escolar

como é o caso de funcionários que trabalham na escola, docentes ocupantes de cargos de direção, famílias e demais integrantes da área de abrangência geográfica na qual a escola se localiza. Acrescenta ainda que muitos dos envolvidos com a gestão educacional também são do quadro de educadores e fazem parte de órgãos normativos do sistema educacional, como no caso das secretarias de educação e órgãos normativos do sistema educacional, nos diversos níveis do Poder Público.

Freitas (2000) menciona que foi instituído o Programa Gestão Participativa (PGP), por meio de uma parceria instituída entre professores da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia e a Universidade Estadual da Califórnia, cujo objetivo foi o de promover melhorias no desempenho acadêmico, de forma a aumentar o nível de competências das equipes escolares, a fim de que possam exercer autonomia nas áreas administrativas, pedagógicas e de finanças.

Para Dourado, Oliveira e Santos (2007), existem dimensões extraescolares e intraescolares, sendo que a primeira afeta de forma expressiva os processos educativos, bem como seus resultados escolares, no que se refere ao aprendizado, motivo pelo qual essas dimensões não podem ser desconsideradas quando se pretende alcançar uma educação de qualidade acessível a todos. Por outro lado, a dimensão intraescolar está relacionada aos estudos, pesquisas, avaliações e afetam os processos educativos e seus resultados escolares, visto que incidem diretamente nas práticas curriculares, nas expectativas sociais dos estudantes, no planejamento pedagógico, nos processos formativos e na dinâmica da avaliação, em outras palavras, no desempenho escolar dos estudantes.

De acordo com Dourado (2001), a formação de equipe é o pilar de renovação de instituições, vinculadas a administração pública, cuja constituição em estrutura matricial se contrapõe ao individualismo e a competitividade impregnada em estruturas burocráticas características do meio capitalista, principalmente na administração de serviços públicos.

2.2.3 Liderança e Desenvolvimento Profissional

Considerando que em seu parágrafo único, do art. 67, a LDB prevê que “a experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino”. De forma que os cursos de formação de gestores escolares se caracterizam como um aprofundamento dos cursos de Pedagogia ou como cursos de pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, o que garante a formação prévia ou simultânea de professor para atuação nas séries iniciais do ensino fundamental, como no caso de licenciatura em pedagogia, ou para o desenvolvimento das

diversas disciplinas específicas, nos anos finais do ensino fundamental e médio, com as demais licenciaturas. (GRACINDO, 2009).

Para Soares e Teixeira (2006), o processo de democratização pelo qual a sociedade brasileira passou no início na década de 80, evidenciou a questão das eleições para o cargo de diretores de escolas em todo o país, tendo por premissa que uma sociedade democrática deve exigir de suas instituições, principalmente as públicas, uma conduta democrática. Assim, o processo de escolha de seus diretores com a participação de toda a comunidade escolar, em substituição ao processo de indicação desses dirigentes por parte de grupos políticos, propiciaria as instituições de ensino público uma modelagem mais democrática. Entretanto, tal modelo não representaria, necessariamente, que os dirigentes eleitos fossem os mais preparados para as novas responsabilidades e desafios que, a cada dia, surgem como no caso de atribuições voltadas para a articulação, planejamento, monitoramento e avaliação da ação.

O diretor, quando eleito, deixa de ser um representante do político influente da região e com a autonomia da unidade escolar tem diante de si novas exigências, tanto dos organismos do Estado como da comunidade escolar, e responde a elas imprimindo feições novas à prática de gestão escolar, uma vez que consegue superar as marcas da tradição e do autoritarismo. (SOARES & TEIXEIRA, p. 157, 2006).

A necessidade de se desenvolver acompanhamento responsável e ético, o gestor escolar, segundo Gracindo (2009, p. 140), deve estar atento às questões relevantes para o processo da gestão escolar democrática, que compreende:

a) O projeto político-pedagógico que a escola vai desenvolver, e que dará sentido às suas ações, deve ser discutido, deliberado e esposado por todos; b) O sentido de pluralidade nas relações sociais da escola, com respeito às diferenças existentes entre os sujeitos sociais, deve ser a marca o processo educativo; c) A unidade do trabalho escolar deve ser garantida, utilizando-se o projeto político-pedagógico da escola como instrumento para impedir a fragmentação das ações; d) O sentido de qualidade na educação não pode ser entendido como uma simples transposição deste conceito do mundo empresarial para a escola, pois a qualidade na educação necessita estar referenciada no social e não no mercado; e) A escola, como um todo, é responsável pelo sucesso ou fracasso do estudante, o que demanda compartilhamento de responsabilidades no desenvolvimento da prática educativa; f) A aprendizagem é decorrente da construção coletiva do conhecimento e, portanto, uma prática social, exigindo o redimensionamento da ideia de que ela é resultante da “transmissão de informações”; g) Na avaliação da aprendizagem do estudante, cabe verificar mais do que o produto da aprendizagem; importa analisar todo o processo no qual ela se desenvolveu: o contexto social; a gestão democrática; a ação docente; e as condições físicas, materiais e pedagógicas da escola, dentre outros aspectos; h) O tempo pedagógico precisa ser utilizado da melhor forma possível, organizando-o de acordo com as peculiaridades e necessidades da escola, no sentido de resguardar o direito dos estudantes à educação de qualidade; i) A escola, como equipamento social público, deve ser transparente nas suas ações; j) Os espaços de participação nas decisões da escola devem ser ampliados cada vez mais, seja no processo de escolha de dirigentes, seja nas deliberações acerca das questões financeiras, pedagógicas e administrativas; k) A solidariedade e a inclusão social, em contraponto à competitividade e exclusão, são princípios fundamentais da gestão democrática do ensino.

Para Dourado (2001), no que se refere à competência técnica do diretor, deve-se considerar como pré-requisitos para o exercício do cargo a conclusão do curso de pedagogia com habilitação em administração escolar ou a habilitação adquirida em curso de Pós-Graduação, como prevê a LDB. Já para o cargo de vice-diretor, o pré-requisito seria licenciatura plena e a própria docência na escola. Destaca que não há divergências quanto à formação escolar a ser exigida dos candidatos. Já para Gracindo (2009), o gestor escolar precisa ser do quadro de docentes, visto que sua ação está voltada para a construção, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico de sua instituição de ensino.

Luck (2009) esclarece que a ação do dirigente escolar é limitada pela sua concepção sobre a educação, a gestão escolar e, principalmente, pelo seu papel profissional na liderança e organização da instituição de ensino. Destaca que essa concepção tem como ponto de partida o desenvolvimento de um referencial fundamentado em bases legais e conceituais que direcionem o seu trabalho. Ressalta ainda que uma das competências básicas do diretor escolar está em promover a compreensão do papel de todos em relação à educação, bem como a função social da escola, por meio de uma filosofia comum e clara da política educacional que promova unidade e efetividade no trabalho de todos.

As competências de fundamentação da educação e da gestão escolar, a saber:

1. Garante o funcionamento pleno da escola como organização social, com o foco na formação de alunos e promoção de sua aprendizagem, mediante o respeito e a aplicação das determinações legais nacionais, estaduais e locais, em todas as suas ações e práticas educacionais;
2. Aplicar nas práticas de gestão escolar e na orientação dos planos de trabalho e ações promovidas na escola, fundamentos, princípios e diretrizes educacionais consistentes e em acordo com as demandas de aprendizagem e formação de alunos como cidadãos autônomos, críticos e participativos;
3. Promover na escola o sentido de visão social do seu trabalho e elevadas expectativas em relação aos seus resultados educacionais, como condição para garantir qualidade social na formação e aprendizagem dos alunos;
4. Define, atualiza e implementa padrões de qualidade para as práticas educacionais escolares, com visão abrangente e de futuro, de acordo com as demandas de formação promovidas pela dinâmica social e econômica do país, do estado e do município;
5. Promove e mantém na escola a integração, coerência e consistência entre todas as dimensões e ações do trabalho educacional, com foco na realização do papel social da escola e qualidade das ações educacionais voltadas para seu principal objetivo: a aprendizagem e formação dos alunos;
6. Promove na escola o sentido de unidade e garante padrões elevados de ensino, orientado por princípios e diretrizes inclusivos, de equidade e respeito à diversidade, de modo que todos os alunos tenham sucesso escolar e se desenvolvam o mais plenamente possível;
7. Articula e engloba as várias dimensões da gestão escolar e das ações educacionais, como condição para garantir a unidade de trabalho e desenvolvimento equilibrado de todos os segmentos da escola, na realização de seus objetivos, segundo uma perspectiva interativa e integradora; e
8. Adota em sua atuação de gestão escolar uma visão abrangente de escola, um sistema de gestão escolar e uma orientação interativa, mobilizadora dos talentos e competências dos participantes da comunidade escolar, na promoção de educação de qualidade. (LUCK, 2009, p. 15)

De acordo com Freitas (2000, p. 57) [...] “visão política e a capacidade de dialogar com as comunidades escolar e local são essenciais. O estilo de liderança do gestor é determinante para o inter-relacionamento dessas comunidades e de sucesso escolar”. Complementam com a informação de que as escolas que apresentam melhores resultados são aquelas que possuem líderes proativos e dedicados à instituição de ensino, visto que participam ativamente dos planejamentos, fornecendo o apoio e a orientação necessários. Ao tempo em que estão sempre abertos à participação e ao diálogo, o que estabelece uma grande harmonia na equipe escolar, de forma que escolas em que seus gestores/dirigentes demonstram confiança na equipe de funcionários possuem rendimentos escolares superiores.

2.2.4 Desafios na Gestão das Escolas

As reflexões acerca das novas exigências e práticas de gestão escolar, em um modelo democrático, de acordo com Gracindo (2009), apontam para necessidade de participação dos diversos segmentos das instituições de ensino, bem como a participação da comunidade local na tomada de decisões que refletem no processo escolar; a autonomia escolar, aceitação das diferenças que assinalam os sujeitos sociais abrangidos no processo educacional; “accountability” das ações desenvolvidas no âmbito das instituições de ensino à sociedade. Menciona ainda que a exigência quanto a forma de escolha dos dirigentes escolares também é importante para o desenvolvimento da gestão democrática, sendo as mais comuns: a indicação, o concurso público, a eleição direta, além das formas mistas, que são aquelas conjugam dois ou mais desses critérios. Ressalta que essas novas exigências resultam em novas práticas que se apresentam aos gestores escolares, dentre as quais, destacam-se: a relação desses gestores com os conselhos escolares, agremiações estudantis, além de outras formas de colegiado que compõem a escola e a comunidade local, que propiciam maior legitimidade e aderência das ações do dirigente pelo seu caráter consensual.

De acordo com Freitas (2000), a evolução das políticas públicas refletem em novos paradigmas na gestão, inclusive a escolar, que deve se adaptar com a busca de parcerias com os envolvidos no processo educacional e que vivenciam o dia-a-dia das escolas, a fim de se alcançar soluções gerenciais que visem a qualidade da educação. Ressalta a importância de adoção de novos padrões de gestão mais flexíveis com o engajamento, político e técnico, de seus colaboradores, com o intuito de se promover a reestrutura das funções administrativas e da gestão escolar na rede pública de ensino o que, entretanto, não garante o alcance dos resultados esperados e nem o controle do processo de produção, o que se torna um desafio para que não continue a ocorrer de forma ilusória à participação nos processos decisórios. Menciona ainda que:

“[...] o potencial da desejada autonomia escolar tem sido discutido amplamente, mas continua pouco exercitado, por falta de experiência nesse exercício. Até mesmo planejadores educacionais começam a perceber que o exercício da autonomia pode ser um aliado na busca da qualidade da educação. [...] A participação no processo educacional é condição essencial para uma vivência democrática, e para o exercício pleno da autonomia, o que impõe desafios constantes para as comunidades escolar e local. Esses desafios são tão grandes e tão constantes que, por vezes, a almejada participação torna-se mera utopia.” (FREITAS, 2000, p. 49).

Para Vieira (2007), a escola como um espaço próprio à difusão de saberes, todo o esforço envolvido deve convergir para o processo de aprendizagem daqueles para o qual foi criada, independente da faixa etária. Menciona que “o sucesso de uma gestão escolar, em última instância, só se concretiza mediante o sucesso de todos os alunos” (VIEIRA, 2007, p. 67). Destaca ainda que cabem aos formuladores de políticas e aos gestores a operacionalização do desafio para o sucesso no processo de ensino e aprendizagem pela concentração de esforços nas tarefas requeridas pelas escolas, que não podem se furtar das políticas e da gestão da educação básica.

2.3 Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e seus Instrumentos

Silva (2010), menciona que a evolução do sistema de avaliação brasileiro iniciou-se no final da década de 80 e que, desde então, vem sofrendo alterações. Bonamino e Franco (1999), esclarecem que no ano de 1988 o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º Grau (Saep/MEC), instituído á época, realizou um projeto piloto nos Estados do Paraná e Rio Grande do Norte, cujo objetivo era o de testar os instrumentos e procedimentos, mas a falta de recursos impossibilitou que o projeto deslanchasse, o que só foi possível a partir de 1990 com a implementação do primeiro ciclo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Complementa que após outras fases ocorreram por meio de amostragens trianuais e que, a partir de 2001, uma grande mobilização do MEC resultou no aprimoramento do Saeb, com um maior rigor no planejamento de seu funcionamento. No ano de 2005, ocorre um novo aperfeiçoamento do Saeb, com a inclusão da Prova Brasil, tornando-se uma avaliação de amplitude universal e com aplicação bianual.

O Saeb é regulamentado pela Portaria nº 931/2005, na qual instituiu que o Saeb é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Prova Brasil, sendo, a última, composta pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc). De forma que a última etapa da educação básica passou a ser avaliada pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). (BRASIL, 2005).

De acordo com Locatelli (2002, p. 9), o SAEB tem por finalidade:

- (i) monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade do sistema de educação básica;
- (ii) oferecer às administrações públicas de educação, informações que lhes permitam

avaliar seus projetos educacionais e formular programas de melhoria da qualidade de ensino; e (iii) proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade informes sobre os resultados dos processos de ensino e dos fatores contextuais a eles associados.

Já Franco et al. (2003, p. 41), tem como objetivo prioritário o de:

“avaliar a educação brasileira, a fim de contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a educação básica”.

O INEP (2001), destaca que o Saeb deve oferecer informações sobre dados e indicadores que promovam o entendimento dos fatores que impactam no desempenho escolar, independente da série e disciplina cursada; promover a troca de saberes entre as instituições de ensino e pesquisa e a gestão educacional, a fim de se consolidar uma cultura organizacional de avaliação do ensino, por meio do desenvolvimento de competências técnicas e científicas em avaliação de ensino; além de proporcionar uma maior clareza à sociedade e aos agentes educacionais quanto aos resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem.

Enquanto que para Brasil (2015) o objetivo é o de promover a avaliação da educação básica do país, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade educacional e universalização do acesso ao ensino, por meio da formulação, reformulação e monitoramento das políticas públicas de educação básica. E assim, possibilitar que, por meio de dados e indicadores, possam ser compreendidos os fatores que impactam no desempenho escolar. Em complemento, informa que, a partir do ano de 2015, a composição do Saeb passou a ser a apresentada, conforme figura 01, abaixo:

Figura 01 – Composição do Saeb



Fonte: Brasil (2015, p. 7)

- Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB): nesse exame é considerada uma amostra representativa de alunos das redes públicas e privadas, nas áreas urbanas e rurais do país;
- Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC): também denominada Prova Brasil, é uma avaliação censitária que envolve os estudantes do 5º ano/4ª série e 9º ano/8ª

série do ensino fundamental da rede pública de ensino, seja nas redes municipais, estaduais e federal, cuja finalidade é a de avaliar a qualidade do ensino. Nessa avaliação são consideradas as instituições de ensino que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nos anos avaliados.

- Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA): trata-se também de uma avaliação censitária que envolve estudantes do 3º ano do ensino fundamental das instituições da rede pública de ensino, cuja finalidade é a de avaliar além da qualidade, a equidade e a eficiência, incluindo-se a questão da oferta de vagas, a fim de se produzir dados e informações sistemáticas sobre as escolas para que essas possam receber o resultado global. No ano de 2015, em caráter excepcional, essa forma de avaliação não foi implementada.

Franco et al. (2003), cita que a implementação dos objetivos do Saeb requer a obtenção de medidas cognitivas e contextuais. As primeiras medidas são aquelas que devem possibilitar que seja captado o aprendizado dos alunos e envolvem os testes do Saeb, já a medidas contextuais devem proporcionar que sejam captadas a origem social dos alunos e as condições em que estudam, por meio dos questionários que o Saeb aplica a alunos, professores, diretores e escolas. O autor complementa com a informação de que esses questionários requerem a definição e explicitação de referências conceituais que justifiquem os constructos a serem captados por meio da aplicação desses questionários.

2.3.1 Instrumentos de Avaliações do Saeb e suas validações

Brasil (2015), menciona que na ANEB e na ANRESC/Prova Brasil são aplicadas provas nas áreas de conhecimento de língua portuguesa e matemática e cada avaliação apresenta dois tipos de instrumentos:

- Testes de desempenho: são aplicados aos estudantes dos respectivos anos/séries avaliados, cujas provas abrangem as áreas de língua portuguesa e matemática, sendo dois blocos de cada área de conhecimento.

- Questionários contextuais: são aplicados aos estudantes, professores e diretores, além do questionário da escola, que é preenchido pelo aplicador da prova. Esses questionários possibilitam o fornecimento de dados e informações sobre fatores socioeconômicos e de outros contextos que podem estar relacionados ao desempenho escolar dos alunos.

Locatelli (2002, p. 10) apresenta a estruturação e esclarece acerca dos constructos dos questionários contextuais do Saeb, a saber:

No constructo relacionado aos alunos foram privilegiados a caracterização sociodemográfica, o capital cultural, o capital social, a motivação e autoestima, as práticas de estudos e a trajetória escolar. [...] Optou-se por considerar a caracterização sociodemográfica dos professores, a formação, a experiência profissional, as condições de trabalho, o estilo pedagógico e a expectativa destes em relação aos alunos. Quanto à escola, os constructos foram captados pelos

questionários do diretor, da escola e do professor. Aborda-se, nesses, a caracterização sociodemográfica do diretor, formação, experiência, liderança, condições de trabalho do diretor e equipe, trabalho colaborativo, organização do ensino e políticas de promoção, clima acadêmico, clima disciplinar, recursos pedagógicos, situação das instalações e equipamentos e atividades extracurriculares.

Pestana (1998), menciona que o Saeb possui dois enfoques:

- Acesso ao ensino básico, que tem por dimensões: o atendimento e a eficiência. Seus indicadores são aqueles voltados para as taxas de acesso, escolarização, produtividade, transição e eficiência interna. Seu instrumento de avaliação é o questionário do Censo Escolar do INEP/MEC.

- Qualidade, eficiência e equidade do sistema de ensino, as suas dimensões são: produto, contexto, processo e insumo; que resultam nos indicadores de produto (desempenho do aluno, aprendizagem de conteúdo e desenvolvimento de habilidade e competência); indicadores de contexto (níveis socioeconômicos dos alunos, hábito de estudo dos alunos, perfil e condições de trabalho dos docentes e dos diretores, tipo de escola, grau de autonomia da escola, matriz organizacional da escola); indicadores de processo (planejamento do ensino e da escola, projeto pedagógico, relação entre conteúdos propostos/ensinados e ensinados/aprendidos, utilização do tempo pedagógico, estratégias e técnicas de ensino utilizadas); indicadores de insumo (infraestrutura, espaço físico/instalações, equipamentos, recursos e materiais didáticos). Seus instrumentos de avaliação são: questionário de provas (produto); questionário para alunos, professores e diretores (contexto e processo) e questionário sobre condições da escola (insumo).

Willms (1992) apresenta um sistema de monitoramento de avaliação da educação com a modelagem “entrada-processo-saída”, a qual pressupõe que os resultados alcançados pelos alunos estariam relacionados com as influências da família e com a sua trajetória acadêmica dos estudantes (fatores de entrada), com a vivência do aluno na escola (fatores de processos), tendo por base as políticas, arranjos organizacionais e normas do ambiente interno de cada instituição de ensino. O autor menciona ainda que a medição dos resultados da modelagem depende dos objetivos de cada escola e propõe construtos fundamentais para a avaliação do sistema educacional, após análise de questões relacionadas a pesquisas empíricas, referentes à:

- Escola: ecologia e meio, segregação, clima disciplinar, meio acadêmico e grade curricular projetada versus executada;
- Atitude do aluno: senso de eficácia versus futilidade;
- Atitudes em relação à escola: qualidade de vida escolar;
- Atitudes do professor: senso de eficácia versus futilidade, compromisso e moral,

condições de trabalho;

- Liderança do Diretor: qualidade da liderança no meio escolar.

Lee, Bryk e Smith (1993) apresentam um modelo conceitual heurístico para as instituições de ensino secundárias, considerando as relações entre alunos e professores. Nesse modelo os fatores escolares estão classificados em externos e internos, o que possibilitará observar o grau de satisfação, eficiência, comprometimento e esforço dos professores, assim como comprometimento e desempenho dos alunos. O modelo apresenta construtos e subitens relacionados à:

- Fatores externos
 - ✓ Tipos de estudantes: composição racial, socioeconômica e por aptidão;
 - ✓ Número de estudantes: economias realizadas pelas escolas e interações sociais;
 - ✓ Envolvimento dos pais: fortalecimento do vínculo escola-família, controle e ação política da comunidade nas escolas;
- Fatores internos
 - ✓ Organização da gestão: administração, função de gerência, função de liderança, tipo de gestão escolar, controle sobre admissão e expulsão de estudantes, controle sobre admissão e demissão de professores, controles políticos e de mercado, cultura escolar (objetivos) e poder e autoridade do corpo docente;
 - ✓ Organização formal do trabalho: função dos departamentos e dos professores, organização da grade escolar e demais atividades acadêmicas dos estudantes;
 - ✓ Organização social da escola: relacionamento positivo professores-estudantes e entre professores, influência dos pares, conseqüências de relações sociais excessivamente burocráticas (alienação e abandono).

Franco et al. (2003), apresenta os construtos extraídos dos questionários do Saeb, por meio da divisão dos questionários: do aluno, do professor, do diretor e da escola. De forma que os construtos relacionados com os alunos tem a finalidade de avaliar os sistemas educacionais com uma pesquisa que possua questões voltadas para à equidade, além de agregar com novas formas de controle que possibilitem investigar os fatores escolares que resultam na eficácia das instituições de ensino. Ferrão et al. (2001, p. 114) define escola eficaz como “[...] é aquela em que os resultados escolares do aluno superam o resultado que ele obteria em qualquer outra escola, levando-se em conta o seu nível socioeconômico e cultural e o seu conhecimento prévio”.

Quanto aos construtos relacionados à sala de aula, Franco et al. (2003), menciona que os objetivos relacionados à sala de aula estão associados a influência do professor no processo de

aprendizagem dos alunos, de forma a possibilitar uma associação entre esse aprendizado e às características do professor, que é um componente fundamental na avaliação educacional. Dentre as razões para a mensuração das características do professor, os autores destacam: as diferenças entre a formação de professores que são responsáveis pelo aprendizado de diferentes grupos de alunos e a captação de fatores escolares por meio de questionários aplicados aos professores.

Por outro lado, os construtos relacionados à escola, segundo Franco et al. (2003), são aqueles que são captados por meio dos questionários dos diretores, da escola e do professor. De forma que ressalta a importância do papel do diretor, assim como mencionado no estudo da Fundação Carlos Chagas (2000), no qual enfatiza que os diretores de escolas eficazes devem atuar no sentido de garantir o bom funcionamento da área administrativa das instituições de ensino, assim como oferecer condições para o bom desenvolvimento dos trabalhos pelos professores. Bressoux (1994) cita que o diretor da escola eficaz é impactado pela composição socioeconômica da instituição, desempenhando um papel de líder em escolas com menor recurso e de gerente capacitado, em escolas com maior recurso disponível. Assim, de acordo com Franco et al (2003), os construtos abarcaram o estilo de gestão, formação e experiência do diretor, já inclusos os aspectos de direção existentes e em funcionamento. Acrescenta que a temática sobre liderança do diretor e as facilidades que propõe ao trabalho dos professores também é priorizada e abordada sua atuação facilitadora do trabalho docente, além de ser priorizada e citada no questionário dos professores, o que proporciona a realização de uma caracterização sociodemográfica do diretor.

Para Franco et al (2003), cita que os construtos dos questionários devem estar relacionados aos alunos, a sala de aula e a escola, de forma que:

- Construtos relacionados aos alunos
 - ✓ Caracterização sócio-demográfica: idade, escolaridade dos pais ou responsáveis, indicadores de renda, estrutura familiar, gênero e cor declarada;
 - ✓ Capital social: envolvimento da família com a escola, relação família com aluno e apoio social ofertado pela escola;
 - ✓ Capital cultural: recursos culturais disponíveis em casa;
 - ✓ Motivação e autoestima;
 - ✓ Práticas de estudo: dever de casa;
 - ✓ Trajetória escolar: miscelânea (fracasso escolar, a evasão e a distorção idade/série).
- Construtos relacionados à sala de aula
 - ✓ Caracterização sócio-demográfica do professor: idade, renda, etnia, gênero e educação;

- ✓ Formação do professor: nível da formação inicial, caracterização da instituição formadora, pós-graduação, formação continuada;
- ✓ Experiência profissional: anos de formação, tempo como professor, tempo como professor da disciplina lecionada e anos na escola;
- ✓ Condições de trabalho: salário do professor, nível de satisfação com o salário, exercício de outras fontes de renda, número de instituições de ensino em que trabalha, quantidade de horas semanais em sala de aula;
- ✓ Estilo pedagógico: dever de casa, ênfase em raciocínio abstrato, em ensino de línguas em contextualização, em automatização (matemática/língua portuguesa), posturas em relação à avaliação;
- ✓ Expectativa: relacionada a conclusão do Ensino Fundamental ou Ensino Médio;
- ✓ Miscelânea: turno e presença e rotatividade de professor.
- Construtos relacionados à escola
 - ✓ Caracterização sóciodemográfica do diretor: idade, renda, etnia e educação;
 - ✓ Formação do diretor: nível da formação inicial, caracterização da instituição formadora, pós-graduação, formação continuada;
 - ✓ Experiência do diretor: anos de trabalho em educação, tempo como diretor, tempo como diretor da escola;
 - ✓ Liderança: liderança como diretor;
 - ✓ Condições de trabalho do diretor e da equipe: necessidades da escola, processo de recrutamento de diretor, carga horária do diretor, direção (apoios e interferências);
 - ✓ Trabalho colaborativo: colaboração entre professores, instâncias de gestão da escola, rotatividade/estabilidade do corpo docente;
 - ✓ Organização do ensino e políticas de promoção: ciclos e sua duração, políticas para minimizar as repetências e abandonos;
 - ✓ Clima acadêmico: compromisso da equipe com o processo de ensino e aprendizagem, posicionamento frente ao absenteísmo, existência de “cantinho do livro” e de murais expressivos (somente para alunos da 4ª série), existência de atividades voltadas para a recuperação da aprendizagem, existência de biblioteca e sua utilização;
 - ✓ Clima disciplinar: aspectos do clima disciplinar;
 - ✓ Recursos pedagógicos;
 - ✓ Situação das instalações e equipamentos: estado de conservação do prédio, aspectos ambientais, limpeza, segurança das instalações, existência e estado dos recursos pedagógicos, condições gerais da infraestrutura;

- ✓ Atividades extracurriculares: voltadas para alunos e comunidade;
- ✓ Miscelânea: admissão de alunos, critérios de formação de turmas e de atribuição de professores para as turmas, disponibilidade de programas específicos a alunos com necessidades especiais e acesso aos resultados Saeb.

A evidência da validade de construto dos questionários Saeb é citada por Karino, Vinha e Laros (2014), como característica fundamental de um instrumento de medição. Acrescentam que a literatura sobre o tema é escassa e que em grande parte existem informações gerais sobre os que os questionários Saeb pretendem medir: aspectos contextuais e culturais, níveis socioeconômicos, dentre outros. Entretanto, os autores citam que não existe uma clareza de cada um desses fatores, já que podem apresentar várias informações sobre cada um deles e destacam a necessidade de estudos aprofundados que possam apresentar evidências quanto à validade dos questionários Saeb.

Para Urbina (2007) as evidências da validade estariam relacionadas à utilização e consequência de seu uso em testes de forma que essa utilidade de uma medição está interligada a proporção em que a utilização desses instrumentos promovem benefícios para o processo decisório. Acrescenta que além do aspecto voltado a utilização de um instrumento de medição, também se deve analisar suas consequências individuais e sociais, já que existe o risco de não se medir o que se pretende, podendo resultar em consequências negativas.

Algumas pesquisas foram realizadas sobre o tema, devido a sua importância no cenário brasileiro, com o intuito de se investigar a validade de construto dos questionários do Saeb. Como exemplo, o estudo realizado por Rauter, Laros e Jesus (2007) que, por meio de uma análise fatorial, utilizou 163 itens relacionados à escola dos questionários aplicados (Escola, Diretor, Turma, Professor e Aluno) do Saeb 2001 e obteve como resultado dessa pesquisa, considerando 83 questões incluídas na análise fatorial, 19 fatores de primeira ordem subjacentes e 5 fatores de segunda ordem. De forma que os fatores de primeira ordem estão relacionados a 63% da variância e os de segunda ordem à 61% da variância dos dados considerados na pesquisa. Os 19 fatores de primeira ordem identificados foram: instalações físicas; liderança do diretor; recursos materiais e didáticos; comprometimento dos professores (avaliado pelo professor); comprometimento dos professores (avaliado pelo diretor); atitude positiva do alunado; clima disciplinar; formação continuada do diretor; experiência do diretor; TV e vídeo; segurança; vídeos didáticos; reforço escolar; recursos financeiros e pedagógicos; colaboração entre professores; equipe pedagógica; políticas contra repetências e abandono; estabilidade e assiduidade dos professores; e não ocorrência de roubos e depredações. Já os 5 fatores de segunda ordem foram: confiança, cooperação e comprometimento do corpo

docente; recursos materiais e didáticos; pessoal e recursos pedagógicos; clima disciplinar; e clima acadêmico.

O estudo realizado por Karino, Vinha e Laros (2014), tendo por base os questionários do Saeb 2009, também com a utilização de análise fatorial, obteve como resultados 04 fatores no questionário de escola, são eles: qualidade da estrutura, qualidade dos equipamentos, depredação e segurança; 06 no de professor: violência na escola, avaliação da atuação do diretor, uso de equipamentos nas práticas pedagógicas, experiência e condições de trabalho, fatores relativos à escola relacionados aos problemas de aprendizagem e formação do professor; 06 no de diretor: recursos da escola, violência, experiência do diretor, formação do diretor e faltas e presença da comunidade; e 04 no de aluno: nível socioeconômico, lições e correções, incentivo e hábito de leitura dos pais.

Rauter, Laros e Jesus (2007) complementam com a informação de que a análise da formulação das questões dos instrumentos de avaliação do Saeb apresentam problemas relativos a textos longos e explicações desnecessárias, o que os torna muito cansativos com concentração de respostas em uma única alternativa de uma determinada questão. De forma que, se o número de questões for menor, menos cansativo será o questionário e maior será a segurança na validade das medidas de construtos importantes na pesquisa.

2.4 Gestão de Pessoas no Setor Público

Schikmann (2010) cita um conjunto de características comuns as organizações públicas que devem ser evitadas, tais como: rigidez imposta pela legislação; desvinculação da visão do cidadão como destinatário do serviço público; pouca ênfase no desempenho, ou seja, não vincular a realização do trabalho ao desempenho adequado; mecanismos de remuneração que não vinculam os vencimentos ao desempenho; limites à postura inovativa, quando a rigidez da legislação estimula a inércia gerencial; alta rotatividade nas posições de chefia, desconsiderando o impacto da descontinuidade no desempenho da equipe e nas medidas de responsabilização; o papel da gratificação, que acaba sendo utilizada como forma de compensação à impossibilidade de aumento salarial.

A premissa do desempenho e do alcance dos resultados esperados, com a melhor aplicação possível de todos os recursos, implica na necessidade de um modelo de gestão de pessoas focado em estratégias, baseadas nas competências essenciais para a organização. Assim, os principais mecanismos da gestão estratégica de pessoas, que mantém uma relação de dependência entre si, são: planejamento de recursos humanos; gestão de competências; capacitação continuada com base em competências; e avaliação de desempenho e de

competências. Esses elementos guardam uma relação de dependência entre si. (SCHIKMANN, 2010).

2.4.1 Os Subsistemas/Processos da Área de Pessoal

De acordo com Pires et.al. (2005), os subsistemas da área de pessoal são:

- Recrutamento, seleção e alocação: esse subsistema apresenta atividades cruciais para o modelo de gestão por competências, que tem por objetivo a alocação de servidores aptos para o desempenho com êxito e motivação em suas funções. A adoção do modelo de gestão por competências propicia as organizações públicas uma adequação do perfil dos servidores para o posto, tendo a carreira como um aspecto fundamental, sem deixar de considerar a importância da qualificação técnica dos candidatos.

Acrescentam que a prática do modelo de gestão por competências propõe que seja realizada uma comparação dos perfis dos candidatos elaborados pelos setores demandantes, com o intuito de localizar esse perfil na estrutura organizacional (carreira, setores, cargos e funções). De forma que o enfoque da gestão por competências, no subsistema de recrutamento, seleção e alocação, está no auxílio as organizações públicas quando da nomeação de servidores, com o intuito de oferecer alternativas eficazes no preenchimento de cargos e funções, seja por meio de banco de talentos ou por orientações de profissionais da área de gestão de pessoas. O diferencial do modelo de gestão por competências está na preocupação com as variáveis comportamentais (personalidade, valores das pessoas, interesses, entre outras), tendo como principais metodologias a observação participante e análise de processos e resultados do trabalho.

- Carreiras, cargos e remuneração: a gestão por competências representa uma menor influência da relação de confiança (cargo de confiança) quando comparada com o critério de competências adequadas (cargo de competência) para o ingresso em uma determinada função, o que representa um grande avanço no aproveitamento do capital humano, visto que reduz a importância de aspectos como afinidade entre personalidades, valores, padrões de comportamento e vínculos pessoais, que estão relacionados as relações de confiança. Por outro lado, o modelo de gestão por competências possibilita maior aproveitamento e valorização de contribuições inovadoras, além de estimular o desenvolvimento das relações profissionais propícias ao crescimento pessoal.

A abordagem do modelo de gestão por competências na reestrutura de cargos, carreiras e remuneração no serviço público possibilita o alcance dos resultados abaixo elencados:

- ✓ Maior clareza dos pré-requisitos para progressão na carreira;

✓ Estabelecimento de critérios com base nas competências requeridas para o exercício dos cargos;

✓ Possibilita a comparação e avaliação dos processos de remuneração e reconhecimento da organização com o praticado pelo mercado (público e/ou privado) nacional e/ou internacional;

✓ Permite que a remuneração seja vinculada ao aprimoramento e reconhecimento de competências adquiridas pelo servidor, de forma a promover uma melhoria do desempenho organizacional;

✓ Possibilita o desenvolvimento do banco de talentos que permite identificar e formar sucessores para os cargos estratégicos e gerenciais das organizações públicas.

✓ Desenvolvimento e treinamento: no modelo de gestão por competências, representa o processo de aprendizagem que preenche a lacuna entre os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas pelas organizações públicas e àquelas apresentadas pelos servidores, considerando não apenas as qualificações profissionais, mas também, e acima de tudo, os saberes cognitivos e técnicos, além dos saberes em ação, ou seja, a capacidade do servidor de solucionar problemas, imprevistos e de compartilharem conhecimentos. O plano de desenvolvimento de competências tem por objetivos:

✓ Ampliar a capacidade dos servidores de forma que possam assumir atribuições e responsabilidades em níveis de maior complexidade;

✓ Identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria de cada servidor para que se promova o seu desenvolvimento profissional;

✓ Desenvolver um plano de capacitação, com o intuito de reduzir as lacunas de competências; e

✓ Proporcionar um ambiente de aprendizado contínuo, com treinamentos estruturados (cursos, palestras e seminários), visitas técnicas a outras organizações, grupos de trabalho, coach, entre outros.

• Avaliação de desempenho: nesse subsistema é comum utilizar a expressão gestão de desempenho por competências, devido ao caráter de interdependência e complementaridade entre as variáveis em análise. Inicia-se com a formulação de estratégias (definição do negócio, visão de futuro e objetivos estratégicos); na sequência é realizado o diagnóstico das competências essenciais, para identificar as lacunas entre as competências necessárias e as disponíveis, e definição dos indicadores de desempenho. Essas ações de desenvolvimento podem ocorrer pelo aprimoramento das competências internas da organização, seja pelo nível individual, por meio de recrutamento, seleção de pessoal e treinamento; como pelo nível

organizacional, pelas parcerias estratégicas, investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Maia Del Corso et. al. (2014), realizaram um estudo, no ano de 2008, com o intuito de analisar como ocorre o processo de alinhamento estratégico na área de gestão de pessoas em uma empresa da indústria automobilística nos níveis de estratégia corporativa, de negócios e das unidades de apoio. A pesquisa foi realizada em uma das unidades de produção de veículos automotores da empresa, com cerca de 3.500 empregados, sendo 2.900 operacionais diretos, 300 operacionais indiretos e 300 das atividades administrativas. Nesse estudo foram identificados 21 subsistemas da área de pessoal, que resultaram em 48 processos, apresentados na figura 02, a seguir:

Figura 02 – Subsistemas e processos da área de recursos humanos

Subsistema	Processos
Relações Trabalhistas	- Gestão do absentéismo - Interface com entidades externas (governo e sindicato) - Política disciplinar - Administração do passivo trabalhista
Administração de Salários	- Plano de cargos - Estrutura salarial - Estrutura organizacional - Políticas de promoções / transferências - Controle de <i>headcount</i>
Administração de Pessoal	- Administração da relação contratual (admissões, demissões, férias) - Provedor de informações aos empregados
Apontadoria	- Administração da jornada de trabalho - Provedor de informações estatísticas
Expatriados	- Administração da relação contratual dos empregados estrangeiros
Transporte	- Concessão e administração de benefício (transporte de empregados)
Alimentação	- Administração e controle dos serviços de alimentação (refeitórios internos)
Administração da Frota	- Administração da frota dos veículos de executivos e dos veículos utilizados em serviço pelos empregados
Serviço Social	- Serviços de assistência e orientação social aos empregados e familiares - Desenvolvimento de programas de integração entre empresa e família
Administração de Budget e Contratos	- Administração do budget de recursos humanos - Pagamentos dos serviços comprados (terceirizados) - Fiscalização de contratos - Administração do programa de gerenciamento de idéias
Prevenção Contra Incêndio	- Inspeções nas instalações físicas da empresa (hidrantes, sensores de incêndio, alarmes) - Atuação em casos de acidentes com empregados e incidentes nas instalações físicas
Segurança do Trabalho	- Garantia de condições seguras de trabalho através de treinamentos, fiscalizações, avaliações - Cumprimento da legislação (SESMT, CIPA, PPRA)
Medicina Ocupacional	- Avaliação das condições de trabalho dos empregados - Gestão dos processos de afastamento e retorno (previdência social) - Cumprimento da legislação (ASO's, PCMSO)
Medicina Assistencial	- Concessão de benefício (plano médico) - Serviços de medicina assistencial (ambulatório médico)
Fisioterapia	- Condições ergonômicas dos postos de trabalho - Programa de ginástica laboral - Acompanhamento de empregados com restrições médicas
Proteção ao Patrimônio	- Responsável pela integridade do patrimônio físico - Contribui para o cumprimento dos procedimentos internos
Correio	- Distribuição interna de correspondências e documentos - Encaminhamento de correspondências aos Correios (ECT)
Captação de Imagens	- Identificações funcionais dos empregados
Recrutamento e Seleção	- Suporte nos processos de recrutamento e seleção (terceirizado) - Procedimentos documentais para admissão de empregados
Treinamento e Desenvolvimento	- Levantamento das necessidades de treinamento - Gestão de desempenho - Plano de sucessão - Pesquisa de clima organizacional
Comunicação	- Dissemina as informações interna e externamente - Promove eventos comemorativos

2.4.2 Dimensionamento da Força de Trabalho

Para Pacheco (2002) a temática, força de trabalho do setor público, assim como outros aspectos das políticas públicas, nos remete a uma análise mais profunda relacionada à natureza do federalismo no Brasil, as relações entre os poderes, privilégios, disparidades regionais, injustiças sob o ponto de vista social, além da isonomia, que representa um posicionamento covarde perante questões voltadas para a avaliação e recompensa a desempenhos diferenciados, pela dificuldade em se compreender e aceitar o sentido da meritocracia.

De acordo com Mendes (2016), a política de pessoal deve ser capaz de dimensionar a quantidade exata de servidores públicos necessários para a adequada prestação de serviços a sociedade, de forma a se obter de cada servidor produtividade elevada. Complementa que tal política deve promover a flexibilidade na alocação de pessoal, preocupar-se com a estrutura etária do funcionalismo e oferecer incentivos aos servidores, como gratificações por bom desempenho e promoção por mérito, para que se esforcem no desempenho de suas funções.

Marconi (2003) cita que adequar o dimensionamento da força de trabalho não se trata de um processo simples, ao contrário, na verdade é um processo bem organizado, minucioso e ininterrupto de avaliação das demandas atuais e futuras de pessoal, considerando os quantitativos, composição e perfil dos servidores, de forma que resulte em uma quantidade correta de recursos humanos, com conhecimentos, habilidades e aptidões, ou seja, com as competências adequadas, para o desempenho correto de suas atribuições no momento apropriado.

De acordo com Pontes, Guastini e Abreu (2014), determinar o quantitativo adequado para as várias funções e cargos públicos é uma tarefa bem complexa. Tarefa essa que em muitos dos casos é realizada apenas pela percepção das chefias e tentativas de erros e acertos. Mencionam ainda que o dimensionamento da força de trabalho alcança não apenas a alocação de pessoal, mas também possibilita realizar uma avaliação do programa de transformação, considerando aspectos como a estrutura organizacional, processos de trabalho, benchmarking e aspectos relacionados à capacidade da força de trabalho como um todo.

2.4.3 Desempenho com Foco em Resultados

Desempenho é a realização do trabalho de forma eficiente, eficaz e efetiva, o que significa realizar o trabalho da melhor forma possível para o alcance dos objetivos, metas estabelecidas e resultados almejados no prazo previsto, a fim de satisfazer, contínua e permanentemente, aqueles que tenham interesse no trabalho. (SCHIKMANN, 2010).

Para Garcia (2015, p. 266), desempenho, no contexto da administração pública, está

relacionado “à realização de compromissos assumidos, ao cumprimento daquilo a que estava obrigado pelas competências inerentes à função ou cargo ou ainda pela responsabilidade atribuída circunstancial ou permanentemente a uma função dirigente ou a um órgão”.

Martins e Marini (2010, p. 82), citam que “o desempenho ótimo é aquele que atende tantos às dimensões de esforço quanto às dimensões do resultado”. Mencionam ainda os chamados 6Es do Desempenho, divididos em duas dimensões, a saber:

Dimensões de esforço

✓ **Economicidade:** refere-se à captação e utilização de recursos com o menor custo possível;

✓ **Execução:** seria a realização de processos e atividades dentro do prazo previsto e considerando os requisitos estabelecidos;

✓ **Excelência:** tem por premissa a conformidade com os critérios e padrões de qualidade para a realização dos processos, atividades de projetos na busca por uma melhor execução, eficiência e eficácia;

Dimensões de resultado

✓ **Eficiência:** é a relação entre os produtos gerados (outputs) e os insumos necessários (inputs) para um melhor desempenho das atividades, processos e projetos, no que se refere ao custo e ao tempo destinados;

✓ **Eficácia:** está relacionada com os critérios de excelência e eficiência das organizações. Representa a quantidade e qualidade de produtos e serviços entregues ao usuário final;

✓ **Efetividade:** refere-se aos impactos gerados pelos produtos e serviços finais.

Para Behn (2003), a questão de se mensurar o desempenho estaria voltada para a viabilização de produção de resultados mais satisfatórios, enquanto que para Moynihan e Pandey (2010) a avaliação de desempenho no setor público está relacionada ao processo de accountability. Realizaram um estudo do uso de informações de desempenho no setor público e sua relação com variáveis, tais como: crenças individuais (motivação); atributos do trabalho (recompensa, informações da função e liderança); fatores organizacionais (acesso a informação, cultura organizacional, flexibilidade e controle do orçamento); fatores externos (engajamento da sociedade e influência de outras empresas); variáveis de controle (tamanho do governo e da população, localidade geográfica e renda per capita). Na conclusão do estudo, os fatores organizacionais e as crenças individuais obtiveram resultados mais significativos.

2.5 Eficiência: uma visão econômica

2.5.1 Principais Conceitos

Peña (2008, p. 85) define eficiência como “a combinação ótima dos insumos e métodos necessários (inputs) no processo produtivo de modo que gerem o máximo de produto

(output)”. Complementa que “é a capacidade de fazer certo as coisas, de minimizar a relação insumos – produtos. Visa assegurar a otimização da utilização dos recursos e, portanto, relaciona-se com os meios e não com os fins”. Menciona que existem dois tipos: a eficiência técnica e a eficiência econômica. A primeira (eficiência técnica) seria aquela na qual se obtém um nível de produção máximo com um determinado nível de insumo. E a segunda (eficiência econômica), quando um determinado método produtivo consegue a mesma quantidade de um produto igual ao de outro método a um custo menor. Esclarece ainda que a máxima eficiência técnica é requisito para que a produção seja eficiente do ponto de vista econômico e que a produção tecnicamente eficiente, se não utilizar seus insumos de forma a minimizar seus custos, podendo ser ineficiente em termos econômicos.

Segundo Mattos e Terra (2015b, p. 215), a eficiência possui vários conceitos, dentre os quais, menciona:

“Eficiência técnica, que pode ser definida pela ótica do produto como a diferença entre o montante efetivamente produzido com certa quantidade de insumos e o montante factível de ser produzido, dada a tecnologia disponível. Esse montante factível de produção sob a ótica do produto é descrito pela Fronteira de Possibilidades de Produção (FPP).

Eficiência de escala, está associado à eficiência técnica. A ineficiência de escala surge quando a firma opera em uma escala desfavorável – aquela em que a produtividade média dos insumos não é máxima.

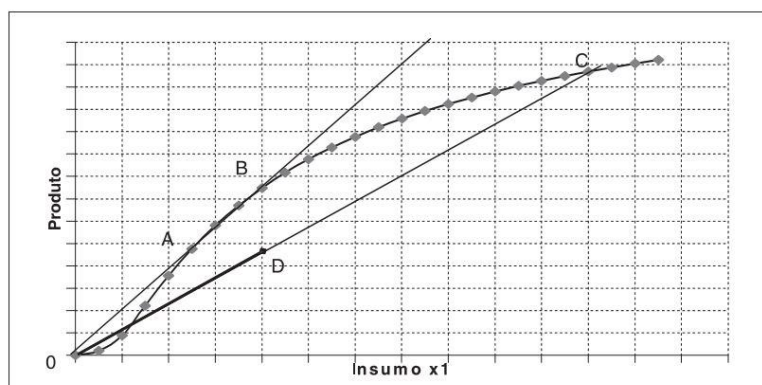
Eficiência alocativa, o qual está relacionado ao objetivo e ao comportamento da firma. Se busca maximizar os lucros, a firma irá escolher a quantidade a ser produzida, de modo que a diferença entre as receitas e os custos seja máxima. Sob outra perspectiva, se a firma busca minimizar os custos, ela irá escolher o montante e a proporção de insumos que produzam o total desejado ao mínimo custo.

Eficiência social, que está relacionado ao montante e à proporção ótimas de bens do ponto de vista social, i.e., aquela cesta de bens produzida que maximiza a utilidade da sociedade.”

2.5.2 Visão econômica da produção

Para Peña (2008), a função produção “expressa a relação entre a quantidade física de fatores de produção ou insumos e a máxima quantidade física de bens e serviços produzidos, pressupondo o método de produção mais eficiente”, conforme figura 03 abaixo:

Figura 03 – Gráfico da função de produção



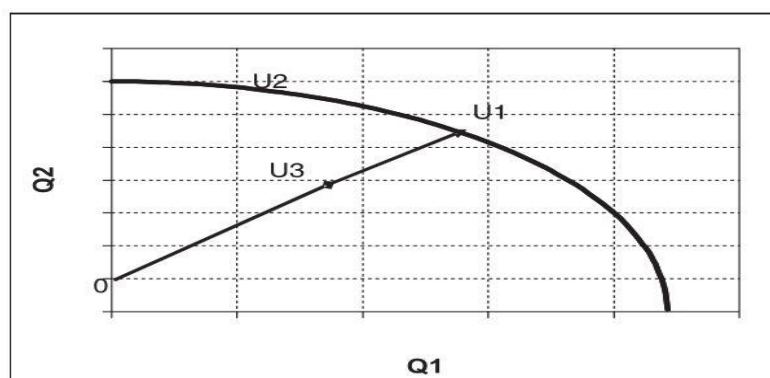
Fonte: Peña (2008, p. 87)

Peña (2008), explica que o gráfico da figura 03, acima, mostra as curvas da função de produção, com retornos crescentes de escalas (segmento 0A), retornos constantes (de A a B) e retornos decrescentes (a partir de B). Esclarece que o conjunto de possibilidades de produção equivale a área abaixo da curva de máxima produção, também conhecida como fronteira das possibilidades de produção. E que os pontos A, B e C são os níveis de produção eficientes, enquanto que o ponto D é ineficiente, visto que, com o seu nível de insumo, poderia alcançar o ponto B.

No que se refere aos conceitos de retornos de escala, Mattos e Terra (2015a), mencionam que esse conceito está relacionado ao comportamento do nível de produto se todos os insumos sofressem um aumento simultâneo e na mesma proporção. Esses retornos de escala podem assumir uma tecnologia de produção com retornos crescentes, decrescentes ou constantes à escala. A função é de retorno crescente à escala, quando dizemos que um aumento percentual na utilização de todos os insumos aumenta o seu produto em mais do que esse percentual. Por outro lado, se esse mesmo aumento produzir uma variação percentual no produto menor do que o esse percentual, dizemos que a função de produção apresenta retornos decrescentes à escala. E se o aumento percentual for exatamente igual, dizemos que a firma apresenta uma função de produção com retornos constantes à escala.

Outra maneira de tratar a relação entre a quantidade de produtos e a de insumos, poderia ser por meio da curva chamada isoquanta, que segundo Peña (2008) é representada por uma curva convexa, visto que à medida que se reduz o emprego de um insumo, tornam-se necessárias quantidades cada vez maiores de outro insumo, a fim de se garantir o mesmo patamar de produção.

Figura 04 – Gráfico da isoquanta



Fonte: Peña (2008, p. 89)

No gráfico da figura 04, acima, de acordo com Peña (2008), os pontos U1, U2 e U3 representam três unidades que combinam dois fatores, Y e X, a fim de se produzir uma determinada quantidade de produto, com o uso de dois processos tecnológicos. Assim, as

unidades U1 e U2 são eficientes, visto que reduções dos fatores provocariam sua saída da isoquanta e a diminuição da produção. A unidade U3 é considerada ineficiente, pelo fato de produzir uma determinada quantidade de produto, com a pior combinação de qualquer dos pontos da isoquanta e a sua ineficiência pode ser medida, em relação a unidade U1, considerado o índice $I(U3)=0U1/0U3$.

Para Mattos e Terra (2015a), as isoquantas representam as combinações de insumo que resultam em um determinado nível de produto. Cita ainda que para uma função de produção com insumos, as isoquantas podem ser representadas graficamente, desde que os insumos sejam fixos ou neutros em relação às variáveis analisadas.

2.6 Gasto Público

2.6.1 Eficiência do gasto público

O princípio da eficiência na gestão pública, segundo Martins (2012), é norteado pela organização e estruturação da máquina pública, com o intuito de se estabelecer, de forma, coerente e efetiva as necessidades da sociedade em que vivemos e; pela regulação das atividades dos servidores públicos, no sentido de que contribuam com o seu melhor desempenho para o alcance da excelência na prestação de serviços públicos.

De acordo com Maciel (2016), as contas públicas estaduais chegaram a uma situação muito grave e que precisa de uma ampla agenda de reformas para ser equacionada. As propostas apresentadas pelo autor são: reforçar o marco legal existente, com restrições dos limites de endividamento; padronização dos critérios para aplicação da LRF, já que cada Estado interpreta de acordo com a sua conveniência; reformar as leis que regem o funcionalismo público, reduzindo o comprometimento com gastos de pessoal; revisar as regras de aposentadoria, inclusive as de categoria especial e todo o sistema de pensões; elaborar os critérios de aplicação mínima das despesas de custeio e permitir a adoção de regras fiscais de caráter anticíclico; reformar as regras orçamentárias, com o objetivo de tornar o orçamento mais realista e; adotar procedimentos mais eficientes de gestão, focando nas atividades essenciais do Estado e no atendimento ao cidadão.

Macedo e Cobari (2009), mencionam que o sistema baseado na arrecadação centralizada de tributos, com posterior redistribuição aos subnacionais via transferências do governo federal aos governos locais, pode levar a uma tendência de gastos excessivos dos subnacionais, já que esses podem aumentar seus gastos sem que haja um aumento dos impostos pagos pelos contribuintes. De forma que com a descentralização aos subnacionais, o governo federal abdicou de parte do controle da política fiscal, gerando um “*trade-off*” de incompatibilidade entre a política de bens e serviços públicos e a política de estabilização

econômica pelo governo federal, o que resultou na necessidade de promover a disciplina fiscal e conter o endividamento dos entes federados, com a edição da Lei Complementar nº 101/2000(a) – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para exigir do gestor público uma gestão fiscal responsável, fundamentada no planejamento, no controle e na transparência.

Segundo Rocha e Giubert (2007), existem na literatura duas formas, indireta e direta, de se avaliar a qualidade do gasto público e seu impacto sobre o crescimento. A indireta consiste em avaliar o resultado dos gastos que teriam um efeito positivo sobre o crescimento e possibilita medir o desempenho do setor público relacionando estas medidas de resultado/produto aos insumos utilizados. A forma direta procura medir o impacto do gasto público sobre o crescimento econômico, através de análise estatística/econométrica ou por estudos de caso.

No que se refere a mensuração da eficiência, Fried, Lovell e Schimidt (2008), mencionam três problemas centrais. O primeiro diz respeito a quais insumos e produtos considerar. O segundo, à avaliação a ser dada a cada insumo e produto, considerando a quantidade produzida com vários insumos e, por último, a forma de identificar a tecnologia de produção ótima.

Ribeiro (2008) realizou um estudo sobre os gastos de seis países da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica e Uruguai), referentes a pessoal, previdência, juros e investimentos, no período de 1998 a 2002 e os resultados indicaram que, no comparativo do Brasil com os demais países da pesquisa, o valor do seu total de gastos foi maior, principalmente no que se refere aos gastos com pessoal, cujos valores, em percentual do PIB, de total de gastos e gastos com pessoal, foram, respectivamente: Argentina (21,1; n.d.), Bolívia (26,3; 9,5), Brasil (37,5; 13,5), Chile (24,1; 5,9), Costa Rica (23,5; 8,4) e o Uruguai (n.d.; n.d.), sendo n.d., não-disponível. Essa pesquisa, segundo Ribeiro (2008), demonstrou que o Brasil não tem dado prioridade aos gastos produtivos, devido a alocação dos recursos estar distribuída com maior percentual para as despesas com pessoal em detrimento as de investimento.

2.6.2 Composição do gasto público

Segundo Rocha e Giubert (2007), um dos determinantes apresentados na literatura para a existência de não-linearidades da política fiscal é a composição do gasto público e do ajustamento fiscal. Os dois tipos de consolidação fiscal são: Tipo 1: ajustamento, que se baseia principalmente em cortes de gastos, em particular, cortes nas transferências, na seguridade social, nos salários do governo e no emprego; Tipo 2: ajustamento que se baseia

principalmente no aumento de impostos. Do lado dos gastos, quase todos os cortes são no investimento público.

De acordo com Neduziak (2017), são poucos os estudos na economia brasileira sobre os impactos da variação composicional do gasto público, já que muitos estudos concentram-se nos impactos dos gastos agregados no crescimento ou no impacto de algum componente específico, sem considerar o efeito “trade-off” dos gastos na economia.

Para Rocha e Giubert (2007), os gastos são decompostos inicialmente de acordo com suas características econômicas (correntes ou de capital) para posteriormente, serem decompostos conforme sua classificação funcional e são classificados em produtivos e improdutivos, conforme nível de atividade, possuindo os primeiros impactos positivos e os últimos impactos negativos sobre o crescimento econômico.

Para Angelopoulos, Philippopoulos e Tsiona (2008) é necessário definir a questão da composição dos gastos, por meio de uma avaliação mais específica da eficiência devido às diversidades nos tipos de gastos e nas características das variadas áreas.

Rocha e Giubert (2007) citam que a evidência sobre os efeitos da composição (qualidade) dos gastos sobre o crescimento muitas vezes leva a resultados aparentemente tautológicos, ou seja, redundantes. Assim, de acordo com o modelo, os autores esclarecem que se tem um aumento da taxa de crescimento resultante da mudança na composição do gasto que pode ocorrer sem qualquer mudança no gasto total, já que um aumento no gasto total deve ser financiado por impostos de igual montante, só havendo aumento na taxa de crescimento se a produtividade deste gasto for maior do que a receita necessária para o seu financiamento.

No que refere à composição de gastos públicos na área educacional, Abrahão (2005), cita que é fundamental a utilização do conceito de área de atuação para, posteriormente, formar a área de educação, o que significa dizer que a alocação do recurso deve seguir o critério da finalidade ou do objetivo finalístico da despesa, a fim de alcançar metas e diretrizes da ação governamental. De forma que os gastos públicos com a educação devem abarcar o valor e o uso desses recursos, a fim de se obter o bem-estar social, com a oferta de bens e serviços públicos na área de ensino para a sociedade.

2.6.3 O impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no gasto público

Sacramento (2005), menciona que a Lei Complementar nº 101/2000(a), conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), regulamentou o disposto no artigo 163 da Constituição Federal, que estabelece que “lei complementar disporá sobre (I) Finanças Públicas”. Cita que a LRF está estruturada em setenta e cinco artigos e promove uma mudança institucional no trato com o dinheiro público, constituindo-se no principal instrumento regulador das contas

públicas do Brasil e que sua correta aplicação deva fortalecer o processo de “*accountability*” no país.

Pacheco (2002), cita que existem várias legislações que impõem limites às despesas de pessoal, a saber:

✓ Lei Camata, (BRASIL, 1995b), que definiu que o percentual de despesas com pessoal não poderia exceder a 60% da receita corrente líquida (RCL) de cada esfera de governo e concedeu as esferas de governo um prazo de três anos para que se adequassem a limitação;

✓ Lei Complementar nº 96, (BRASIL, 1999), reduziu para 50% o limite disposto na Lei Camata;

✓ Emenda Constitucional nº 19, (BRASIL, 1998), estipulou novo prazo aos Estados e municípios para que adequassem seus gastos com pessoal aos limites estabelecidos.

✓ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), (BRASIL, 2000a), definiu limites diferenciados entre os poderes de cada esfera de governo, sendo que: a União não poderia ultrapassar 40,9% da RCL para o Executivo, 6% para o Judiciário, 2,5% para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União e 0,6% para o Ministério Público da União.

Pacheco (2002) destaca ainda que antes da LRF, devido a autonomia dos Poderes, era muito difícil evitar que a redução de despesas com pessoal não recaíssem apenas sobre o Executivo, que possui uma margem de ação bastante restrita aos servidores ativos.

A LRF é de total abrangência, pois alcança à União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, à administração direta e indireta, e em cada uma dessas esferas de governo, aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como ao Ministério Público. Está apoiada em quatro eixos, quais sejam planejamento, transparência, controle e responsabilização. Cria novas informações, metas, limites e condições para a renúncia de receita, para a geração de despesas, inclusive com pessoal e de seguridade, para assunção de dívidas, para a realização de operações de crédito, incluindo antecipação de receita orçamentária (ARO), e para a concessão de garantias, o que evidencia que a disciplina fiscal somente poderá ser alcançada com o adequado planejamento das ações de governo e da execução orçamentária. (SACRAMENTO, 2005).

A Lei Complementar nº 101/2000(a) – Lei de Responsabilidade Fiscal foi considerada, por Macedo e Cobari (2009), como o grande fator disciplinador das finanças públicas, que estabeleceu regras de controle fiscal para conter os déficits públicos e o endividamento dos entes da Federação, por meio da manutenção do equilíbrio fiscal permanente, mediante o cumprimento intertemporal de metas de resultado fiscal, com restrições rígidas no que se refere à despesa de pessoal, renúncia de receitas, seguridade social, dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, concessão de garantias e inscrição em restos a pagar.

De acordo com Afonso (2016), três avanços aconteceram a partir da segunda metade dos anos 90, dentre eles: o programa do Banco Central do Brasil (BACEN) para extinguir ou privatizar os bancos estaduais ou para transformá-los em agências de desenvolvimento, eliminando uma grave fonte de expansão autônoma de moeda e de gastos públicos; a renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios, que previa condições de cumprimento das obrigações com a inclusão da aprovação pelo Poder Legislativo, dos Estados e Municípios e o estabelecimento de garantias sólidas e; a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece princípios rígidos para a participação da despesa de pessoal nas receitas do setor público, limites de endividamento para as três esferas de governo, restrições a gastos no período eleitoral, entre outros.

Para garantir a efetividade da LRF, de acordo com Sacramento (2005), foram criadas as sanções institucionais, que são aquelas que recaem sobre o ente público, bem como as pessoais, que recaem sobre o agente que der causa ou infração administrativa, dispostas na Lei 10.028/2000, (BRASIL, 2000b), denominada Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal.

Fiovarante *et al.* (2006) e Giuberti (2005) em seus estudos empíricos, demonstraram a eficácia da Lei de Responsabilidade Fiscal na redução dos déficits públicos municipais. Entretanto, também identificaram um erro quando da imposição do percentual de 60% no limite de gasto com despesa de pessoal na proporção da receita corrente líquida, visto que, à época da publicação da LRF, poucos municípios brasileiros se encontravam acima do teto estipulado, de forma que incentivou o gasto excessivo dos municípios que se encontravam abaixo do limite de gastos, por possuírem uma margem garantida por Lei, a que muitos oportunistas do meio político fizeram uso.

2.6.4 Gasto público com pessoal

Segundo Garcia (2008), a onda do Estado Mínimo fez com que vários países reduzissem seu quadro de pessoal até o final dos anos 90, entretanto, a partir do ano 2000, constatou-se que ocorreu uma recomposição no quantitativo de funcionários, onde países pioneiros na investida redução do quadro de pessoal, alcançaram patamares bem superiores ao que existia no passado. Assim, o Estado ideal não seria nem o Estado Mínimo e nem tão pouco o Máximo, mas sim o Estado necessário. (PACHECO, 2002).

Mendes (2016) cita que a despesa de pessoal e encargos sociais, refere-se a todo gasto com servidores sejam da ativa, aposentados e pensionistas, incluídos, além de sua remuneração, todos os benefícios garantidos na relação trabalhista, qual sejam, contribuição previdenciária patronal, auxílio alimentação, vale-transporte, entre outros.

O conceito de despesa com pessoal, mencionado por Brito et. al. (2014, p. 109), para fins da verificação, é definido pelo art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000(a), que estabelece aos Estados que o valor da despesa total com pessoal seja limitada a 3% da receita corrente líquida, a saber:

“Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como Outras Despesas de Pessoal.

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.”

O trabalho de Nogueira (2005, p. 3), apresentado na figura 05, abaixo, expõe a evolução do número de servidores em seis países, devido a necessidade de absorver mão-de-obra qualificada para áreas estratégicas como: finanças, tecnologia da informação, regulação e formulação de políticas, a fim de garantir a expertise do Estado em relação a iniciativa privada.

Figura 05 – Evolução do número de servidores civis em países selecionados (1994-2004)

Pais/ano	1994	1996	1998	2000	2001	2002	2003	2004
EUA	2.971.600	2.847.400	2.789.500	2.708.100	2.710.000	2.715.500	2.725.900	N.D.
Canadá	224.640	201.009	179.831	141.253	149.339	157.510	163.314	165.976
Austrália	n.d.	143.264	121.062	113.704	119.495	123.368	131.720	131.522
Reino Unido	494.140	458.660	430.460	445.980	453.770	462.940	490.190	503.550
França	n.d.	2.402.456	2.440.498	2.472.840	2.491.100	n.d.	n.d.	n.d.
Brasil	n.d.	694.221	659.314	636.711	632.084	632.769	639.425	644.563

Fonte: Nogueira (2005, p. 3)

A experiência internacional, segundo Garcia (2008, p. 17), demonstra que o gasto com a área de pessoal muda com o passar do tempo, com base em coeficientes técnicos estabelecidos e a introdução de novos métodos, processos e tecnologias, a saber:

“Nas nações democráticas e com elevado padrão de vida, resultante da combinação de renda bem distribuída com serviços públicos universalizados e de qualidade, o quantitativo de funcionários não é pequeno. Isso se dá por razões técnicas, ou seja, não é possível prestar serviços universalizados de qualidade com quadro de servidores exíguos, por melhor preparados e mais produtivos que sejam. Em grande parte dos serviços públicos bem organizados existem coeficientes técnicos estabelecidos com base em longa e avaliada experiência. Eles mudam com o passar do tempo, com a introdução de novos métodos, processos e tecnologias, sem deixar de serem seguidos, pois a qualidade dos serviços públicos é uma constante exigência da cidadania ativa e participante.”

No caso brasileiro, Garcia (2008) menciona que se considerarmos a dimensão orçamentária e financeira centrada nos gastos com a área de pessoal da União, a evolução das despesas, apresentada na figura 06, abaixo, no período de 1995 a 2002, nas despesas de pessoal do Poder Executivo, houve um acréscimo de 8% com pessoal ativo e 21% com os inativos. Entretanto, no ano de 2003, houve uma redução de aproximadamente 10% na despesa de ativos, que passou a sofrer acréscimos, chegando a 12%, no ano de 2006, quando comparado com o exercício anterior.

Para Mendes (2016), uma política de pessoal adequada é aquela capaz de contratar servidores públicos na quantidade exata para atender as necessidades de prestação de serviços públicos e direcioná-las para as atividades que efetivamente necessitem de pessoal com alto desempenho e produtividade de cada servidor. Menciona ainda que a eficácia dessa política requer uma nova postura do governo no sentido de evitar a contratação direta de servidores em situações em que for possível obter a prestação de serviços por outros meios, com contratos de trabalho mais flexíveis, por meio da terceirização, e não vinculados ao Regime Jurídico Único de servidores públicos, nas áreas de educação, saúde, limpeza, vigilância, transportes, apoio administrativo e suporte de informática, o que levaria a ganhos de eficiência e produtividade importantes para o governo.

Figura 06 - Despesa anual com pessoal da União, por poder e segundo a situação funcional

(Em R\$ milhões médios de 2006, IPCA)

	1995	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006
Executivo¹								
Ativos	39.060,94	34.263,82	38.398,05	42.152,66	38.134,45	41.151,63	40.267,12	45.095,70
Aposentados ²	32.123,79	33.760,02	35.177,15	38.915,06	38.756,73	39.770,68	39.786,51	42.212,60
Legislativo								
Ativos	1.978,60	2.308,16	2.161,27	2.583,35	2.764,00	2.964,02	3.054,25	3.779,90
Aposentados ²	726,03	978,51	1.039,78	1.351,17	1.375,23	1.474,27	1.540,04	1.688,40
Judiciário								
Ativos	4.401,87	7.791,96	8.621,74	9.677,13	9.261,91	10.678,08	10.442,65	14.227,40
Aposentados ²	1.407,50	2.083,98	2.383,55	2.796,56	2.874,26	3.099,63	2.913,29	3.172,80
Outros³								
Outros ³	5.839,68	3.994,43	4.091,59	4.702,82	574,69	411,74	6.478,46	4.834,90
Total	85.538,41	85180,89	91.873,13	102178,8	93.741,26	99.550,04	104.482,32	115.011,70

Fonte: Garcia (2008, p. 22)

Em sua pesquisa, Mendes (2016) destaca que o Governo está longe de ter condições para a prática adequada de uma política de pessoal, devido ao grande peso da folha de pagamento na despesa primária total do setor público; alta rigidez no quantitativo da força de trabalho, devido à estabilidade dos servidores públicos; rigidez da despesa em função da elevada participação do gasto com aposentados e pensionistas na despesa total; alto poder de política e de barganha dos servidores públicos e; a autonomia orçamentária conferida pela Constituição/1988 aos Poderes Judiciário, Legislativo e ao Ministério Público que impedem o planejamento e execução centralizados da política de pessoal, resultando em conflitos, dispersão do poder decisório e ineficiência.

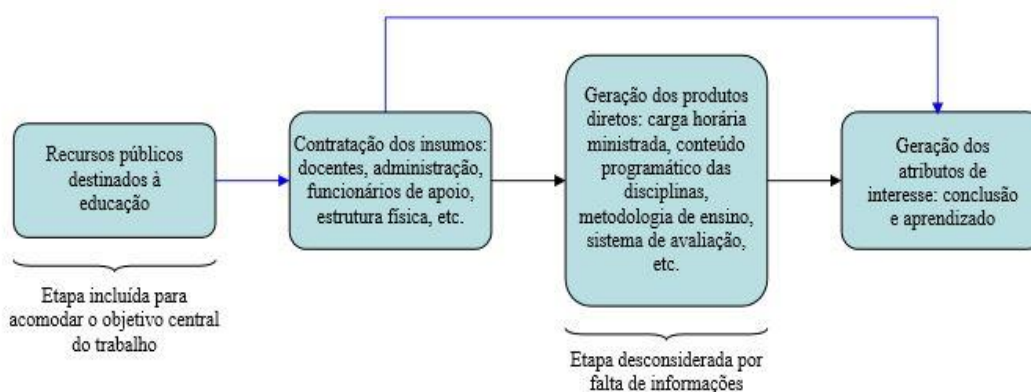
2.6.5 Gasto com Ensino Público

A Constituição Federal (CF) de 1988 prevê em alguns de seus artigos a reserva de recurso para o ensino público no país, recurso esse advindo da arrecadação de impostos gerados pela sociedade, a fim de se garantir o cumprimento de responsabilidades do Estado nessa área. Ressalta a Emenda Constitucional que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que estabeleceu a vinculação de 25% das receitas de impostos para a manutenção e desenvolvimento de ensino no país e resultou na obrigatoriedade dos entes da Federação em alocarem 60% desses recursos na área de ensino fundamental, quando da subvinculação de 15% das receitas para esse nível de ensino. (ABRAHÃO, 2005). Acrescenta-se ainda:

A obrigatoriedade da complementação de recursos pela União às Unidades Federadas poderá sofrer sanção disciplinar, conforme o estabelecido na citada Ementa, a saber: “o não cumprimento do disposto nos incisos V e VII do caput do artigo 2º importará crime de responsabilidade da autoridade competente”. Também o inciso XII estabelece que a proporção não inferior a 60% de cada Fundo deverá ser destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício (FRANÇA, 2007, p. 190).

De acordo com Benegas (2012), o gasto público com a área de ensino tem por finalidade compreender dois aspectos: o da abrangência e o da efetividade. No que se refere à abrangência, o autor cita que é a capacidade do Estado de ofertar os insumos necessários e na proporção suficiente para o atendimento da demanda populacional pela prestação do serviço público de ensino. E a efetividade estaria relacionada com a qualidade do ensino público, ou seja, uma vez ofertados os insumos requeridos para a prestação do serviço, que o ensino deveria atender a padrões de qualidade pré-estabelecidos, principalmente no tocante ao desempenho escolar. A figura 07, abaixo, representa o processo de produção de ensino público, objeto de estudo de Benegas (2012).

Figura 07 – Diagramação do Processo de Produção de Ensino Público



Fonte: Benegas (2012, p.572)

Zoghbi et. al. (2009), menciona que dentre os gastos públicos, os gastos em educação contribuíram para a melhoria da alocação de recursos e correção de falhas de mercado, visto que esses gastos são considerados investimentos públicos, logo promovem crescimento ao contrário de outros tipos de gastos.

Para Ferreira e França (2010, p. 12), “[...] A universalização do acesso não é acompanhada de instrumentos que permitam aos Fundos melhorar a qualidade do gasto da educação no Brasil”. Acrescentam que a maneira como é feita a transferência de recursos entre os entes federativos ocorre mediante o peso de cada rede de ensino e que essa alocação de recursos é eficaz, quando se pensa na questão do seu alcance, porém não apresenta indicadores de eficiência e efetividade dessa política.

O estudo realizado por Ruggiero e Vitaliano (1999), no período entre 1967 e 1997, junto a 520 instituições de ensino público de Nova York/Estados Unidos da América, demonstrou uma enorme insatisfação quando se analisou a relação entre o desempenho estudantil e o gasto público com educação, visto que os indicadores de avaliação do ensino demonstraram que, muito embora tivesse ocorrido um aumento no gasto por aluno, que chegou a duplicar no período analisado, houve uma queda no desempenho dos estudantes de 543 para 505 na área de humanas e de 516 para 511 na área de exatas, no exame “SAT Scores”, que serve de critério para ingresso em universidades norte-americanas. Assim, os métodos utilizados foram “Data Envelopment Analysis” (DEA) e “Stochastic Frontier Regression (SFA), que indicaram uma ineficiência de custo médio de aproximadamente 14% e níveis de eficiência similares, com coeficiente de correlação de 0,86. Os resultados da pesquisa confirmaram que a relação entre os gastos e o desempenho dos estudantes era ineficiente, além do fato de que as maiores escolas urbanas foram consideradas as mais eficientes.

3. Métodos e Técnicas de Pesquisa

Neste capítulo será descrita a instituição objeto do estudo, a Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal, bem como alguns aspectos relacionados aos gastos públicos, mais especificamente as despesas com a área de pessoal, uma das principais fontes de coleta de dados deste estudo. Em seguida, será apresentada a modelagem utilizada para a mensuração de eficiência: a Análise Envoltória de Dados (DEA), uma técnica não-paramétrica, de programação linear, que já foi utilizada em vários outros estudos para a construção de fronteira de eficiência na área educacional.

Com a transferência da Capital da União para o novo Distrito Federal, em 21/04/1960, foi inevitável a implantação do Plano Urbanístico de Brasília, onde as cidades satélites estavam previstas como núcleos periféricos às regiões administrativas, que deveria acontecer em função das necessidades de fixação da população. Essas regiões administrativas, também conhecidas como cidades-satélite, com exceção de Brasília, são subdivisões territoriais do Distrito Federal, com limites físicos estabelecidos pelo poder público e que definem a jurisdição governamental, com o objetivo de promover a descentralização administrativa e a coordenação dos serviços públicos de forma regionalizada.

Assim, o Distrito Federal foi dividido em regiões administrativas, por meio do Art. 9º da Lei nº 4.545/64, a saber:

“Art. 9º O Distrito Federal será dividido em Regiões Administrativas para fins de descentralização e coordenação dos serviços de natureza local.

§ 1º A cada Região Administrativa corresponderá uma Administração Regional à qual caberá representar a Prefeitura do Distrito Federal e promover a coordenação dos serviços em harmonia com o interesse público local.

§ 2º A Administração Regional será Chefiada por um Administrador Regional, de livre nomeação do Prefeito, dentre servidores de comprovada idoneidade e experiência administrativa, integrantes ou à disposição do sistema de administração do Distrito Federal”.

Nesse contexto, o presente estudo foi realizado junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF), que pertence à administração direta do DF, com autonomia administrativa, orçamentária e financeira. A estrutura administrativa de sua área educacional foi desmembrada em regiões administrativas, com a criação de 14 Coordenações Regionais de Ensino (CRE's), conforme Tabela 1, compostos por 667 instituições de ensino, sendo 590 localizadas na área urbana e 77 na área rural.

O presente estudo foi realizado junto à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro, da Secretaria de Estado de Educação do DF, que é responsável pelo atendimento de toda a rede de ensino dividida em educação básica (ensino infantil - creche e pré-escola), ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e educação especial. De forma que são atendidos aproximadamente 463,5 mil estudantes, em 17 mil turmas, que tem a sua disposição cerca de 27,6 mil professores ativos e 5,5 mil

professores com contratos temporários.

Tabela 01 – Relação das Coordenações Regionais de Ensino do Distrito Federal

Coordenações Regionais de Ensino (CRE's)	
CRE – Plano Piloto/Cruzeiro	CRE – Ceilândia
CRE – Gama	CRE – Guará
CRE – Taguatinga	CRE – Samambaia
CRE – Brazlândia	CRE – Santa Maria
CRE – Sobradinho	CRE – Paranoá
CRE – Planaltina	CRE – São Sebastião
CRE – Núcleo Bandeirante	CRE – Recanto das Emas

Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao tipo de pesquisa, de acordo com Vergara (2003), pode ser classificado quanto aos fins e quanto aos meios. O método utilizado neste estudo, quanto aos fins, foi à pesquisa exploratória, por possibilitar a obtenção de informações preliminares e por constituir a primeira etapa de uma investigação que é desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fenômeno. E quanto aos meios, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, documental e modelagem.

Considerando a classificação de Gil (1991), o estudo foi classificado quanto à natureza como pesquisa aplicada, por possibilitar que sejam gerados conhecimentos que aplicados na prática solucionem problemas específicos; quanto aos objetivos foi à pesquisa exploratória e descritiva, por descrever as características de certa população ou fenômeno; quanto aos procedimentos técnicos foi classificada como pesquisa bibliográfica e documental; e quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa e quantitativa, devido aos dados coletados apresentarem o formato textual com a opinião subjetiva do grupo de estudos do Saeb e por possibilitar a tradução de números em informações a serem analisadas. A presente pesquisa foi realizada por meio da modelagem “Data Envelopment Analysis” (DEA) e análise de resultados dos questionários aplicados aos Diretores das escolas analisadas, quando da realização da Prova Brasil/2015, conforme Anexo A. De acordo com Richardson et al. (1999, p. 189), os questionários “[...] cumprem pelo menos duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social.”

Quanto à natureza dos dados da pesquisa, de acordo com Malhotra (2001), os dados podem ser classificados como primários ou secundários. Os primários são aqueles produzidos pelo pesquisador com o objetivo de solucionar o problema de pesquisa e os secundários são aqueles coletados para um fim diferente do estudo analisado.

A revisão de literatura adotada foi a denominada narrativa que, segundo Elias et.al (2012), possibilita relações com trabalhos anteriores e identifica temas recorrentes com novas perspectivas. Assim, os materiais de pesquisa foram classificados, em bases de dados disponíveis na internet, por sua relevância, considerando o número de vezes que foram citados em outros estudos, além do critério de data de publicação, onde foram considerados, preferencialmente, os materiais publicados no período do ano 2000 até 2017.

A pesquisa foi realizada com base em artigos científicos, dissertações e teses, livros acadêmicos, conteúdos de palestras, congressos e seminários, visando facilitar o levantamento e análise das informações relevantes sobre a temática estudada.

Considerando se tratar de um universo bem abrangente de instituições de ensino em todo o Distrito Federal, a Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro foi escolhida por se tratar da Coordenação com maior número de Instituições de Ensino do DF vinculadas àquela Coordenação, ou seja, 105 Instituições, bem como pelo fato de apresentar o maior número de matrículas de estudantes no âmbito do DF. Desse total foram excluídas, inicialmente, as escolas voltadas para a educação infantil e creche, alunos especiais, centros de língua e de educação física e escola da natureza, por possuírem características bem específicas de ensino.

Assim, no que se refere à população e amostra utilizada, na presente pesquisa foram analisados os dados de 69 Instituições de Ensino Fundamental e Médio, vinculadas a Coordenação acima mencionada no ano de 2015, das quais foi necessário excluir 06 dessas Instituições de ensino fundamental por não apresentarem os resultados da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), ou seja, da Prova Brasil, ou pelo fato de não terem seus resultados divulgados pelo INEP/MEC, ou por número de participantes insuficiente para a divulgação. De forma que 63 Instituições de Ensino Fundamental e Médio foram objeto de análise da presente pesquisa, das quais 53 são Instituições de Ensino Fundamental e 10 Instituições de Ensino Médio, conforme Apêndice A.

A Prova Brasil, também conhecida como Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), foi criada em 2005 e integra o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), tendo por finalidade avaliar a qualidade do ensino nas Instituições públicas de ensino fundamental, por meio de informações que subsidiam a elaboração de políticas e ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino, a diminuição de desigualdades, bem como promovam a democratização da gestão da educação pública. É uma avaliação censitária, com provas de língua portuguesa e matemática, que envolve todas as Instituições da rede pública de ensino fundamental, tanto da zona urbana como da zona rural, que possuem o número mínimo de 20 estudantes matriculados no 5º e no 9º ano do ensino fundamental regular.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)/2015 foi regulamentado pela Portaria nº 184, de 26/10/2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 207, de 27/10/2015, é uma avaliação instituída pelo INEP/MEC, cujo objetivo é do medir o desempenho dos estudantes do ensino médio nas competências e habilidades esperadas ao final da educação básica. Essa avaliação é composta de prova objetiva e de redação, tendo como público alvo os estudantes matriculados no último ano do ensino médio, além dos egressos, ou seja, àqueles que já concluíram esse nível de ensino.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de base de dados da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), com as informações referentes aos quantitativos de estudantes, professores (efetivos e temporários), de servidores do quadro administrativo, com seus respectivos gastos, além de aspectos relacionados a infraestrutura das escolas, como por exemplo o número de salas de aula/m², bem como o indicador de taxa de aprovação escolar, os resultados das avaliações da Prova Brasil e do ENEM dos estudantes.

O ponto de partida de coleta e análise de dados foi a composição da amostra com o acesso aos Relatórios de Gestão de Recursos Humanos e de Gestão Educacional (número de docentes – efetivos e temporários, de estudantes, de salas de aula, de instituições de ensino), adquiridos junto à Subsecretaria de Gestão de Pessoas (SUGEP), por meio de dados do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH); Relatórios de Execução Orçamentária (RREO), do Sistema Integrado de Gestão Governamental (SIGGO), adquiridos junto à Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), ambas Subsecretarias pertencentes a estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEDF). Além desses relatórios, também foram utilizados os dados do ano de 2015, do Indicador de Rendimento Escolar (Taxa de Aprovação), resultado da Prova Brasil e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obtidos por meio do site do INEP/MEC.

Nas especificações do estudo, quanto aos instrumentos de pesquisa, foi utilizada a modelagem “Data Envelopment Analysis” (DEA), que segundo Faria, Jannuzzi e Silva (2008), constitui-se em três etapas: definição e seleção das DMU’s; seleção de variáveis (inputs e outputs) relevantes para se estabelecer a eficiência relativa das DMU’s escolhidas; e, por último, a aplicação da modelagem DEA, conforme o nível de sofisticação elegido.

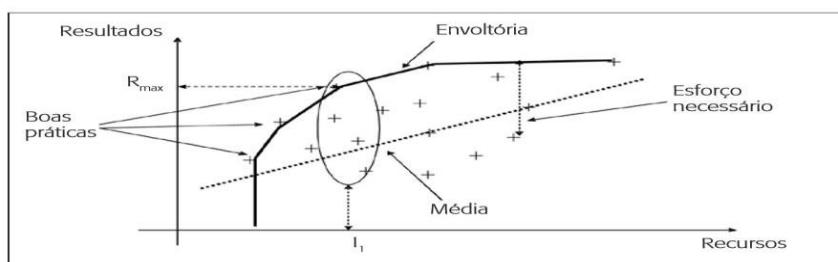
A modelagem DEA foi escolhida para ser aplicada ao presente estudo por vários casos de sucesso no estudo da eficiência, especificamente na área de educação, permitindo a classificação de Instituições de Ensino, por índices de eficiência, considerando a alocação de recursos financeiros, mediante os insumos utilizados e os resultados alcançados.

Para Marinho (1998), existem duas linhas de pesquisa se dedicam a estudar a fronteira de eficiência na avaliação do desempenho de organizações do setor público. A primeira é a da chamada fronteira paramétrica estocástica, que é aquela na qual é definida uma função de produção, previamente estabelecida, com a especificação de um erro estocástico com distribuição particularizada. E a segunda é a da fronteira não-estocástica, que é obtida por meio da resolução de problemas de programação matemática, que é o caso da análise envoltória de dados (DEA).

Segundo Ribeiro (2008), para se avaliar a eficiência relativa seja de firmas ou do governo, a forma mais comum é o uso do método não-paramétrico “*Data Envelopment Analysis*” (DEA). Nesse método, a fronteira eficiente é construída, mediante as escolhas referentes à orientação pelo insumo ou produto e; à hipótese sobre os retornos de escala (constantes ou variáveis). De forma que, na primeira opção, que é a orientada pelo insumo, é definido o quanto de insumo pode ser reduzido sem qualquer alteração nos produtos/resultados. Na segunda opção, que é orientada pelo produto, é calculado o aumento proporcional dos produtos/resultados sem que modiquem a quantidade dos insumos. Por outro lado, quando a unidade for tecnicamente ineficiente na orientação pelo insumo, também será ineficiente na outra orientação, qual seja, do produto.

De acordo com Faria, Jannuzzi e Silva (2008), a modelagem DEA tem por característica o seu enfoque não-paramétrico na determinação de fronteiras de produção, o que significa dizer que não precisa de nenhuma suposição a respeito da forma da função que define a fronteira de produção. Acrescentam que a fronteira de produção é estabelecida pela quantidade máxima de outputs que pode ser obtida, mediante os inputs usados em um determinado processo de produção, conforme figura 08, abaixo:

Figura 08 – Esquema geral da análise envoltória de dados (DEA)



Fonte: Faria, Jannuzzi e Silva (2008, p. 158)

A eficiência calculada pela modelagem DEA, segundo Faria, Jannuzzi e Silva (2008), é relativa e tem por base observações reais, já que as unidades tomadoras de decisão (DMU's) têm seus desempenhos mensurados através da comparação de seus resultados e de seus insumos com os resultados e insumos de outras DMU's consideradas na amostra,

possibilitando destacar as melhores, identificar as causas e dimensões da ineficiência, além de indicar as variáveis que necessitam ser trabalhadas para a melhoria dos resultados das DMU's ineficientes. Esclarecem que as DMU's consideradas eficientes apresentam uma fronteira de eficiência (Pareto-eficiente) com eficiência igual a 1 (um) ou 100% (cem por cento).

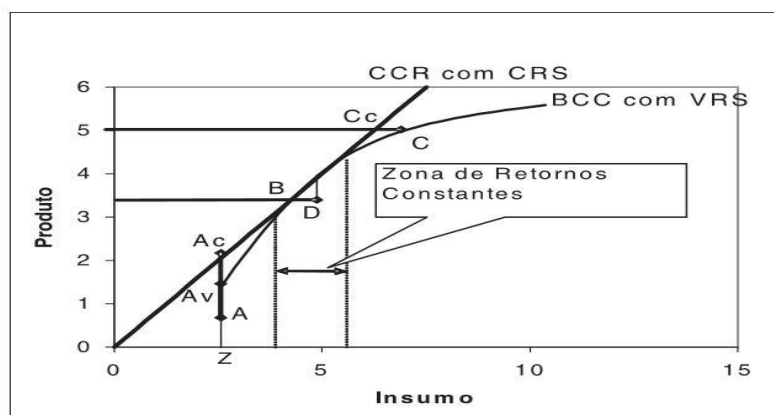
As principais vantagens dessa modelagem, segundo Souza Júnior e Gasparini (2006) são: flexibilidade para trabalhar com múltiplos inputs e outputs; foco em observações individuais em contraste com as médias da amostra; fornecimento de estimativa robusta de eficiência relativa; o fato de não possuir unidades de medida; não impor forma funcional à fronteira, além de que a ponderação das variáveis não sofre qualquer influência exógena no processo de estimação.

Silva Filho et.al (2016), cita os modelos básicos mais utilizados de DEA para medir a eficiência são: CCR (Charnes, Cooper e Rhodes) e BCC (Banker, Charnes e Cooper). Sendo que o primeiro modelo, CCR, também conhecido como CRS, do inglês "Constant Returns to Scale", ou seja, retornos constantes de escala, permite identificar as DMU's eficientes e ineficientes, no que se refere às ineficientes é apresentado a distância destas em relação à fronteira de eficiência. E o segundo modelo, o BCC, de acordo com Souza e Macedo (2008), também conhecido como VRS, do inglês "Variable Return to Scale", ou seja, retornos variáveis de escala, se utiliza de uma formulação que possibilita uma projeção de cada DMU ineficiente na superfície de fronteira determinada pelas unidades eficientes de tamanho compatível. Em complemento, Peña (2008) informa que esses dois modelos – CCR e BCC, podem ser desenhados sob duas maneiras de maximizar a eficiência, seja reduzindo o consumo de insumos e mantendo o mesmo nível de produção, que é o modelo orientado ao insumo; ou aumentando a produção, dados os níveis de insumos, que é o modelo orientado ao produto.

No modelo CCR, com CRS, a fronteira eficiente é uma reta que parte da origem até a unidade produtiva e formando um raio maior com o eixo dos insumos. E no modelo BCC com VRS forma uma fronteira convexa eficiente com as melhores unidades, independentemente da escala de operação e, assim, passa a "envolpar" as unidades ineficientes para cada escala de produção. No gráfico da figura 09, a seguir, Peña (2008), explica que: o envelope do Modelo BCC (com VRS) é constituído pelas unidades Av, B e C; e o modelo CCR (com CRS) é constituído pela reta que se origina no ponto 0 e que passa pela unidade B. Assim, no modelo BCC, as unidades B e C são consideradas eficientes, entretanto, no modelo CCR, apenas a unidade B é eficiente. Já a unidade A que é considerada ineficiente nos dois modelos, tanto no modelo BCC como no CCR, apresenta uma melhora em seu índice de eficiência, já que sua eficiência no modelo CCR (com CRS), ou seja, com retornos constantes orientada ao produto

é igual a ZAc/ZA e sua eficiência no modelo BCC (com VRS), ou seja, com retornos variáveis é igual a ZAv/ZA .

Figura 09 - Gráfico das curvas CCR e BCC



Fonte: Peña (2008, p. 95)

Estudos foram realizados com essa modelagem, no intuito de medir a eficiência da gestão pública. Faria, Januzzi e Silva (2008) aplicaram o modelo BCC (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984) para avaliar a eficiência de gastos públicos e indicadores sociais nas áreas de educação, saúde, cultura e saneamento em sessenta e dois municípios do Estado do Rio de Janeiro, no período correspondente ao final da década de noventa e ano 2000, obtendo como resultados da pesquisa que os municípios de São Gonçalo, Japeri, Queimados, Cantagalo, São João de Meriti e Resende são eficientes no que se refere às políticas públicas.

Silva e Almeida (2012) avaliaram, por meio da modelagem DEA, a eficiência da utilização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF nos municípios do Estado do Rio Grande do Norte e concluíram que quanto maior o repasse, maior era a eficiência do município.

Sampaio e Stosic (2005) utilizaram a análise envoltória de dados (DEA) para a avaliação da eficiência dos gastos públicos em 4.796 (quatro mil setecentos e noventa e seis municípios) brasileiros.

Hauner (2008) também realizou estudos para determinar a eficiência do gasto público em regiões da Rússia e constatou as regiões com melhor governança e menores despesas.

Hauner e Kyobe (2008) testaram a eficiência dos governos, usando a modelagem DEA, em 114 países, dentre os quais: Canadá, EUA, Reino Unido, Portugal, Brasil e Nigéria, cuja *proxy* de eficiência foram as áreas de educação e a saúde. Os resultados demonstraram uma forte evidência de que a eficiência diminui com o nível de gastos e que na área da educação não há uma relação expressiva entre o desempenho e os gastos. Acrescentam que injetar recursos financeiros em áreas problemáticas, como nas áreas da educação e saúde – *proxy* do

estudo, não significa alcançar as melhorias esperadas no serviço público, se não forem reforçadas as políticas de aumento de eficiência.

Outros estudos sobre a eficiência dos governos também foram realizados, como nos trabalhos de Gupta e Verhoeven (2001) e Afonso, Schuknechte e Tanzi (2006), tendo como *proxy* de eficiência as despesas do governo e indicadores sócio-econômicos, cuja análise dos resultados demonstraram que, independentemente do seu nível de renda, existem diferenças na eficiência entre os países analisados.

Em um segundo momento, também foi utilizado o questionário Saeb aplicado pelo INEP aos Diretores de Escolas de Ensino Fundamental, sob análise, quando da realização da Prova Brasil/2015, a fim de se averiguar a correlação entre as variáveis de gestão e os construtos do mencionado questionário.

O questionário dos Diretores foi elaborado pelo INEP/MEC, com base em 15 indicadores de qualidade do ensino estabelecidos pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem, do inglês “Teaching and Learning International Surve” (TALIS), a saber:

As organizações internacionais, como a OCDE, estabelecem indicadores para medir a qualidade da educação. Para a pesquisa TALIS, aqui tomada como exemplo, foram utilizados 15 indicadores para criar o questionário dos diretores e dos professores. Tal como consta no relatório da OCDE, esses indicadores foram: (1) Reconhecimento, feedback, recompensa e avaliação de professores; (2) Liderança escolar; (3) Práticas de ensino, crenças e atitudes; (4) Qualidade dos professores (experiência, qualificações, responsabilidades); (5) Satisfação e eficácia da educação e da formação; (6) Perfil de formação dos professores; (7) Ambiente escolar; (8) Divisão do tempo de trabalho; (9) Frequência e distribuição da educação e da formação; (10) Satisfação no trabalho e medidas de recursos humanos; (11) Motivação e experiência no início da carreira de novos professores; (12) Perfil dos novos professores; (13) Eficácia dos procedimentos e incentivos no recrutamento e seleção de professores (14) Desgaste dos professores e volume de trabalho; (15) Adequação da oferta de professores e escassez de professores. (OCDE, 2008, p. 27)

Esse questionário possui informações sobre a formação e experiência profissional dos Diretores, características funcionais; políticas, ações e programas escolares; recursos financeiros e livros didáticos; características da equipe escolar; visão sobre os problemas da escola e dificuldades de gestão; além de temas polêmicos como a violência na escola e ensino religioso. Essas informações propiciam a identificação de fatores cruciais para a melhoria do desempenho dos gestores e favorecem a formulação de ações e políticas voltadas para a qualidade do ensino e aprendizagem coletiva. As respostas desse questionário foram utilizadas na correlação das variáveis de gestão com os construtos mensurados pelo mencionado instrumento de pesquisa.

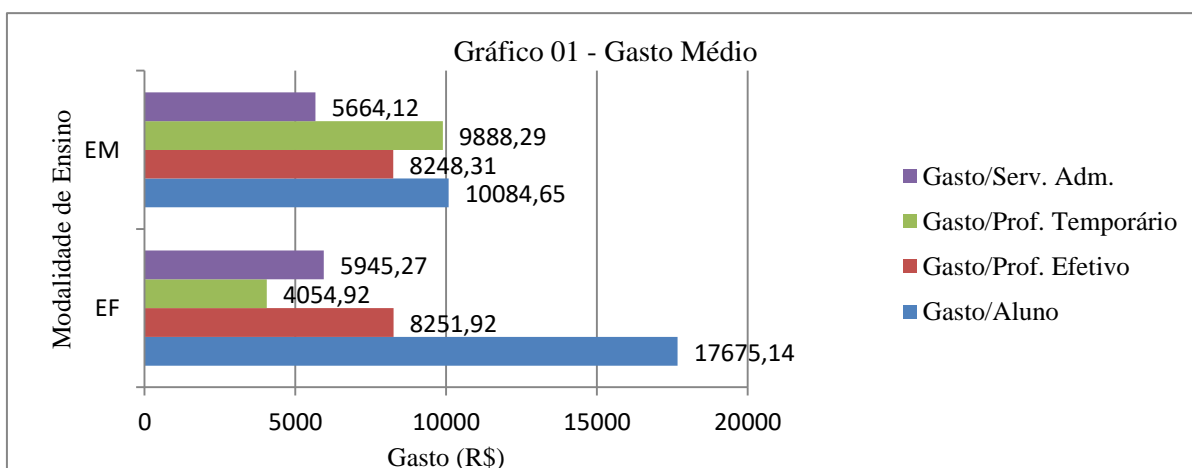
4. Resultados e Discussão

Este capítulo apresenta e debate os resultados obtidos com o presente estudo, após aplicação da metodologia proposta. De forma que para apuração dos dados coletados, foram utilizados os softwares SPSS, para análise estatística e OSDEA, para aplicação da modelagem de Análise Envoltória de Dados (DEA) e elaboração da fronteira de eficiência técnica.

Para a identificação dos gastos públicos na área de pessoal das Instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, da Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto/Cruzeiro do DF no ano 2015, foi realizado um levantamento, por meio da base de dados da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal e do INEP/MEC, dos quantitativos de professores (efetivos e temporários), de servidores do quadro administrativo, de estudantes, com seus respectivos gastos; além do número de salas de aula, com suas metragens, bem como os resultados referentes à taxa de aprovação, da Prova Brasil e do ENEM dos estudantes.

Assim, após o devido tratamento nas bases de dados disponibilizadas, foram elaboradas as planilhas referentes aos quantitativos de estudantes e de pessoal de cada Instituição de Ensino analisada, além de informações referentes à capacidade de absorção de estudantes, conforme Apêndices B, C, D, E, F, G, H, I e J, que possibilitaram, mediante a consolidação dos dados, chegar aos resultados das variáveis de gestão, apresentadas na Tabela 02, a seguir.

A partir dos dados da Tabela 02 foram elaborados os gráficos, a seguir, para análise dos resultados da pesquisa. Pelo Gráfico 01, abaixo, destaca-se que os gastos por aluno, nas modalidades de ensino fundamental e médio, ultrapassam o valor de R\$10.000,00/aluno. Além do fato de que o gasto com professor temporário na modalidade de ensino médio é superior ao gasto com professor efetivo e que o gasto com servidores administrativos não sofreram grandes variações.



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 02 – Variáveis de gestão (dados consolidados do estudo)

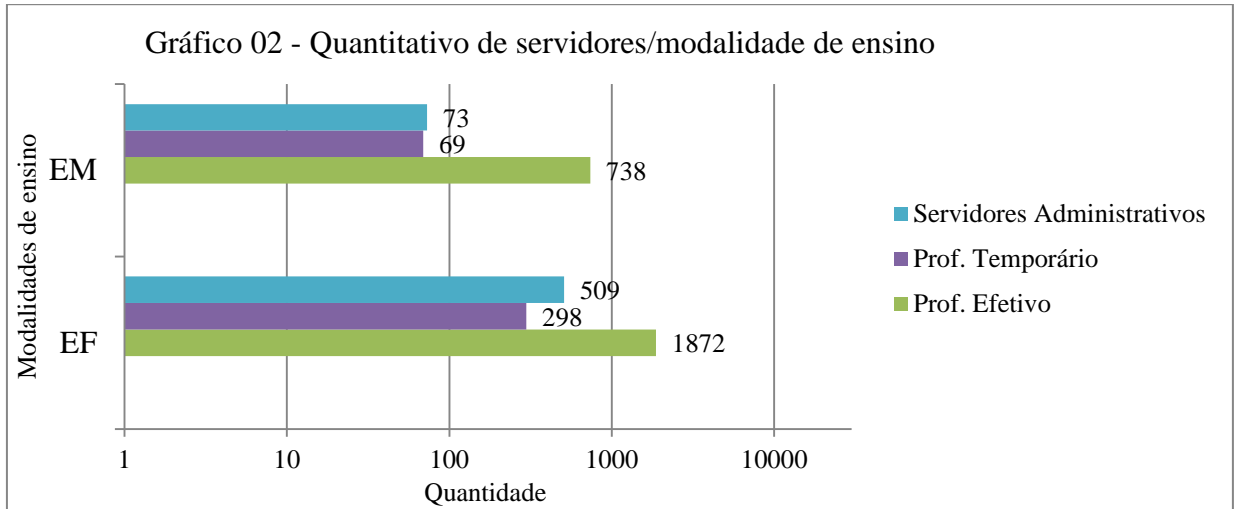
Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Qde. Salas de Aula	Salas de Aula (m²)	Qde. Aluno	Qde. Prof. Efetivo	Qde. Prof. Temporário	Qde Serv Adm	Gasto/Aluno (R\$)	Gasto/Prof. Efetivo (R\$)	Gasto/Prof. Temporário (R\$)	Gasto/Serv. Adm. (R\$)	Avaliações ENEM/Prova Brasil	Taxa Aprovação
53000846	CEF 01 de Brasília	10	542,34	450	22	5	3	6338,42	9029,57	3843,17	5980,68	279,6	90,6
53008774	CEF 01 do Cruzeiro	67	3109,47	664	52	10	9	10252,64	8773,01	4120,34	6112,6	223,15	93,1
53009410	CEF 01 do Lago Norte	40	1900,58	571	43	6	4	8939,90	8362,25	4374,42	6160,62	223,14	81,5
53000854	CEF 01 do Planalto	19	1094,4	334	31	7	8	11713,96	8051,99	3885,45	5398,69	207,69	90,9
53000870	CEF 03 de Brasília	16	720	397	37	4	11	11654,29	8280,66	4571,87	5580,61	267,62	96,7
53000889	CEF 04 de Brasília	14	680,4	389	29	4	6	9327,55	8866,39	3960,45	4859,29	276,04	91,9
53000897	CEF 05 de Brasília	16	728	417	35	4	8	9862,39	8067,49	3946,28	5871,5	267,68	82,8
53009584	CEF 06 de Brasília	22	827,26	529	51	24	3	13335,48	8788,22	5238,03	6539,12	220,59	82,6
53013972	CEF 07 de Brasília	30	1380	700	53	6	8	9112,19	8452,88	4238,79	7132,3	265,03	78,8
53001443	CEF 102 Norte	16	677,44	417	45	4	13	13057,34	8059,86	4483,67	5399,92	269,2	89,9
53001460	CEF 104 Norte	16	741,28	377	38	7	16	13323,58	7644,95	4043,78	5811,15	273,52	82,6
53001567	CEF 214 Sul	16	688	408	40	8	13	12365,25	7768,58	4207,66	5323,91	260,2	82,3
53001613	CEF 306 Norte	21	930,93	430	42	6	10	12329,16	8373,92	5057,05	5958,6	254,67	91,9
53001702	CEF 405 Sul	16	672	430	39	4	8	11020,59	8477,11	4350,30	5901,4	278,78	80,4
53001729	CEF 410 Norte	18	736,73	425	36	3	6	9953,30	8419,52	3471,49	5858,85	265,37	86,5
53008782	CEF Athos Bulcão	36	1804,88	893	57	0	8	2931,62	2898,36	0,00	5952,74	256,03	77,8
53001265	CEF CASEB	36	1707,84	694	59	10	12	11137,45	8554,79	4432,89	6719,31	259,05	80,0
53000919	CEF GAN	63	2929,32	431	34	5	8	9990,14	8335,77	3962,43	5924,59	266,41	88,2
53000927	CEF POLIVALENTE	91	4935,72	1091	48	8	9	5726,91	8765,90	4411,05	6245,9	278,18	97,5
53009525	EC 01 SHI SUL	18	917,78	431	28	5	5	187298,19	9074,11	3854,12	6671,18	240,41	94,5
53008820	EC 04 do Cruzeiro	16	852,6	235	32	6	11	18224,15	8210,83	4021,10	5932,21	240,4	94,3
53008839	EC 05 do Cruzeiro	16	832	152	33	5	13	28678,19	7859,03	3877,50	6228,6	248,47	97,4
53008847	EC 06 do Cruzeiro	13	602,16	299	32	4	9	14548,01	8844,98	4008,48	6433,54	225,67	91,9

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Qde. Salas de Aula	Salas de Aula (m²)	Qde. Aluno	Qde. Prof. Efetivo	Qde. Prof. Temporário	Qde Serv Adm	Gasto/Aluno (R\$)	Gasto/Prof. Efetivo (R\$)	Gasto/Prof. Temporário (R\$)	Gasto/Serv. Adm.(R\$)	Avaliações ENEM/Prova Brasil	Tx. Aprovação
53008855	EC 08 do Cruzeiro	37	1727,96	297	60	9	15	25435,68	8361,00	3893,27	5385,38	235,65	94,0
53001451	EC 102 Sul	18	514	318	33	3	13	14394,91	8584,38	4084,57	6063,58	236,88	94,1
53001478	EC 106 Norte	16	748,8	351	30	5	9	11817,65	8860,35	4058,33	6030,61	258,36	96,4
53001486	EC 108 Sul	15	720	279	35	5	17	17961,54	8322,12	4141,26	5949,53	234,34	97,4
53001494	EC 111 Sul	16	646,8	208	35	7	15	24149,47	8557,20	4204,20	5790,5	248,64	97,9
53001508	EC 113 Norte	17	1267,69	315	33	1	6	12737,20	8679,64	3646,94	6580,02	254,8	95,1
53001516	EC 114 Sul	15	509,6	323	37	5	11	14841,74	8371,63	3977,44	5967,75	235,71	97,4
53001524	EC 115 Norte	17	809,2	249	31	5	11	17219,82	8415,76	3815,40	6425,12	240,15	95,1
53001532	EC 204 Sul	17	682,39	359	25	4	7	8925,77	8089,91	4282,29	5955,75	249,44	97,1
53001540	EC 206 Sul	18	808	284	33	5	10	14632,96	7983,17	4098,40	6302,93	229,26	90,8
53001575	EC 302 Norte	12	606,84	250	28	5	12	15396,23	8115,00	4121,70	5890,93	248,81	91,3
53001583	EC 304 Norte	14	588	276	21	5	3	10285,88	9292,44	4020,54	5883,83	245,22	99,6
53001591	EC 304 Sul	15	737,1	188	29	3	8	21037,54	8377,46	4168,14	6450,41	246,12	95,4
53001605	EC 305 Sul	16	671,08	327	27	6	10	11312,00	8457,48	3965,37	5662,37	252,76	89,7
53001621	EC 308 Sul	12	589,68	307	27	2	10	11512,81	8263,58	4340,19	5679,28	247,55	94,4
53001630	EC 312 Norte	16	688	274	29	9	8	15042,71	8810,74	3996,13	5799,32	238,61	94,7
53001648	EC 314 Sul	17	552	311	35	3	15	14141,90	7418,01	4125,52	5794,31	261,68	93,9
53001672	EC 316 Sul	23	1807,72	349	41	7	14	15905,47	8337,44	4207,72	5912,8	236	95,6
53001680	EC 403 Norte	14	613,9	285	32	2	13	14742,93	8044,90	3565,53	6244,91	236,27	97,1
53001699	EC 405 Norte	18	855,72	189	38	5	15	26290,93	8012,43	4242,78	5417,41	234,61	96,3
53001710	EC 407 Norte	14	737,52	176	24	4	7	17650,48	8014,79	4093,66	5897,32	232,42	95,4
53001737	EC 410 Sul	15	584,46	197	31	5	11	20882,29	8110,06	4090,20	6171,04	228,39	91,9
53001745	EC 411 Norte	10	490	203	28	2	8	17569,31	8884,51	4545,17	5122,02	228,01	99,0
53001761	EC 415 Norte	14	676,2	233	25	4	7	13465,98	7997,07	3941,91	6027,28	236,74	91,0
53001770	EC 416 Sul	27	1134	189	42	8	13	29304,54	8259,26	5333,90	5762,04	222,92	88,4

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Qde. Salas de Aula	Salas de Aula (m²)	Qde. Aluno	Qde. Prof. Efetivo	Qde. Prof. Temporário	Qde Serv Adm	Gasto/Aluno (R\$)	Gasto/Prof. Efetivo (R\$)	Gasto/Prof. Temporário (R\$)	Gasto/Serv. Adm. (R\$)	Avaliações ENEM/Prova Brasil	Taxa Aprovação
53001788	EC 708 Norte	14	620,8	230	36	4	15	20689,34	8071,96	4124,00	5486,14	226,89	95,1
53012798	EC ASPALHA	10	366,14	174	16	4	4	11478,94	8068,52	3640,36	5506,54	216,51	97,0
53001800	EC DO SMU	12	640,8	241	32	3	8	16359,34	8370,37	3877,17	5935,71	251,85	94,8
53001818	EC Granja do Torto	10	430	126	21	3	7	21900,57	8280,03	4064,51	5816	226,04	93,5
53009436	EC Varjão	45	2308,79	648	42	20	6	8575,70	7980,62	3883,69	6191,4	212,73	85,5
53001010	CEM Asa Norte - CEAN	18	864	822	45	5	4	6274,17	8420,70	3763,02	5459,55	528,82	77,1
53001036	CEM Elefante Branco	86	4712,8	1.563	93	10	6	7074,77	8971,92	3736,09	5714,42	514,25	77,0
53000986	CEM Paulo Freire	28	1506,96	819	42	5	2	5988,13	8638,33	4291,55	5767,26	517,17	81,5
53001206	CEM Setor Leste	46	2140,42	1.461	76	8	4	6301,33	9156,75	4250,03	5628,77	535,55	85,7
53001214	CEM Setor Oeste	79	3695,08	978	93	7	12	10151,41	7836,52	3568,34	5537,35	537,35	86,2
53008790	CED 01 do Cruzeiro	4	192	351	40	1	3	12693,05	8634,34	3824,33	5215,85	517,90	96,6
53008804	CED 02 do Cruzeiro	103	4923,7	483	96	8	25	22787,79	7676,32	3421,89	5516,11	507,63	81,9
53009479	CED do Lago	27	1254,55	840	64	7	6	7967,63	7690,34	4116,42	5899,89	516,71	83,8
53012356	CED do Lago Norte	75	3887,48	846	61	8	1	7327,49	7723,23	4089,88	6039,57	489,93	74,0
53001044	CED GISNO	113	5791,97	918	128	10	10	14280,75	7734,64	3821,38	5862,4	501,99	45,0

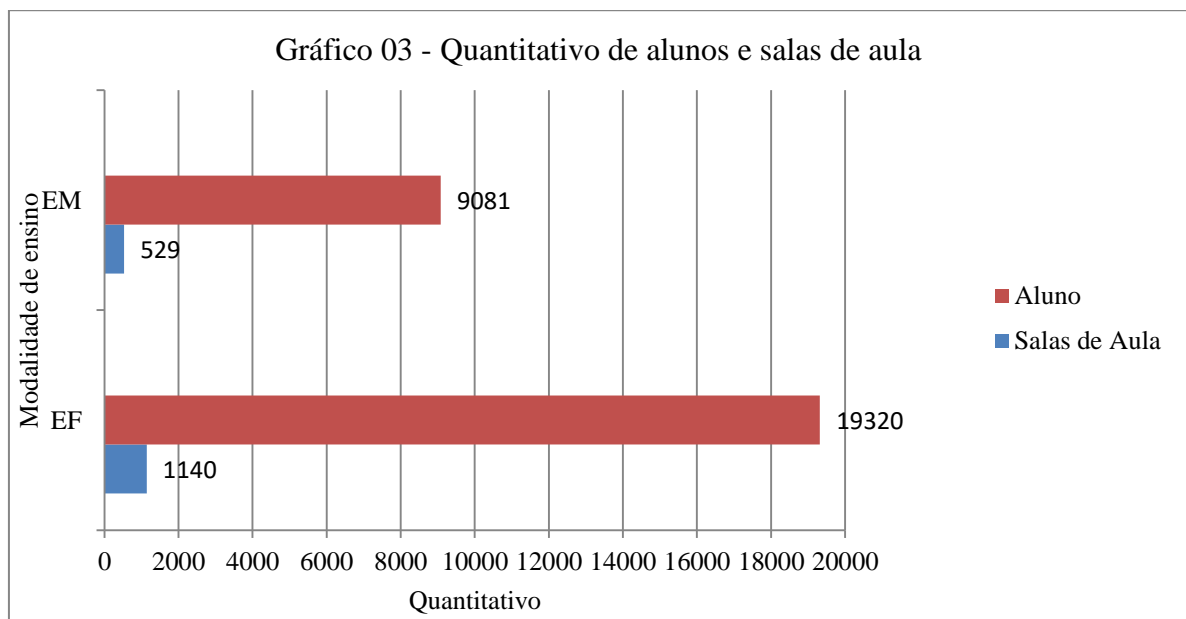
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 02, a seguir, apresenta os quantitativos de mão-de-obra disponíveis por modalidade de ensino. Percebe-se que predomina uma maior concentração de servidores nas unidades escolares de nível fundamental.



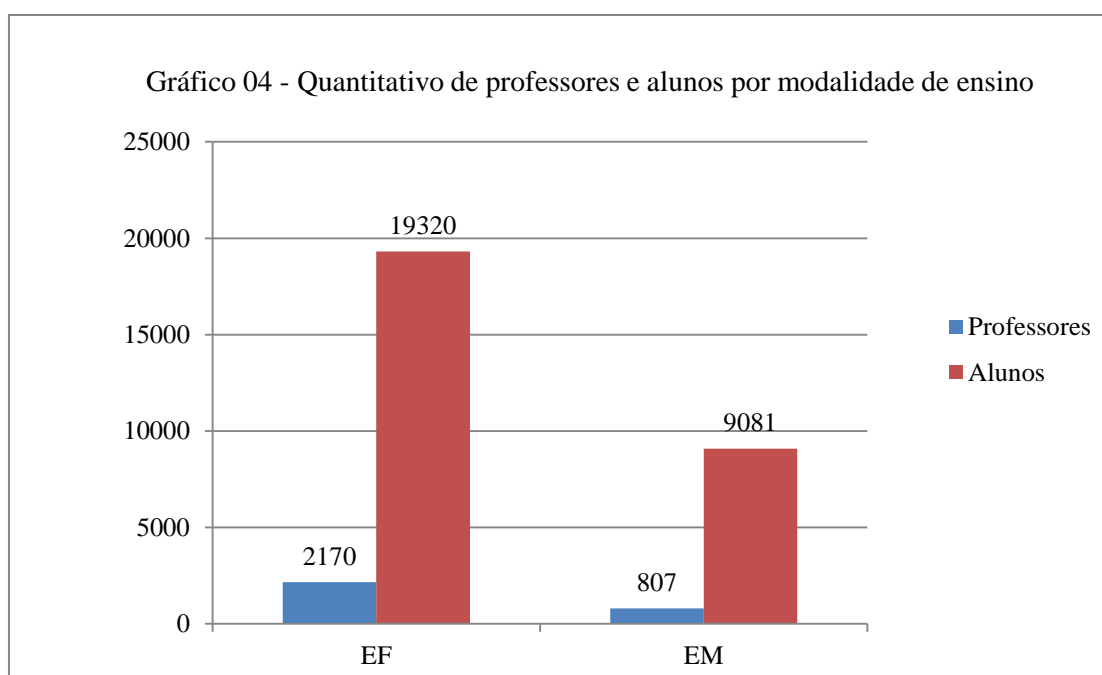
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 03, abaixo, apresenta os quantitativos de alunos e de salas de aula disponíveis por modalidade de ensino. Percebe-se que a predominância do número de alunos matriculados no ensino fundamental em relação aos alunos matriculados no ensino médio. Pelos quantitativos também é fácil de se deduzir que a relação alunos/salas de aula é a mesma para ambas as modalidades de ensino, qual seja, igual a 17 alunos/salas de aula.



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 04, abaixo, apresenta os quantitativos de professores e aluno por modalidades de ensino. Percebe-se maior concentração de professores por aluno na modalidade de ensino médio, de forma desproporcional ao quantitativo de alunos nas duas modalidades de ensino.



Fonte: Elaboração própria.

Os índices de eficiência de cada Instituição de Ensino, sob análise, foram estabelecidos, por meio da modelagem Análise Envoltória de Dados – do inglês “Data Envelopment Analysis” (DEA), que é uma técnica não paramétrica de programação matemática e que possibilita a construção de fronteiras de produção de unidades produtivas - DMU’s, a fim de se transformar múltiplos insumos em múltiplos produtos. Na pesquisa foi utilizado o modelo que possibilita traçar as fronteiras eficientes com retornos variáveis de escala, BCC-O, orientado ao produto, por possibilitar a obtenção de maior nível de produto, mantendo-se constantes os seus insumos. Para o alcance de tal finalidade foi utilizado o software OSDEA e elaborada a Tabela 03, a seguir, a partir dos dados consolidados na Tabela 02 apresentada anteriormente, com os valores referentes ao espaço m^2 /aluno e o número de funcionários/aluno.

Tabela 03 – Variáveis utilizadas para estabelecer os índices de eficiência das Instituições de Ensino

Insumo (Inputs)	Produto (Outputs)
<ul style="list-style-type: none"> - Espaço m^2/aluno; - Número de funcionários/aluno; e - Gasto/aluno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Indicador de Rendimento (Taxa de aprovação dos estudantes) - Resultados da Prova Brasil (Ensino Fundamental) e do ENEM (Ensino Médio).

Fonte: Elaboração própria

Assim, na modelagem DEA, utilizada na presente pesquisa, foram consideradas como insumo (input) e produto (output) do modelo as variáveis de cada uma das Instituições de Ensino analisadas, conforme Tabela 04, na sequência.

As variáveis de insumo (inputs) foram escolhidas por se tratarem de dados fundamentais na análise do gasto público com pessoal, objeto do estudo e as variáveis de produto (outputs), pelo fato de apresentarem os resultados de indicadores e de exames estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC), referentes a cada uma das Instituições de Ensino analisadas, obtidos por meio do site do INEP.

De forma que a escolha de cada uma das variáveis de insumo e de produto se deu pelos motivos abaixo apresentados:

- Espaço m²/aluno: por possibilitar que fossem incluídos nos índices de eficiência um fator relacionado à infraestrutura das Instituições de Ensino. Possibilitando, assim, a identificação de espaço físico/m² para cada aluno, ou seja, expressa o número de salas de aula utilizadas em relação ao total de alunos matriculados.

- Número de funcionários/aluno: por permitir uma análise quantitativa da mão-de-obra disponível, ou seja, professores efetivos, temporários e servidores administrativos, de cada Instituição de Ensino.

- Gasto/aluno: pela sua abrangência, já que inclui os gastos relativos as despesas com professores efetivos e temporários, servidores administrativos, além de despesas tais como: aquisição de materiais de consumo, pagamento com despesas de água, energia, telefonia, gás, entre outras, que são atendidas por meio do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF), disponibilizado as unidades escolares a cada exercício financeiro, a fim de se promover a autonomia financeira de cada Instituição. Em outras palavras, pode-se dizer que mede o gasto em educação por aluno no sistema educacional, em determinado nível de ensino.

- Indicador de Rendimento (Taxa de aprovação dos estudantes): por se tratar de um indicador de desempenho que expressa o percentual de alunos aprovados em cada unidade escolar.

- Resultados das avaliações da Prova Brasil (EF) e do ENEM (EM): por possibilitarem avaliar o desempenho dos estudantes nas modalidades de ensino fundamental e de ensino médio.

Tabela 04: Dados utilizados na modelagem DEA

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Espaço m ² /Aluno	Nº Funcionários/Aluno	Gasto/Aluno	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
53000846	CEF 01 de Brasília	1.21	0.0666666666666667	6338.42	279.6	90.6
53008774	CEF 01 do Cruzeiro	4.68	0.106927710843373	10252.64	223.15	93.1

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Espaço m2/Aluno	Nº Funcionários/Aluno	Gasto/Aluno	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
53009410	CEF 01 do Lago Norte	3.33	0.0928196147110333	8939.9	223.14	81.5
53000854	CEF 01 do Planalto	3.28	0.137724550898204	11713.96	207.69	90.9
53000870	CEF 03 de Brasília	1.81	0.130982367758186	11654.29	267.62	96.7
53000889	CEF 04 de Brasília	1.75	0.10025706940874	9327.55	276.04	91.9
53000897	CEF 05 de Brasília	1.75	0.112709832134293	9862.39	267.68	82.8
53009584	CEF 06 de Brasília	1.56	0.147448015122873	13335.48	220.59	82.6
53013972	CEF 07 de Brasília	1.97	0.0957142857142857	9112.19	265.03	78.8
53001443	CEF 102 Norte	1.62	0.148681055155875	13057.34	269.2	89.9
53001460	CEF 104 Norte	1.97	0.161803713527851	13323.58	273.52	82.6
53001567	CEF 214 Sul	1.69	0.149509803921569	12365.25	260.2	82.3
53001613	CEF 306 Norte	2.16	0.134883720930233	12329.16	254.67	91.9
53001702	CEF 405 Sul	1.56	0.118604651162791	11020.59	278.78	80.4
53001729	CEF 410 Norte	1.73	0.105882352941176	9953.3	265.37	86.5
53008782	CEF Athos Bulcão	2.02	0.0727883538633819	2931.62	256.03	77.8
53001265	CEF CASEB	2.46	0.11671469740634	11137.45	259.05	80,0
53000919	CEF GAN	6.8	0.109048723897912	9990.14	266.41	88.2
53000927	CEF Polivalente	4.52	0.0595783684692942	5726.91	278.18	97.5
53009525	EC 01 SHI SUL	2.13	0.0881670533642691	187298.19	240.41	94.5
53008820	EC 04 do Cruzeiro	3.63	0.208510638297872	18224.15	240.4	94.3
53008839	EC 05 do Cruzeiro	5.47	0.335526315789474	28678.19	248.47	97.4
53008847	EC 06 do Cruzeiro	2.01	0.150501672240803	14548.01	225.67	91.9
53008855	EC 08 do Cruzeiro	5.82	0.282828282828283	25435.68	235.65	94,0
53001451	EC 102 Sul	1.62	0.154088050314465	14394.91	236.88	94.1
53001478	EC 106 Norte	2.13	0.125356125356125	11817.65	258.36	96.4
53001486	EC 108 Sul	2.58	0.204301075268817	17961.54	234.34	97.4
53001494	EC 111 Sul	3.11	0.274038461538462	24149.47	248.64	97.9
53001508	EC 113 Norte	4.02	0.126984126984127	12737.2	254.8	95.1
53001516	EC 114 Sul	1.58	0.164086687306502	14841.74	235.71	97.4
53001524	EC 115 Norte	3.25	0.188755020080321	17219.82	240.15	95.1
53001532	EC 204 Sul	1.90	0.100278551532033	8925.77	249.44	97.1
53001540	EC 206 Sul	2.85	0.169014084507042	14632.96	229.26	90.8
53001575	EC 302 Norte	2.43	0.18	15396.23	248.81	91.3
53001583	EC 304 Norte	2.13	0.105072463768116	10285.88	245.22	99.6
53001591	EC 304 Sul	3.92	0.212765957446809	21037.54	246.12	95.4
53001605	EC 305 Sul	2.05	0.131498470948012	11312	252.76	89.7
53001621	EC 308 Sul	1.92	0.127035830618893	11512.81	247.55	94.4
53001630	EC 312 Norte	2.51	0.167883211678832	15042.71	238.61	94.7
53001648	EC 314 Sul	1.77	0.170418006430868	14141.9	261.68	93.9
53001672	EC 316 Sul	5.18	0.177650429799427	15905.47	236	95.6
53001680	EC 403 Norte	2.15	0.164912280701754	14742.93	236.27	97.1
53001699	EC 405 Norte	4.53	0.306878306878307	26290.93	234.61	96.3
53001710	EC 407 Norte	4.19	0.198863636363636	17650.48	232.42	95.4
53001737	EC 410 Sul	2.97	0.238578680203046	20882.29	228.39	91.9
53001745	EC 411 Norte	2.41	0.187192118226601	17569.31	228.01	99,0

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Espaço m2/Aluno	Nº Funcionários/Aluno	Gasto/Aluno	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
53001761	EC 415 Norte	2.90	0.15450643776824	13465.98	236.74	91,0
53001770	EC 416 Sul	6.0	0.3333333333333333	29304.54	222.92	88.4
53001788	EC 708 Norte	2.70	0.239130434782609	20689.34	226.89	95.1
53012798	EC ASPALHA	2.10	0.137931034482759	11478.94	216.51	97,0
53001800	EC DO SMU	2.66	0.178423236514523	16359.34	251.85	94.8
53001818	EC Granja do Torto	3.41	0.246031746031746	21900.57	226.04	93.5
53009436	EC Varjão	3.56	0.104938271604938	8575.7	212.73	85.5
53001010	CEM Asa Norte-CEAN	1.05	0.0656934306569343	6274.17	528.82	77.1
53001036	CEM Elefante Branco	3.02	0.0697376839411388	7074.77	514.25	77,0
53000986	CEM Paulo Freire	1.84	0.0598290598290598	5988.13	517.17	81.5
53001206	CEM Setor Leste	1.47	0.0602327173169062	6301.33	535.55	85.7
53001214	CEM Setor Oeste	3.78	0.114519427402863	10151.41	537.35	86.2
53008790	CED 01 do Cruzeiro	3.28	0.125356125356125	12693.05	517.9	96.6
53008804	CED 02 do Cruzeiro	2.98	0.267080745341615	22787.79	507.63	81.9
53009479	CED do Lago	1.49	0.0916666666666667	7967.63	516.71	83.8
53012356	CED do Lago Norte	4.60	0.08274231678487	7327.49	489.93	74,0
53001044	CED GISNO	6.31	0.161220043572985	14280.75	501.99	45,0

Fonte: Elaboração própria

Assim, os dados constantes na Tabela 03, foram incluídos no software OSDEA, que apresentou os índices de eficiência para cada unidade escolar, conforme Tabela 05, a seguir:

Tabela 05 – Índices de Eficiência das Instituições de Ensino (modelagem BCC-O)

Instituições de Ensino Fundamental e Médio (DMU's)	Cód. DMU's	Índice de Eficiência (Fronteira Clássica)
CEF 01 de Brasília	53000846	1
CEF 01 do Cruzeiro	53008774	0,93488267
CEF 01 do Lago Norte	53009410	0,82522301
CEF 01 do Planalto	53000854	0,9126506
CEF 03 de Brasília	53000870	0,99580491
CEF 04 de Brasília	53000889	0,96336305
CEF 05 de Brasília	53000897	0,87129718
CEF 06 de Brasília	53009584	0,8588578
CEF 07 de Brasília	53013972	0,82269315
CEF 102 Norte	53001443	0,93940376
CEF 104 Norte	53001460	0,85624311
CEF 214 Sul	53001567	0,86193264
CEF 306 Norte	53001613	0,92949637
CEF 405 Sul	53001702	0,85913639
CEF 410 Norte	53001729	0,90757429
CEF Athos Bulcão	53008782	1
CEF CASEB	53001265	0,80989008
CEF GAN	53000919	0,89322917
CEF POLIVALENTE	53000927	1
EC 01 SHI SUL	53009525	0,97790965

Instituições de Ensino Fundamental e Médio (DMU's)	Cód. DMU's	Índice de Eficiência (Fronteira Clássica)
EC 04 do Cruzeiro	53008820	0,94767214
EC 05 do Cruzeiro	53008839	0,97884371
EC 06 do Cruzeiro	53008847	0,92722562
EC 08 do Cruzeiro	53008855	0,94422868
EC 102 Sul	53001451	0,96832245
EC 106 Norte	53001478	0,97377861
EC 108 Sul	53001486	0,97791165
EC 111 Sul	53001494	0,98374968
EC 113 Norte	53001508	0,95704113
EC 114 Sul	53001516	1
EC 115 Norte	53001524	0,95546555
EC 204 Sul	53001532	1
EC 206 Sul	53001540	0,91226026
EC 302 Norte	53001575	0,9192505
EC 304 Norte	53001583	1
EC 304 Sul	53001591	0,95904023
EC 305 Sul	53001605	0,9135955
EC 308 Sul	53001621	0,96166087
EC 312 Norte	53001630	0,95138978
EC 314 Sul	53001648	0,96656424
EC 316 Sul	53001672	0,95990692
EC 403 Norte	53001680	0,9748996
EC 405 Norte	53001699	0,96686747
EC 407 Norte	53001710	0,95783133
EC 410 Sul	53001737	0,9229196
EC 411 Norte	53001745	0,9939759
EC 415 Norte	53001761	0,91501979
EC 416 Sul	53001770	0,88811751
EC 708 Norte	53001788	0,95481928
EC ASPALHA	53012798	0,97507037
EC DO SMU	53001800	0,95379125
EC Granja do Torto	53001818	0,93875502
EC Varjão	53009436	0,86527743
CEM Asa Norte – CEAN	53001010	1
CEM Elefante Branco	53001036	0,95966306
CEM Paulo Freire	53000986	1
CEM Setor Leste	53001206	1
CEM Setor Oeste	53001214	1
CED 01 do Cruzeiro	53008790	1
CED 02 do Cruzeiro	53008804	0,94719419
CED do Lago	53009479	0,97434378
CED do Lago Norte	53012356	0,91399777
CED GISNO	53001044	0,93419559

Fonte: Elaboração Própria

Considerando os resultados, apresentados na Tabela 05, dos índices de eficiência (fronteira clássica) de cada uma das Instituições de Ensino analisadas, podemos avaliar que das 63 unidades escolares de ensino fundamental de médio, objeto de estudo, 11 apresentaram-se como eficientes, ou seja, com índice igual a 1.

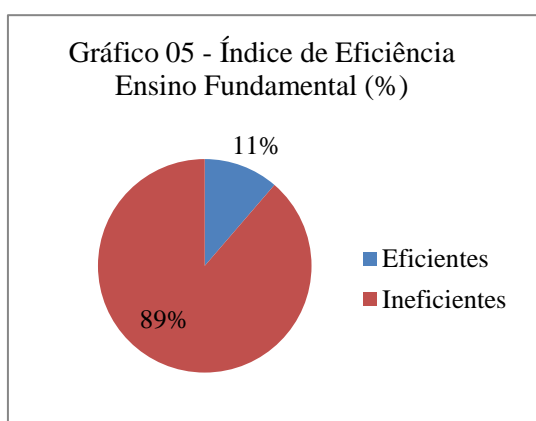
A Tabela 06, abaixo, apresenta a síntese dos maiores e menores índices de eficiência pela fronteira clássica.

Tabela 06 – Síntese dos maiores e menores índices de eficiência (fronteira clássica)

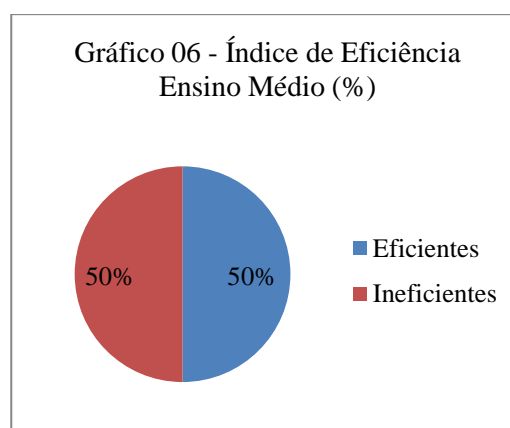
Majores		Menores	
DMU's	Índice	DMU's	Índice
CEF 01 de Brasília	1	CEF GAN	0,89323
CEF Athos Bulcão	1	EC 416 Sul	0,88812
CEF Polivalente	1	CEF 05 de Brasília	0,8713
EC 114 Sul	1	EC Varjão	0,86528
EC 204 Sul	1	CEF 214 Sul	0,86193
EC 304 Norte	1	CEF 405 Sul	0,85914
CEM Asa Norte - CEAN	1	CEF 06 de Brasília	0,85886
CEM Paulo Freire	1	CEF 104 Norte	0,85624
CEM Setor Leste	1	CEF 01 do Lago Norte	0,82522
CEM Setor Oeste	1	CEF 07 de Brasília	0,82269
CED 01 do Cruzeiro	1	CEF Caseb	0,80989

Fonte: Elaboração própria

Considerando que 06 instituições de ensino fundamental e 05 de ensino médio foram identificadas como eficientes, os gráficos 05 e 06, abaixo, demonstram, em percentuais e por modalidade de ensino, as unidades escolares classificadas como eficientes e ineficientes. Percebe-se que esses percentuais de Instituições de Ensino Fundamental e Médio consideradas eficientes são, respectivamente, 11% e 50%.



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

Com o propósito de se estabelecer uma classificação das Instituições de Ensino, objeto de estudo, por índice de eficiência (fronteira clássica) e considerando que dessas unidades (DMU's) 11 foram qualificadas como eficientes, foi estabelecida a fronteira invertida, por

meio da inversão das variáveis de insumos e produtos no software OSDEA, com a mesma modelagem BCC-O, a fim de se identificar qual dessas 11 unidades escolares (DMU's) foi a mais eficiente de todas, cujo resultado foi um novo índice de eficiência para as unidades. Assim, foi estabelecida a fronteira composta, por meio da diferença entre a fronteira clássica e a fronteira invertida, acrescentando-se +1 e tirando-se a média, ou seja:

$$\text{Fronteira composta} = \frac{(\text{fronteira clássica} - \text{fronteira invertida}) + 1}{2}$$

2

Na sequência, é atribuído o índice de eficiência igual a 1 para a unidade escolar (DMU's) com maior índice de eficiência e normalizou-se as demais DMU's em relação aquela que foi qualificada como a mais eficiente dentre todas. Assim, foi elaborada a Tabela 07, a seguir, que apresenta os novos índices de eficiência de cada uma das DMU's com a classificação final por índices de eficiência.

Tabela 07 – Classificação final das DMU's por índice de eficiência (Fronteira Composta*)

BCC-O						
Posição	Instituições de EF e EM	Cód. DMU's	Fronteira Clássica	Fronteira Invertida	Fronteira Composta	Índice de Eficiência (Composta*)
1º	CEF 01 de Brasília	53000846	1	0,203143605	1,296856395	1
2º	CEM Asa Norte - CEAN	53001010	1	0,23025078	1,26974922	0,97909808
3º	CEM Setor Leste	53001206	1	0,238602401	1,261397599	0,972658182
4º	CEM Paulo Freire	53000986	1	0,290054088	1,209945912	0,932984011
5º	EC 204 Sul	53001532	1	0,314423435	1,185576565	0,914192913
6º	CED do Lago	53009479	0,974343784	0,290921329	1,183422455	0,912531889
7º	CEF 04 de Brasília	53000889	0,963363053	0,302555688	1,160807365	0,895093492
8º	EC 304 Norte	53001583	1	0,352202556	1,147797444	0,885061598
9º	CEF 03 de Brasília	53000870	0,995804911	0,392356073	1,103448838	0,850864581
10º	EC 106 Norte	53001478	0,973778609	0,378601433	1,095177176	0,844486339
11º	EC 308 Sul	53001621	0,961660866	0,381705688	1,079955178	0,832748723
12º	CEF 410 Norte	53001729	0,907574288	0,327955215	1,079619073	0,832489554
13º	CEF 306 Norte	53001613	0,929496373	0,406078997	1,023417376	0,789152671
14º	EC 305 Sul	53001605	0,913595497	0,394120883	1,019474614	0,786112424
15º	CEF 05 de Brasília	53000897	0,871297175	0,362265236	1,009031939	0,778060123
16º	EC 114 Sul	53001516	1	0,493177129	1,006822871	0,776356721
17º	EC 102 Sul	53001451	0,968322455	0,464933943	1,003388512	0,773708501
18º	CEM Elefante Branco	53001036	0,959663063	0,46280941	0,996853654	0,768669501
19º	CEF 102 Norte	53001443	0,939403764	0,445747941	0,993655822	0,766203667
20º	EC 403 Norte	53001680	0,974899598	0,494912074	0,979987524	0,755664102
21º	CED 01 do Cruzeiro	53008790	1	0,524287435	0,975712565	0,752367699
22º	EC 06 do Cruzeiro	53008847	0,927225618	0,456757589	0,97046803	0,748323661
23º	CEF 405 Sul	53001702	0,859136387	0,396155361	0,962981026	0,742550465
24º	EC 314 Sul	53001648	0,966564238	0,50920677	0,957357468	0,738214164
25º	EC 312 Norte	53001630	0,951389782	0,50382021	0,947569572	0,73066676
26º	EC 415 Norte	53001761	0,915019788	0,480056341	0,934963447	0,720946233
27º	CEF Athos Bulcão	53008782	1	0,571386937	0,928613063	0,716049479
28º	EC 411 Norte	53001745	0,993975904	0,565785351	0,928190552	0,715723683
29º	EC ASPALHA	53012798	0,975070366	0,549513906	0,92555646	0,713692546

BCC-O						
Posição	Instituições de EF e EM	Cód. DMU's	Fronteira Clássica	Fronteira Invertida	Fronteira Composta	Índice de Eficiência (Composta*)
30°	EC DO SMU	53001800	0,953791252	0,536810162	0,916981089	0,707080115
31°	CEM Setor Oeste	53001214	1	0,583811812	0,916188188	0,706468712
32°	EC 206 Sul	53001540	0,912260256	0,506215853	0,906044403	0,698646884
33°	EC 115 Norte	53001524	0,955465555	0,5679783	0,887487255	0,684337548
34°	EC 302 Norte	53001575	0,919250501	0,538857685	0,880392816	0,678867057
35°	EC 108 Sul	53001486	0,977911647	0,612027038	0,865884608	0,667679841
36°	CEF 214 Sul	53001567	0,861932644	0,496461721	0,865470923	0,667360851
37°	CEF 07 de Brasília	53013972	0,822693154	0,466754494	0,85593866	0,660010564
38°	CEF POLIVALENTE	53000927	1	0,664705882	0,835294118	0,644091648
39°	CEF 104 Norte	53001460	0,856243115	0,521389042	0,834854073	0,643752331
40°	EC 113 Norte	53001508	0,957041129	0,627448985	0,829592144	0,639694881
41°	EC 04 do Cruzeiro	53008820	0,947672143	0,624396007	0,823276136	0,634824635
42°	EC 304 Sul	53001591	0,959040227	0,659394867	0,799645359	0,616603046
43°	EC 407 Norte	53001710	0,957831325	0,681935703	0,775895622	0,598289727
44°	CEF CASEB	53001265	0,809890076	0,543205729	0,766684347	0,591186953
45°	EC 708 Norte	53001788	0,954819277	0,716658702	0,738160575	0,569192397
46°	CED do Lago Norte	53012356	0,913997772	0,692882197	0,721115574	0,556049071
47°	EC 410 Sul	53001737	0,9229196	0,714866147	0,708053453	0,545976926
48°	EC Granja do Torto	53001818	0,93875502	0,738918855	0,699836165	0,539640612
49°	EC 111 Sul	53001494	0,983749679	0,819722718	0,664026961	0,512028291
50°	CEF 01 do Cruzeiro	53008774	0,934882674	0,779450376	0,655432298	0,505400983
51°	EC 316 Sul	53001672	0,959906918	0,830047457	0,629859461	0,485681881
52°	CED 02 do Cruzeiro	53008804	0,947194192	0,86839713	0,578797062	0,446307888
53°	EC 405 Norte	53001699	0,96686747	0,91787204	0,54899543	0,423327979
54°	EC 08 do Cruzeiro	53008855	0,94422868	0,95177961	0,49244907	0,379725328
55°	EC 05 do Cruzeiro	53008839	0,97884371	1	0,47884371	0,369234294
56°	EC 01 SHI SUL	53009525	0,977909654	1	0,477909654	0,368514048
57°	CED GISNO	53001044	0,934195589	1	0,434195589	0,334806323
58°	CEF 01 do Planalto	53000854	0,912650602	1	0,412650602	0,318193078
59°	CEF GAN	53000919	0,893229168	1	0,393229168	0,303217295
60°	EC 416 Sul	53001770	0,888117509	1	0,388117509	0,299275717
61°	EC Varjão	53009436	0,865277426	1	0,365277426	0,281663829
62°	CEF 06 de Brasília	53009584	0,8588578	1	0,3588578	0,276713683
63°	CEF 01 do Lago Norte	53009410	0,825223006	1	0,325223006	0,25077804

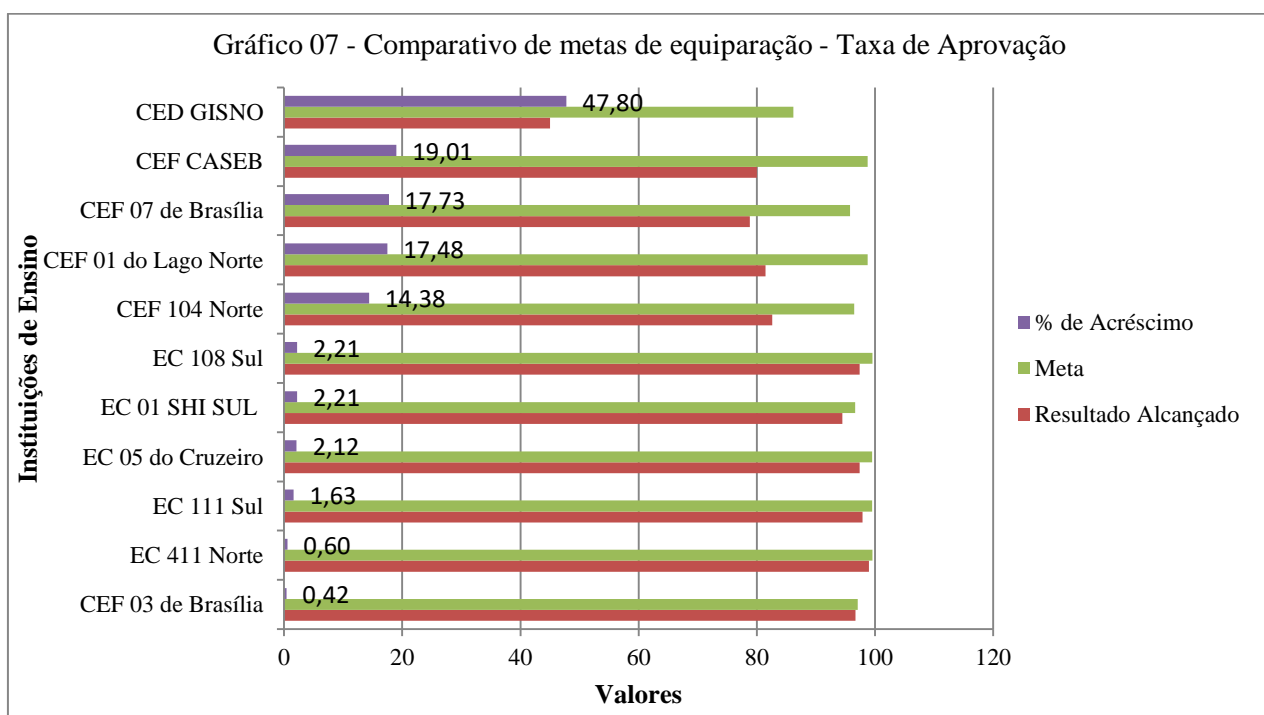
Fonte: Elaboração Própria

Pela Tabela 07, acima, percebe-se a grande dispersão dos índices de eficiência das unidades escolares, de forma que as cinco melhores classificadas foram: 03 Instituições de Ensino Médio e 02 de Ensino Fundamental, quais sejam: CEF 01 de Brasília, CEM Asa Norte (CEAN), CEM Setor Leste, CEM Paulo Freire e Escola Classe 204 Sul. Destaca-se que a unidade escolar melhor classificada foi o Centro de Ensino Fundamental - CEF 01 de Brasília e em última posição ficou o Centro de Ensino Fundamental - CEF 01 do Lago Norte.

A pesquisa também tem como objetivo estabelecer metas de equiparação de desempenho, por meio das variáveis de produto (output), das Instituições de Ensino analisadas. Essas metas tem por finalidade identificar os níveis de crescimento, com seus respectivos percentuais, em

cada variável de produto (output) para o alcance da equiparação de eficiência almejada. Para isso foi elaborada a Tabela 08, a seguir, a fim de possibilitar uma análise comparativa entre os resultados alcançados e as metas, com os seus respectivos percentuais de acréscimo, de cada variável de produto, ou seja, Taxa de Aprovação e Avaliações do ENEM e da Prova Brasil, com o intuito de possibilitar que as Instituições de Ensino classificadas pela modelagem DEA como ineficientes possam alcançar o patamar daquelas unidades escolares (DMU's) eficientes.

Percebe-se pela Tabela 08, abaixo, que dentre as unidades escolares analisadas, no que se refere a variável de produto (output) – Taxa de Aprovação, as Instituições que requerem maior nível de equiparação com àquelas identificadas como eficientes foram: CED Gisno (47,80%), CEF Caseb (19,01%), CEF 07 de Brasília (17,73%), CEF 01 do Lago Norte (17,48%) e CEF 104 Norte (14,38%). Por outro lado, as Instituições que apresentaram resultados mais próximos do nível de eficiência das consideradas eficientes pela modelagem DEA foram: CEF 03 de Brasília (0,42%), EC 411 Norte (0,60%), Escola Classe 111 Sul (1,63%), Escola Classe 05 do Cruzeiro (2,12%), Escola Classe 01 SHI SUL (2,21%) e Escola Classe 108 Sul (2,21%), conforme gráfico 07, abaixo:



Fonte: Elaboração própria

Considerando a variável de produto (output) – Avaliações do ENEM e da Prova Brasil (Avaliações ENEM PB), a Tabela 08, abaixo, apresenta as Instituições que requerem maior nível de equiparação com àquelas identificadas como eficientes, quais sejam: CEF Caseb (19,01%), CEF 07 de Brasília (17,73%), CEF 01 do Lago Norte (17,48%), Escola Classe Varjão (17,41%) e CEF 01 do Planalto (15,30%).

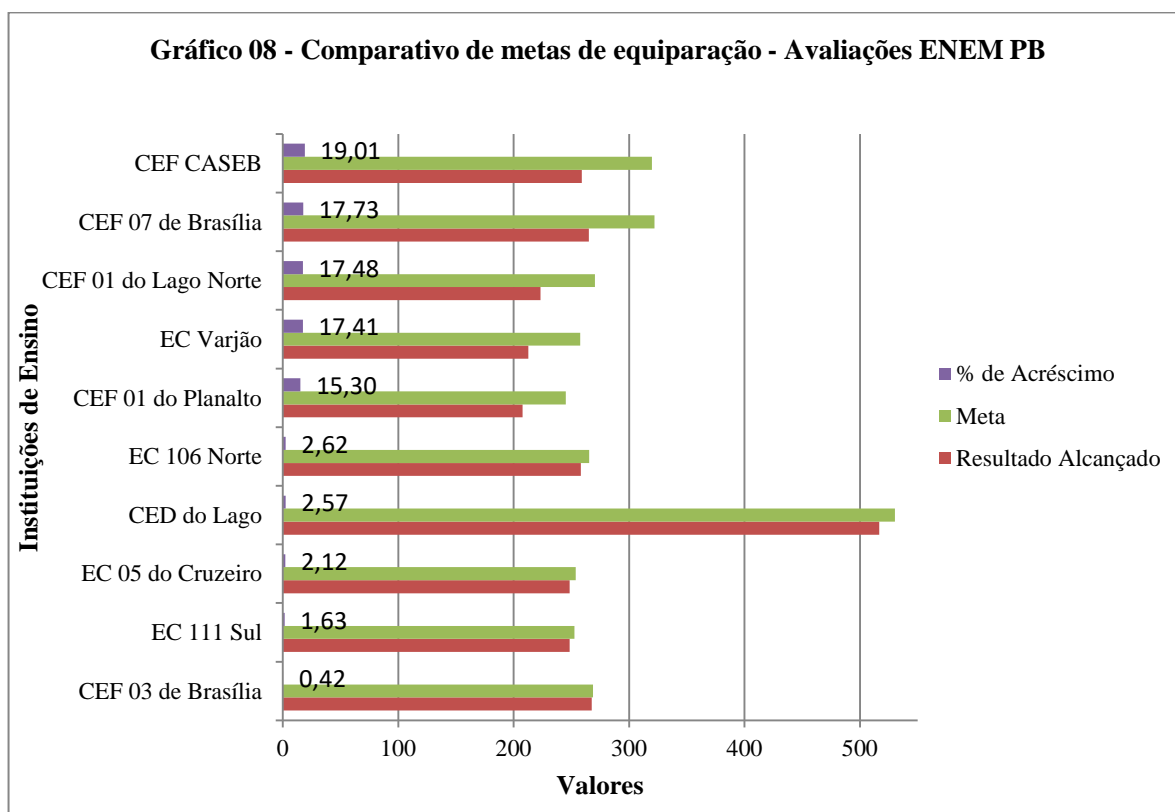
Tabela 08 – Metas de equiparação das Instituições de Ensino para as variáveis - Taxa de Aprovação e Avaliações ENEM e Prova Brasil

Instituições de EF e EM	Cód. DMU	Resultados Alcançados		Metas		% de Acréscimo	
		Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
CEF 01 de Brasília	53000846	279,6	90,6	279,60	90,60	0,00	0,00
CEF 01 do Cruzeiro	53008774	223,15	93,1	245,46	99,58	9,09	6,51
CEF 01 do Lago Norte	53009410	223,14	81,5	270,40	98,76	17,48	17,48
CEF 01 do Planalto	53000854	207,69	90,9	245,22	99,60	15,30	8,73
CEF 03 de Brasília	53000870	267,62	96,7	268,75	97,11	0,42	0,42
CEF 04 de Brasília	53000889	276,04	91,9	286,54	95,39	3,66	3,66
CEF 05 de Brasília	53000897	267,68	82,8	307,22	95,03	12,87	12,87
CEF 06 de Brasília	53009584	220,59	82,6	256,84	96,17	14,11	14,11
CEF 07 de Brasília	53013972	265,03	78,8	322,15	95,78	17,73	17,73
CEF 102 Norte	53001443	269,2	89,9	286,56	95,70	6,06	6,06
CEF 104 Norte	53001460	273,52	82,6	319,44	96,47	14,38	14,38
CEF 214 Sul	53001567	260,2	82,3	301,88	95,48	13,81	13,81
CEF 306 Norte	53001613	254,67	91,9	273,99	98,87	7,05	7,05
CEF 405 Sul	53001702	278,78	80,4	324,49	93,58	14,09	14,09
CEF 410 Norte	53001729	265,37	86,5	292,39	95,31	9,24	9,24
CEF Athos Bulcão	53008782	256,03	77,8	256,03	77,80	0,00	0,00
CEF CASEB	53001265	259,05	80	319,86	98,78	19,01	19,01
CEF GAN	53000919	266,41	88,2	298,25	98,74	10,68	10,68
CEF POLIVALENTE	53000927	278,18	97,5	278,18	97,50	0,00	0,00
EC 01 SHI SUL	53009525	240,41	94,5	259,45	96,63	7,34	2,21
EC 04 do Cruzeiro	53008820	240,4	94,3	253,67	99,51	5,23	5,23
EC 05 do Cruzeiro	53008839	248,47	97,4	253,84	99,51	2,12	2,12
EC 06 do Cruzeiro	53008847	225,67	91,9	243,38	99,11	7,28	7,28
EC 08 do Cruzeiro	53008855	235,65	94	249,57	99,55	5,58	5,58
EC 102 Sul	53001451	236,88	94,1	244,63	97,18	3,17	3,17
EC 106 Norte	53001478	258,36	96,4	265,32	99,00	2,62	2,62
EC 108 Sul	53001486	234,34	97,4	245,22	99,60	4,44	2,21
EC 111 Sul	53001494	248,64	97,9	252,75	99,52	1,63	1,63
EC 113 Norte	53001508	254,8	95,1	266,24	99,37	4,30	4,30
EC 114 Sul	53001516	235,71	97,4	235,71	97,40	0,00	0,00
EC 115 Norte	53001524	240,15	95,1	251,34	99,53	4,45	4,45
EC 204 Sul	53001532	249,44	97,1	249,44	97,10	0,00	0,00

Instituições de EF e EM	Cód. DMU	Resultados Alcançados		Metas		% de Acréscimo	
		Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
EC 206 Sul	53001540	229,26	90,8	251,31	99,53	8,77	8,77
EC 302 Norte	53001575	248,81	91,3	270,67	99,32	8,07	8,07
EC 304 Norte	53001583	245,22	99,6	245,22	99,60	0,00	0,00
EC 304 Sul	53001591	246,12	95,4	256,63	99,47	4,10	4,10
EC 305 Sul	53001605	252,76	89,7	276,67	98,18	8,64	8,64
EC 308 Sul	53001621	247,55	94,4	257,42	98,16	3,83	3,83
EC 312 Norte	53001630	238,61	94,7	250,80	99,54	4,86	4,86
EC 314 Sul	53001648	261,68	93,9	270,73	97,15	3,34	3,34
EC 316 Sul	53001672	236	95,6	245,86	99,59	4,01	4,01
EC 403 Norte	53001680	236,27	97,1	245,22	99,60	3,65	2,51
EC 405 Norte	53001699	234,61	96,3	245,22	99,60	4,33	3,31
EC 407 Norte	53001710	232,42	95,4	245,22	99,60	5,22	4,22
EC 410 Sul	53001737	228,39	91,9	247,46	99,58	7,71	7,71
EC 411 Norte	53001745	228,01	99	245,22	99,60	7,02	0,60
EC 415 Norte	53001761	236,74	91	258,73	99,45	8,50	8,50
EC 416 Sul	53001770	222,92	88,4	251,00	99,54	11,19	11,19
EC 708 Norte	53001788	226,89	95,1	245,22	99,60	7,47	4,52
EC ASPALHA	53012798	216,51	97	244,70	99,48	11,52	2,49
EC DO SMU	53001800	251,85	94,8	264,05	99,39	4,62	4,62
EC Granja do Torto	53001818	226,04	93,5	245,22	99,60	7,82	6,12
EC Varjão	53009436	212,73	85,5	257,58	98,81	17,41	13,47
CEM Asa Norte - CEAN	53001010	528,82	77,1	528,82	77,10	0,00	0,00
CEM Elefante Branco	53001036	514,25	77	535,87	85,79	4,03	10,24
CEM Paulo Freire	53000986	517,17	81,5	517,17	81,50	0,00	0,00
CEM Setor Leste	53001206	535,55	85,7	535,55	85,70	0,00	0,00
CEM Setor Oeste	53001214	537,35	86,2	537,35	86,20	0,00	0,00
CED 01 do Cruzeiro	53008790	517,9	96,6	517,90	96,60	0,00	0,00
CED 02 do Cruzeiro	53008804	507,63	81,9	535,93	86,47	5,28	5,28
CED do Lago	53009479	516,71	83,8	530,32	86,01	2,57	2,57
CED do Lago Norte	53012356	489,93	74	536,03	85,83	8,60	13,79
CED GISNO	53001044	501,99	45	537,35	86,20	6,58	47,80

Fonte: Elaboração própria

Em contrapartida, as Instituições que apresentaram resultados mais próximos do nível de eficiência das consideradas eficientes pela modelagem DEA foram: CEF 03 de Brasília (0,42%), EC 111 Sul (1,63%), Escola Classe 05 do Cruzeiro (2,12%), CED do Lago (2,57%) e Escola Classe 106 Norte (2,62%), conforme Gráfico 08, abaixo:



Fonte: Elaboração própria

Analisando os gráficos 07 e 08, percebe-se que dentre as Instituições de Ensino analisadas o CEF Caseb, CEF 07 de Brasília e CEF 01 Lago Norte requerem melhorias nos seus desempenhos em relação a ambas as variáveis de produto - Taxa de Aprovação e Avaliações ENEM e da Prova Brasil. Destaca-se ainda que as mencionadas unidades escolares pertencem a modalidade de ensino fundamental. Por outro lado, as Instituições que obtiveram resultados mais próximos daquelas consideradas eficientes na modelagem DEA, em ambas as variáveis de produto, acima mencionadas, foram: CEF 03 de Brasília, Escola Classe 111 Sul e Escola Classe 05 do Cruzeiro.

Para o alcance do último objetivo da pesquisa, que foi o de correlacionar as variáveis de gestão utilizadas na modelagem DEA de cada uma das Instituições de Ensino Fundamental analisadas com os construtos do questionário Saeb/2015 (Apêndice O) aplicado aos diretores dessas Instituições, foram necessárias algumas ações como: tabulação das respostas de cada

um dos diretores das escolas as questões do questionário Saeb/2015 e tabulação das variáveis de gestão utilizadas na modelagem DEA.

O questionário (Anexo A) utilizado no presente estudo, foi elaborado pelo INEP/MEC e aplicado junto aos diretores de escolas, quando da realização da Prova Brasil/2015. Esse instrumento de pesquisa é composto por 111 questões fechadas, divididas em 08 partes: informações básicas; características da equipe escolar; políticas, ações e programas escolares; visão sobre a merenda escolar; visão sobre os problemas da escola e dificuldade de gestão; recursos financeiros e livros didáticos; violência na escola; e ensino religioso. Na análise dos resultados do mencionado questionário foram consideradas as respostas de diretores de 52 Instituições de Ensino Fundamental, de um total de 53 escolas analisadas, visto que o diretor da Escola Classe SHI-Sul não respondeu ao questionário.

Os construtos mensurados pelo instrumento de pesquisa aplicado aos diretores foram obtidos por meio de estudos realizados pelo INEP/MEC em escolas incluídas na amostra do Saeb. De forma que, no presente estudo foram considerados 13 construtos: caracterização sócio-demográfica do diretor; formação do diretor; experiência do diretor; liderança; condições de trabalho do diretor e da equipe; trabalho colaborativo; organização do ensino e políticas de promoção; clima acadêmico; clima disciplinar; recursos pedagógicos; situações das instalações e equipamentos; atividades extracurriculares e miscelânea.

A identificação desses 13 construtos possibilitou que fosse realizada a associação destes, mediante suas respectivas definições, com as 111 questões, dos 52 instrumentos de pesquisa aplicados aos diretores de cada escola analisada, conforme Tabela 09, a seguir.

Na sequência, cada uma das respostas dos diretores no instrumento de pesquisa foram incluídas no software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences), para que fosse possível extrair a média das respostas de cada questão respondida pelos diretores, conforme Tabela 10, na sequência.

De posse dos valores médios das respostas dos questionários foi possível correlacionar as variáveis de gestão (Tabela 02) das 52 Instituições de Ensino Fundamental com cada um dos 13 construtos (Tabela 09), a fim de se verificar os impactos na gestão escolar.

Tabela 09 - Relação entre os Construtos e os itens do questionário aplicado aos diretores

Construtos	Definição	Itens do Questionário
Caracterização sócio demográfica do diretor	idade, renda, etnia e educação	1, 2, 3, 4, 5, 10, 11 e 12.
Formação do diretor	nível da formação inicial, caracterização da instituição formadora, pós-graduação, formação continuada	4, 5, 6, 7, 8, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 59.
Experiência do diretor	anos de trabalho em educação, tempo como diretor, tempo como diretor da escola	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27.
Liderança	liderança como diretor	13, 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 42, 44, 75, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107 e 108.
Condições de trabalho do diretor e da equipe	necessidades da escola, processo de recrutamento de diretor, carga horária do diretor, direção (apoios e interferências)	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 42, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98 e 99.
Trabalho colaborativo	colaboração entre professores, instâncias de gestão da escola, rotatividade/estabilidade do corpo docente	13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 42, 43, 44, 73 e 75.
Organização do ensino e políticas de promoção	ciclos e sua duração, políticas para minimizar as repetências e abandonos	29, 30, 31, 32, 33, 41, 42, 43, 44, 74, 76, 109, 110 e 111.
Clima acadêmico	compromisso da equipe com o processo de ensino e aprendizagem, posicionamento frente ao absenteísmo, existência de espaços e de murais expressivos, existência de atividades voltadas para a recuperação da aprendizagem, existência de biblioteca e sua utilização	28, 29, 30, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 56, 57, 60, 67, 73 e 75.
Clima disciplinar	aspectos do clima disciplinar	31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 68, 72, 74, 86, 87, 88 e 89.
Recursos pedagógicos	recursos pedagógicos disponíveis	39, 40, 41, 42, 48 e 71.
Situação das instalações e equipamentos	estado de conservação do prédio, aspectos ambientais, limpeza, segurança das instalações, existência e estado dos recursos pedagógicos, condições gerais da infraestrutura	39, 40, 41, 42, 43, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 65 e 66.
Atividades extracurriculares	atividades voltadas para alunos e comunidade	50, 51, 52, 53, 54 e 55.
Miscelânea	admissão de alunos, critérios de formação de turmas e de atribuição de professores para as turmas, disponibilidade de programas específicos a alunos com necessidades especiais e acesso aos resultados Saeb	33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 56, 57, 61, 67, 69, 70, 74, 75, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 10 - Construtos do questionário com resultados médios das respostas dos diretores

Cód. Escola	Instituições de Ensino	Característica Sócio-demográfica do Diretor	Formação do Diretor	Experiência do Diretor	Liderança	Condições de Trabalho do Diretor e Equipe	Trabalho Colaborativo	Org. Ensino Políticas e Promoção	Clima Acadêmico	Clima Disciplinar	Recursos Pedagógicos	Situação das Instalações e Equipamentos	Atividades Extracurriculares	Miscelânea
53000846	CEF 01 de Brasília	5,25	2,85	6,25	3,33	2,07	2,6	2,75	1,67	1,82	2,13	3,5	2,5	2,69
53008774	CEF 01 do Cruzeiro	4,88	2,77	4,5	3,08	1,43	2,8	2	1,93	1,73	1,88	3,67	2,5	2,46
53009410	CEF 01 do Lago Norte	5	2,38	4,75	2,75	1,79	3,4	2,88	2,07	1,82	2,25	3	2,67	2,23
53000854	CEF 01 do Planalto	5	2,77	6	3	2,29	2,4	2,75	1,67	1,64	2,5	2,33	2,17	2,15
53000870	CEF 03 de Brasília	5,13	2,15	4,75	2,17	1,79	3,2	2,25	1,87	1,91	2,25	3,33	1,67	2,38
53000889	CEF 04 de Brasília	4,88	2,69	4,5	2,58	1,71	2,8	2,63	1,8	1,73	2	3	2	2,08
53000897	CEF 05 de Brasília	5,13	2,69	4,75	3	1,86	2,8	3	1,6	1,73	2,25	3,67	2	2,31
53009584	CEF 06 de Brasília	4,5	2,69	4	2,25	2,07	2,6	2,63	1,87	1,73	2	3,5	2	1,77
53013972	CEF 07 de Brasília	4,5	2,46	4,25	2,25	1,5	2,8	2,63	1,6	1,91	1,88	3,83	1,83	2,23
53001443	CEF 102 Norte	4,88	2,69	5	3,25	1,57	3,2	2	1,8	2	2	2,83	2,5	2,54
53001460	CEF 104 Norte	5,13	2,46	4,25	2,67	1,79	2,6	2,13	2	1,64	2,63	2,83	3,17	2,46
53001567	CEF 214 Sul	5,88	2,62	4,25	2,08	1,64	2,2	3,13	2	1,55	1,88	2,67	2,33	2
53001613	CEF 306 Norte	4,5	2,77	3,75	2,92	1,71	3,2	2	1,87	1,73	1,88	2,67	2,17	2,38
53001702	CEF 405 Sul	4,88	2,46	5	2,58	1,64	2,8	2,75	2,33	1,73	2,13	3,17	2	2,85
53001729	CEF 410 Norte	4,88	2,85	5	3,25	2,21	2,6	3,25	1,8	1,91	2,63	2	3,5	1,69
53008782	CEF Athos Bulcão	5	2,85	3,75	3,75	1,86	2,8	2,25	1,07	1,73	2,13	3,2	4	2,23
53001265	CEF CASEB	5	2,69	5,25	3,67	1,93	3,2	3,13	1,93	1,45	2,88	3	3,33	1,85
53000919	CEF GAN	5,13	2,38	5,5	2,82	1,86	3,4	2,63	1,93	2	2,25	3,17	2,2	2,54
53000927	CEF Polivalente	5	2,92	5,25	3,42	1,64	3,2	2,25	1,93	1,82	2,25	3,33	2,83	2,46
53008820	EC 04 do Cruzeiro	4,63	2,69	5,25	2,75	1,86	2,6	1,88	1,93	1,91	2,13	3,33	2,83	2,38
53008839	EC 05 do Cruzeiro	4,38	2,38	5,5	3,17	2,07	3,8	3	1,67	2	2,5	2,5	2,33	2,15
53008847	EC 06 do Cruzeiro	5,38	2,92	5,75	3,5	2	3	2,38	1,93	1,91	2,25	4,33	2,83	2,15
53008855	EC 08 do Cruzeiro	4,88	2,92	4,75	3,08	2,29	3	1,75	2,4	2	2,63	2,5	2,5	2,15
53001451	EC 102 Sul	4,88	2,23	5,25	2,08	1,86	2,6	2,63	1,93	1,91	1,88	3,33	1,83	2
53001478	EC 106 Norte	5,5	3	5,5	3,58	1,64	2,8	2,5	2,07	1,64	2,13	3	3	2,23
53001486	EC 108 Sul	4,88	2,85	4,5	3	1,79	3	2,25	2,13	1,91	2,25	4	2,17	2,54

Cód. Escola	Instituições de Ensino	Característica Sóciodemográfica do Diretor	Formação do Diretor	Experiência do Diretor	Liderança	Condições de Trabalho do Diretor e Equipe	Trabalho Colaborativo	Org. Ensino Políticas e Promoção	Clima Acadêmico	Clima Disciplinar	Recursos Pedagógicos	Situação das Instalações e Equipamentos	Atividades Extracurriculares	Miscelânea
53001494	EC 111 Sul	4,5	2,85	5	3,92	1,64	3	2,88	1,87	2	2,5	3,67	3,5	2,54
53001508	EC 113 Norte	4,75	2,54	4,25	2,75	1,86	3	2,75	1,67	1,82	2,38	3,17	2,17	2,31
53001516	EC 114 Sul	4,25	2,85	3,25	3	2,14	2,2	1,75	2,2	1,82	2,75	2,67	2	2,46
53001524	EC 115 Norte	4,63	3,08	4,5	3,17	1,79	3,4	2,5	1,93	1,91	2,13	3,33	2,83	2,08
53001532	EC 204 Sul	4,5	2,85	4	2,92	1,93	2,6	2,63	2	1,91	1,88	3,17	3,17	1,62
53001540	EC 206 Sul	4,63	3,31	4,5	3,25	1,71	2,6	2,13	1,87	1,73	2	4,5	2,67	2,38
53001575	EC 302 Norte	4,63	2,08	4	3	1,57	2,6	2,13	1,87	1,73	2,13	2,67	2,5	2,15
53001583	EC 304 Norte	5,13	2,77	5,25	3,5	1,86	2,8	2,5	1,93	1,73	2,13	3	3	2,62
53001591	EC 304 Sul	5	2,54	4,75	2,75	1,36	2,6	2,13	1,87	1,73	2,25	2,5	2,17	1,92
53001605	EC 305 Sul	4,75	2,31	5,25	2,67	1,93	3,8	2,38	2,07	1,82	1,75	3,67	2,17	2
53001621	EC 308 Sul	5,13	2,23	5,25	2,75	1,86	3	2,38	1,73	1,82	2,13	3,33	2,17	2,54
53001630	EC 312 Norte	4,38	2,77	4,25	2,67	2,14	2,8	2,13	2	1,64	1,88	2,5	2,5	2,08
53001648	EC 314 Sul	4,38	2,46	5,25	2,75	2,07	3,4	2,38	2	1,82	2,25	1,67	1,67	2,23
53001672	EC 316 Sul	4,5	2,62	4,25	2,58	2	3,2	2,38	2,07	1,82	2,13	2,67	1,83	2,46
53001680	EC 403 Norte	5,13	2,92	5,25	3,5	2	3	2,13	1,6	1,82	2,13	3,5	3,33	1,77
53001699	EC 405 Norte	5,13	2	4,25	1,5	2,36	3	2,38	2,07	1,82	1,88	1,83	1,67	1,77
53001710	EC 407 Norte	4,5	2,38	4	3,25	2,07	2,4	2	1,8	1,82	2,38	3,33	4	2,31
53001737	EC 410 Sul	3,88	2,38	4	3,58	2,07	3,2	2,38	2,2	1,82	2,25	2,5	3,17	2,31
53001745	EC 411 Norte	5,13	2,62	3,75	2,92	1,64	2,6	2	1,87	1,82	1,88	3,67	2,5	2,38
53001761	EC 415 Norte	5,38	2,62	4,25	3,25	2,07	3	3	2	2	2,5	2,83	2,5	2,15
53001770	EC 416 Sul	4,75	2,46	6	2,5	1,43	2,6	1,75	2,27	1,73	2	2,5	1,67	2,38
53001788	EC 708 Norte	4,75	2,69	5	2,83	1,57	3,2	2,5	1,6	1,91	2,5	3,83	2,33	2,31
53012798	EC ASPALHA	4,75	3	5,5	2,75	2	3	2,38	2,07	1,82	2	3	2	2,23
53001800	EC do SMU	5	2,92	4,25	3,25	2,21	3,2	3	1,8	1,82	2,38	4,17	3,17	2
53001818	EC Granja do Torto	4,63	2,77	5,5	3,75	2,14	2,6	2,63	2,13	1,91	2,5	2,83	3,5	1,77
53009436	EC Varjão	5	2,54	4,5	2,75	1,93	3,8	3,13	1,8	2	2,13	3,17	2,5	1,62

Fonte: Elaboração própria

Para a correlação das variáveis de gestão das escolas com os construtos dos instrumentos de pesquisa foi utilizado o software SPSS, com coeficiente de correlação Spearman, por se tratar de uma relação monotônica, que possibilita avaliar a relação entre duas variáveis contínuas ou ordinais e tendem a variar juntas, mas não necessariamente a uma taxa constante. Visto que o coeficiente de correlação Spearman (ρ), também conhecido como ρ de Spearman, pode possuir valores limitados ao intervalo de -1 a +1, foram considerados na interpretação do mencionado coeficiente de correlação os seguintes parâmetros:

- Quando for $\rho = +1$: correlação positiva perfeita, ou seja, é aquela na qual existe uma relação linear perfeita entre as variáveis analisadas e seus pares se encontram numa reta, cuja inclinação é positiva.
- Quando for ρ próximo de +1: correlação positiva forte, ou seja, é aquela em que grande parte dos pares das variáveis se aproximam de uma reta, cuja inclinação é positiva.
- Quando for ρ positivo e próximo de zero: correlação positiva fraca, ou seja, é aquela em que os pares de valores se aproximam do formato de uma nuvem de pontos, com tendência a uma inclinação positiva.
- Quando for $\rho = 0$: correlação nula, cujos pares de valores formam uma nuvem de pontos sem qualquer tendência de inclinação, seja positiva ou negativa. Ou seja, pode ocorrer das variáveis virem a sofrer alguma variação, sem que exista qualquer relação entre elas. Ausência de correlação.
- Quando for ρ negativo e próximo de zero: correlação negativa fraca, que é aquela na qual os pares de valores se aproximam do formato de uma nuvem de pontos, com tendência a uma inclinação negativa.
- Quando for ρ próximo de -1: correlação negativa forte. Apresenta, em sua grande maioria, pares de variáveis que se aproximam de uma reta, cuja inclinação é negativa.
- Quando for $\rho = -1$: correlação negativa perfeita, que é aquela na qual existe uma relação linear perfeita entre as variáveis e seus pares se encontram numa reta, cuja inclinação é negativa.

A Tabela 10, a seguir, apresenta as correlações entre os construtos do questionário aplicado aos diretores e as variáveis de gestão das Instituições de Ensino Fundamental do DF. Percebe-se que existe correlação entre as seguintes variáveis, conforme abaixo:

a) Correlação Positiva Forte

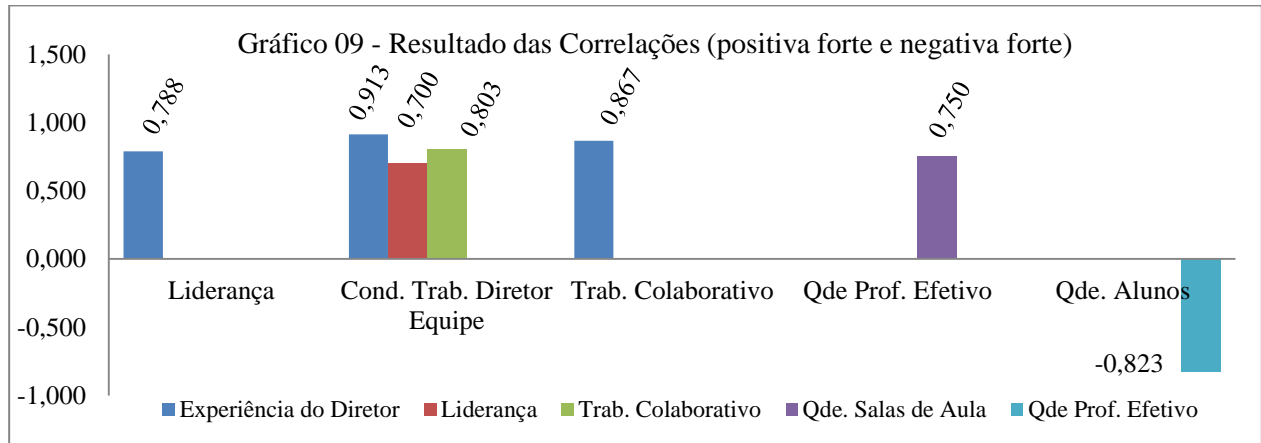
- ✓ Experiência do diretor e Liderança ($\rho = 0,788$);
- ✓ Experiência do diretor e Condições de trabalho do diretor/equipe ($\rho = 0,913$);
- ✓ Experiência do diretor e Trabalho colaborativo ($\rho = 0,867$);

- ✓ Liderança e Condições de trabalho do diretor/equipe ($\rho = 0,700$);
 - ✓ Trabalho colaborativo e Condições de trabalho do diretor/equipe ($\rho = 0,803$);
 - ✓ Quantidade de professor efetivo e quantidade de salas de aula ($\rho = 0,750$).
- b) Correlação Negativa Forte**
- ✓ Gasto por professor efetivo e Quantidade de aluno ($\rho = -0,823$).
- c) Correlação Positiva Fraca**
- ✓ Formação do diretor e Características sociodemográficas do diretor ($\rho = 0,586$);
 - ✓ Formação do diretor e Experiência do diretor ($\rho = 0,598$);
 - ✓ Formação do diretor e Condições de trabalho do diretor/equipe ($\rho = 0,534$);
 - ✓ Formação do diretor e Trabalho colaborativo ($\rho = 0,432$);
 - ✓ Clima acadêmico e Organização do Ensino Políticas e Promoção ($\rho = 0,411$);
 - ✓ Clima acadêmico e Clima disciplinar ($\rho = 0,414$);
 - ✓ Clima acadêmico e Miscelânea ($\rho = 0,548$);
 - ✓ Clima disciplinar e Organização do Ensino Políticas e Promoção ($\rho = 0,424$);
 - ✓ Clima disciplinar e Recursos pedagógicos ($\rho = 0,682$);
 - ✓ Clima disciplinar e Miscelânea ($\rho = 0,649$);
 - ✓ Miscelânea e Recursos pedagógicos ($\rho = 0,408$);
 - ✓ Quantidade de aluno e Quantidade de salas de aula ($\rho = 0,587$);
 - ✓ Quantidade de servidor administrativo e Quantidade de salas de aula ($\rho = 0,527$);
 - ✓ Quantidade de professor efetivo e quantidade de aluno ($\rho = 0,585$);
 - ✓ Quantidade de servidores administrativos e Quantidade de professor efetivo ($\rho = 0,441$);
 - ✓ Taxa de aprovação e Quantidade de aluno ($\rho = 0,449$);
 - ✓ Gasto por professor efetivo e Gasto por aluno ($\rho = 0,552$);
 - ✓ Trabalho colaborativo e Liderança ($\rho = 0,630$).
- d) Correlação Negativa Fraca**
- ✓ Gasto por servidor administrativo e Condições de trabalho do diretor/equipe ($\rho = -0,422$);
 - ✓ Gasto por servidor administrativo e Trabalho colaborativo ($\rho = -0,410$);
 - ✓ Taxa de aprovação e Gasto por professor efetivo ($\rho = -0,432$).

Ressalta-se que os construtos – atividades extracurriculares e situação das instalações e equipamentos e as variáveis de gestão escolar – gasto por professor temporário e avaliações do ENEM/Prova Brasil não apresentaram correlação com nenhuma das demais variáveis analisadas no presente estudo.

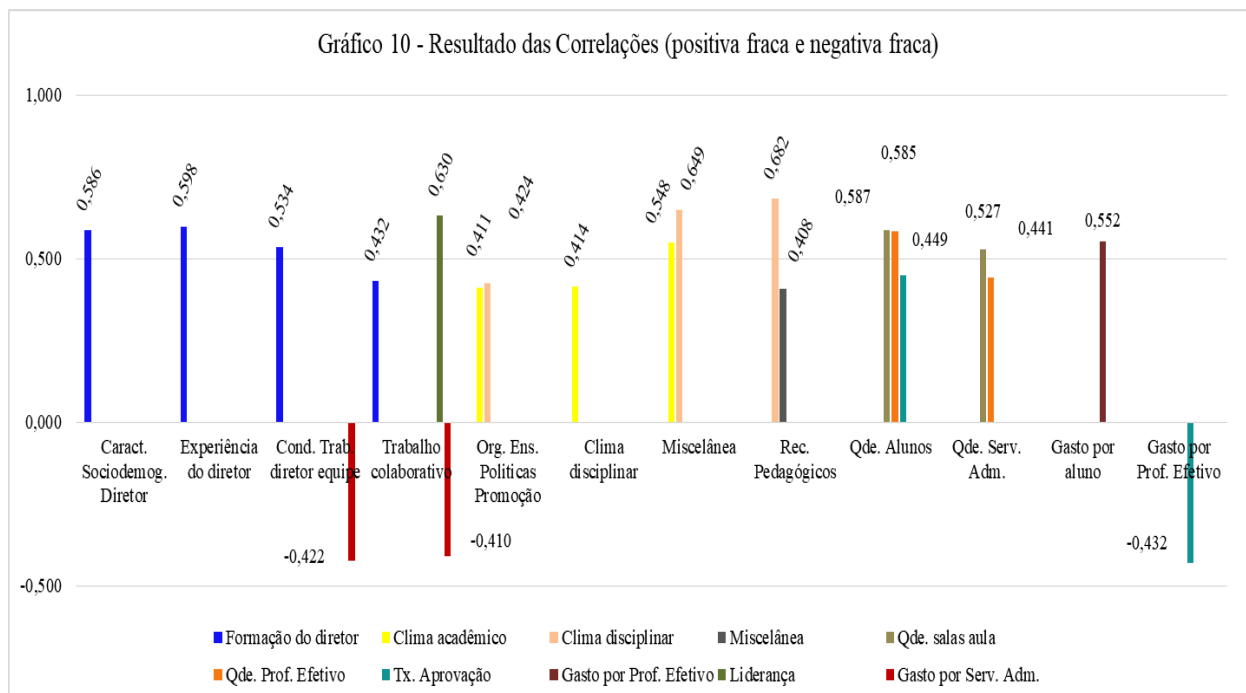
O gráfico 09, a seguir, apresenta o resultado das correlações classificadas como: positiva forte e negativa forte, com destaque para as variáveis Experiência do Diretor e Condições de trabalho do diretor/equipe (correlação positiva forte), bem como Gasto por professor efetivo e

Quantidade de aluno (correlação negativa forte). Assim, a luz da teoria, demonstra que aspectos tais como: tempo de trabalho na área educacional; tempo de ocupação do cargo de diretor; tempo de trabalho como diretor na mesma escola; necessidades da escola; processo de recrutamento de diretor; carga horária do diretor; apoios e interferências as ações do diretor, além de qualidade da liderança no meio acadêmico impactaram de forma expressiva na gestão escolar.



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 10, abaixo, apresenta o resultado das correlações classificadas como: positiva fraca e negativa fraca, com destaque para as variáveis Clima disciplinar e Recursos pedagógicos (correlação positiva fraca), bem como Gasto por servidor administrativo e Trabalho colaborativo (correlação negativa fraca). Percebe-se que aspectos tais como: colaboração entre professores; rotatividade/estabilidade do corpo docente; código disciplinar, com normas de convivência entre todos; jogos e brinquedos pedagógicos; materiais e livros didáticos; gasto com mão-de-obra administrativa impactaram de forma moderada na gestão escolar.



Fonte: Elaboração própria

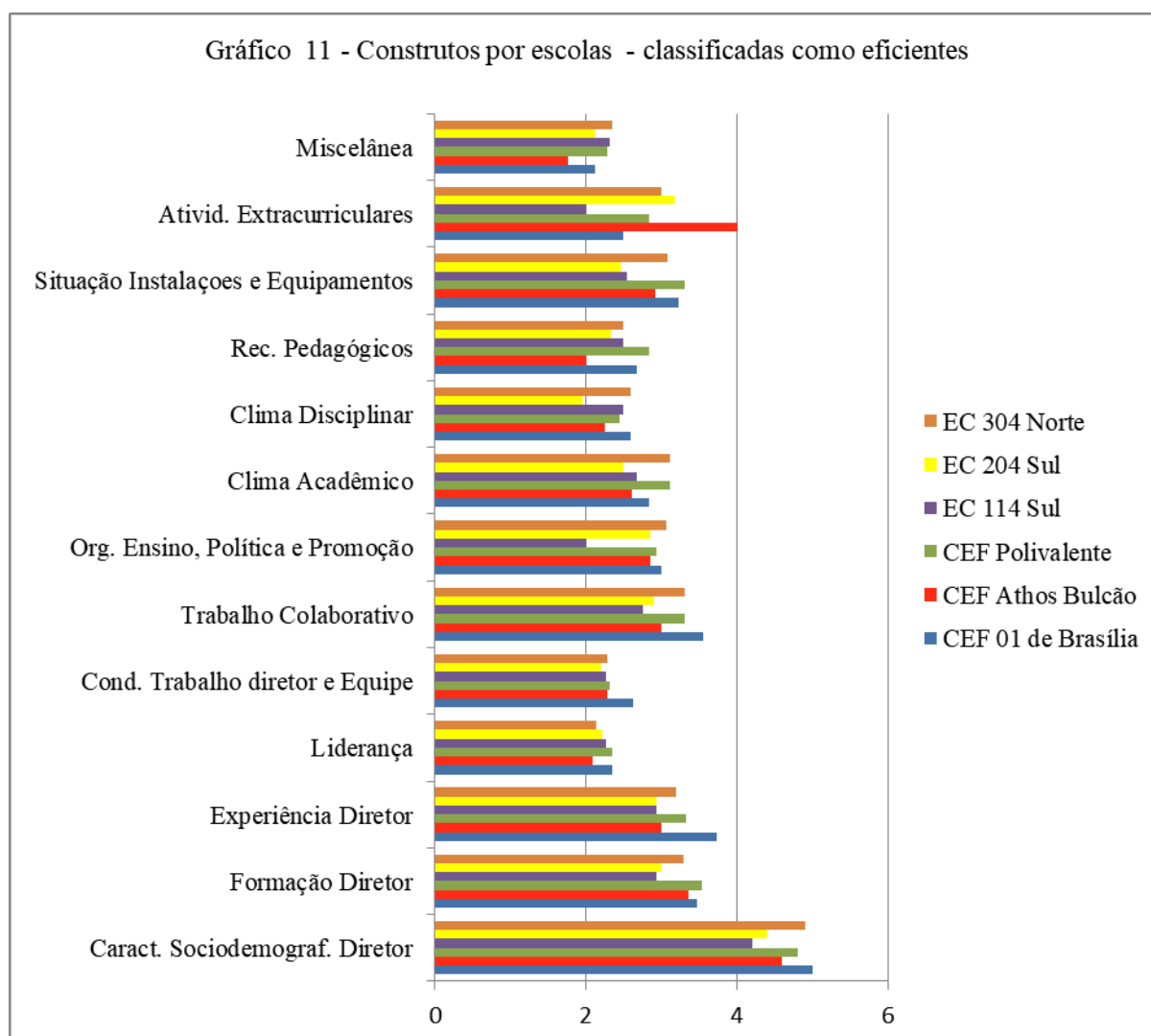
Correlações - Rô de Spearman		Caract. Sociodemog. Diretor	Formação Diretor	Experiência Diretor	Liderança	Cond. Trabalho Diretor e Equipe	Trabalho Colaborativo	Org. Ensino Políticas Promoção	Clima acadêmico	Clima disciplinar	Recursos pedagógicos	Situação instalações equip.	Atividades extracurriculares	Miscelânea	Qde. Salas aula	Salas aula m²	Qde. alunos	Qde. Prof. Efetivos	Qde. Serv. Adm.	Gasto por Aluno	Gasto por Prof. Efetivo	Gasto por Prof. Temporário	Gasto por Serv. Adm.	Avaliações ENEM Prova Brasil	Taxa Aprovação	
Avaliações ENEM Prova Brasil	Coefficiente de Correlação	-0,075	0,141	0,021	-0,041	-0,005	0,049	0,118	-0,101	0,014	0,047	0,17	0,206	-0,196	0,269	,300*	0,237	0,15	0,08	-	0,207	-0,142	0,196	-0,075	1	-0,052
	Sig. (bilateral)	0,596	0,32	0,884	0,772	0,973	0,732	0,405	0,478	0,921	0,738	0,229	0,144	0,164	0,054	0,031	0,091	0,287	0,574	0,141	0,315	0,164	0,597	.	0,713	
	N	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52
Taxa Aprovação	Coefficiente de Correlação	0,184	0,075	-0,09	-0,168	-0,151	-0,067	,309*	0,14	0,226	0,122	0,117	-0,002	0,049	0,024	0,017	,449**	0,101	-0,173	0,034	-	-0,432**	0,12	-0,001	-0,052	1
	Sig. (bilateral)	0,191	0,598	0,525	0,233	0,287	0,637	0,026	0,324	0,107	0,389	0,409	0,991	0,73	0,868	0,903	0,001	0,476	0,221	0,811	0,001	0,395	0,994	0,713	.	
	N	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52

** A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral)

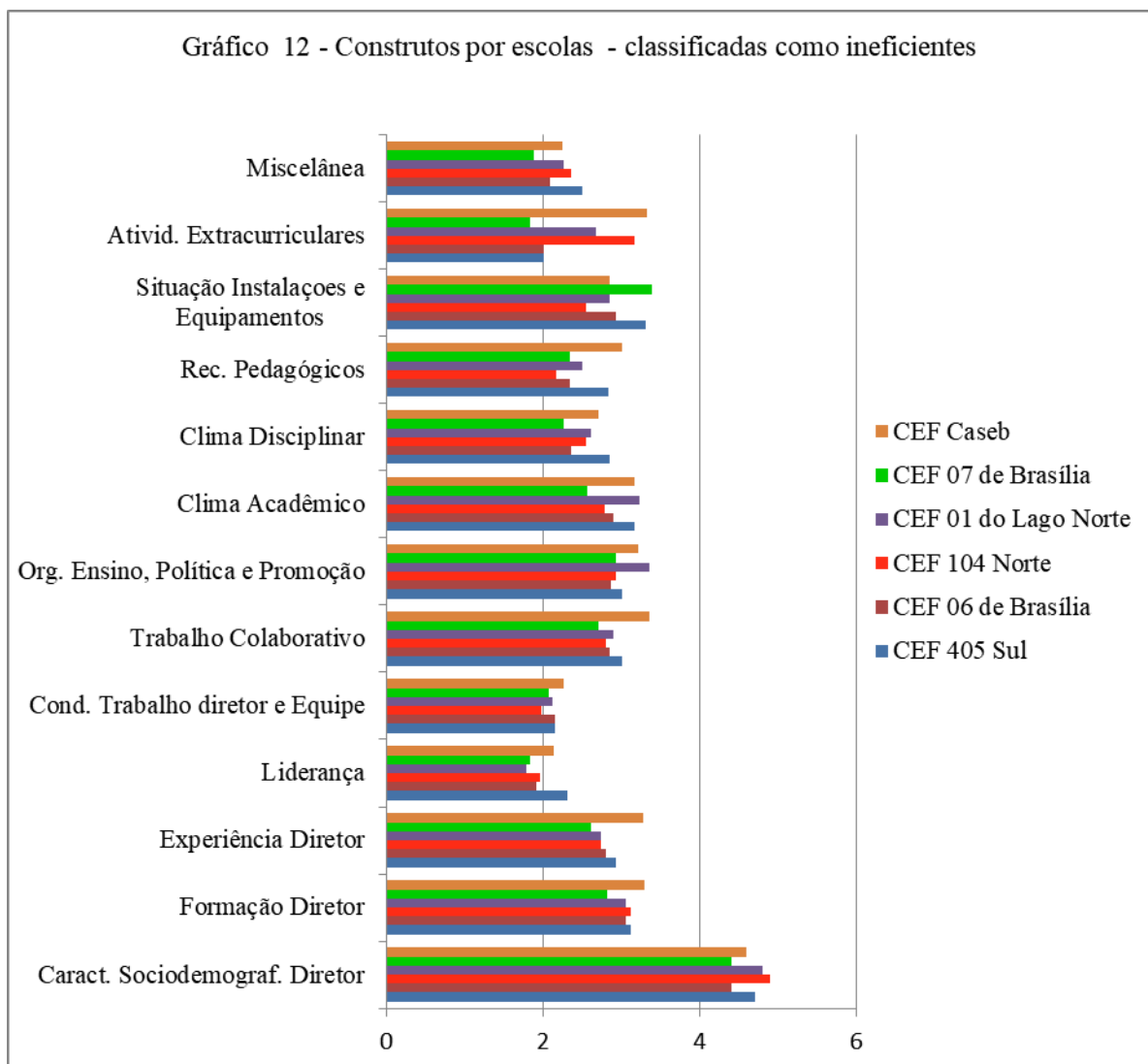
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 11, abaixo, apresenta os construtos das instituições de ensino consideradas eficientes no presente estudo. Percebe-se que os construtos: caracterização sóciodemográfica, formação do diretor, experiência do diretor, liderança, condições de trabalho do diretor e da equipe, trabalho colaborativo e situação das instalações e equipamentos foram os que tiveram maior representatividade, ou seja, aspectos tais como: idade, renda, etnia, educação, nível da formação, tempo de serviço (inclusive como diretor), anos de trabalho em educação, colaboração entre professores, rotatividade/estabilidade do corpo docente, estado de conservação do prédio, aspectos ambientais, limpeza, segurança das instalações, existência e estado dos recursos pedagógicos, condições gerais da infraestrutura, entre outros. De forma que o CEF 01 de Brasília, considerado o mais eficiente pela fronteira composta, obteve destaque para o construto experiência do diretor que apresentou uma correlação positiva forte com o construto trabalho colaborativo.



Fonte: Elaboração própria

O gráfico 12, abaixo, apresenta os construtos das instituições de ensino consideradas ineficientes no presente estudo. Percebe-se que os construtos: organização do ensino, política e promoção, clima acadêmico, atividades extracurriculares e miscelânea foram os que tiveram maior representatividade nessas instituições. De forma que o CEF 01 do Lago Norte, com menor índice de eficiência pela fronteira composta, obteve destaque para os construtos: clima acadêmico e organização do ensino, política e promoção, que representam, respectivamente, o comprometimento da equipe com o processo de ensino e aprendizagem, maior posicionamento frente ao absenteísmo, existência de atividades voltadas para a recuperação da aprendizagem, preocupação com espaços que promovam o aprendizado como murais expressivos e biblioteca, bem como maior preocupação com as políticas para minimizar as repetências e abandonos de alunos.



Fonte: Elaboração própria

5. Conclusões e Recomendações

O presente estudo teve como principal aspecto motivador a necessidade do Governo do Distrito Federal em se promover a gestão eficiente de seus gastos públicos na área educacional, com destaque para a área de gasto com pessoal, de forma a otimizar os seus resultados com a prestação de serviços públicos adequados e esperados pela sociedade, dada a importância do papel do Estado na gestão de seus recursos.

Nesse sentido, destaca-se a relevância em se identificar os gastos públicos e os índices de eficiência das instituições de ensino público do DF, bem como variáveis voltadas para a gestão escolar, a fim de que possam ser adotadas medidas que estimulem a melhoria contínua da gestão e o alcance de resultados positivos por parte dos estudantes e, conseqüentemente, pelas instituições de ensino.

Assim, o principal objetivo do presente estudo foi o de analisar a eficiência dos gastos públicos no que se refere à gestão escolar das Instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, da Coordenação Regional do Plano Piloto/Cruzeiro do Distrito Federal (DF) no ano de 2015. Para isso foi realizada uma pesquisa junto ao Órgão, visando à obtenção de base de dados e informações necessárias para o alcance dos objetivos específicos sob análise.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, por meio de artigos científicos, que propiciou a elaboração da fundamentação teórica e, conseqüentemente, ampliação dos conhecimentos sobre os temas objeto da presente pesquisa. Dentre eles: modernização da gestão pública, gestão escolar, gestão de pessoas no setor público, gasto público, visão econômica da eficiência, a modelagem análise envoltória de dados, bem como o Sistema de Avaliação da Educação Básica e seus instrumentos de pesquisa. Essa etapa foi essencial para a compreensão dos dados e informações coletadas para o presente estudo.

Na fase de levantamento da base de dados e das informações, foi realizado um trabalho de elaboração de base de dados, mediante informações resgatadas junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no que se refere à Coordenação Regional de Ensino do Plano Piloto e Cruzeiro, a fim de se obter uma melhor compreensão das variáveis que envolvem a gestão escolar. Mediante esses dados foi possível identificar o gasto público com a área de pessoal, assim como as Instituições de Ensino Público, dentre as analisadas, àquelas que foram consideradas mais eficientes, por meio da modelagem de análise envoltória de dados (DEA). Além de possibilitar uma análise das variáveis de gestão escolar em relação aos construtos do questionário aplicado aos diretores escolares.

Dentre as conclusões do presente estudo foi possível identificar que, dentre os gastos públicos analisados, o gasto por alunos foi a maior despesa quando comparada com os demais

gastos, ou seja, gasto com servidores administrativos, gastos por professores (efetivos/temporários). De forma aprofundada, quando é comparado o gasto com aluno entre as Instituições de Ensino Fundamental e Médio, percebe-se maior despesa com os alunos do ensino fundamental, proporcional ao quantitativo de estudantes das respectivas modalidades.

Outra conclusão sobre o estudo está relacionada aos quantitativos de mão-de-obra das instituições de ensino, sejam servidores administrativos, professores efetivos e temporários, foi possível identificar maior concentração de servidores nas unidades escolares de nível fundamental. No que se refere aos quantitativos de alunos por salas de aula, percebe-se que o percentual de alunos na modalidade de ensino médio é de 32% e no ensino fundamental é de 68%, bem como o percentual de salas de aula é de 31,7% e 68,3%, respectivamente. Em contrapartida, ao se analisar os percentuais de professores por aluno, percebe-se que na modalidade de ensino médio o percentual é de 11 professores por aluno, enquanto que na modalidade de ensino fundamental esse percentual cai para 9 professores por aluno, o que retrata que não há proporcionalidade na distribuição de professores nas modalidades de ensino.

Com relação aos índices de eficiências das 63 instituições de ensino analisadas, por meio da análise envoltória de dados, pode-se identificar que 11 dessas instituições foram consideradas eficientes, ou seja, apresentaram índices de eficiência igual a 1, representando 11% de instituições de ensino fundamental e 50% de ensino médio eficientes, quais sejam: CEF 01 de Brasília, CEF Athos Bulcão, CEF Polivalente, Escola Classe 114 Sul, Escola Classe 204 Sul, Escola Classe 304 Norte, CEM Asa Norte (CEAN), CEM Paulo Freire, CEM Setor Leste, CEM Setor Oeste e CED 01 do Cruzeiro. Entretanto, considerando o grande quantitativo de instituições que alcançaram o índice de eficiência máximo, foi realizada uma classificação (ranking), por meio da fronteira invertida, a fim de se identificar dentre àquelas que obtiveram índice de eficiência igual a 1, qual seria a mais eficiente dentre elas. Assim, foi possível identificar que o CEF 01 de Brasília foi o primeiro colocado na classificação. Mediante esse resultado foi possível estabelecer as metas de equiparação para que cada uma das instituições de ensino analisadas possam alcançar o índice de eficiência da instituição que obteve o melhor desempenho dentre as demais analisadas.

Na análise dessas metas de equiparação, quando considerada a variável produto – taxa de aprovação, foi possível identificar as instituições que requerem maior percentual de acréscimo para equipararem-se àquela que alcançou a primeira colocação na classificação por índice de eficiência, quais sejam: CED Gisno (47,80%), CEF Caseb (19,01%), CEF 07 de Brasília (17,73%), CEF 01 do Lago Norte (17,48%) e CEF 104 Norte (14,38%), o que demonstra a necessidade de maior empenho na gestão dessas Instituições, a fim alcançar melhores resultados. E quando considerada a variável produto – Avaliações do ENEM e da Prova Brasil, pode-se

perceber que as Instituições CEF Caseb (19,01%), CEF 07 de Brasília (17,73%), CEF 01 do Lago Norte (17,48%), Escola Classe Varjão (17,41%) e CEF 01 do Planalto (15,30%) foram as que apresentaram resultados que requerem maior nível de equiparação para alcançarem àquela considerada mais eficiente. De forma que, as instituições de ensino CEF Caseb, CEF 07 de Brasília e CEF 01 Lago Norte são as que necessitam melhorar seus desempenhos em relação as variáveis de produto – taxa de aprovação de avaliações do ENEM e da Prova Brasil.

A análise das correlações realizadas, por meio do coeficiente de ρ de Spearman, entre as variáveis de gestão e os construtos do questionário Saeb aplicado aos diretores das escolas de ensino fundamental possibilitou identificar que dentre as correlações consideradas àquelas que representaram maior impacto na gestão escolar foram: experiência do diretor e condições de trabalho do diretor/equipe (correlação positiva forte), além de gasto por professor efetivo e quantidade de alunos (correlação negativa forte), que denota a importância da experiência do diretor e das condições de trabalho para o alcance de bons resultados na gestão escolar. Por outro lado, o clima disciplinar e os recursos pedagógicos (correlação positiva fraca), bem como o gasto por servidor administrativo e o trabalho colaborativo (correlação negativa fraca) também impactaram, de forma moderada, na gestão escolar.

Assim, pretende-se que a contribuição central deste estudo seja a de dar subsídios a gestão pública, a fim mostrar a pertinência em investir em um modelo gestão mais eficiente como forma de se promover a melhoria do desempenho das instituições de ensino e, conseqüentemente, de seu público alvo – a sociedade e os estudantes. Com base nas informações adquiridas no presente estudo, decisões governamentais poderão ser tomadas de forma mais assertiva.

A principal limitação encontrada na realização do estudo foi a dificuldade em se obter a base de dados, visto que a Secretaria de Estado de Educação não dispunha da base de dados necessária para o estudo, de forma que foi necessário trabalhar registros disponíveis no Órgão para que fosse possível elaborar a base de dados requerida para o estudo.

A título de recomendações para estudos futuros, vale destacar as seguintes possibilidades: (i) pesquisar acerca dos gastos público com a área de pessoal das Instituições de Ensino Público das demais Coordenações Regionais; (ii) pesquisar sobre os demais gastos públicos dessas Instituições, inclusive o gasto com aplicação dos questionários do Saeb; (iii) estabelecer os índices de eficiência das Coordenações Regionais de Ensino que não foram consideradas na presente pesquisa; (iv) investigar os aspectos socioeconômicos e demográficos dos alunos, devido a grande influência no processo de aprendizagem e nos resultados educacionais; (v) realizar um estudo comparativo do desempenho das escolas antes e após a implantação de um modelo de gestão voltado para a eficiência dos gastos públicos, tema central do estudo.

6. Referências Bibliográficas

ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 841-858, Especial, 2005 Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02/12/2017.

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública. **Cadernos ENAP**; n. 10, 1997. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

ACOSTA-ORMAECHEA, S.; MOROZUMI, A. Can a government enhance long-run growth by changing the composition of public expenditure? **Working Paper**, v. 13, n. 162. Internacional Monetary Fund, 2013.

AFONSO, José Roberto R. **Finanças Públicas: Construção e Desmonte das Instituições Fiscais**. Rio de Janeiro: Record, 2016, 27-52 p.

AFONSO, António, SCHUKNECHT, Ludger; TANZI, Vito. Public sector efficiency: Evidence for the new EU member states and emerging markets. **Working paper** no. 581. Frankfurt: European Central Bank, 2006.

ALMANDOZ, Maria Rosa; VITAR, Ana. Caminhos da inovação: as políticas e as escolas. In: VITAR, Ana; ZIBAS, Dagmar; FERRETTI, Celso; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. (Org.). *Gestão de inovações no ensino médio: Argentina, Brasil, Espanha*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

ANGELOPOULOS, K.; PHILIPPOPOULOS, A.; TSIONAS, E. Does public sector efficiency matter? Revisiting the relation between size and economic growth in a world sample. **Public Choice**, v. 132, p. 245-278, 2008.

BANKER, R. D., CHARNES A.; COOPER, W. W. Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, n. 30, p. 1078-1092, 1984.

BEHN, Robert D. Why measure performance? Different purposes require different measures. **Public Administration Review**, v. 63, n. 5, p. 586, 2003.

BENEGAS, Maurício. O uso do modelo NetWork DEA para avaliação da eficiência técnica do gasto público em ensino básico no Brasil. **Revista EconomiA**, Brasília, v. 13, n. 3a, p.569-601, 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3ap569_601.pdf>. Acesso em: 01 dez.2017.

BONAMINO, Alicia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 108, p. 101-132, nov. 1999.

BRASIL. **Lei nº 4545**. Brasília, DF: Senado, 1964.

BRASIL, Constituição . **Constituição da República do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma dos Estados. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995(a).

BRASIL, **Lei Camata**. Brasília, DF: Senado, 1995(b).

BRASIL. **Lei nº 9394**. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL, **Lei Complementar nº 96**. Brasília, DF: Senado, 1999.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101** - Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília, DF: Senado, 2000(a).

BRASIL. **Lei nº 10.028** - Lei de Crimes de Responsabilidade Fiscal. Brasília, DF: Senado, 2000(b).

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 931**. Brasília, DF: Senado, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Instruções para aplicação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Brasília: INEP, jul. 2015, 16 p.

BRESSOUX, Pascal. Les Recherches sur les effets-écoles et les effets-maîtres. **Revue Française de Pédagogie**, n. 108, p. 91-137, 1994. Disponível em: < http://ife.ens-lyon.fr/publications/edition-electronique/revue-francaise-de-pedagogie/INRP_RF108_8.pdf >. Acesso em: 20 abr.2018.

BRITO, Jansen Lima; VIEIRA, Maria Nazaré; JORGE, Francisco Xavier; GUIMARÃES, Maria da Glória Vitória; SOUZA, Waldemar . Avaliação do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os gastos com pessoal no Poder Legislativo do Estado do Amazonas. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 6, p. 105–114, 2014. Disponível em: <<http://www.fat.edu.br/reacfat.com.br/index.php/reac/article/viewFile/114/120>>. Acesso em: 01 jul.2017.

CHARNES, Abraham; COOPER, William W., RODHERS, Edward. Measuring the efficiency of decision marking units. *European Journal of Operational Research*. **European Journal of Operational Research**, v. 2, n. 6, p. 429-444. 1978.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes (Coord.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2007. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/490475>. Acesso em: 18 mar. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, 2007. Disponível em:< <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

ELIAS, Claudia de Souza Rodrigues; SILVA, Leandro Andrade da Silva; MARTINS, Mirian Teresa de Sá Leitão; RAMOS, Neide Ana Pereira; SOUZA, Maria das Graças Gazel de; HIPÓLITO, Rodrigo Leite. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD: Revista Electrónica en Salud Mental**,

Alcohol y Drogas, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v8n1/08.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FARIA, Flávia Peixoto; JANNUZZI, Paulo de Martino; SILVA, Silvano José da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no Estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 42, p. 155-177, jan.2008.

FERRÃO, Maria Eugenia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERNANDES, Cristiano; SANTOS, Denis; SUÁREZ, Mayte; ANDRADE, Adler do Couto. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.18, n.1/2, p. 111-130, jan./dez. 2001. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/download/347/pdf_324>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FIORAVANTE, D. G.; PINHEIRO, M. M. S.; VIEIRA, R. S. V.; SANTOS, J. C. **Lei de responsabilidade fiscal e finanças públicas municipais: impactos sobre despesas com pessoal e endividamento**. IPEA, 2006.

FRANÇA, Magna. O financiamento da educação básica: do Fundef ao fundeb. In: CABRAL NETO, Antônio et al. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.

FRANCO, Creso; FERNANDES, Cristiano; SOARES, José Francisco; BELTRÃO, Kaizô; BARBOSA, Maria Eugênia; ALVES, Maria Tereza Gonzaga. O referencial teórico na construção dos questionários contextuais do Saeb 2001. *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 28, p. 39-74, 2003. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1152/1152.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FREITAS, Katia Siqueira de. Uma inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e a formação da equipe escolar. **Em Aberto – INEP**. Brasília, v. 17, n. 72, p. 47-59, fev/jun. 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2118/2087>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

FRIED, H.; LOVELL, C.; SCHIMIDT, S. The measurement of productive efficiency and productivity growth. New York: **Oxford University Press**, 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Relatório final: Estudo exploratório – Sistema de Avaliação do Ensino Básico**. Brasília: Inep, 2001. (mimeo.)

GARCIA, R. C. Despesas Correntes da União: visões, omissões e opções. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. p. 147–182, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4565>. Acesso em: 02 jul. 2017.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: CARDOSO JÚNIOR, José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (Org.). **Planejamento e avaliação de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIUBERTI, A. C. Lei de responsabilidade fiscal: efeitos sobre o gasto com pessoal dos municípios brasileiros. **Anais do XXXIII ANPEC**, 2005.

GRACINDO, Regina Vinhaes. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135-147, 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

GUPTA, Sanjeev; VERHOEVEN, Marijn. The efficiency of government expenditure: Experiences from Africa. **Journal of Policy Modeling**, v. 23, p. 433-467, 2001.

HAUNER, David. Explaining differences in public sector efficiency: Evidence from Russia's regions. **World Development**, v. 36, p. 1745-1765, 2008.

HAUNER, David; KYOBE, Annette. Determinants of Government Efficiency. **Working Paper**, v. 8, no. 228. International Monetary Fund, 2008.

HOOD, C. **A public management for all seasons**. [S.l.] : Public administration, 1991.

INEP. **Saeb 2001: novas perspectivas**. Brasília, INEP, 2001. Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/SAEB+2001+novas+perspectivas/cd69d523-8fc6-48f4-8007-7a2aa4bb99bd?version=1.1>> Acesso em: 18 abr. 2018.

KARINO, Camila Akemi; VINHA, Luís Gustavo do Amaral; LAROS, Jacob Arie. Os questionários do Saeb: o que eles realmente medem? **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, v. 25, n. 59, São Paulo, 270-297 p., 2014. Disponível em:<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2948>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LEE, Valerie E.; BRYK, Anthony S.; SMITH, Julia B. The Organization of Effective Secondary Schools. In: DARLING-HAMMOND, L. Review of Research in Education. Washington, D.C: American Educational Research Association, p. 171-267, 1993.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do gspública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

LOCATELLI, Iza. Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo Saeb. **Estudos em Avaliação Educacional**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 25, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2189/2146>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

LUCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MACEDO, Joel de Jesus; CORBARI, Ely Célia. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no endividamento dos Municípios Brasileiros: uma análise de dados em painéis. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, v. 20, n. 51. São Paulo, 44-60 p., 2009.

MACIEL, Pedro Jucá. **Finanças Públicas: O Processo Recente de Deterioração das Finanças Públicas Estaduais e as Medidas Estruturais Necessárias**. Rio de Janeiro: Record, 2016, 183-202 p.

MAIA DEL CORSO, Jansen; PETRASKI, Susan Jareck; SILVA, Wesley Vieira da; TAFFAREL, Marinês, Human resources's strategic administration: identifying the strategic alignment process. *Tourism & Management Studies*, v. 10, 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388743880007>> . Acesso em: 05 dez.2017.

MALENA, D. C. de C. Q.; BATISTA FILHO, J. A.; OLIVEIRA, J. H. de; CASTRO, D. T. Análise Situacional da Eficiência do Gasto Público com Despesas Administrativas no Governo do Estado do Tocantins. **VI Congresso CONSAD de Gestão Pública**, 2013. Disponível em: <[http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad Gestão estratégica de recursos humanos: identificando o processo de alinhamento estratégico /bitstream/123456789/847/1/C6_TP_ANÁLISE SITUACIONAL DA EFICIÊNCIA.pdf%0A](http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad%20Gest%C3%A3o%20estrat%C3%A9gica%20de%20recursos%20humanos%3A%20identificando%20o%20processo%20de%20alinhamento%20estrat%C3%A9gico%20/bitstream/123456789/847/1/C6_TP_AN%C3%A1lise%20Situacional%20da%20Efici%C3%AAncia.pdf%0A)>. Acesso em: 29 jun. 2017.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, Nelson. A evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. **Revista do Serviço Público**, v. 54, n. 1, p. 10-45, 2003.

MARINHO, Alexandre. Estudo de eficiência em hospitais públicos e privados com a geração de rankings. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 6. Rio de Janeiro, 145-158 p., 1998.

MARTINS, Humberto Falcão; MARINI, Caio. Em busca da governança para resultados: atributos ideais e a gestão matricial para resultados. In: **Um guia de governança para resultados na administração pública**. Brasília: Publix Editora, 2010.

MATTOS, Enlison; TERRA, Rafael. Fundamentos microeconômicos da mensuração de eficiência. In: Rogério Boueri; Fabiana Rocha; Fabiana Rodopoulos (Organizadores). **Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015 (a).

MATTOS, Enlison; TERRA, Rafael. Conceitos sobre eficiência. In: Rogério Boueri; Fabiana Rocha; Fabiana Rodopoulos (Organizadores). **Avaliação da Qualidade do Gasto Público e Mensuração da Eficiência**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015 (b).

MENDES, Marcos. A Política de Pessoal do Governo Federal. In: SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto (Org.). **Finanças Públicas: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade**. Rio de Janeiro: Record, 53-92 p., 2016.

MOYNIHAN, Donald P.; PANDEY, Sanjay K. The Big Question for Performance Management: Why Do Managers Use Performance Information? **Journal of Public Administration Research and Theory**, Mar. 1, 2010.

MORAES, V. DE; POLIZEL, M. F.; CROZATTI, J. Eficiência dos Gastos Municipais com a Educação Fundamental: uma análise dos municípios paulistas no ano de 2013. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**, 2016.

NEDUZIAK, L. C. R. **Gasto Público, Crescimento e Transferências Intergovernamentais: ensaios para os Estados brasileiros**. Universidade Federal do Paraná, 2017. Disponível em: <[http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47737/R - T - LUIZ CARLOS RIBEIRO NEDUZIAK.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47737/R%20-%20LUIZ%20CARLOS%20RIBEIRO%20NEDUZIAK.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 30 jun. 2017.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

NOGUEIRA, R. P. **Novas tendências internacionais da força de trabalho no setor público: o Brasil comparado com outros países**. ObservaRH, Nesp/Ceam/UnB. Brasília, ago. 2005

OCDE. **TALIS Technical Report**. OCDE, Paris, 2008. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/16/14/44978960.pdf> . Acesso em: 05 jan. 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, p. 91-112, 2006.

PACHECO, R. S. Política de recursos humanos para a reforma gerencial: realizações do período 1995-2002. **Revista do Serviço Público**, v. 53, n. 4, p. 78–105, 2002.

PEÑA, Carlos Rosano. Um modelo de avaliação da eficiência da administração pública através do método análise envoltória de dados (DEA). **Revista de Administração Contemporânea - RAC**. Curitiba, v. 12, n. 1, p. 83-106, jan./mar. 2008

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: MARE, 1997.

PESTANA, Maria Inês. O sistema de avaliação brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 79, n. 191, p. 65-73, 1998. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1044/1018>> Acesso em: 15 abr. 2018.

PIRES, Alexandre Kalil et. al. **Gestão por competências em organizações de governo**. Brasília: ENAP, 2005. 100 p.

PONTES, Luis; GUASTINI, Felipe; ABREU, Denise. Para além do dimensionamento de forças de trabalho: instrumento de gestão eficiente e de redução de gastos públicos. In: VII Congresso CONSAD de Gestão Pública, 2014, Brasília. **Banco do Conhecimento CONSAD**. Disponível em: < <http://banco.consad.org.br/handle/123456789/1141> >. Acesso em: 15 ago. 2017.

RAMOS, Marília Patta & SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 5, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/8700/o-estado-da-arte-da-avaliacao-de-politicas-publicas--conceituacao-e-exemplos-de-avaliacao-no-brasil>>. Acesso em: 26 mai. 2017.

RAUTER, Raíssa; LAROS, Jacob Arie; JESUS, Girlene Ribeiro de. Questionários contextuais do SAEB: análise qualitativa baseada nos resultados da Análise Fatorial. **Revista Eletrônica Ibero-americana sobre Qualidade, Eficácia e Mudança em Educação – REICE**, v. 5, n. 2, p. 56-68, 2007. Disponível em: <<http://www.rinace.net/reice.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

RIBEIRO, M. Bruno. Desempenho e eficiência do gasto público: uma análise comparativa entre o Brasil e um conjunto de países da América Latina. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2008.

ROCHA, Fabiana; GIUBERT, Ana Carolina. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros. **Economia Aplicada**, v. 11, n. 4, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502007000400001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jul. 2017.

RUGGIERO, John; VITALIANO, Donald F. Assessing the efficiency of public schools using data envelopment analysis and frontier regression. **Contemporary Economic Policy**, 1999. Disponível em: <<http://www.freepatentsonline.com/article/Contemporary-Economic-Policy/55857887.html>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da Accountability no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. p. 20-46, 2005.

SAMPAIO, Maria da Conceição Sousa; STOSIC, Borko. Technical efficiency of the Brazilian municipalities: correcting nonparametric frontier measurements for outliers. **Journal of Productivity Analysis**, v. 24, n. 2, 157-181, 2005.

SCHIKMANN, Rosane. Gestão estratégica de pessoas: bases para a concepção do curso de especialização em gestão de pessoas no serviço público. In: PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (Org.). **Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: ENAP, 2010.

SILVA FILHO, Gilberto Magalhães da; PEREIRA, Tarso Rocha Lula; DANTAS, Marke Geisy da Silva; ARAÚJO, Aneide Oliveira. Análise da eficiência nos gastos públicos com educação fundamental nos colégios militares do exército em 2014. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 1, p. 50-64, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

SILVA, Jorge Luiz Mariano da; ALMEIDA, Júlio César Lima de. Eficiência no gasto público com educação: uma análise dos municípios do Rio Grande do Norte. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 2, n. 39, p. 221-244, 2012. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/320/280>> Acesso em: 17 ago. 2017.

SILVA, Isabelle Fiorelli. O sistema nacional de avaliação: características, dispositivos legais e resultados. Estudos em Avaliação Educacional, Fundação Carlos Chagas, v. 21, n. 47, São Paulo, 427-448 p., set./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1602/1602.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SOARES, Tufi Machado; TEIXEIRA, Lucia Helena G. Efeito do perfil do diretor na gestão escolar sobre a proficiência do aluno. Estudos em Avaliação Educacional, v. 17, n. 34, p. 157-186, 2006. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1289/1289.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2018.

SOUZA, Marlone Wilson; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Análise da eficiência utilizando a metodologia DEA em organização militar de saúde: o caso da Odontoclínica Central do Exército. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 3, n. 2, p. 11-22, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Celso VilaNova de; GASPARINI, Carlos Eduardo. Análise da Equidade e da Eficiência dos Estados no Contexto do Federalismo Fiscal Brasileiro. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 803-832, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ee/article/viewFile/35892/38609>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

URBINA, Susana. **Fundamentos da testagem psicológica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE**, v. 23, n. 1, p. 53-69, 2007. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19013/11044>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

VILHENA, Renata et al. **O choque de gestão em Minas Gerais: políticas da gestão pública para o desenvolvimento**. Minas Gerais: UFMG, 2006.

WILLMS, Jon Douglas. **Monitoring School Performance**. Washington, D.C.: The Falmer Press, 1992.

ZOGHBI, Ana Carolina Pereira; ROCHA, Fabiana Fontes; MATOS, Enlison Henrique Carvalho de; ARVATE, Paulo Roberto. Mensurando o desempenho e a eficiência dos gastos estaduais em educação fundamental e média. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 785-809, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ee/v39n4/04.pdf> > Acesso em: 01 dez.2017

APÊNDICE A – Relação das instituições de ensino público analisadas

Modalidade de Ensino	Código da Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio
EF	53000846	Centro de Ensino Fundamental 01 de Brasília
EF	53008774	Centro de Ensino Fundamental 01 do Cruzeiro
EF	53009410	Centro de Ensino Fundamental 01 do Lago Norte
EF	53000854	Centro de Ensino Fundamental 01 do Planalto
EF	53000870	Centro de Ensino Fundamental 03 de Brasília
EF	53000889	Centro de Ensino Fundamental 04 de Brasília
EF	53000897	Centro de Ensino Fundamental 05 de Brasília
EF	53009584	Centro de Ensino Fundamental 06 de Brasília
EF	53013972	Centro de Ensino Fundamental 07 de Brasília
EF	53001443	Centro de Ensino Fundamental 102 Norte
EF	53001460	Centro de Ensino Fundamental 104 Norte
EF	53001567	Centro de Ensino Fundamental 214 Sul
EF	53001613	Centro de Ensino Fundamental 306 Norte
EF	53001702	Centro de Ensino Fundamental 405 Sul
EF	53001729	Centro de Ensino Fundamental 410 Norte
EF	53008782	Centro de Ensino Fundamental Athos Bulcão
EF	53001265	Centro de Ensino Fundamental CASEB
EF	53000919	Centro de Ensino Fundamental GAN
EF	53000927	Centro de Ensino Fundamental Polivalente
EF	53009525	Escola Classe 01 SHI SUL
EF	53008820	Escola Classe 04 do Cruzeiro
EF	53008839	Escola Classe 05 do Cruzeiro
EF	53008847	Escola Classe 06 do Cruzeiro
EF	53008855	Escola Classe 08 do Cruzeiro
EF	53001451	Escola Classe 102 Sul
EF	53001478	Escola Classe 106 Norte
EF	53001486	Escola Classe 108 Sul
EF	53001494	Escola Classe 111 Sul
EF	53001508	Escola Classe 113 Norte
EF	53001516	Escola Classe 114 Sul
EF	53001524	Escola Classe 115 Norte
EF	53001532	Escola Classe 204 Sul
EF	53001540	Escola Classe 206 Sul
EF	53001575	Escola Classe 302 Norte
EF	53001583	Escola Classe 304 Norte
EF	53001591	Escola Classe 304 Sul
EF	53001605	Escola Classe 305 Sul
EF	53001621	Escola Classe 308 Sul
EF	53001630	Escola Classe 312 Norte
EF	53001648	Escola Classe 314 Sul
EF	53001672	Escola Classe 316 Sul
EF	53001680	Escola Classe 403 Norte
EF	53001699	Escola Classe 405 Norte

Modalidade de Ensino	Código Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio
EF	53001710	Escola Classe 407 Norte
EF	53001737	Escola Classe 410 Sul
EF	53001745	Escola Classe 411 Norte
EF	53001761	Escola Classe 415 Norte
EF	53001770	Escola Classe 416 Sul
EF	53001788	Escola Classe 708 Norte
EF	53012798	Escola Classe Aspalha
EF	53001800	Escola Classe do SMU
EF	53001818	Escola Classe Granja do Torto
EF	53009436	Escola Classe Varjão
EM	53001010	Centro de Ensino Médio Asa Norte - CEAN
EM	53001036	Centro de Ensino Médio Elefante Branco
EM	53000986	Centro de Ensino Médio Paulo Freire
EM	53001206	Centro de Ensino Médio Setor Leste
EM	53001214	Centro de Ensino Médio Setor Oeste
EM	53008790	Centro Educacional 01 do Cruzeiro
EM	53008804	Centro Educacional 02 do Cruzeiro
EM	53009479	Centro Educacional do Lago
EM	53012356	Centro Educacional do Lago Norte
EM	53001044	Centro Educacional Gisno

Legenda: EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino Médio

APÊNDICE B – Gasto com Professores do Quadro Efetivo por Escola

GASTO COM PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	130868,72	234501,11	217897,75	195170,44	194716,18	194953,38	195190,33	195725,02	192378,68	191694,01	193165,68	194557,71	2330819,01
CEF 01 do Cruzeiro	267307,87	407520,15	554983,74	473437,81	468764,95	472311,45	472286,65	480838,01	475415,44	462233,23	465928,24	464939,80	5465967,34
CEF 01 do Lago Norte	214096,77	496705,96	469675,91	367837,51	361493,26	351230,80	351719,31	347506,83	349091,96	342884,86	347607,45	336608,30	4336458,92
CEF 01 do Planalto	144211,15	354093,91	300082,42	244224,76	245571,20	250589,27	250807,83	250004,73	249593,41	233669,89	228253,74	229973,11	2981075,42
CEF 02 de Brasília	162847,50	301747,70	276673,64	251070,31	238143,03	238831,60	253084,29	257415,42	263222,80	260594,83	262628,56	264903,20	3031162,88
CEF 03 de Brasília	204954,62	293297,21	318223,73	298821,13	292789,93	302245,03	320612,78	324814,39	310456,00	318520,40	319295,52	321008,82	3625039,56
CEF 04 de Brasília	158616,63	295183,48	284804,01	270027,84	263450,48	257179,77	255147,80	255591,35	260571,70	257709,52	260717,70	268176,26	3087176,54
CEF 05 de Brasília	160642,71	324280,10	297586,43	298045,64	285927,71	284203,54	293084,23	292503,64	278502,78	267389,80	271680,46	273444,57	3327291,61
CEF 06 de Brasília	201647,69	486437,20	469474,19	471103,46	470933,53	471363,18	471004,81	471807,05	459114,72	447712,84	449916,78	459081,46	5329596,91
CEF 07 de Brasília	307306,90	470510,17	469700,65	452393,18	440283,36	447469,62	445733,78	446202,63	475869,40	468521,21	471724,22	465961,82	5361676,94
CEF 102 Norte	235297,64	378327,48	389192,31	373249,71	370918,43	367899,97	366869,60	363340,63	369726,69	371261,32	372833,68	372922,54	4331840,00
CEF 104 Norte	235765,34	387688,02	330001,98	331986,18	306210,11	297670,77	268019,55	267841,90	251928,53	258145,52	251052,67	255720,14	3442030,71
CEF 214 Sul	249211,02	399739,87	378482,84	336991,45	327871,48	325360,04	318744,77	299909,53	258424,08	265942,02	254033,75	260265,10	3674975,95
CEF 306 Norte	238622,35	424869,02	400290,79	363411,32	361971,47	356562,95	357008,53	357412,46	330335,15	331191,97	332738,21	335133,49	4189547,71
CEF 316 Norte	118647,02	271466,94	322364,92	272609,03	264414,24	287833,26	260443,82	257059,84	231061,70	220205,35	221094,22	222451,76	2949652,10
CEF 405 SUL	209879,00	363042,22	370420,88	334304,84	335755,70	333956,34	333828,51	333860,11	320656,02	321365,06	321995,11	325237,78	3904301,57
CEF 410 Norte	133416,73	313026,22	319701,95	307853,11	306656,95	314548,88	314774,39	314631,75	316558,07	316011,64	319076,23	320987,30	3597243,22
CEF Athos Bulcão	-	-	-	-	-	-	-	-	493646,65	501154,30	496788,33	499526,76	1991116,04
CEF CASEB	288878,48	538063,48	504109,91	524460,56	538137,51	534681,03	525372,43	525500,36	526774,67	519493,94	516579,84	513545,19	6055597,40
CEF GAN	90138,47	308069,97	338627,44	321912,74	318086,95	318572,16	310010,63	299231,27	273134,53	282151,46	283051,30	290616,63	3433603,55
CEF Polivalente	341774,34	496831,41	437094,07	441517,70	421625,43	408698,69	401775,95	395815,21	406467,70	402103,84	405020,17	407837,70	4966562,21
CEM CEAN	147689,51	357843,82	425684,05	378783,16	384539,93	402940,33	400610,61	400679,32	395453,32	402265,15	413272,12	418148,50	4527909,82
CEM Elefante Branco	476401,68	947972,76	1057022,69	931018,58	855561,21	844665,67	838011,48	820740,64	791471,11	793257,67	789026,23	801100,43	9946250,15
CEM Paulo Freire	210967,05	385320,52	416104,10	368410,56	371950,31	369381,03	358267,28	358334,71	374067,49	375109,10	381533,09	381630,78	4351076,02
CEM Setor Leste	344143,49	705808,83	798229,71	728193,84	734620,22	720834,20	716705,73	706000,56	708271,34	705356,03	709311,77	716024,07	8293499,79
CEM Setor Oeste	340238,03	768334,47	710142,59	728598,52	780294,53	775680,25	796898,28	792701,06	773202,04	738745,84	730697,95	732187,05	8667720,61

GASTO COM PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	232008,03	445506,06	440630,78	342877,91	342403,36	346031,13	325343,74	326505,09	328126,66	327801,90	328547,03	340535,33	4126317,02
CED 02 do Cruzeiro	495623,04	828436,04	808866,07	746692,46	744150,29	755525,18	746888,04	740373,00	758894,87	748145,82	746937,33	749066,87	8869599,01
CED do Lago	317316,85	514566,34	546854,18	496728,86	491077,96	493916,06	493243,16	492583,04	497581,43	508440,76	489165,04	490935,98	5832409,66
CED do Lago Norte	207262,27	524591,31	553722,19	518904,40	483897,07	499719,16	458994,42	461240,24	483849,51	466913,51	473044,57	467189,21	5599327,86
CED Gisno	461224,18	980769,56	1140832,17	1043164,57	1037874,26	1030699,77	1031545,82	1017563,55	1010431,60	1015738,00	1002836,86	1006064,55	11778744,89
EC 01 SHI Sul	98636,72	268065,08	303754,75	282579,87	257704,71	259066,68	262416,85	268154,74	265752,69	267294,96	259245,01	259924,82	3052596,88
EC 04 do Cruzeiro	144217,93	281192,59	284616,13	270884,44	274359,48	279714,98	257224,34	256707,69	260358,36	265370,47	265853,64	266900,43	3107400,48
EC 05 do Cruzeiro	136258,89	265022,14	305403,93	264046,55	263006,02	264216,74	268600,71	264482,16	258227,99	258763,84	267646,77	269216,86	3084892,60
EC 06 do Cruzeiro	199579,85	283026,32	310699,02	296852,20	296824,99	299656,73	297575,30	286119,14	290431,64	290067,56	290636,61	292024,98	3433494,34
EC 08 do Cruzeiro	209638,34	501438,19	554380,64	548974,05	532607,23	530342,73	518350,46	523525,63	518890,38	515734,93	521879,81	521369,01	5997131,40
EC 102 Sul	150125,82	325022,40	355296,18	309599,55	297491,60	297827,34	297950,46	287294,48	295528,45	265044,55	259596,68	267353,86	3408131,37
EC 106 Norte	165251,03	337129,16	355265,40	278700,67	276600,17	262027,17	248293,32	248586,55	255955,60	249788,82	250569,29	255231,74	3183398,92
EC 108 Sul	167036,44	327602,41	318158,75	297358,48	297188,45	292723,01	292343,72	292306,03	294886,94	289665,93	289849,97	291374,18	3450494,31
EC 111 Sul	161229,03	293277,61	344342,40	304708,99	300680,19	302541,55	303243,81	310242,28	313549,25	305203,53	306061,07	307664,55	3552744,26
EC 113 Norte	176616,39	339844,32	298939,68	289677,37	293131,91	279064,76	288027,36	274420,30	290237,72	291439,45	287990,10	292602,49	3401991,85
EC 114 Sul	187382,77	356346,87	377190,20	303697,40	305884,14	307162,93	307228,36	309641,64	309794,97	310498,91	313606,31	315336,60	3703771,10
EC 115 Norte	121256,78	261554,11	270963,78	292418,71	292179,14	278003,98	273569,82	268014,13	278537,97	269830,88	270181,23	272703,93	3149214,46
EC 204 Sul	90360,53	202132,16	255707,86	220382,30	207158,70	209126,99	210220,44	210020,72	216241,73	210349,78	198255,21	197664,94	2427621,36
EC 206 Sul	137721,97	294449,09	279342,41	261627,35	260717,79	261719,88	261813,96	262110,72	271012,08	272489,28	267923,84	271309,79	3102238,16
EC 209 Sul	154662,37	260777,40	243121,10	224955,90	224784,05	227862,54	225588,20	223239,69	232535,29	219795,88	222534,64	224518,12	2684375,18
EC 302 Norte	134724,56	218512,53	231286,17	235447,13	247228,84	241948,72	230440,38	220280,95	232108,03	232789,62	232340,59	233049,38	2690156,90
EC 304 Norte	102667,68	194576,59	206010,87	198345,41	197930,80	198924,04	198379,54	198203,42	191973,40	188147,56	189667,95	199609,75	2264437,01
EC 304 Sul	109085,07	218773,68	284849,97	261563,15	262523,04	251402,21	251672,13	252795,32	266405,56	266251,86	266768,90	266121,28	2958212,17
EC 305 Sul	136704,01	245265,49	247753,91	235195,79	235910,29	226183,13	226253,63	226574,22	236473,36	229838,56	219443,97	222174,64	2687771,00
EC 308 Sul	155501,70	257620,90	224218,29	223893,88	221313,57	220613,08	224664,58	221593,42	227941,55	226778,57	226986,83	228513,36	2659639,73
EC 312 Norte	167036,44	279155,83	309232,08	247765,93	249563,80	250934,68	248291,40	248297,04	254581,75	258524,11	256215,39	258742,90	3028341,35
EC 314 Sul	159458,16	282212,28	242165,59	268058,71	266669,80	265790,96	266848,49	267335,88	274458,70	276651,59	277702,76	276800,76	3124153,68

GASTO COM PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	214738,64	366894,40	356628,94	356528,91	344325,08	343711,02	343686,88	344908,80	347286,39	345629,25	353130,96	356461,24	4073930,51
EC 403 Norte	139506,62	261254,84	276565,98	274852,56	273530,47	273655,73	260439,01	262459,11	272931,97	271097,41	272005,53	272494,12	3110793,35
EC 405 Norte	147677,92	351146,89	344081,83	330949,19	333023,06	326846,22	326488,84	285179,50	299624,10	309136,26	310034,22	313003,73	3677191,76
EC 407 Norte	103630,94	235733,95	238172,86	203848,60	203773,05	200276,38	199977,53	203450,30	180871,34	180367,58	184443,88	190566,32	2325112,73
EC 410 Sul	96834,98	293783,63	300095,26	265534,57	266042,68	264679,86	263038,17	258987,60	252695,74	252949,26	257195,47	255459,12	3027296,34
EC 411 Norte	174133,25	273991,73	245214,04	244692,16	246864,51	244530,82	245253,56	245913,26	266574,57	246689,86	247384,30	250664,08	2931906,14
EC 413 Sul	112676,75	264268,97	312885,41	278396,49	280417,28	268451,06	276694,91	272788,12	275392,15	269579,25	273433,51	273939,01	3158922,91
EC 415 Norte	93372,91	239637,44	201670,89	189189,15	187552,08	201765,30	200773,53	209701,91	209232,39	209239,52	208385,43	212019,24	2362539,79
EC 416 Sul	187389,81	337119,40	378032,72	351171,36	349902,91	352604,42	351224,03	351856,82	358712,82	367744,28	360745,87	361674,10	4108178,54
EC 708 Norte	174315,58	319443,54	328395,72	305402,15	311876,20	309281,90	290093,83	278651,31	292299,06	286539,66	288209,95	288750,59	3473259,49
EC Aspalha	65138,85	156561,43	140598,10	137630,10	145983,01	147124,58	138013,59	127426,13	118255,46	117396,62	118104,62	117328,31	1529560,80
EC Vila do RCG	101612,45	172784,77	160698,75	151165,20	150533,66	150653,64	150489,76	151067,32	151621,38	151695,18	151434,76	154648,84	1798405,71
EC do SMU	186854,71	302893,62	311987,43	280755,33	279545,04	274811,98	274092,47	274705,04	264125,12	257077,02	257106,42	259224,61	3223178,79
EC Granja do Torto	59490,25	199868,94	187199,98	174100,74	173383,14	176688,17	173381,60	174120,49	180055,93	179799,41	180110,46	181315,76	2039514,87
EC Jardim Botânico	113401,26	238888,36	279949,23	244829,14	255877,85	247848,88	252495,51	253640,72	256591,47	248585,34	253283,62	251914,35	2897305,73
EC Varjão	102895,53	488728,23	353697,77	363848,62	346422,37	341533,91	330332,59	331479,41	320851,16	319996,40	316684,11	320026,12	3936496,22
TOTAL	12665828,01	24800548,62	25366052,11	23483429,68	23250602,14	23186873,21	22967501,62	22800015,33	23297284,51	23095573,73	23082203,53	23235480,12	271231392,61

APÊNDICE C – Quantidade de Professores do Quadro Efetivo por Escola

QUANTIDADE DE PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	13	25	23	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
CEF 01 do Cruzeiro	28	47	58	55	55	55	55	55	55	54	54	54	52
CEF 01 do Lago Norte	26	62	55	44	43	42	42	42	42	41	41	39	43
CEF 01 do Planalto	15	46	36	32	31	32	32	32	32	29	29	28	31
CEF 02 de Brasília	18	33	32	32	29	29	31	31	31	31	31	31	30
CEF 03 de Brasília	23	36	36	38	36	37	39	39	38	39	39	39	37
CEF 04 de Brasília	14	32	31	34	31	30	30	30	30	30	30	31	29
CEF 05 de Brasília	18	36	34	40	37	37	38	38	35	34	34	34	35
CEF 06 de Brasília	22	57	54	54	54	54	54	54	52	51	51	51	51
CEF 07 de Brasília	52	52	53	53	52	53	52	52	54	54	54	53	53
CEF 102 Norte	26	47	47	47	47	46	46	46	47	47	47	47	45
CEF 104 Norte	28	48	41	46	41	40	37	37	33	34	33	33	38
CEF 214 Sul	29	48	46	45	44	44	43	41	33	34	34	33	40
CEF 306 Norte	30	47	45	46	45	44	44	44	39	39	39	38	42
CEF 316 Norte	16	34	41	36	34	34	33	32	27	26	26	26	30
CEF 405 SUL	22	42	41	42	41	41	41	41	38	38	38	38	39
CEF 410 Norte	15	35	36	40	37	38	38	38	38	38	38	38	36
CEF Athos Bulcão	-	-	-	-	-	-	-	-	57	58	57	57	57
CEF CASEB	32	63	56	65	63	63	62	62	62	61	61	60	59
CEF GAN	11	38	40	41	38	38	37	36	32	34	34	33	34
CEF Polivalente	32	53	50	53	50	49	48	47	47	47	47	47	48
CEM CEAN	17	43	45	47	47	49	49	49	47	48	49	49	45
CEM Elefante Branco	50	107	110	108	97	96	95	93	89	90	89	87	93
CEM Paulo Freire	24	46	45	43	44	43	42	42	44	44	44	43	42
CEM Setor Leste	35	79	80	82	81	80	79	78	79	79	79	78	76
CEM Setor Oeste	38	92	87	96	103	101	105	105	100	97	96	96	93

QUANTIDADE DE PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO POR ESCOLA													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	25	50	46	41	41	41	39	39	39	39	39	39	40
CED 02 do Cruzeiro	62	104	99	102	99	100	99	99	100	99	98	96	96
CED do Lago	36	70	66	66	66	66	66	66	66	67	65	63	64
CED do Lago Norte	24	60	67	67	64	66	62	64	65	64	63	64	61
CED Gisno	54	130	140	140	135	136	135	135	132	132	131	131	128
EC 01 SHI Sul	10	30	31	31	29	29	30	30	30	30	29	29	28
EC 04 do Cruzeiro	17	34	34	33	34	34	31	31	32	33	33	33	32
EC 05 do Cruzeiro	17	34	34	36	34	34	34	34	34	34	34	34	33
EC 06 do Cruzeiro	23	33	34	34	34	33	33	32	33	33	33	33	32
EC 08 do Cruzeiro	23	63	62	66	64	64	63	64	63	63	63	63	60
EC 102 Sul	17	37	37	37	35	35	35	34	35	32	31	32	33
EC 106 Norte	19	34	34	33	32	31	29	29	30	29	29	29	30
EC 108 Sul	17	38	38	37	36	36	36	36	36	36	36	36	35
EC 111 Sul	19	34	37	37	36	36	36	36	36	36	36	36	35
EC 113 Norte	19	35	34	35	34	33	34	32	35	35	34	33	33
EC 114 Sul	23	44	43	37	36	37	37	37	37	37	37	37	37
EC 115 Norte	14	30	33	36	35	33	33	32	33	32	32	32	31
EC 204 Sul	11	26	29	27	26	26	26	26	27	26	25	25	25
EC 206 Sul	15	32	36	35	34	34	34	34	35	35	35	33	33
EC 209 Sul	17	29	27	28	28	28	28	28	28	28	27	27	27
EC 302 Norte	16	28	28	29	30	30	29	27	29	29	29	28	28
EC 304 Norte	9	21	20	24	22	22	22	22	21	21	21	22	21
EC 304 Sul	13	28	31	32	31	30	30	30	32	32	32	32	29
EC 305 Sul	16	29	30	28	28	27	27	27	27	27	26	26	27
EC 308 Sul	17	30	27	29	27	27	27	27	28	28	28	28	27
EC 312 Norte	16	32	33	29	29	29	29	29	30	30	30	30	29
EC 314 Sul	20	35	31	37	37	37	37	37	38	38	38	38	35

QUANTIDADE DE PROFESSORES DO QUADRO EFETIVO POR ESCOLA													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	23	45	42	43	42	42	42	42	42	42	43	43	41
EC 403 Norte	17	33	34	34	34	34	33	33	34	34	34	33	32
EC 405 Norte	17	42	39	44	42	41	41	37	39	40	39	40	38
EC 407 Norte	12	30	29	26	25	25	25	25	23	23	24	24	24
EC 410 Sul	12	36	34	33	33	33	32	32	32	32	32	32	31
EC 411 Norte	18	28	28	28	28	28	28	28	30	29	29	29	28
EC 413 Sul	14	33	38	37	36	35	36	35	35	34	34	34	33
EC 415 Norte	12	30	25	24	24	25	25	26	26	26	26	26	25
EC 416 Sul	22	42	44	43	43	43	43	43	44	44	44	43	42
EC 708 Norte	22	40	37	38	39	38	36	35	37	36	36	36	36
EC Aspalha	7	20	17	18	18	18	17	16	15	15	15	15	16
EC Vila do RCG	10	21	20	23	20	20	20	20	20	20	20	20	20
EC do SMU	20	37	36	37	34	33	33	33	32	31	31	30	32
EC Granja do Torto	7	23	21	24	21	21	21	21	22	22	22	22	21
EC Jardim Botânico	11	25	28	27	28	27	27	28	28	28	27	27	26
EC Varjão	9	59	45	49	46	45	44	44	42	42	42	41	42

APÊNDICE D – Gasto Médio por Professor do Quadro Efetivo por Escola

GASTO MÉDIO POR PROFESSOR DO QUADRO EFETIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	10.066,82	9.380,04	9.473,82	8.871,38	8.850,74	8.861,52	8.872,29	8.896,59	8.744,49	8.713,36	8.780,26	8.843,53	9.029,57
CEF 01 do Cruzeiro	9.546,71	8.670,64	9.568,69	8.607,96	8.523,00	8.587,48	8.587,03	8.742,51	8.643,92	8.559,87	8.628,30	8.610,00	8.773,01
CEF 01 do Lago Norte	8.234,49	8.011,39	8.539,56	8.359,94	8.406,82	8.362,64	8.374,27	8.273,97	8.311,71	8.363,05	8.478,23	8.630,98	8.362,25
CEF 01 do Planalto	9.614,08	7.697,69	8.335,62	7.632,02	7.921,65	7.830,91	7.837,74	7.812,65	7.799,79	8.057,58	7.870,82	8.213,33	8.051,99
CEF 02 de Brasília	9.047,08	9.143,87	8.646,05	7.845,95	8.211,83	8.235,57	8.164,01	8.303,72	8.491,06	8.406,28	8.471,89	8.545,26	8.459,38
CEF 03 de Brasília	8.911,07	8.147,14	8.839,55	7.863,71	8.133,05	8.168,78	8.220,84	8.328,57	8.169,89	8.167,19	8.187,06	8.231,00	8.280,66
CEF 04 de Brasília	11.329,76	9.224,48	9.187,23	7.942,00	8.498,40	8.572,66	8.504,93	8.519,71	8.685,72	8.590,32	8.690,59	8.650,85	8.866,39
CEF 05 de Brasília	8.924,60	9.007,78	8.752,54	7.451,14	7.727,78	7.681,18	7.712,74	7.697,46	7.957,22	7.864,41	7.990,60	8.042,49	8.067,49
CEF 06 de Brasília	9.165,80	8.533,99	8.693,97	8.724,14	8.720,99	8.728,95	8.722,31	8.737,17	8.829,13	8.778,68	8.821,90	9.001,60	8.788,22
CEF 07 de Brasília	5.909,75	9.048,27	8.862,28	8.535,72	8.466,99	8.442,82	8.571,80	8.580,82	8.812,40	8.676,32	8.735,63	8.791,73	8.452,88
CEF 102 Norte	9.049,91	8.049,52	8.280,69	7.941,48	7.891,88	7.997,83	7.975,43	7.898,71	7.866,53	7.899,18	7.932,63	7.934,52	8.059,86
CEF 104 Norte	8.420,19	8.076,83	8.048,83	7.217,09	7.468,54	7.441,77	7.243,77	7.238,97	7.634,20	7.592,52	7.607,66	7.749,10	7.644,95
CEF 214 Sul	8.593,48	8.327,91	8.227,89	7.488,70	7.451,62	7.394,55	7.412,67	7.314,87	7.831,03	7.821,82	7.471,58	7.886,82	7.768,58
CEF 306 Norte	7.954,08	9.039,77	8.895,35	7.900,25	8.043,81	8.103,70	8.113,83	8.123,01	8.470,13	8.492,10	8.531,75	8.819,30	8.373,92
CEF 316 Norte	7.415,44	7.984,32	7.862,56	7.572,47	7.776,89	8.465,68	7.892,24	8.033,12	8.557,84	8.469,44	8.503,62	8.555,84	8.090,79
CEF 405 SUL	9.539,95	8.643,86	9.034,66	7.959,64	8.189,16	8.145,28	8.142,16	8.142,93	8.438,32	8.456,98	8.473,56	8.558,89	8.477,11
CEF 410 Norte	8.894,45	8.943,61	8.880,61	7.696,33	8.288,03	8.277,60	8.283,54	8.279,78	8.330,48	8.316,10	8.396,74	8.447,03	8.419,52
CEF Athos Bulcão	-	-	-	-	-	-	-	-	8.660,47	8.640,59	8.715,58	8.763,63	2.898,36
CEF CASEB	9.027,45	8.540,69	9.001,96	8.068,62	8.541,87	8.487,00	8.473,75	8.475,81	8.496,37	8.516,29	8.468,52	8.559,09	8.554,79
CEF GAN	8.194,41	8.107,10	8.465,69	7.851,53	8.370,71	8.383,48	8.378,67	8.311,98	8.535,45	8.298,57	8.325,04	8.806,56	8.335,77
CEF Polivalente	10.680,45	9.374,18	8.741,88	8.330,52	8.432,51	8.340,79	8.370,33	8.421,60	8.648,25	8.555,40	8.617,45	8.677,40	8.765,90
CEM CEAN	8.687,62	8.321,95	9.459,65	8.059,22	8.181,70	8.223,27	8.175,73	8.177,13	8.413,90	8.380,52	8.434,12	8.533,64	8.420,70
CEM Elefante Branco	9.528,03	8.859,56	9.609,30	8.620,54	8.820,22	8.798,60	8.821,17	8.825,17	8.892,93	8.813,97	8.865,46	9.208,05	8.971,92
CEM Paulo Freire	8.790,29	8.376,53	9.246,76	8.567,69	8.453,42	8.590,26	8.530,17	8.531,78	8.501,53	8.525,21	8.671,21	8.875,13	8.638,33
CEM Setor Leste	9.832,67	8.934,29	9.977,87	8.880,41	9.069,39	9.010,43	9.072,22	9.051,29	8.965,46	8.928,56	8.978,63	9.179,80	9.156,75
CEM Setor Oeste	8.953,63	8.351,46	8.162,56	7.589,57	7.575,68	7.680,00	7.589,51	7.549,53	7.732,02	7.615,94	7.611,44	7.626,95	7.836,52

GASTO MÉDIO POR PROFESSOR DO QUADRO EFETIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	9.280,32	8.910,12	9.578,93	8.362,88	8.351,30	8.439,78	8.342,15	8.371,93	8.413,50	8.405,18	8.424,28	8.731,68	8.634,34
CED 02 do Cruzeiro	7.993,92	7.965,73	8.170,36	7.320,51	7.516,67	7.555,25	7.544,32	7.478,52	7.588,95	7.557,03	7.621,81	7.802,78	7.676,32
CED do Lago	8.814,36	7.350,95	8.285,67	7.526,19	7.440,58	7.483,58	7.473,38	7.463,38	7.539,11	7.588,67	7.525,62	7.792,63	7.690,34
CED do Lago Norte	8.635,93	8.743,19	8.264,51	7.744,84	7.560,89	7.571,50	7.403,14	7.206,88	7.443,84	7.295,52	7.508,64	7.299,83	7.723,23
CED Gisno	8.541,19	7.544,38	8.148,80	7.451,18	7.687,96	7.578,67	7.641,08	7.537,51	7.654,78	7.694,98	7.655,24	7.679,88	7.734,64
EC 01 SHI Sul	9.863,67	8.935,50	9.798,54	9.115,48	8.886,37	8.933,33	8.747,23	8.938,49	8.858,42	8.909,83	8.939,48	8.962,92	9.074,11
EC 04 do Cruzeiro	8.483,41	8.270,37	8.371,06	8.208,62	8.069,40	8.226,91	8.297,56	8.280,89	8.136,20	8.041,53	8.056,17	8.087,89	8.210,83
EC 05 do Cruzeiro	8.015,23	7.794,77	8.982,47	7.334,63	7.735,47	7.771,08	7.900,02	7.778,89	7.594,94	7.610,70	7.871,96	7.918,14	7.859,03
EC 06 do Cruzeiro	8.677,38	8.576,56	9.138,21	8.730,95	8.730,15	9.080,51	9.017,43	8.941,22	8.800,96	8.789,93	8.807,17	8.849,24	8.844,98
EC 08 do Cruzeiro	9.114,71	7.959,34	8.941,62	8.317,79	8.321,99	8.286,61	8.227,79	8.180,09	8.236,36	8.186,27	8.283,81	8.275,70	8.361,00
EC 102 Sul	8.830,93	8.784,39	9.602,60	8.367,56	8.499,76	8.509,35	8.512,87	8.449,84	8.443,67	8.282,64	8.374,09	8.354,81	8.584,38
EC 106 Norte	8.697,42	9.915,56	10.448,98	8.445,47	8.643,76	8.452,49	8.561,84	8.571,95	8.531,85	8.613,41	8.640,32	8.801,09	8.860,35
EC 108 Sul	9.825,67	8.621,12	8.372,60	8.036,72	8.255,23	8.131,19	8.120,66	8.119,61	8.191,30	8.046,28	8.051,39	8.093,73	8.322,12
EC 111 Sul	8.485,74	8.625,81	9.306,55	8.235,38	8.352,23	8.403,93	8.423,44	8.617,84	8.709,70	8.477,88	8.501,70	8.546,24	8.557,20
EC 113 Norte	9.295,60	9.709,84	8.792,34	8.276,50	8.621,53	8.456,51	8.471,39	8.575,63	8.292,51	8.326,84	8.470,30	8.866,74	8.679,64
EC 114 Sul	8.147,08	8.098,79	8.771,87	8.208,04	8.496,78	8.301,70	8.303,47	8.368,69	8.372,84	8.391,86	8.475,85	8.522,61	8.371,63
EC 115 Norte	8.661,20	8.718,47	8.211,02	8.122,74	8.347,98	8.424,36	8.289,99	8.375,44	8.440,54	8.432,22	8.443,16	8.522,00	8.415,76
EC 204 Sul	8.214,59	7.774,31	8.817,51	8.162,31	7.967,64	8.043,35	8.085,40	8.077,72	8.008,95	8.090,38	7.930,21	7.906,60	8.089,91
EC 206 Sul	9.181,46	9.201,53	7.759,51	7.475,07	7.668,17	7.697,64	7.700,41	7.709,14	7.743,20	7.785,41	7.654,97	8.221,51	7.983,17
EC 209 Sul	9.097,79	8.992,32	9.004,49	8.034,14	8.028,00	8.137,95	8.056,72	7.972,85	8.304,83	7.849,85	8.242,02	8.315,49	8.336,37
EC 302 Norte	8.420,29	7.804,02	8.260,22	8.118,87	8.240,96	8.064,96	7.946,22	8.158,55	8.003,73	8.027,23	8.011,74	8.323,19	8.115,00
EC 304 Norte	11.407,52	9.265,55	10.300,54	8.264,39	8.996,85	9.042,00	9.017,25	9.009,25	9.141,59	8.959,41	9.031,81	9.073,17	9.292,44
EC 304 Sul	8.391,16	7.813,35	9.188,71	8.173,85	8.468,49	8.380,07	8.389,07	8.426,51	8.325,17	8.320,37	8.336,53	8.316,29	8.377,46
EC 305 Sul	8.544,00	8.457,43	8.258,46	8.399,85	8.425,37	8.377,15	8.379,76	8.391,64	8.758,27	8.512,54	8.440,15	8.545,18	8.457,48
EC 308 Sul	9.147,16	8.587,36	8.304,38	7.720,48	8.196,80	8.170,85	8.320,91	8.207,16	8.140,77	8.099,23	8.106,67	8.161,19	8.263,58
EC 312 Norte	10.439,78	8.723,62	9.370,67	8.543,65	8.605,65	8.652,92	8.561,77	8.561,97	8.486,06	8.617,47	8.540,51	8.624,76	8.810,74
EC 314 Sul	7.972,91	8.063,21	7.811,79	7.244,83	7.207,29	7.183,54	7.212,12	7.225,29	7.222,60	7.280,31	7.307,97	7.284,23	7.418,01

GASTO MÉDIO POR PROFESSOR DO QUADRO EFETIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	9.336,46	8.153,21	8.491,17	8.291,37	8.198,22	8.183,60	8.183,02	8.212,11	8.268,72	8.229,27	8.212,35	8.289,80	8.337,44
EC 403 Norte	8.206,27	7.916,81	8.134,29	8.083,90	8.045,01	8.048,70	7.892,09	7.953,31	8.027,41	7.973,45	8.000,16	8.257,40	8.044,90
EC 405 Norte	8.686,94	8.360,64	8.822,61	7.521,57	7.929,12	7.971,86	7.963,14	7.707,55	7.682,67	7.728,41	7.949,60	7.825,09	8.012,43
EC 407 Norte	8.635,91	7.857,80	8.212,86	7.840,33	8.150,92	8.011,06	7.999,10	8.138,01	7.863,97	7.842,07	7.685,16	7.940,26	8.014,79
EC 410 Sul	8.069,58	8.160,66	8.826,33	8.046,50	8.061,90	8.020,60	8.219,94	8.093,36	7.896,74	7.904,66	8.037,36	7.983,10	8.110,06
EC 411 Norte	9.674,07	9.785,42	8.757,64	8.739,01	8.816,59	8.733,24	8.759,06	8.782,62	8.885,82	8.506,55	8.530,49	8.643,59	8.884,51
EC 413 Sul	8.048,34	8.008,15	8.233,83	7.524,23	7.789,37	7.670,03	7.685,97	7.793,95	7.868,35	7.928,80	8.042,16	8.057,03	7.887,52
EC 415 Norte	7.781,08	7.987,91	8.066,84	7.882,88	7.814,67	8.070,61	8.030,94	8.065,46	8.047,40	8.047,67	8.014,82	8.154,59	7.997,07
EC 416 Sul	8.517,72	8.026,65	8.591,65	8.166,78	8.137,28	8.200,10	8.168,00	8.182,72	8.152,56	8.357,82	8.198,77	8.411,03	8.259,26
EC 708 Norte	7.923,44	7.986,09	8.875,56	8.036,90	7.996,83	8.139,00	8.058,16	7.961,47	7.899,97	7.959,44	8.005,83	8.020,85	8.071,96
EC Aspalha	9.305,55	7.828,07	8.270,48	7.646,12	8.110,17	8.173,59	8.118,45	7.964,13	7.883,70	7.826,44	7.873,64	7.821,89	8.068,52
EC Vila do RCG	10.161,25	8.227,85	8.034,94	6.572,40	7.526,68	7.532,68	7.524,49	7.553,37	7.581,07	7.584,76	7.571,74	7.732,44	7.800,30
EC do SMU	9.342,74	8.186,31	8.666,32	7.587,98	8.221,91	8.327,64	8.305,83	8.324,40	8.253,91	8.292,81	8.293,76	8.640,82	8.370,37
EC Granja do Torto	8.498,61	8.689,95	8.914,28	7.254,20	8.256,34	8.413,72	8.256,27	8.291,45	8.184,36	8.172,70	8.186,84	8.241,63	8.280,03
EC Jardim Botânico	10.309,21	9.555,53	9.998,19	9.067,75	9.138,49	9.179,59	9.351,69	9.058,60	9.163,98	8.878,05	9.380,87	9.330,16	9.367,68
EC Varjão	11.432,84	8.283,53	7.859,95	7.425,48	7.530,92	7.589,64	7.507,56	7.533,62	7.639,31	7.618,96	7.540,10	7.805,52	7.980,62

APÊNDICE E – Gasto com Professores do Contrato Temporário por Escola

GASTO COM PROFESSORES DO CONTRATO TEMPORÁRIO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	0,00	0,00	1867,74	27156,66	22773,30	23687,60	24671,84	22867,40	30187,54	31356,18	31465,54	48428,59	264462,39
CEF 01 do Cruzeiro	0,00	0,00	25976,55	56946,33	52673,24	55195,54	64285,30	55746,22	57145,60	60992,16	66775,78	116055,53	611792,25
CEF 01 do Lago Norte	0,00	0,00	16606,60	36317,15	35114,57	40439,60	48366,42	32040,88	42724,07	37155,24	39079,00	64807,95	392651,48
CEF 01 do Planalto	0,00	0,00	18849,62	34160,42	32605,84	41434,28	38404,70	38508,84	41413,16	40468,76	44113,43	66248,80	396207,85
CEF 02 de Brasília	5421,06	5630,50	5206,34	23391,37	28475,87	31390,90	22746,18	20302,66	21428,20	27043,20	20985,24	40118,39	252139,91
CEF 03 de Brasília	0,00	0,00	14246,76	28860,34	26405,06	26156,50	21813,92	24245,20	23449,84	25883,10	29199,54	46920,46	267180,72
CEF 04 de Brasília	0,00	0,00	6620,56	28961,37	21673,06	17797,76	18453,92	19072,54	17797,76	26723,32	22629,96	41344,04	221074,29
CEF 05 de Brasília	0,00	0,00	11839,16	11135,34	16531,50	30194,58	23475,72	23176,76	19642,13	19301,46	18645,30	40445,82	214387,77
CEF 06 de Brasília	8747,72	4012,10	72906,92	140813,14	129249,35	142568,03	146276,88	134911,86	144678,53	141657,68	130743,78	250413,05	1446979,04
CEF 07 de Brasília	0,00	0,00	13376,12	26161,54	27816,07	39363,49	34761,22	32626,25	41430,78	46389,12	47892,60	77893,84	387711,03
CEF 102 Norte	0,00	0,00	10734,57	23849,54	28212,55	25501,64	26413,84	24509,86	24436,20	26307,60	24623,30	41312,31	255901,41
CEF 104 Norte	0,00	0,00	11610,84	33971,42	36891,67	42702,69	42676,58	41623,04	43364,48	51100,76	48867,00	84515,54	437324,02
CEF 214 Sul	0,00	0,00	11286,08	51777,29	43020,26	44863,12	52768,48	47551,72	50042,12	56605,36	53008,18	93892,58	504815,19
CEF 306 Norte	6468,26	4983,30	19529,98	24114,80	26421,75	29050,24	31560,50	32407,73	33814,36	31873,22	33209,12	55243,49	328676,75
CEF 316 Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF 405 SUL	0,00	0,00	7002,50	21087,19	18092,90	23000,26	22952,56	21611,02	25445,04	25206,06	28575,74	53283,49	246256,76
CEF 410 Norte	0,00	0,00	0,00	12562,44	22906,00	23577,45	20677,08	13821,72	18578,88	13649,06	9180,16	31173,61	166126,40
CEF Athos Bulcão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
CEF CASEB	10004,36	4583,30	29587,42	54385,66	58862,36	57856,21	64375,21	52741,19	63281,95	67418,96	76672,99	128820,08	668589,69
CEF GAN	0,00	0,00	14987,25	26223,43	23281,51	29015,82	29333,72	25821,58	31278,85	25872,38	30129,52	55397,10	291341,16
CEF Polivalente	0,00	0,00	20444,78	45702,93	42997,68	45264,76	47265,84	50759,36	55551,16	60741,46	60368,31	94805,97	523902,25
CEM CEAN	0,00	0,00	8138,16	22078,67	17770,42	23993,84	28592,88	27681,74	32094,91	37276,00	37039,28	56347,88	291013,78
CEM Elefante Branco	0,00	0,00	26153,46	40359,52	42854,07	58667,54	51401,32	59448,11	52944,56	56531,40	53113,08	86618,46	528091,52
CEM Paulo Freire	0,00	0,00	19025,35	26887,07	23368,14	35877,56	35320,48	32613,82	33871,46	33898,80	32613,82	58094,79	331571,29
CEM Setor Leste	0,00	0,00	12317,72	42760,11	45496,65	52196,49	51872,72	47089,28	52302,72	51411,18	44212,20	83891,55	483550,62
CEM Setor Oeste	0,00	0,00	9433,00	21520,84	23385,73	46547,92	39971,31	29157,73	41480,47	36186,02	45787,16	62081,50	355551,68

GASTO COM PROFESSORES DO CONTRATO TEMPORÁRIO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	0,00	0,00	5191,12	4336,39	4082,28	11016,99	5606,34	8652,82	9609,72	9582,38	9254,30	10841,81	78174,15
CED 02 do Cruzeiro	0,00	0,00	24698,37	25082,46	23526,53	38923,32	37826,94	28743,62	46402,35	42867,38	41120,66	65894,09	375085,72
CED do Lago	0,00	0,00	15528,42	38772,94	34952,91	39656,54	38295,86	33303,65	37643,22	35962,94	44828,17	73068,33	392012,98
CED do Lago Norte	0,00	0,00	10093,95	33853,73	43306,99	64223,15	59054,78	49809,60	46232,42	41418,94	51325,82	95110,33	494429,71
CED Gisno	0,00	0,00	17895,86	31423,22	34869,37	62506,73	63667,63	55087,98	56570,26	61645,43	61379,36	92808,70	537854,54
EC 01 SHI Sul	0,00	0,00	10353,70	20743,83	25664,91	26648,88	27339,42	24413,82	26746,72	29509,94	31383,61	49776,43	272581,26
EC 04 do Cruzeiro	0,00	0,00	13669,96	19694,80	22121,38	22741,81	33280,70	29442,86	41380,28	40115,94	44981,68	72863,45	340292,86
EC 05 do Cruzeiro	0,00	0,00	10545,38	21090,45	17230,88	30963,96	33646,27	30956,86	37455,95	32420,32	30387,26	58074,75	302772,08
EC 06 do Cruzeiro	0,00	0,00	6722,90	24295,77	17230,88	20404,72	23763,48	21791,86	22121,38	23254,66	21791,86	38665,50	220043,01
EC 08 do Cruzeiro	0,00	0,00	19105,35	41522,11	42012,25	45131,94	49060,14	48377,75	68020,47	63699,00	54819,91	91566,16	523315,08
EC 102 Sul	0,00	0,00	12705,80	13963,14	13345,26	13895,82	14446,38	13345,26	13895,82	20019,92	17712,00	30864,16	164193,56
EC 106 Norte	0,00	0,00	18153,24	21025,43	23354,04	23395,54	24323,86	25769,39	28145,40	27750,90	26633,70	46151,98	264703,48
EC 108 Sul	0,00	0,00	23650,32	29800,38	26690,52	27791,64	28892,76	28801,54	34491,50	32187,74	30576,14	56660,79	319543,33
EC 111 Sul	0,00	0,00	11586,84	37076,99	37766,30	43161,18	39330,58	37731,38	47950,53	45448,34	47265,56	79253,94	426571,64
EC 113 Norte	0,00	0,00	4187,43	4415,87	4223,30	4396,10	4568,90	7665,74	7755,40	10001,80	11316,84	16463,70	74995,08
EC 114 Sul	0,00	0,00	8015,70	35319,67	26296,02	28151,89	29511,26	25316,04	28993,08	25191,48	27699,24	46743,68	281238,06
EC 115 Norte	0,00	0,00	15626,92	24388,20	22037,56	27126,62	23387,58	22375,24	29290,13	32046,28	29941,30	53273,09	279492,92
EC 204 Sul	3372,90	394,50	13075,27	18375,26	16693,20	23375,12	23014,34	21065,30	22323,14	22134,26	21254,18	39306,09	224383,56
EC 206 Sul	0,00	0,00	24021,54	31523,60	25308,12	30573,00	29262,60	27028,20	28145,40	31331,90	30599,64	65888,64	323682,64
EC 209 Sul	0,00	0,00	21566,50	34889,37	34907,08	36370,28	37720,12	34858,84	43903,16	50608,12	51865,94	83085,34	429774,75
EC 302 Norte	0,00	0,00	15179,32	19414,17	17230,88	27966,86	27011,88	27397,56	35924,56	32155,58	29969,42	52520,69	284770,92
EC 304 Norte	0,00	0,00	14652,76	24795,41	22483,30	35433,18	41241,52	26352,84	25926,84	32496,44	31909,64	51264,03	306555,96
EC 304 Sul	0,00	0,00	7198,48	13725,26	14088,66	14710,02	20731,02	18649,64	19393,68	19356,28	18758,08	32086,45	335894,06
EC 305 Sul	0,00	0,00	13562,70	29752,09	30599,48	29185,58	35805,62	29892,86	34495,25	38400,16	35233,36	58966,96	335894,06
EC 308 Sul	0,00	0,00	5654,26	17310,49	12360,78	15451,02	14446,38	13345,26	13895,82	13895,82	11444,46	27134,05	144938,34
EC 312 Norte	0,00	0,00	29285,12	42477,45	43765,32	53382,85	51757,90	50017,90	55419,57	55130,80	51341,66	86536,22	519114,79
EC 314 Sul	0,00	0,00	13339,64	16730,19	17762,11	21144,68	19758,68	18134,96	18291,92	18291,92	17568,56	32555,55	193578,21

GASTO COM PROFESSORES DO CONTRATO TEMPORÁRIO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	0,00	0,00	23176,93	36146,68	34618,96	46653,41	44395,30	42758,70	48038,20	45960,52	46388,84	79349,02	447486,56
EC 403 Norte	0,00	0,00	7470,10	11302,19	8246,60	8592,20	8937,80	8246,60	12469,38	13530,94	12618,70	21597,43	113011,94
EC 405 Norte	4035,94	2049,70	15020,52	26514,49	22977,94	23970,98	24802,42	26486,92	31914,32	33347,10	32213,34	63311,45	306645,12
EC 407 Norte	0,00	0,00	12698,90	20613,80	17568,56	18291,92	25841,25	29720,19	27437,88	27983,88	26660,84	46990,52	253807,74
EC 410 Sul	0,00	0,00	16101,66	25413,51	20807,38	30285,88	28522,92	25030,68	29296,37	32471,87	32047,10	51183,85	291161,22
EC 411 Norte	0,00	0,00	9072,74	9844,33	9410,92	9802,44	10193,96	9410,92	9602,44	9602,44	12203,49	19940,39	109084,07
EC 413 Sul	0,00	4372,48	33229,76	48382,70	43246,04	45022,28	46798,52	39413,47	40426,18	40426,18	46561,84	84182,75	472062,20
EC 415 Norte	0,00	0,00	8374,86	19697,54	16893,20	25061,54	29212,98	25677,48	26730,36	26730,36	25677,48	45613,88	249669,68
EC 416 Sul	8747,72	4373,86	18511,94	35529,29	26195,48	42741,59	55527,26	47756,52	51956,76	60621,50	59076,68	90695,03	501733,63
EC 708 Norte	0,00	0,00	4660,20	10555,63	13104,06	24310,40	27788,24	27426,58	36798,43	33624,48	31988,02	51897,80	262153,84
EC Aspalha	0,00	0,00	10853,36	15767,51	22501,94	19099,30	23773,06	21791,86	22688,02	22688,02	23174,74	40044,54	222382,35
EC Vila do RCG	0,00	0,00	4378,16	10194,37	8446,60	9022,20	9137,80	8446,60	9072,20	9058,20	8754,60	15865,40	92376,13
EC do SMU	0,00	0,00	4396,10	10885,57	11290,92	13631,71	14076,54	13007,58	13542,06	15080,96	21995,91	33340,42	151247,77
EC Granja do Torto	0,00	0,00	7015,30	21491,29	17568,56	18291,92	19015,28	17568,56	18291,92	18291,92	17568,56	32977,95	188081,26
EC Jardim Botânico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
EC Varjão	0,00	0,00	70555,97	96363,34	100353,49	107629,87	112842,45	95607,23	113472,22	112158,50	106836,92	196126,58	1111946,57
TOTAL	12665828,01	24800548,62	25366052,11	23483429,68	23250602,14	23186873,21	22967501,62	22800015,33	23297284,51	23095573,73	23082203,53	23235480,12	271231392,61

APÊNDICE F – Quantidade de Professores do Contrato Temporário por Escola

QUANTIDADE DE PROFESSORES DO CONTRATO TEMPORÁRIO													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	0	0	1	6	5	5	5	5	6	7	7	7	5
CEF 01 do Cruzeiro	0	0	6	12	12	12	13	13	13	13	14	14	10
CEF 01 do Lago Norte	0	0	3	6	8	9	9	7	8	8	8	9	6
CEF 01 do Planalto	0	0	4	8	9	9	9	9	9	9	10	9	7
CEF 02 de Brasília	1	1	1	3	6	6	5	5	5	6	5	7	4
CEF 03 de Brasília	0	0	3	5	5	5	4	5	5	5	5	6	4
CEF 04 de Brasília	0	0	2	5	5	4	4	5	4	5	5	6	4
CEF 05 de Brasília	0	0	2	4	4	6	5	5	5	4	4	6	4
CEF 06 de Brasília	1	1	21	26	28	29	29	29	30	30	30	31	24
CEF 07 de Brasília	0	0	3	6	6	7	7	7	9	9	9	11	6
CEF 102 Norte	0	0	3	4	5	5	5	5	5	5	5	5	4
CEF 104 Norte	0	0	3	7	9	9	9	10	9	10	11	11	7
CEF 214 Sul	0	0	2	10	10	10	11	11	10	12	11	13	8
CEF 306 Norte	1	1	6	5	6	6	6	7	7	7	7	7	6
CEF 316 Norte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CEF 405 SUL	0	0	1	3	4	5	5	5	6	6	7	7	4
CEF 410 Norte	0	0	0	2	5	5	5	4	4	3	3	5	3
CEF Athos Bulcão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
CEF CASEB	0	0	4	11	13	12	12	14	13	14	15	17	10
CEF GAN	0	0	3	5	5	6	6	6	7	7	7	9	5
CEF Polivalente	0	0	4	8	9	9	9	11	11	12	12	13	8
CEM CEAN	0	0	3	4	4	6	6	6	7	9	9	9	5
CEM Elefante Branco	0	0	6	9	11	14	12	14	12	13	12	14	10
CEM Paulo Freire	0	0	4	5	6	7	7	7	7	7	7	7	5
CEM Setor Leste	0	0	4	8	10	10	10	10	10	10	9	11	8
CEM Setor Oeste	0	0	3	6	7	10	10	7	8	8	10	11	7

QUANTIDADE DE PROFESSORES DO CONTRATO TEMPORÁRIO													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	0	0	5	7	8	9	9	10	10	10	10	10	7
EC 403 Norte	0	0	2	3	2	2	2	2	3	3	3	4	2
EC 405 Norte	0	0	3	5	5	5	5	6	7	7	7	8	5
EC 407 Norte	0	0	3	4	4	4	6	6	6	6	6	6	4
EC 410 Sul	0	0	3	5	5	6	6	6	6	7	7	8	5
EC 411 Norte	0	0	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
EC 413 Sul	0	0	7	10	10	10	10	9	8	8	9	12	8
EC 415 Norte	0	0	2	5	4	5	6	6	6	6	6	6	4
EC 416 Sul	1	1	4	7	7	8	10	10	10	12	13	13	8
EC 708 Norte	0	0	1	2	3	5	6	6	7	7	7	8	4
EC Aspalha	0	0	4	5	5	5	5	5	5	5	5	6	4
EC Vila do RCG	0	0	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
EC do SMU	0	0	1	2	3	3	3	3	3	4	5	5	3
EC Granja do Torto	0	0	2	4	4	4	4	4	4	4	4	4	3
EC Jardim Botânico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EC Varjão	0	0	18	21	23	24	24	24	25	25	25	27	20

APÊNDICE G – Gasto Médio por Professor do Contrato Temporário por Escola

GASTO MÉDIO POR PROFESSOR DO CONTRATO TEMPORÁRIO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	0,00	0,00	1.867,74	4.526,11	4.554,66	4.737,52	4.934,37	4.573,48	5.031,26	4.479,45	4.495,08	6.918,37	3.843,17
CEF 01 do Cruzeiro	0,00	0,00	4.329,43	4.745,53	4.389,44	4.599,63	4.945,02	4.288,17	4.395,82	4.691,70	4.769,70	8.289,68	4.120,34
CEF 01 do Lago Norte	0,00	0,00	5.535,53	6.052,86	4.389,32	4.493,29	5.374,05	4.577,27	5.340,51	4.644,41	4.884,88	7.200,88	4.374,42
CEF 01 do Planalto	0,00	0,00	4.712,41	4.270,05	3.622,87	4.603,81	4.267,19	4.278,76	4.601,46	4.496,53	4.411,34	7.360,98	3.885,45
CEF 02 de Brasília	5.421,06	5.630,50	5.206,34	7.797,12	4.745,98	5.231,82	4.549,24	4.060,53	4.285,64	4.507,20	4.197,05	5.731,20	5.113,64
CEF 03 de Brasília	0,00	0,00	4.748,92	5.772,07	5.281,01	5.231,30	5.453,48	4.849,04	4.689,97	5.176,62	5.839,91	7.820,08	4.571,87
CEF 04 de Brasília	0,00	0,00	3.310,28	5.792,27	4.334,61	4.449,44	4.613,48	3.814,51	4.449,44	5.344,66	4.525,99	6.890,67	3.960,45
CEF 05 de Brasília	0,00	0,00	5.919,58	2.783,84	4.132,88	5.032,43	4.695,14	4.635,35	3.928,43	4.825,37	4.661,33	6.740,97	3.946,28
CEF 06 de Brasília	8.747,72	4.012,10	3.471,76	5.415,89	4.616,05	4.916,14	5.044,03	4.652,13	4.822,62	4.721,92	4.358,13	8.077,84	5.238,03
CEF 07 de Brasília	0,00	0,00	4.458,71	4.360,26	4.636,01	5.623,36	4.965,89	4.660,89	4.603,42	5.154,35	5.321,40	7.081,26	4.238,79
CEF 102 Norte	0,00	0,00	3.578,19	5.962,39	5.642,51	5.100,33	5.282,77	4.901,97	4.887,24	5.261,52	4.924,66	8.262,46	4.483,67
CEF 104 Norte	0,00	0,00	3.870,28	4.853,06	4.099,07	4.744,74	4.741,84	4.162,30	4.818,28	5.110,08	4.442,45	7.683,23	4.043,78
CEF 214 Sul	0,00	0,00	5.643,04	5.177,73	4.302,03	4.486,31	4.797,13	4.322,88	5.004,21	4.717,11	4.818,93	7.222,51	4.207,66
CEF 306 Norte	6.468,26	4.983,30	3.255,00	4.822,96	4.403,63	4.841,71	5.260,08	4.629,68	4.830,62	4.553,32	4.744,16	7.891,93	5.057,05
CEF 316 Norte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF 405 SUL	0,00	0,00	7.002,50	7.029,06	4.523,23	4.600,05	4.590,51	4.322,20	4.240,84	4.201,01	4.082,25	7.611,93	4.350,30
CEF 410 Norte	0,00	0,00	0,00	6.281,22	4.581,20	4.715,49	4.135,42	3.455,43	4.644,72	4.549,69	3.060,05	6.234,72	3.471,49
CEF Athos Bulcão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CEF CASEB	0,00	0,00	7.396,86	4.944,15	4.527,87	4.821,35	5.364,60	3.767,23	4.867,84	4.815,64	5.111,53	7.577,65	4.432,89
CEF GAN	0,00	0,00	4.995,75	5.244,69	4.656,30	4.835,97	4.888,95	4.303,60	4.468,41	3.696,05	4.304,22	6.155,23	3.962,43
CEF Polivalente	0,00	0,00	5.111,20	5.712,87	4.777,52	5.029,42	5.251,76	4.614,49	5.050,11	5.061,79	5.030,69	7.292,77	4.411,05
CEM CEAN	0,00	0,00	2.712,72	5.519,67	4.442,61	3.998,97	4.765,48	4.613,62	4.584,99	4.141,78	4.115,48	6.260,88	3.763,02
CEM Elefante Branco	0,00	0,00	4.358,91	4.484,39	3.895,82	4.190,54	4.283,44	4.246,29	4.412,05	4.348,57	4.426,09	6.187,03	3.736,09
CEM Paulo Freire	0,00	0,00	4.756,34	5.377,41	3.894,69	5.125,37	5.045,78	4.659,12	4.838,78	4.842,69	4.659,12	8.299,26	4.291,55
CEM Setor Leste	0,00	0,00	3.079,43	5.345,01	4.549,67	5.219,65	5.187,27	4.708,93	5.230,27	5.141,12	4.912,47	7.626,50	4.250,03
CEM Setor Oeste	0,00	0,00	3.144,33	3.586,81	3.340,82	4.654,79	3.997,13	4.165,39	5.185,06	4.523,25	4.578,72	5.643,77	3.568,34

GASTO MÉDIO POR PROFESSOR DO CONTRATO TEMPORÁRIO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	0,00	0,00	5.191,12	4.336,39	4.082,28	5.508,50	2.803,17	4.326,41	4.804,86	4.791,19	4.627,15	5.420,91	3.824,33
CED 02 do Cruzeiro	0,00	0,00	3.528,34	4.180,41	3.921,09	4.865,42	4.728,37	3.592,95	3.866,86	3.572,28	3.738,24	5.068,78	3.421,89
CED do Lago	0,00	0,00	5.176,14	5.538,99	4.369,11	4.406,28	4.255,10	4.162,96	4.705,40	4.495,37	4.980,91	7.306,83	4.116,42
CED do Lago Norte	0,00	0,00	5.046,98	4.836,25	4.330,70	4.940,24	4.542,68	4.528,15	4.202,95	5.177,37	5.132,58	6.340,69	4.089,88
CED Gisno	0,00	0,00	5.965,29	4.489,03	3.874,37	4.808,21	4.897,51	4.590,67	4.351,56	4.403,25	3.836,21	4.640,44	3.821,38
EC 01 SHI Sul	0,00	0,00	3.451,23	5.185,96	4.277,49	4.441,48	4.556,57	4.068,97	4.457,79	4.215,71	4.483,37	7.110,92	3.854,12
EC 04 do Cruzeiro	0,00	0,00	4.556,65	4.923,70	4.424,28	4.548,36	4.754,39	4.206,12	4.597,81	4.457,33	4.498,17	7.286,35	4.021,10
EC 05 do Cruzeiro	0,00	0,00	3.515,13	5.272,61	4.307,72	4.423,42	4.806,61	3.869,61	4.681,99	4.052,54	4.341,04	7.259,34	3.877,50
EC 06 do Cruzeiro	0,00	0,00	3.361,45	6.073,94	4.307,72	4.080,94	4.752,70	4.358,37	4.424,28	4.650,93	4.358,37	7.733,10	4.008,48
EC 08 do Cruzeiro	0,00	0,00	3.821,07	4.613,57	4.668,03	4.513,19	4.906,01	4.031,48	4.858,61	4.549,93	4.216,92	6.540,44	3.893,27
EC 102 Sul	0,00	0,00	4.235,27	4.654,38	4.448,42	4.631,94	4.815,46	4.448,42	4.631,94	5.004,98	4.428,00	7.716,04	4.084,57
EC 106 Norte	0,00	0,00	4.538,31	4.205,09	4.670,81	4.679,11	4.864,77	4.294,90	4.690,90	4.625,15	4.438,95	7.692,00	4.058,33
EC 108 Sul	0,00	0,00	4.730,06	4.966,73	4.448,42	4.631,94	4.815,46	4.114,51	4.927,36	4.598,25	4.368,02	8.094,40	4.141,26
EC 111 Sul	0,00	0,00	3.862,28	5.296,71	5.395,19	4.795,69	4.916,32	4.192,38	4.795,05	4.544,83	4.726,56	7.925,39	4.204,20
EC 113 Norte	0,00	0,00	4.187,43	4.415,87	4.223,30	4.396,10	4.568,90	3.832,87	3.877,70	5.000,90	3.772,28	5.487,90	3.646,94
EC 114 Sul	0,00	0,00	4.007,85	5.886,61	4.382,67	4.691,98	4.215,89	4.219,34	4.832,18	4.198,58	4.616,54	6.677,67	3.977,44
EC 115 Norte	0,00	0,00	3.906,73	4.877,64	4.407,51	4.521,10	3.897,93	4.475,05	4.184,30	4.578,04	4.277,33	6.659,14	3.815,40
EC 204 Sul	3.372,90	394,50	4.358,42	4.593,82	4.173,30	4.675,02	4.602,87	4.213,06	4.464,63	4.426,85	4.250,84	7.861,22	4.282,29
EC 206 Sul	0,00	0,00	4.003,59	5.253,93	4.218,02	5.095,50	4.877,10	4.504,70	4.690,90	4.475,99	3.824,96	8.236,08	4.098,40
EC 209 Sul	0,00	0,00	3.594,42	4.984,20	4.363,39	4.546,29	4.715,02	4.357,36	4.390,32	4.217,34	4.322,16	6.923,78	3.867,85
EC 302 Norte	0,00	0,00	5.059,77	4.853,54	4.307,72	4.661,14	4.501,98	4.566,26	5.132,08	4.593,65	4.281,35	7.502,96	4.121,70
EC 304 Norte	0,00	0,00	4.884,25	4.959,08	4.496,66	4.429,15	5.155,19	4.392,14	4.321,14	4.642,35	4.558,52	6.408,00	4.020,54
EC 304 Sul	0,00	0,00	3.599,24	4.575,09	4.696,22	4.903,34	5.182,76	4.662,41	4.848,42	4.839,07	4.689,52	8.021,61	4.168,14
EC 305 Sul	0,00	0,00	4.520,90	4.250,30	4.371,35	4.169,37	5.115,09	4.270,41	4.311,91	4.800,02	4.404,17	7.370,87	3.965,37
EC 308 Sul	0,00	0,00	5.654,26	5.770,16	4.120,26	5.150,34	4.815,46	4.448,42	4.631,94	4.631,94	3.814,82	9.044,68	4.340,19
EC 312 Norte	0,00	0,00	3.660,64	4.719,72	4.376,53	4.852,99	4.705,26	4.547,08	4.618,30	4.594,23	4.667,42	7.211,35	3.996,13
EC 314 Sul	0,00	0,00	4.446,55	4.182,55	4.440,53	5.286,17	4.939,67	4.533,74	4.572,98	4.572,98	4.392,14	8.138,89	4.125,52

GASTO MÉDIO POR PROFESSOR DO CONTRATO TEMPORÁRIO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	0,00	0,00	4.635,39	5.163,81	4.327,37	5.183,71	4.932,81	4.275,87	4.803,82	4.596,05	4.638,88	7.934,90	4.207,72
EC 403 Norte	0,00	0,00	3.735,05	3.767,40	4.123,30	4.296,10	4.468,90	4.123,30	4.156,46	4.510,31	4.206,23	5.399,36	3.565,53
EC 405 Norte	0,00	0,00	5.006,84	5.302,90	4.595,59	4.794,20	4.960,48	4.414,49	4.559,19	4.763,87	4.601,91	7.913,93	4.242,78
EC 407 Norte	0,00	0,00	4.232,97	5.153,45	4.392,14	4.572,98	4.306,88	4.953,37	4.572,98	4.663,98	4.443,47	7.831,75	4.093,66
EC 410 Sul	0,00	0,00	5.367,22	5.082,70	4.161,48	5.047,65	4.753,82	4.171,78	4.882,73	4.638,84	4.578,16	6.397,98	4.090,20
EC 411 Norte	0,00	0,00	4.536,37	4.922,17	4.705,46	4.901,22	5.096,98	4.705,46	4.801,22	4.801,22	6.101,75	9.970,20	4.545,17
EC 413 Sul	0,00	0,00	4.747,11	4.838,27	4.324,60	4.502,23	4.679,85	4.379,27	5.053,27	5.053,27	5.173,54	7.015,23	4.147,22
EC 415 Norte	0,00	0,00	4.187,43	3.939,51	4.223,30	5.012,31	4.868,83	4.279,58	4.455,06	4.455,06	4.279,58	7.602,31	3.941,91
EC 416 Sul	8.747,72	4.373,86	4.627,99	5.075,61	3.742,21	5.342,70	5.552,73	4.775,65	5.195,68	5.051,79	4.544,36	6.976,54	5.333,90
EC 708 Norte	0,00	0,00	4.660,20	5.277,82	4.368,02	4.862,08	4.631,37	4.571,10	5.256,92	4.803,50	4.569,72	6.487,23	4.124,00
EC Aspalha	0,00	0,00	2.713,34	3.153,50	4.500,39	3.819,86	4.754,61	4.358,37	4.537,60	4.537,60	4.634,95	6.674,09	3.640,36
EC Vila do RCG	0,00	0,00	4.378,16	5.097,19	4.223,30	4.511,10	4.568,90	4.223,30	4.536,10	4.529,10	4.377,30	7.932,70	4.031,43
EC do SMU	0,00	0,00	4.396,10	5.442,79	3.763,64	4.543,90	4.692,18	4.335,86	4.514,02	3.770,24	4.399,18	6.668,08	3.877,17
EC Granja do Torto	0,00	0,00	3.507,65	5.372,82	4.392,14	4.572,98	4.753,82	4.392,14	4.572,98	4.572,98	4.392,14	8.244,49	4.064,51
EC Jardim Botânico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EC Varjão	0,00	0,00	3.919,78	4.588,73	4.363,20	4.484,58	4.701,77	3.983,63	4.538,89	4.486,34	4.273,48	7.263,95	3.883,69

APÊNDICE H – Gasto com Pessoal do Quadro Administrativo por Escola

GASTO COM PESSOAL DO QUADRO ADMINISTRATIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	17.851,62	17.947,62	17.752,62	18.045,19	17.953,32	17.985,72	17.729,09	17.974,79	18.064,09	18.055,90	18.093,71	17.850,85	215.304,52
CEF 01 do Cruzeiro	53.306,14	49.455,71	49.148,02	48.886,50	59.148,28	58.938,28	59.229,12	63.846,74	59.811,12	60.287,32	61.821,33	59.434,80	683.313,36
CEF 01 do Lago Norte	28.286,82	31.710,40	27.128,36	21.270,65	27.111,71	24.887,01	24.801,26	20.464,95	20.626,42	20.788,94	20.830,94	20.712,10	288.619,56
CEF 01 do Planalto	46.850,96	45.216,70	52.367,10	42.622,99	43.823,32	42.375,32	42.463,90	43.493,30	42.663,44	37.804,90	37.917,15	39.408,11	517.007,19
CEF 02 de Brasília	34.650,11	28.375,84	32.181,17	28.470,44	28.458,01	28.514,88	28.479,48	28.479,48	28.541,78	29.062,05	29.910,00	28.396,37	353.519,61
CEF 03 de Brasília	57.246,62	60.563,16	54.442,47	51.820,01	57.525,08	56.404,95	56.134,08	57.026,25	57.133,26	62.179,50	62.633,71	63.026,76	696.135,85
CEF 04 de Brasília	20.650,50	29.431,11	27.177,11	27.641,30	25.708,58	24.548,46	24.413,73	24.729,09	24.801,09	24.929,09	24.981,09	24.793,96	303.805,11
CEF 05 de Brasília	50.578,03	52.132,24	50.622,59	51.581,23	51.223,39	51.360,65	52.777,48	51.575,57	28.507,40	28.669,08	29.325,01	29.199,63	527.552,30
CEF 06 de Brasília	19.091,64	19.147,27	19.127,27	19.244,32	19.137,27	19.619,18	19.420,30	19.630,30	15.947,77	15.933,77	15.975,77	15.696,84	217.971,70
CEF 07 de Brasília	45.676,62	42.210,62	38.336,55	38.459,32	48.245,43	48.230,43	48.192,65	48.530,72	48.376,29	48.590,29	48.620,90	49.700,59	553.170,41
CEF 102 Norte	80.359,08	76.649,88	73.107,61	67.094,20	66.711,63	62.386,87	60.800,32	60.497,00	67.439,88	67.680,01	68.147,03	67.308,15	818.181,66
CEF 104 Norte	116.609,29	114.866,57	110.064,05	100.765,99	99.526,45	98.526,20	97.877,19	97.843,00	64.237,54	63.980,39	64.358,39	66.691,15	1.095.346,21
CEF 214 Sul	96.645,41	93.588,19	91.870,81	87.238,50	81.552,48	81.865,76	75.526,30	75.730,32	33.761,38	34.785,31	33.811,27	33.807,65	820.183,38
CEF 306 Norte	71.985,99	77.722,27	79.923,66	68.590,75	73.675,41	68.081,06	68.003,83	68.213,57	39.990,42	40.119,46	40.800,96	40.115,97	737.223,35
CEF 316 Norte	67.485,64	89.505,30	63.543,17	63.554,61	64.472,64	56.842,14	55.212,35	50.775,54	24.291,32	23.643,02	24.211,89	23.965,49	607.503,11
CEF 405 SUL	50.345,90	55.354,46	55.348,61	43.110,97	55.259,30	52.899,79	52.869,67	52.812,18	38.454,47	38.410,77	38.527,87	38.270,66	571.664,65
CEF 410 Norte	34.602,54	37.480,04	35.068,52	35.059,10	35.132,34	35.424,34	35.146,34	34.903,29	35.440,29	35.361,79	35.937,29	35.327,79	424.883,67
CEF Athos Bulcão	52.609,64	53.035,71	48.223,96	46.426,77	46.930,93	46.792,93	46.739,52	44.757,73	45.726,04	45.418,26	40.249,20	40.366,97	557.277,66
CEF CASEB	87.123,63	82.963,00	63.060,89	63.808,37	78.294,99	78.700,25	78.675,81	78.469,88	79.144,55	78.876,00	79.648,59	78.704,11	927.470,07
CEF GAN	53.336,03	50.547,05	55.702,24	50.991,84	52.389,42	47.144,19	47.297,36	47.486,25	29.423,74	33.556,72	34.343,22	34.670,76	536.888,82
CEF Polivalente	56.236,50	48.743,69	44.952,49	48.989,65	61.730,33	61.957,73	54.761,07	55.092,57	55.345,33	56.022,05	55.668,05	55.336,25	654.835,71
CEM CEAN	20.150,53	21.067,99	21.154,43	20.283,11	23.016,12	23.244,15	24.295,70	22.109,80	22.361,29	23.775,98	20.606,57	19.992,55	262.058,22
CEM Elefante Branco	36.091,31	36.375,38	43.507,66	31.523,97	32.904,17	34.707,80	32.677,57	32.924,82	33.255,53	34.547,14	30.196,20	32.726,68	411.438,23
CEM Paulo Freire	8.874,08	12.234,59	10.330,63	10.570,65	11.385,73	11.684,22	11.998,49	11.558,10	11.570,38	11.262,30	16.811,11	10.133,96	138.414,24
CEM Setor Leste	24.727,44	20.830,03	26.082,83	22.034,70	21.508,85	21.314,55	20.250,22	21.454,86	24.118,16	22.422,91	22.178,59	23.257,71	270.180,85
CEM Setor Oeste	73.369,44	62.504,88	68.151,92	62.362,09	60.465,76	61.077,29	61.654,74	67.035,90	70.206,06	69.536,96	72.465,10	68.547,96	797.378,10

GASTO COM PESSOAL DO QUADRO ADMINISTRATIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	17.055,05	16.184,84	15.156,92	12.388,23	16.127,82	17.033,63	16.970,67	16.097,35	15.147,26	14.852,55	16.775,20	13.981,24	187.770,76
CED 02 do Cruzeiro	145.649,71	160.128,79	136.715,89	140.039,35	132.988,70	131.958,10	134.036,04	133.676,02	134.885,26	136.693,49	132.422,00	135.640,11	1.654.833,46
CED do Lago	32.721,50	47.196,70	40.672,23	28.330,83	32.789,65	34.177,83	35.754,28	37.912,49	34.628,63	33.968,13	35.503,08	31.136,99	389.289,26
CED do Lago Norte	6.507,27	5.574,36	6.124,81	4.827,56	5.197,84	5.518,69	6.632,24	6.192,30	8.663,40	5.050,80	6.635,50	5.550,05	65.839,32
CED Gisno	63.226,78	72.262,50	56.772,82	57.465,18	52.588,89	59.389,52	54.518,61	55.297,63	53.500,85	57.617,88	55.472,12	65.375,77	648.016,43
EC 01 SHI Sul	23.757,91	25.165,79	32.813,92	25.325,40	33.050,67	33.142,34	36.280,30	36.490,30	31.449,67	30.031,50	30.073,50	30.522,54	368.103,84
EC 04 do Cruzeiro	76.435,69	75.304,18	63.890,55	59.571,68	68.505,16	68.856,88	58.500,15	58.502,29	63.300,15	69.144,02	69.104,93	68.812,47	799.928,15
EC 05 do Cruzeiro	78.961,31	80.089,52	75.806,98	72.199,42	77.158,04	77.821,60	81.580,06	78.129,40	79.279,12	79.226,42	79.569,56	79.617,93	939.439,36
EC 06 do Cruzeiro	50.346,67	62.809,14	50.639,00	50.838,28	50.790,98	50.619,61	50.823,86	50.780,57	62.663,16	62.122,58	62.385,01	62.794,46	667.613,32
EC 08 do Cruzeiro	77.273,06	81.500,82	81.120,77	73.563,35	71.309,83	79.765,65	79.697,49	85.061,03	85.552,60	84.485,92	85.882,92	83.702,19	968.915,63
EC 102 Sul	86.914,96	89.982,70	107.586,29	83.499,40	75.690,82	75.977,75	75.620,29	75.514,86	81.588,09	75.475,34	69.762,64	74.604,78	972.217,92
EC 106 Norte	56.115,87	68.922,97	61.494,95	54.805,09	56.777,81	56.929,52	50.950,32	50.501,70	57.470,48	51.268,84	51.905,11	51.709,18	668.851,84
EC 108 Sul	98.437,69	122.404,60	102.972,24	97.417,88	99.883,40	98.098,71	97.740,91	97.552,18	98.676,62	97.943,02	98.609,01	97.879,27	1.207.615,53
EC 111 Sul	83.867,94	79.944,50	86.131,66	80.360,13	84.914,14	85.382,84	86.327,84	90.885,43	86.392,91	86.286,17	86.787,08	86.786,88	1.024.067,52
EC 113 Norte	38.949,50	47.732,49	39.314,02	39.499,32	39.324,25	39.567,05	37.998,21	33.863,43	48.936,86	50.168,69	44.555,70	44.590,64	504.500,16
EC 114 Sul	83.384,46	79.484,03	78.293,33	53.594,38	58.565,50	58.991,35	58.871,95	59.180,68	60.079,25	60.441,54	62.855,25	61.035,00	774.776,72
EC 115 Norte	69.427,37	73.533,05	75.643,20	77.135,76	76.943,61	81.527,93	68.563,14	62.630,22	72.726,53	63.736,35	63.642,97	63.220,42	848.730,55
EC 204 Sul	41.288,44	42.243,34	42.263,70	41.231,89	40.637,24	41.610,50	40.944,93	41.380,25	46.013,62	46.659,96	46.560,00	45.665,07	516.498,94
EC 206 Sul	48.117,72	59.590,64	48.237,84	55.812,69	60.635,77	60.670,48	61.088,76	60.708,64	68.185,38	68.354,17	63.029,83	62.899,70	717.331,62
EC 209 Sul	33.276,52	40.498,74	31.829,83	32.332,87	40.162,20	39.974,55	40.033,93	36.706,54	37.580,90	43.342,77	43.312,87	43.445,44	462.497,16
EC 302 Norte	79.011,19	70.563,38	70.269,89	71.305,11	72.244,85	70.906,99	70.291,57	58.089,81	70.048,07	69.596,33	70.089,87	69.666,48	842.083,54
EC 304 Norte	25.518,48	18.058,96	17.946,96	18.468,01	23.383,38	23.947,02	23.383,38	23.024,22	16.389,02	16.338,02	16.572,86	16.736,86	239.767,17
EC 304 Sul	51.352,33	49.945,98	56.385,16	44.005,13	48.860,23	49.153,68	49.153,68	49.144,37	62.239,88	62.120,99	62.128,05	61.654,90	646.144,38
EC 305 Sul	57.010,28	57.057,50	62.471,14	57.862,41	58.872,09	49.825,24	49.617,45	49.898,10	50.578,17	50.702,29	50.865,77	50.770,71	645.531,15
EC 308 Sul	54.343,23	61.451,03	58.026,17	54.731,37	57.199,83	55.792,69	60.088,51	56.615,47	62.329,40	61.076,75	61.223,51	60.984,36	703.862,32
EC 312 Norte	40.910,84	41.815,85	35.443,52	35.841,27	47.283,01	45.843,96	45.579,63	45.335,33	51.309,25	51.054,24	51.841,50	51.784,78	544.043,18
EC 314 Sul	80.761,57	86.956,67	90.276,57	80.954,00	85.443,75	84.376,64	84.415,50	84.499,51	90.772,32	89.967,24	93.239,95	89.840,09	1.041.503,81

GASTO COM PESSOAL DO QUADRO ADMINISTRATIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	85.777,20	81.427,75	88.820,73	75.689,11	82.712,08	81.545,33	80.852,14	81.542,68	82.504,95	81.705,79	88.616,37	88.115,77	999.309,90
EC 403 Norte	68.387,84	70.042,13	74.274,21	82.265,99	88.897,51	89.328,66	74.264,38	74.458,17	82.315,69	82.100,85	82.479,24	81.268,07	950.082,74
EC 405 Norte	73.907,68	72.826,34	71.627,02	70.930,80	91.576,51	84.517,71	83.861,37	77.928,25	85.165,99	83.631,94	78.642,79	86.135,66	960.752,06
EC 407 Norte	65.200,66	53.021,67	56.497,82	40.614,81	38.857,45	32.911,35	32.707,26	32.772,49	33.351,59	33.279,65	38.300,60	40.329,53	497.844,88
EC 410 Sul	58.156,90	53.909,70	50.830,08	51.442,30	72.047,14	71.105,63	63.792,06	64.151,47	70.739,87	70.908,61	70.948,65	71.796,18	769.828,59
EC 411 Norte	36.694,93	35.531,21	34.800,06	35.453,49	40.144,74	40.442,66	40.342,44	41.022,85	50.519,42	50.552,95	50.845,75	51.090,98	507.441,48
EC 413 Sul	51.141,59	51.353,73	50.264,46	49.443,32	57.140,79	55.269,17	54.828,26	50.280,19	50.832,10	45.909,70	46.420,72	45.997,70	608.881,73
EC 415 Norte	53.850,37	51.161,42	55.148,56	36.284,74	35.247,09	36.052,72	36.387,63	36.321,09	36.277,99	36.799,08	36.985,52	36.834,52	487.350,73
EC 416 Sul	76.726,11	76.528,75	81.347,65	66.561,94	71.073,36	71.973,93	71.412,41	71.797,68	77.700,47	86.776,12	79.088,23	78.576,31	909.562,96
EC 708 Norte	85.346,43	79.159,29	79.271,81	74.009,51	83.080,40	84.080,51	79.529,03	79.104,01	92.405,74	86.386,77	87.253,76	86.213,57	995.840,83
EC Aspalha	9.060,23	19.203,18	16.860,59	16.964,39	22.084,58	22.104,40	21.773,89	21.804,71	21.998,71	21.982,71	22.030,71	21.709,52	237.577,62
EC Vila do RCG	32.163,43	32.771,41	32.848,03	33.312,02	36.522,86	36.456,04	36.324,39	36.672,07	36.882,70	37.065,66	36.604,50	37.304,90	424.928,01
EC do SMU	55.627,92	47.631,34	49.788,75	48.121,24	52.938,56	46.418,67	46.436,06	46.462,04	46.837,90	39.709,16	39.684,48	39.123,51	558.779,63
EC Granja do Torto	45.017,81	39.026,44	38.883,23	41.356,53	41.032,10	41.293,09	40.940,69	41.417,05	46.898,78	46.799,48	47.164,32	47.086,43	516.915,95
EC Jardim Botânico	28.291,14	35.991,71	28.584,38	28.535,22	28.780,81	28.865,10	28.434,58	33.428,43	33.651,75	27.735,66	28.579,79	28.039,67	358.918,24
EC Varjão	25.142,66	25.434,66	35.678,82	30.907,95	38.699,77	39.058,65	38.672,45	39.062,42	36.500,12	36.600,13	36.492,78	36.433,86	418.684,27

QUANTIDADE DE PESSOAL DO QUADRO ADMINISTRATIVO													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
CED 02 do Cruzeiro	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CED do Lago	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
CED do Lago Norte	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
CED Gisno	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
EC 01 SHI Sul	3	4	4	4	5	5	6	6	5	5	5	4	5
EC 04 do Cruzeiro	12	13	10	10	12	12	10	10	11	12	12	11	11
EC 05 do Cruzeiro	12	12	12	12	13	13	13	13	13	13	13	12	13
EC 06 do Cruzeiro	8	8	8	8	8	8	8	8	10	10	10	10	9
EC 08 do Cruzeiro	15	15	14	14	15	15	15	16	15	16	15	15	15
EC 102 Sul	14	14	14	14	13	13	13	13	14	13	12	13	13
EC 106 Norte	9	10	9	9	10	10	9	9	10	9	9	8	9
EC 108 Sul	17	17	17	16	17	17	17	17	17	17	17	17	17
EC 111 Sul	14	15	15	14	15	15	15	14	15	15	15	15	15
EC 113 Norte	6	6	6	6	6	6	6	5	8	8	7	7	6
EC 114 Sul	14	14	13	9	10	10	10	10	10	10	10	10	11
EC 115 Norte	11	11	12	12	12	12	11	10	11	10	10	10	11
EC 204 Sul	7	7	7	7	7	7	7	6	8	8	8	8	7
EC 206 Sul	8	8	9	9	10	10	10	9	10	11	10	10	10
EC 209 Sul	6	6	6	6	8	9	8	8	7	8	8	8	7
EC 302 Norte	12	12	12	12	12	12	13	10	12	12	12	12	12
EC 304 Norte	3	4	3	3	4	4	4	4	3	3	3	3	3
EC 304 Sul	8	8	7	6	8	8	8	8	10	10	10	10	8
EC 305 Sul	10	11	10	10	10	9	9	9	9	9	9	9	10
EC 308 Sul	10	11	10	10	10	10	10	10	11	11	10	11	10
EC 312 Norte	7	7	6	6	8	8	8	8	9	9	9	9	8
EC 314 Sul	14	14	14	14	15	15	15	15	16	16	16	16	15

QUANTIDADE DE PESSOAL DO QUADRO ADMINISTRATIVO													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	14	14	14	13	14	14	14	14	14	14	15	15	14
EC 403 Norte	11	12	12	13	14	14	12	12	13	13	13	13	13
EC 405 Norte	12	13	13	13	17	16	16	15	16	16	15	16	15
EC 407 Norte	9	9	8	7	7	6	6	6	6	6	7	7	7
EC 410 Sul	8	8	8	8	12	12	11	11	12	12	12	12	11
EC 411 Norte	7	7	7	7	8	8	8	8	10	10	9	10	8
EC 413 Sul	9	9	9	9	10	10	10	9	9	9	8	8	9
EC 415 Norte	9	9	9	6	6	6	6	6	6	6	6	6	7
EC 416 Sul	13	13	12	12	13	13	13	13	14	14	14	14	13
EC 708 Norte	14	13	14	14	16	16	15	15	17	16	16	16	15
EC Aspalha	2	3	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4	4
EC Vila do RCG	6	6	6	6	8	7	7	7	7	7	7	7	7
EC do SMU	8	8	8	8	9	8	8	8	8	7	7	7	8
EC Granja do Torto	7	8	7	7	7	7	7	7	8	8	8	8	7
EC Jardim Botânico	5	5	5	5	5	5	5	6	6	5	5	5	5
EC Varjão	4	4	4	5	7	7	7	7	6	6	6	6	6

APÊNDICE J - Gasto Médio por Servidor do Quadro Administrativo por Escola

GASTO MÉDIO POR SERVIDOR DO QUADRO ADMINISTRATIVO/2015 (em R\$)													
Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CEF 01 de Brasília	5950,54	5982,54	5917,54	6015,06	5984,44	5995,24	5909,70	5991,60	6021,36	6018,63	6031,24	5950,28	5980,68
CEF 01 do Cruzeiro	6663,27	6181,96	6143,50	6110,81	5914,83	5893,83	5922,91	6384,67	5981,11	6028,73	6182,13	5943,48	6112,60
CEF 01 do Lago Norte	7071,71	7927,60	6782,09	7090,22	6777,93	6221,75	6200,32	5116,24	5156,61	5197,24	5207,74	5178,03	6160,62
CEF 01 do Planalto	5856,37	5652,09	6545,89	5327,87	4869,26	5296,92	6066,27	5436,66	5332,93	5400,70	5416,74	3582,56	5398,69
CEF 02 de Brasília	6930,02	5675,17	6436,23	5694,09	5691,60	5702,98	5695,90	5695,90	5708,36	5812,41	5982,00	3549,55	5714,52
CEF 03 de Brasília	5724,66	6056,32	5444,25	5182,00	5229,55	5127,72	5103,10	5184,20	5193,93	7772,44	5219,48	5729,71	5580,61
CEF 04 de Brasília	5162,63	4905,19	5435,42	5528,26	5141,72	4909,69	4882,75	4945,82	6200,27	2077,42	4163,52	4958,79	4859,29
CEF 05 de Brasília	6322,25	6516,53	6327,82	5158,12	5691,49	5706,74	5864,16	5730,62	5701,48	5733,82	5865,00	5839,93	5871,50
CEF 06 de Brasília	6363,88	6382,42	6375,76	6414,77	6379,09	6539,73	6473,43	6543,43	7973,89	3186,75	7987,89	7848,42	6539,12
CEF 07 de Brasília	6525,23	6030,09	5476,65	5494,19	5360,60	5358,94	5354,74	5392,30	5375,14	24295,15	5402,32	5522,29	7132,30
CEF 102 Norte	5739,93	5109,99	5221,97	5161,09	5131,66	5198,91	5066,69	5041,42	5187,68	7520,00	5242,08	5177,55	5399,92
CEF 104 Norte	6137,33	6045,61	6114,67	5598,11	5854,50	5795,66	5757,48	5755,47	5839,78	4921,57	5850,76	6062,83	5811,15
CEF 214 Sul	5685,02	5199,34	5404,17	5452,41	5825,18	5457,72	5394,74	5409,31	5626,90	3162,30	5635,21	5634,61	5323,91
CEF 306 Norte	5998,83	6476,86	6660,31	5715,90	5667,34	5673,42	5666,99	5684,46	5712,92	6686,58	5828,71	5730,85	5958,60
CEF 316 Norte	6135,06	8136,85	5776,65	5777,69	5861,15	5684,21	5521,24	5641,73	6072,83	3377,57	6052,97	5991,37	5835,78
CEF 405 SUL	5593,99	6150,50	6918,58	5388,87	5525,93	5289,98	5286,97	5281,22	4806,81	9602,69	5503,98	5467,24	5901,40
CEF 410 Norte	5767,09	6246,67	5844,75	5843,18	5855,39	5060,62	5857,72	5817,22	5906,72	5051,68	5989,55	7065,56	5858,85
CEF Athos Bulcão	6576,21	6629,46	6028,00	5803,35	5866,37	5849,12	5842,44	5594,72	4156,91	7569,71	5749,89	5766,71	5952,74
CEF CASEB	7260,30	7542,09	6306,09	6380,84	6524,58	6558,35	6556,32	6539,16	7194,96	6573,00	6637,38	6558,68	6719,31
CEF GAN	5926,23	5616,34	6189,14	5665,76	5821,05	5893,02	5912,17	5935,78	5884,75	5592,79	5723,87	6934,15	5924,59
CEF Polivalente	7029,56	6092,96	6421,78	6123,71	6173,03	6195,77	6084,56	6121,40	6149,48	6224,67	6185,34	6148,47	6245,90
CEM CEAN	5037,63	5267,00	5288,61	5070,78	5754,03	5811,04	6073,93	5527,45	5590,32	5944,00	5151,64	4998,14	5459,55
CEM Elefante Branco	6015,22	6062,56	7251,28	5254,00	5484,03	5784,63	5446,26	5487,47	5542,59	5757,86	5032,70	5454,45	5714,42
CEM Paulo Freire	4437,04	6117,30	5165,32	5285,33	5692,87	5842,11	5999,25	5779,05	5785,19	5631,15	8405,56	5066,98	5767,26
CEM Setor Leste	6181,86	5207,51	6520,71	5508,68	5377,21	5328,64	5062,56	5363,72	6029,54	5605,73	5544,65	5814,43	5628,77
CEM Setor Oeste	6114,12	5208,74	5679,33	5196,84	5038,81	5089,77	5137,90	5586,33	5850,51	5794,75	6038,76	5712,33	5537,35

GASTO MÉDIO POR SERVIDOR DO QUADRO ADMINISTRATIVO/2015 (em R\$)

Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
CED 01 do Cruzeiro	5685,02	5394,95	5052,31	4129,41	5375,94	5677,88	5656,89	5365,78	5049,09	4950,85	5591,73	4660,41	5215,85
CED 02 do Cruzeiro	5825,99	6405,15	5468,64	5601,57	5319,55	5278,32	5361,44	5347,04	5395,41	5467,74	5296,88	5425,60	5516,11
CED do Lago	5453,58	7866,12	6778,71	4721,81	5464,94	5696,31	5959,05	6318,75	5771,44	5661,36	5917,18	5189,50	5899,89
CED do Lago Norte	6507,27	5574,36	6124,81	4827,56	5197,84	5518,69	6632,24	6192,30	8663,40	5050,80	6635,50	5550,05	6039,57
CED Gisno	6322,68	7226,25	5677,28	5746,52	5258,89	5938,95	5451,86	5529,76	5350,09	5761,79	5547,21	6537,58	5862,40
EC 01 SHI Sul	7919,30	6291,45	8203,48	6331,35	6610,13	6628,47	6046,72	6081,72	6289,93	6006,30	6014,70	7630,64	6671,18
EC 04 do Cruzeiro	6369,64	5792,63	6389,06	5957,17	5708,76	5738,07	5850,02	5850,23	5754,56	5762,00	5758,74	6255,68	5932,21
EC 05 do Cruzeiro	6580,11	6674,13	6317,25	6016,62	5935,23	5986,28	6275,39	6009,95	6098,39	6094,34	6120,74	6634,83	6228,60
EC 06 do Cruzeiro	6293,33	7851,14	6329,88	6354,79	6348,87	6327,45	6352,98	6347,57	6266,32	6212,26	6238,50	6279,45	6433,54
EC 08 do Cruzeiro	5151,54	5433,39	5794,34	5254,53	4753,99	5317,71	5313,17	5316,31	5703,51	5280,37	5725,53	5580,15	5385,38
EC 102 Sul	6208,21	6427,34	7684,74	5964,24	5822,37	5844,44	5816,95	5808,84	5827,72	5805,80	5813,55	5738,83	6063,58
EC 106 Norte	6235,10	6892,30	6832,77	6089,45	5677,78	5692,95	5661,15	5611,30	5747,05	5696,54	5767,23	6463,65	6030,61
EC 108 Sul	5790,45	7200,27	6057,19	6088,62	5875,49	5770,51	5749,47	5738,36	5804,51	5761,35	5800,53	5757,60	5949,53
EC 111 Sul	5990,57	5329,63	5742,11	5740,01	5660,94	5692,19	5755,19	6491,82	5759,53	5752,41	5785,81	5785,79	5790,50
EC 113 Norte	6491,58	7955,42	6552,34	6583,22	6554,04	6594,51	6333,04	6772,69	6117,11	6271,09	6365,10	6370,09	6580,02
EC 114 Sul	5956,03	5677,43	6022,56	5954,93	5856,55	5899,14	5887,20	5918,07	6007,93	6044,15	6285,53	6103,50	5967,75
EC 115 Norte	6311,58	6684,82	6303,60	6427,98	6411,97	6793,99	6233,01	6263,02	6611,50	6373,64	6364,30	6322,04	6425,12
EC 204 Sul	5898,35	6034,76	6037,67	5890,27	5805,32	5944,36	5849,28	6896,71	5751,70	5832,50	5820,00	5708,13	5955,75
EC 206 Sul	6014,72	7448,83	5359,76	6201,41	6063,58	6067,05	6108,88	6745,40	6818,54	6214,02	6302,98	6289,97	6302,93
EC 209 Sul	5546,09	6749,79	5304,97	5388,81	5020,28	4441,62	5004,24	4588,32	5368,70	5417,85	5414,11	5430,68	5306,29
EC 302 Norte	6584,27	5880,28	5855,82	5942,09	6020,40	5908,92	5407,04	5808,98	5837,34	5799,69	5840,82	5805,54	5890,93
EC 304 Norte	8506,16	4514,74	5982,32	6156,00	5845,85	5986,76	5845,85	5756,06	5463,01	5446,01	5524,29	5578,95	5883,83
EC 304 Sul	6419,04	6243,25	8055,02	7334,19	6107,53	6144,21	6144,21	6143,05	6223,99	6212,10	6212,81	6165,49	6450,41
EC 305 Sul	5701,03	5187,05	6247,11	5786,24	5887,21	5536,14	5513,05	5544,23	5619,80	5633,59	5651,75	5641,19	5662,37
EC 308 Sul	5434,32	5586,46	5802,62	5473,14	5719,98	5579,27	6008,85	5661,55	5666,31	5552,43	6122,35	5544,03	5679,28
EC 312 Norte	5844,41	5973,69	5907,25	5973,55	5910,38	5730,50	5697,45	5666,92	5701,03	5672,69	5760,17	5753,86	5799,32
EC 314 Sul	5768,68	6211,19	6448,33	5782,43	5696,25	5625,11	5627,70	5633,30	5673,27	5622,95	5827,50	5615,01	5794,31

GASTO MÉDIO POR SERVIDOR DO QUADRO ADMINISTRATIVO/2015 (em R\$)

Instituição de Ensino	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Média
EC 316 Sul	6126,94	5816,27	6344,34	5822,24	5908,01	5824,67	5775,15	5824,48	5893,21	5836,13	5907,76	5874,38	5912,80
EC 403 Norte	6217,08	5836,84	6189,52	6328,15	6349,82	6380,62	6188,70	6204,85	6331,98	6315,45	6344,56	6251,39	6244,91
EC 405 Norte	6158,97	5602,03	5509,77	5456,22	5386,85	5282,36	5241,34	5195,22	5322,87	5227,00	5242,85	5383,48	5417,41
EC 407 Norte	7244,52	5891,30	7062,23	5802,12	5551,06	5485,23	5451,21	5462,08	5558,60	5546,61	5471,51	5761,36	5897,32
EC 410 Sul	7269,61	6738,71	6353,76	6430,29	6003,93	5925,47	5799,28	5831,95	5894,99	5909,05	5912,39	5983,02	6171,04
EC 411 Norte	5242,13	5075,89	4971,44	5064,78	5018,09	5055,33	5042,81	5127,86	5051,94	5055,30	5649,53	5109,10	5122,02
EC 413 Sul	5682,40	5705,97	5584,94	5493,70	5714,08	5526,92	5482,83	5586,69	5648,01	5101,08	5802,59	5749,71	5589,91
EC 415 Norte	5983,37	5684,60	6127,62	6047,46	5874,52	6008,79	6064,61	6053,52	6046,33	6133,18	6164,25	6139,09	6027,28
EC 416 Sul	5902,01	5886,83	6778,97	5546,83	5467,18	5536,46	5493,26	5522,90	5550,03	6198,29	5649,16	5612,59	5762,04
EC 708 Norte	6096,17	6089,18	5662,27	5286,39	5192,53	5255,03	5301,94	5273,60	5435,63	5399,17	5453,36	5388,35	5486,14
EC Aspalha	4530,12	6401,06	5620,20	5654,80	5521,15	5526,10	5443,47	5451,18	5499,68	5495,68	5507,68	5427,38	5506,54
EC Vila do RCG	5360,57	5461,90	5474,67	5552,00	4565,36	5208,01	5189,20	5238,87	5268,96	5295,09	5229,21	5329,27	5264,43
EC do SMU	6953,49	5953,92	6223,59	6015,16	5882,06	5802,33	5804,51	5807,76	5854,74	5672,74	5669,21	5589,07	5935,71
EC Granja do Torto	6431,12	4878,31	5554,75	5908,08	5861,73	5899,01	5848,67	5916,72	5862,35	5849,94	5895,54	5885,80	5816,00
EC Jardim Botânico	5658,23	7198,34	5716,88	5707,04	5756,16	5773,02	5686,92	5571,41	5608,63	5547,13	5715,96	5607,93	5795,64
EC Varjão	6285,67	6358,67	8919,71	6181,59	5528,54	5579,81	5524,64	5580,35	6083,35	6100,02	6082,13	6072,31	6191,40

APÊNDICE K – Gasto por Aluno (Ensino Fundamental e Médio)

GASTO POR ALUNO/2015 – Ensino Fundamental e Médio					
Instituições de Ensino	Qde. Alunos	Folha de pagamento	PDAF	Total	Média
CEF 01 de Brasília	450	R\$ 2.810.585,92	R\$ 41.701,00	R\$ 2.852.286,92	R\$ 6.338,42
CEF 01 do Cruzeiro	664	R\$ 6.761.072,95	R\$ 46.678,50	R\$ 6.807.751,45	R\$ 10.252,64
CEF 01 do Lago Norte	571	R\$ 5.017.729,96	R\$ 86.955,00	R\$ 5.104.684,96	R\$ 8.939,90
CEF 01 do Planalto	334	R\$ 3.894.290,46	R\$ 18.172,00	R\$ 3.912.462,46	R\$ 11.713,96
CEF 02 de Brasília	227	R\$ 3.636.822,40	R\$ 37.105,00	R\$ 3.673.927,40	R\$ 16.184,70
CEF 03 de Brasília	397	R\$ 4.588.356,13	R\$ 38.398,50	R\$ 4.626.754,63	R\$ 11.654,29
CEF 04 de Brasília	389	R\$ 3.612.055,94	R\$ 16.362,50	R\$ 3.628.418,44	R\$ 9.327,55
CEF 05 de Brasília	417	R\$ 4.069.231,68	R\$ 43.384,00	R\$ 4.112.615,68	R\$ 9.862,39
CEF 06 de Brasília	529	R\$ 6.994.547,65	R\$ 59.921,00	R\$ 7.054.468,65	R\$ 13.335,48
CEF 07 de Brasília	700	R\$ 6.302.558,38	R\$ 75.976,00	R\$ 6.378.534,38	R\$ 9.112,19
CEF 102 Norte	417	R\$ 5.405.923,07	R\$ 38.989,50	R\$ 5.444.912,57	R\$ 13.057,34
CEF 104 Norte	377	R\$ 4.974.700,94	R\$ 48.288,50	R\$ 5.022.989,44	R\$ 13.323,58
CEF 214 Sul	408	R\$ 4.999.974,52	R\$ 45.045,50	R\$ 5.045.020,02	R\$ 12.365,25
CEF 306 Norte	430	R\$ 5.255.447,81	R\$ 46.091,00	R\$ 5.301.538,81	R\$ 12.329,16
CEF 316 Norte	348	R\$ 3.557.155,21	R\$ 35.702,00	R\$ 3.592.857,21	R\$ 10.324,30
CEF 405 SUL	430	R\$ 4.722.222,98	R\$ 16.632,00	R\$ 4.738.854,98	R\$ 11.020,59
CEF 410 Norte	425	R\$ 4.188.253,29	R\$ 41.901,00	R\$ 4.230.154,29	R\$ 9.953,30
CEF Athos Bulcão	893	R\$ 2.548.393,70	R\$ 69.543,50	R\$ 2.617.937,20	R\$ 2.931,62
CEF CASEB	694	R\$ 7.651.657,16	R\$ 77.735,50	R\$ 7.729.392,66	R\$ 11.137,45
CEF GAN	431	R\$ 4.261.833,53	R\$ 43.918,50	R\$ 4.305.752,03	R\$ 9.990,14
CEF Polivalente	1091	R\$ 6.145.300,17	R\$ 102.756,50	R\$ 6.248.056,67	R\$ 5.726,91
CEM CEAN	822	R\$ 5.080.981,82	R\$ 76.389,50	R\$ 5.157.371,32	R\$ 6.274,17
CEM Elefante Branco	1.563	R\$ 10.885.779,90	R\$ 172.082,50	R\$ 11.057.862,40	R\$ 7.074,77
CEM Paulo Freire	819	R\$ 4.821.061,55	R\$ 83.215,00	R\$ 4.904.276,55	R\$ 5.988,13
CEM Setor Leste	1.461	R\$ 9.047.231,26	R\$ 159.015,00	R\$ 9.206.246,26	R\$ 6.301,33
CEM Setor Oeste	978	R\$ 9.820.650,39	R\$ 107.431,50	R\$ 9.928.081,89	R\$ 10.151,41
CED 01 do Cruzeiro	351	R\$ 4.392.261,93	R\$ 62.998,50	R\$ 4.455.260,43	R\$ 12.693,05
CED 02 do Cruzeiro	483	R\$ 10.899.518,19	R\$ 106.986,00	R\$ 11.006.504,19	R\$ 22.787,79
CED do Lago	840	R\$ 6.613.711,90	R\$ 79.101,00	R\$ 6.692.812,90	R\$ 7.967,63

GASTO POR ALUNO/2015 – Ensino Fundamental e Médio					
Instituições de Ensino	Qde. Alunos	Folha de pagamento	PDAF	Total	Média
CED do Lago Norte	846	R\$ 6.159.596,89	R\$ 39.462,50	R\$ 6.199.059,39	R\$ 7.327,49
CED Gisno	918	R\$ 12.964.615,86	R\$ 145.112,00	R\$ 13.109.727,86	R\$ 14.280,75
EC 01 SHI Sul	431	R\$ 80.685.409,69	R\$ 40.111,50	R\$ 80.725.521,19	R\$ 187.298,19
EC 04 do Cruzeiro	235	R\$ 4.247.621,49	R\$ 35.053,50	R\$ 4.282.674,99	R\$ 18.224,15
EC 05 do Cruzeiro	152	R\$ 4.327.104,04	R\$ 31.980,50	R\$ 4.359.084,54	R\$ 28.678,19
EC 06 do Cruzeiro	299	R\$ 4.321.150,67	R\$ 28.704,50	R\$ 4.349.855,17	R\$ 14.548,01
EC 08 do Cruzeiro	297	R\$ 7.489.362,11	R\$ 65.036,00	R\$ 7.554.398,11	R\$ 25.435,68
EC 102 Sul	318	R\$ 4.544.542,85	R\$ 33.039,50	R\$ 4.577.582,35	R\$ 14.394,91
EC 106 Norte	351	R\$ 4.116.954,24	R\$ 31.042,00	R\$ 4.147.996,24	R\$ 11.817,65
EC 108 Sul	279	R\$ 4.977.653,17	R\$ 33.617,00	R\$ 5.011.270,17	R\$ 17.961,54
EC 111 Sul	208	R\$ 5.003.383,42	R\$ 19.706,50	R\$ 5.023.089,92	R\$ 24.149,47
EC 113 Norte	315	R\$ 3.981.487,09	R\$ 30.731,50	R\$ 4.012.218,59	R\$ 12.737,20
EC 114 Sul	323	R\$ 4.759.785,88	R\$ 34.095,50	R\$ 4.793.881,38	R\$ 14.841,74
EC 115 Norte	249	R\$ 4.277.437,93	R\$ 10.297,50	R\$ 4.287.735,43	R\$ 17.219,82
EC 204 Sul	359	R\$ 3.168.503,86	R\$ 35.848,00	R\$ 3.204.351,86	R\$ 8.925,77
EC 206 Sul	284	R\$ 4.143.252,42	R\$ 12.507,50	R\$ 4.155.759,92	R\$ 14.632,96
EC 209 Sul	338	R\$ 3.576.647,09	R\$ 32.388,50	R\$ 3.609.035,59	R\$ 10.677,62
EC 302 Norte	250	R\$ 3.817.011,36	R\$ 32.045,00	R\$ 3.849.056,36	R\$ 15.396,23
EC 304 Norte	276	R\$ 2.810.760,14	R\$ 28.143,50	R\$ 2.838.903,64	R\$ 10.285,88
EC 304 Sul	188	R\$ 3.940.250,61	R\$ 14.806,50	R\$ 3.955.057,11	R\$ 21.037,54
EC 305 Sul	327	R\$ 3.669.196,21	R\$ 29.826,50	R\$ 3.699.022,71	R\$ 11.312,00
EC 308 Sul	307	R\$ 3.508.440,39	R\$ 25.993,00	R\$ 3.534.433,39	R\$ 11.512,81
EC 312 Norte	274	R\$ 4.091.499,32	R\$ 30.204,00	R\$ 4.121.703,32	R\$ 15.042,71
EC 314 Sul	311	R\$ 4.359.235,70	R\$ 38.896,00	R\$ 4.398.131,70	R\$ 14.141,90
EC 316 Sul	349	R\$ 5.520.726,97	R\$ 30.282,50	R\$ 5.551.009,47	R\$ 15.905,47
EC 403 Norte	285	R\$ 4.173.888,03	R\$ 27.846,00	R\$ 4.201.734,03	R\$ 14.742,93
EC 405 Norte	189	R\$ 4.944.588,94	R\$ 24.397,50	R\$ 4.968.986,44	R\$ 26.290,93
EC 407 Norte	176	R\$ 3.076.765,35	R\$ 29.718,50	R\$ 3.106.483,85	R\$ 17.650,48
EC 410 Sul	197	R\$ 4.088.286,15	R\$ 25.524,50	R\$ 4.113.810,65	R\$ 20.882,29
EC 411 Norte	203	R\$ 3.548.431,69	R\$ 18.139,00	R\$ 3.566.570,69	R\$ 17.569,31
EC 413 Sul	391	R\$ 4.239.866,84	R\$ 37.635,00	R\$ 4.277.501,84	R\$ 10.939,90

GASTO POR ALUNO/2015 – Ensino Fundamental e Médio					
Instituições de Ensino	Qde. Alunos	Folha de pagamento	PDAF	Total	Média
EC 415 Norte	233	R\$ 3.099.560,20	R\$ 38.012,00	R\$ 3.137.572,20	R\$ 13.465,98
EC 416 Sul	189	R\$ 5.519.475,13	R\$ 19.082,00	R\$ 5.538.557,13	R\$ 29.304,54
EC 708 Norte	230	R\$ 4.731.254,16	R\$ 27.294,50	R\$ 4.758.548,66	R\$ 20.689,34
EC Aspalha	174	R\$ 1.989.520,77	R\$ 7.815,50	R\$ 1.997.336,27	R\$ 11.478,94
EC Vila do RCG	94	R\$ 2.315.709,85	R\$ 4.235,00	R\$ 2.319.944,85	R\$ 24.680,26
EC do SMU	241	R\$ 3.933.206,19	R\$ 9.394,00	R\$ 3.942.600,19	R\$ 16.359,34
EC Granja do Torto	126	R\$ 2.744.512,08	R\$ 14.960,00	R\$ 2.759.472,08	R\$ 21.900,57
EC Jardim Botânico	385	R\$ 3.256.223,97	R\$ 40.018,00	R\$ 3.296.241,97	R\$ 8.561,67
EC Varjão	648	R\$ 5.467.127,06	R\$ 89.926,50	R\$ 5.557.053,56	R\$ 8.575,70
TOTAL	30175	R\$ 337.557.228,89	R\$ 3.181.405,00	R\$ 366.030.193,60	R\$ 12.130,25

APÊNDICE L – Índice de eficiência e rendimento escolar – Taxa de Aprovação

Instituição de Ensino	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	Total Aprovação EF	Total Reprovação EF	Total Abandono EF	Total Aprovação EM	Total Reprovação EM	Total Abandono EM
CEF 01 de Brasília	90,6	9,4	0,0	--	--	--
CEF 01 do Cruzeiro	93,1	6,8	0,1	--	--	--
CEF 01 do Lago Norte	81,5	18,5	0,0	--	--	--
CEF 01 do Planalto	90,9	8,4	0,7	--	--	--
CEF 02 de Brasília	92,5	5,6	1,9	--	--	--
CEF 03 de Brasília	96,7	3,3	0,0	--	--	--
CEF 04 de Brasília	91,9	6,8	1,3	--	--	--
CEF 05 de Brasília	82,8	17,2	0,0	--	--	--
CEF 06 de Brasília	82,6	17,2	0,2	--	--	--
CEF 07 de Brasília	78,8	21,2	0,0	--	--	--
CEF 102 Norte	89,9	10,1	0,0	--	--	--
CEF 104 Norte	82,6	11,7	5,7	--	--	--
CEF 214 Sul	82,3	17,7	0,0	--	--	--
CEF 306 Norte	91,9	8,1	0,0	--	--	--
CEF 316 Norte	74,9	23,5	1,6	--	--	--
CEF 405 SUL	80,4	19,6	0,0	--	--	--
CEF 410 Norte	86,5	10,9	2,6	--	--	--
CEF Athos Bulcão	77,8	18,3	3,9	--	--	--
CEF CASEB	80,0	11,5	8,5	--	--	--
CEF GAN	88,2	11,8	0,0	--	--	--
CEF Polivalente	97,5	2,5	0,0	--	--	--

Instituição de Ensino	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	Total Aprovação EF	Total Reprovação EF	Total Abandono EF	Total Aprovação EM	Total Reprovação EM	Total Abandono EM
CEM CEAN	--	--	--	77,1	18,6	4,3
CEM Elefante Branco	--	--	--	77,0	14,3	8,7
CEM Paulo Freire	--	--	--	81,5	17,8	0,7
CEM Setor Leste	--	--	--	85,7	12,7	1,6
CEM Setor Oeste	--	--	--	86,2	12,6	1,2
CED 01 do Cruzeiro	--	--	--	96,6	3,1	0,3
CED 02 do Cruzeiro	--	--	--	81,9	17,7	0,4
CED do Lago	71,7	26,4	1,9	83,8	7,9	8,3
CED do Lago Norte	69,0	27,9	3,1	74,0	14,3	11,7
CED Gisno	44,5	43,1	12,4	45,0	44,0	11,0
EC 01 SHI Sul	94,5	5,5	0,0	--	--	--
EC 04 do Cruzeiro	94,3	5,7	0,0	--	--	--
EC 05 do Cruzeiro	97,4	2,6	0,0	--	--	--
EC 06 do Cruzeiro	91,9	6,8	1,3	--	--	--
EC 08 do Cruzeiro	94,0	6,0	0,0	--	--	--
EC 102 Sul	94,1	5,9	0,0	--	--	--
EC 106 Norte	96,4	3,6	0,0	--	--	--
EC 108 Sul	97,4	2,6	0,0	--	--	--
EC 111 Sul	97,9	2,1	0,0	--	--	--
EC 113 Norte	95,1	4,9	0,0	--	--	--
EC 114 Sul	97,4	2,6	0,0	--	--	--

Instituição de Ensino	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	Total Aprovação EF	Total Reprovação EF	Total Abandono EF	Total Aprovação EM	Total Reprovação EM	Total Abandono EM
EC 115 Norte	95,1	4,9	0,0	--	--	--
EC 204 Sul	97,1	2,9	0,0	--	--	--
EC 206 Sul	90,8	8,1	1,1	--	--	--
EC 209 Sul	92,3	7,7	0,0	--	--	--
EC 302 Norte	91,3	8,3	0,4	--	--	--
EC 304 Norte	99,6	0,4	0,0	--	--	--
EC 304 Sul	95,4	4,6	0,0	--	--	--
EC 305 Sul	89,7	10,3	0,0	--	--	--
EC 308 Sul	94,4	5,6	0,0	--	--	--
EC 312 Norte	94,7	5,3	0,0	--	--	--
EC 314 Sul	93,9	6,1	0,0	--	--	--
EC 316 Sul	95,6	4,4	0,0	--	--	--
EC 403 Norte	97,1	2,9	0,0	--	--	--
EC 405 Norte	96,3	2,5	1,2	--	--	--
EC 407 Norte	95,4	4,6	0,0	--	--	--
EC 410 Sul	91,9	7,0	1,1	--	--	--
EC 411 Norte	99,0	1,0	0,0	--	--	--
EC 413 Sul	97,1	2,9	0,0	--	--	--
EC 415 Norte	91,0	8,6	0,4	--	--	--
EC 416 Sul	88,4	11,6	0,0	--	--	--
EC 708 Norte	95,1	4,4	0,5	--	--	--

Instituição de Ensino	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		
	Total Aprovação EF	Total Reprovação EF	Total Abandono EF	Total Aprovação EM	Total Reprovação EM	Total Abandono EM
EC Aspalha	97,0	3,0	0,0	--	--	--
EC Vila do RCG	95,5	4,5	0,0	--	--	--
EC do SMU	94,8	5,2	0,0	--	--	--
EC Granja do Torto	93,5	6,5	0,0	--	--	--
EC Jardim Botânico	97,1	2,9	0,0	--	--	--
EC Varjão	85,5	14,0	0,5	--	--	--

APÊNDICE M – Resultado Médio do ENEM/2015

RESULTADO MÉDIO DO ENEM/2015	
INSTITUIÇÕES DE ENSINO	Média ENEM
Centro de Ensino Médio da Asa Norte - CEAN	528,82
Centro de Ensino Médio Elefante Branco	514,25
Centro de Ensino Médio Paulo Freire	517,17
Centro de Ensino Médio Setor Leste	535,55
Centro de Ensino Médio Setor Oeste	537,35
Centro Educacional 01 do Cruzeiro	517,90
Centro Educacional 02 do Cuzeiro	507,63
Centro Educacional do Lago	516,71
Centro Educacional do Lago Norte	489,93
Centro Educacional Gisno	501,99

APÊNDICE N – Planilha dados utilizada na modelagem DEA

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Espaço m2/Aluno	Nº Funcionários/Aluno	Gasto por Aluno	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
53000846	CEF 01 de Brasília	1.21	0.0666666666666667	6338.42	279.6	90.6
53008774	CEF 01 do Cruzeiro	4.68	0.106927710843373	10252.64	223.15	93.1
53009410	CEF 01 do Lago Norte	3.33	0.0928196147110333	8939.9	223.14	81.5
53000854	CEF 01 do Planalto	3.28	0.137724550898204	11713.96	207.69	90.9
53000870	CEF 03 de Brasília	1.81	0.130982367758186	11654.29	267.62	96.7
53000889	CEF 04 de Brasília	1.75	0.10025706940874	9327.55	276.04	91.9
53000897	CEF 05 de Brasília	1.75	0.112709832134293	9862.39	267.68	82.8
53009584	CEF 06 de Brasília	1.56	0.147448015122873	13335.48	220.59	82.6
53013972	CEF 07 de Brasília	1.97	0.0957142857142857	9112.19	265.03	78.8
53001443	CEF 102 Norte	1.62	0.148681055155875	13057.34	269.2	89.9
53001460	CEF 104 Norte	1.97	0.161803713527851	13323.58	273.52	82.6
53001567	CEF 214 Sul	1.69	0.149509803921569	12365.25	260.2	82.3
53001613	CEF 306 Norte	2.16	0.134883720930233	12329.16	254.67	91.9
53001702	CEF 405 Sul	1.56	0.118604651162791	11020.59	278.78	80.4
53001729	CEF 410 Norte	1.73	0.105882352941176	9953.3	265.37	86.5
53008782	CEF Athos Bulcão	2.02	0.0727883538633819	2931.62	256.03	77.8
53001265	CEF CASEB	2.46	0.11671469740634	11137.45	259.05	80,0
53000919	CEF GAN	6.8	0.109048723897912	9990.14	266.41	88.2
53000927	CEF Polivalente	4.52	0.0595783684692942	5726.91	278.18	97.5
53009525	EC 01 SHI SUL	2.13	0.0881670533642691	187298.19	240.41	94.5
53008820	EC 04 do Cruzeiro	3.63	0.208510638297872	18224.15	240.4	94.3
53008839	EC 05 do Cruzeiro	5.47	0.335526315789474	28678.19	248.47	97.4
53008847	EC 06 do Cruzeiro	2.01	0.150501672240803	14548.01	225.67	91.9
53008855	EC 08 do Cruzeiro	5.82	0.282828282828283	25435.68	235.65	94,0
53001451	EC 102 Sul	1.62	0.154088050314465	14394.91	236.88	94.1

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Espaço m2/Aluno	Nº Funcionários/Aluno	Gasto por Aluno	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
53001478	EC 106 Norte	2.13	0.125356125356125	11817.65	258.36	96.4
53001486	EC 108 Sul	2.58	0.204301075268817	17961.54	234.34	97.4
53001494	EC 111 Sul	3.11	0.274038461538462	24149.47	248.64	97.9
53001508	EC 113 Norte	4.02	0.126984126984127	12737.2	254.8	95.1
53001516	EC 114 Sul	1.58	0.164086687306502	14841.74	235.71	97.4
53001524	EC 115 Norte	3.25	0.188755020080321	17219.82	240.15	95.1
53001532	EC 204 Sul	1.90	0.100278551532033	8925.77	249.44	97.1
53001540	EC 206 Sul	2.85	0.169014084507042	14632.96	229.26	90.8
53001575	EC 302 Norte	2.43	0.18	15396.23	248.81	91.3
53001583	EC 304 Norte	2.13	0.105072463768116	10285.88	245.22	99.6
53001591	EC 304 Sul	3.92	0.212765957446809	21037.54	246.12	95.4
53001605	EC 305 Sul	2.05	0.131498470948012	11312	252.76	89.7
53001621	EC 308 Sul	1.92	0.127035830618893	11512.81	247.55	94.4
53001630	EC 312 Norte	2.51	0.167883211678832	15042.71	238.61	94.7
53001648	EC 314 Sul	1.77	0.170418006430868	14141.9	261.68	93.9
53001672	EC 316 Sul	5.18	0.177650429799427	15905.47	236	95.6
53001680	EC 403 Norte	2.15	0.164912280701754	14742.93	236.27	97.1
53001699	EC 405 Norte	4.53	0.306878306878307	26290.93	234.61	96.3
53001710	EC 407 Norte	4.19	0.198863636363636	17650.48	232.42	95.4
53001737	EC 410 Sul	2.97	0.238578680203046	20882.29	228.39	91.9
53001745	EC 411 Norte	2.41	0.187192118226601	17569.31	228.01	99,0
53001761	EC 415 Norte	2.90	0.15450643776824	13465.98	236.74	91,0
53001770	EC 416 Sul	6.0	0.333333333333333	29304.54	222.92	88.4
53001788	EC 708 Norte	2.70	0.239130434782609	20689.34	226.89	95.1
53012798	EC ASPALHA	2.10	0.137931034482759	11478.94	216.51	97,0
53001800	EC DO SMU	2.66	0.178423236514523	16359.34	251.85	94.8

Cód Escola	Instituições de Ensino Fundamental e Médio	Espaço m2/Aluno	Nº Funcionários/Aluno	Gasto por Aluno	Avaliações ENEM PB	Tx. Aprovação
53001818	EC Granja do Torto	3.41	0.246031746031746	21900.57	226.04	93.5
53009436	EC Varjão	3.56	0.104938271604938	8575.7	212.73	85.5
53001010	CEM Asa Norte - CEAN	1.05	0.0656934306569343	6274.17	528.82	77.1
53001036	CEM Elefante Branco	3.02	0.0697376839411388	7074.77	514.25	77,0
53000986	CEM Paulo Freire	1.84	0.0598290598290598	5988.13	517.17	81.5
53001206	CEM Setor Leste	1.47	0.0602327173169062	6301.33	535.55	85.7
53001214	CEM Setor Oeste	3.78	0.114519427402863	10151.41	537.35	86.2
53008790	CED 01 do Cruzeiro	3.28	0.125356125356125	12693.05	517.9	96.6
53008804	CED 02 do Cruzeiro	2.98	0.267080745341615	22787.79	507.63	81.9
53009479	CED do Lago	1.49	0.0916666666666667	7967.63	516.71	83.8
53012356	CED do Lago Norte	4.60	0.08274231678487	7327.49	489.93	74,0
53001044	CED GISNO	6.31	0.161220043572985	14280.75	501.99	45,0

APÊNDICE O – Resultado do questionário Saeb - Prova Brasil/2015 aplicado aos Diretores

Instituições de Ensino	Índice de Eficiência	Informações Básicas - Formação, Experiência Profissional e Características Funcionais																									Caract. Equipe Escolar					Políticas, Ações e Programas Escolares														
		Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30	Q31	Q32	Q33	Q34	Q35	Q36	Q37	Q38	Q39	Q40	Q41	Q42	Q43	Q44	
CEF 01 de Brasília	1	B	F	A	H	D	B	B	C	E	K	C	K	A	E	H	E	E	G	B	E	B	C	B	B	B	B	E	C	E	B	E	H	A	A	A	A	E	D	F	B	B	D	B	C	
CEF 01 do Cruzeiro	0,58695146	B	D	B	F	D	B	B	C	E	K	C	K	A	E	D	F	B	F	B	D	B	B	C	C	B	B	D	D	E	C	E	F	A	A	A	A	E	D	F	B	C	C	B	C	
CEF 01 do Lago Norte	0,60659244	B	D	A	G	E	B	B	C	E	K	C	K	A	B	H	B	B	G	A	A	B	C	C	C	B	B	B	C	D	C	E	H	A	A	B	B	E	C	A	B	D	D	B	C	
CEF 01 do Planalto	0,49838784	B	D	A	H	D	B	B	C	E	K	C	K	B	E	E	F	F	G	B	D	A	B	C	C	B	B	E	C	E	B	E	H	A	A	B	B	E	A	D	B	D	D	B	C	
CEF 03 de Brasília	0,71351823	B	D	B	H	D	B	B	C	E	K	C	K	B	B	G	D	A	G	A	A	B	B	C	C	B	A	A	E	D	C	E	H	A	A	B	B	E	D	A	B	D	D	B	D	
CEF 04 de Brasília	0,70134973	B	C	A	I	C	B	B	C	E	K	C	K	B	B	F	C	C	F	B	E	B	B	C	C	B	B	B	D	E	B	E	H	A	A	A	A	C	C	A	B	D	D	B	C	
CEF 05 de Brasília	0,63238615	B	D	A	H	E	B	B	C	E	K	C	K	A	E	D	F	C	F	A	D	B	B	C	C	B	B	D	C	E	B	E	H	A	B	A	A	E	B	F	B	B	D	A	C	
CEF 06 de Brasília	0,70715175	B	D	B	D	E	C	B	C	E	K	A	K	B	B	E	C	B	F	B	D	B	B	C	C	B	B	B	B	D	B	E	F	A	A	A	A	D	A	A	B	C	E	B	C	
CEF 07 de Brasília	0,60131982	B	C	A	G	C	C	B	C	E	K	C	K	A	B	F	C	C	E	B	C	B	C	B	C	B	A	A	D	D	B	E	F	A	A	A	A	D	B	D	B	C	C	B	C	
CEF 102 Norte	0,74114272	B	F	A	D	E	B	B	C	E	K	C	J	B	B	F	D	C	G	B	B	A	B	C	C	C	B	E	E	D	B	E	H	A	A	A	A	E	C	E	B	C	D	B	D	
CEF 104 Norte	0,56063719	B	E	A	H	D	B	B	C	E	K	C	K	B	B	G	B	A	G	B	D	A	B	C	C	C	A	A	A	E	B	E	F	C	B	B	B	E	C	A	B	C	C	B	C	
CEF 214 Sul	0,65064128	A	E	G	H	E	B	B	C	E	K	C	K	B	B	G	B	B	F	B	D	B	C	C	C	C	A	A	B	D	B	D	D	A	A	A	A	E	C	A	B	E	C	B	C	
CEF 306 Norte	0,56822316	B	C	A	G	C	C	B	C	C	K	C	K	B	E	D	C	C	E	B	C	B	C	C	C	B	B	E	D	D	C	E	F	A	A	A	A	E	D	E	B	C	C	B	C	
CEF 405 Sul	0,68968858	B	D	B	H	E	B	B	C	E	K	C	K	B	B	D	F	C	G	B	D	B	B	C	C	B	A	A	D	E	B	E	H	A	B	B	B	E	D	E	B	E	C	B	C	
CEF 410 Norte	0,66777042	A	D	B	H	E	C	B	C	F	K	C	K	B	B	F	D	C	G	B	C	B	C	C	C	C	B	B	D	E	B	E	H	A	A	A	A	C	B	A	B	E	E	B	D	
CEF Athos Bulcão	1	B	D	A	H	D	B	B	C	C	K	C	K	A	B	E	C	B	E	B	E	B	C	C	C	B	B	E	D	E	B	E	H	A	A	A	A	C	D	A	B	D	D	A	D	
CEF CASEB	0,49897462	B	D	A	G	E	B	B	C	C	K	C	K	A	B	H	C	C	G	B	D	A	C	C	C	B	B	E	C	E	B	E	H	A	A	A	A	E	A	D	B	C	D	B	D	
CEF GAN	0,52365096	A	F	B	H	C	C	B	C	D	K	C	K	A	B	G	D	D	G	B	C	B	B	C	C	B	A	A	D	E	C	E	H	A	A	A	A	E	C	E	D	D	D	B	D	
CEF Polivalente	1	A	D	B	H	D	B	B	C	E	K	C	K	A	B	F	D	D	G	B	D	B	C	C	C	B	B	E	D	E	B	E	H	A	A	A	A	C	D	E	B	D	D	A	C	
EC 04 do Cruzeiro	0,35692086	B	D	B	D	D	B	B	C	E	J	C	J	B	E	F	D	D	G	B	D	B	B	C	C	B	B	C	C	D	C	D	F	A	A	A	A	E	D	A	B	B	D	B	C	
EC 05 do Cruzeiro	0,23780928	B	D	A	D	C	B	B	C	E	K	C	K	B	B	F	E	D	G	B	E	A	A	A	A	A	B	E	C	E	C	E	H	A	A	A	A	E	D	E	B	D	D	B	C	
EC 06 do Cruzeiro	0,61062788	B	D	C	H	E	B	B	C	E	K	C	K	B	E	H	D	D	G	B	E	B	B	C	C	B	B	E	D	E	C	E	H	A	A	A	A	E	B	E	B	C	B	D		
EC 08 do Cruzeiro	0,24822395	B	D	A	G	D	B	C	C	E	K	C	K	B	E	D	D	D	G	B	C	B	C	C	C	B	B	E	E	E	C	D	H	B	C	A	A	D	C	D	B	B	B	B	B	
EC 102 Sul	0,77576786	A	D	B	H	C	B	B	C	E	K	C	K	B	F	F	D	D	G	A	A	B	C	C	C	B	A	A	D	D	B	E	F	A	A	A	A	D	C	A	A	D	D	B	D	
EC 106 Norte	0,60444196	B	E	C	H	E	B	B	C	E	K	C	K	A	B	H	D	C	G	B	D	B	C	C	C	C	B	E	D	C	C	E	H	A	A	A	A	E	D	E	B	B	D	B	D	
EC 108 Sul	0,50419255	B	D	B	H	C	B	B	C	E	K	C	K	A	B	G	B	B	G	B	E	B	B	C	C	B	B	D	D	E	C	E	H	A	A	A	A	E	C	E	B	B	D	B	C	
EC 111 Sul	0,42041623	B	D	B	D	E	B	B	C	E	I	C	J	B	B	G	C	C	G	B	D	B	B	C	C	B	B	E	D	E	C	E	H	B	A	A	A	A	E	D	F	B	D	D	B	D
EC 113 Norte	0,51943522	B	D	A	H	C	B	B	C	E	J	C	J	B	F	H	A	A	G	B	E	B	B	C	C	B	A	A	E	E	C	E	H	A	A	A	A	E	A	E	B	B	D	B	D	
EC 114 Sul	0,82330176	B	D	A	D	C	B	B	C	E	K	C	K	A	E	D	B	B	E	B	D	B	B	C	C	B	B	E	D	B	C	A	H	A	A	B	B	E	D	E	B	B	B	A	C	
EC 115 Norte	0,3907998	B	E	A	D	D	C	B	C	E	K	C	K	A	B	G	B	B	G	B	E	B	C	C	C	B	B	E	C	E	F	E	H	A	A	A	A	E	C	A	B	B	C	B	D	
EC 204 Sul	0,73336899	B	D	B	D	C	B	B	C	E	K	C	K	A	B	D	C	C	F	B	D	B	C	B	C	B	B	E	B	E	C	E	C	A	A	B	A	B	D	B	B	B	C	B	C	
EC 206 Sul	0,43124931	B	D	B	D	D	C	D	D	F	K	C	K	A	E	F	C	B	G	B	E	B	C	C	C	A	B	E	B	E	C	D	F	A	A	A	A	D	B	E	B	B	B	B	D	
EC 302 Norte	0,50178962	B	D	A	D	E	B	B	C	B	K	C	K	B	C	G	A	A	G	B	D	A	A	A	A	A	B	E	C	E	C	E	H	A	A	A	A	E	C	B	B	B	D	B	C	
EC 304 Norte	0,68732213	B	E	A	H	D	B	B	C	E	K	C	K	A	B	G	E	B	G	B	D	B	B	C	C	B	A	E	C	E	C	E	H	A	A	A	A	E	D	E	B	B	D	B	D	
EC 304 Sul	0,32925655	B	D	B	H	E	B	B	C	E	K	C	K	B	B	D	F	B	G	B	B	B	B	B	B	B	B	E	C	E	C	E	H	A	A	A	A	C	C	A	B	B	D	B	C	
EC 305 Sul	0,58438055	B	D	B	D	E	B	B	C	C	K	C	K	B	B	H	C	C	G	A	A	B	B	B	C	B	B	E	E	E	C	E	F	A	A	A	A	E	A	A	B	D	D	B	D	
EC 308 Sul	0,65664091	B	D	A	H	E	B	B	C	E	K	C	J	A	B	D	F	D	G	B	D	A	B	B	B	B	A	A	E	D	C	E	H	A	A	A	A	C	D	F	B	B	D	B	C	
EC 312 Norte	0,50388732	B	D	A	D	C	C	C	C	E	J	C	J	A	B	G	B	B	F	B	D	B	C	C	C	C	A	A	C	E	C	E	F	A	A	A	B	C	C	E	B	A	D	B	D	
EC 314 Sul	0,70851573	B	E	A	D	D	B	B	A	A	K	C	K	A	E	C	F	E	G	B	D	B	C	C	C	B	B	E	D	D	C	E	H	A	A	A	A	E	D	D	B	B	C	B	C	
EC 316 Sul	0,39086231	B	D	B	D	C	B	B	C	C	J	C	K	B	B	D	D	C	F	B	C	B	B	C	B	C	B	E	C	E	B	E	F	A	A	B	B	E	C	C	B	B	C	B	C	
EC 403 Norte	0,60316751	B	F	F	D	D	B	B	C	E	K	C	K	A	E	H	C	C	G	B	E	B	B	C	C	B	B	E	C	E	C	E	F	A	A	A	A	C	A	D	B	B	D	B	D	
EC 405 Norte	0,28391299	B	D	A	H	E	B	B	C	A	K	C	K	B	E	E	D	A	G	B	B	B	C	C	C	A	A	A	C	C	C	E	B	A	A	B	B	C	A	A	B	B	C	B	B	
EC 407 Norte	0,3596002	B	D	B	D	C	C	B	C	C	K	C	K	B	C	G	A	A	G	B	D	B	B	C	C	B	A	A	C	E	C	D	H	A	A	B	B	E	D	A	B	C	C	B	C	
EC 410 Sul	0,41325321	A	C	A	D	C	B	B	B	A	J	C	J	A	B	F	B	B	F	B	D	B	B	C	C	B	B	D	C	D	C	D	H	A	A	A	A	C	C	E	B	B	D	B	D	
EC 411 Norte	0,54862466	B	E	A	H	D	B	B	C	E	K	C	K	B	E	D	E	B	D	B	D	A	B	B	B	B	B	E	E	E	B	D	F	A	A	A	A	E	B	B	B	B	D	B	D	
EC 415 Norte	0,45369466	B	D	B	I	E	B	B	C	E	K	C	K	B	B	H	A	A	G	A	A	B	C	C	C	B	B	E	C	E	C	E	H	A	A	B	B	E	A	E	B	B	D	B	C	
EC 416 Sul	0,2061341	B	D	B	D	E	B	B	C	E	K	C	K	B	B	D	G	F	G	B	D	B	B	C	C	B	A	A	C	E	E	C	E	H	A	A	A	A	E	A	F	A	B	B	B	C
EC 708 Norte	0,47040716																																													

Instituições de Ensino	Índice de Eficiência	Políticas, Ações e Programas Escolares														Visões - Merenda Escolar						Visão sobre Problemas da Escola e Dificuldade de Gestão										Recursos Financeiros e Livros Didáticos																								
		Q45	Q46	Q47	Q48	Q49	Q50	Q51	Q52	Q53	Q54	Q55	Q56	Q57	Q58	Q59	Q60	Q61	Q62	Q63	Q64	Q65	Q66	Q67	Q68	Q69	Q70	Q71	Q72	Q73	Q74	Q75	Q76	Q77	Q78	Q79	Q80	Q81	Q82	Q83	Q84	Q85	Q86	Q87	Q88	Q89										
CEF 01 de Brasília	1	C	C	C	C	B	B	B	C	C	B	C	C	C	C	C	A	C	D	C	D	D	D	B	C	B	A	B	B	A	A	A	B	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	B	B	A	B	B	A	A						
CEF 01 do Cruzeiro	0,58695146	C	D	D	C	B	C	C	C	B	B	B	D	B	B	B	A	B	D	D	D	D	D	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	A	B	A	B	A	A						
CEF 01 do Lago Norte	0,60659244	D	D	D	D	B	B	C	D	C	B	B	E	B	B	B	B	A	D	D	B	C	C	B	D	B	B	C	B	D	B	B	D	B	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	A	A	A	A							
CEF 01 do Planalto	0,49838784	C	C	C	C	B	B	C	C	B	B	A	E	A	B	A	B	A	A	C	C	B	D	D	C	D	D	C	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	B	B	A	B						
CEF 03 de Brasília	0,71351823	D	D	D	D	A	B	A	D	A	A	A	E	C	C	A	B	A	B	D	D	C	D	D	B	A	B	C	A	B	B	A	C	B	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	A	A	A	A							
CEF 04 de Brasília	0,70134973	D	D	C	C	B	B	A	C	B	B	B	D	C	C	A	B	A	A	E	C	C	C	D	A	A	D	A	A	B	B	A	C	B	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	A					
CEF 05 de Brasília	0,63238615	C	C	C	C	A	C	B	B	B	B	A	D	C	B	A	A	A	C	D	D	D	D	C	C	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	B	A	A	A	A						
CEF 06 de Brasília	0,70715175	C	D	D	D	B	B	B	C	C	A	A	B	C	C	B	B	A	C	D	D	C	D	C	C	D	D	B	C	C	C	A	C	B	A	A	B	A	A	B	A	A	B	A	A	B	A	A	B	A						
CEF 07 de Brasília	0,60131982	B	C	A	C	A	B	B	C	B	A	A	E	C	C	A	B	A	D	D	D	D	D	B	B	B	A	A	B	B	A	A	C	B	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	B	A	A						
CEF 102 Norte	0,74114272	C	C	C	C	A	A	D	D	D	A	A	D	B	C	C	C	B	A	E	E	B	B	B	C	B	A	A	A	B	A	B	D	B	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	A	A						
CEF 104 Norte	0,56063719	C	C	C	C	A	D	D	C	B	C	C	C	C	C	B	C	B	A	D	D	C	B	D	B	C	B	C	A	B	B	C	D	A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	A	D	A	B	A	A	A						
CEF 214 Sul	0,65064128	D	D	D	C	A	C	C	B	C	B	A	E	A	B	B	B	A	A	C	D	C	D	D	A	A	B	D	C	A	C	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A					
CEF 306 Norte	0,56822316	C	D	C	B	A	B	B	B	B	C	B	E	B	B	A	B	A	B	C	C	C	C	C	B	B	A	B	B	B	A	B	C	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A				
CEF 405 Sul	0,68968858	C	D	D	C	A	A	C	B	B	B	B	E	C	C	A	C	A	A	D	C	D	D	D	B	B	A	A	C	B	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	A	B	A	B	A	A				
CEF 410 Norte	0,66777042	C	C	D	D	B	C	C	C	D	D	D	C	B	B	A	B	B	B	B	B	B	B	D	D	B	D	D	C	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	B	B	B	A	B	B	B	A	B	B	A	B				
CEF Athos Bulcão	1	A	A	A	A	B	D	D	D	D	D	E	C	C	C	B	A	A		D	D	D	D	B	C	A	A	A	B	A	A	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	B	A	A	B	A	B	B	A	A	A					
CEF CASEB	0,49897462	D	D	D	D	B	D	C	C	C	C	D	D	A	A	B	A	A	C	D	C	C	D	D	C	D	C	D	C	C	B	C	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	E	A	B	A	A	A					
CEF GAN	0,52365096	D	D	D	D	A	B	B		C	B	B	E	C	C	A	B	B	C	D	D	B	C	C	C	C	C	C	B	C	B	B	B	A	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A				
CEF Polivalente	1	C	D	D	D	A	D	C	D	B	B	B	E	B	C	C	B	A	D	D	D	C	C	C	B	B	C	B	A	B	A	C	D	B	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	B			
EC 04 do Cruzeiro	0,35692086	D	D	D	D	A	B	C	D	D	B	B	E	B	B	C	C	B	C	D	D	C	D	C	C	A	C	C	A	A	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	B	A	B	A	B	A	A			
EC 05 do Cruzeiro	0,23780928	C	C	C	C	A	B	B	C	C	B	B	C	A	B	A	B	A	C	C	D	B	D	D	D	D	D	D	C	D	C	A	D	C	D	A	A	A	A	A	B	A	B	A	A	B	B	A	B	A	A	B	A	B		
EC 06 do Cruzeiro	0,61062788	D	D	D	D	B	B	C	D	C	C	B	C	B	B	B	B	A	D	E	E	E	E	D	B	A	D	C	C	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A		
EC 08 do Cruzeiro	0,24822395	D	D	D	D	A	D	D	B	B	B	A	D	B	A	A	B	A	A	D	C	C	B	C	C	D	D	C	A	B	A	A	C	B	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	B	A	C	A	B	A	A	A			
EC 102 Sul	0,77576786	D	C	C	B	A	A	B	C	C	A	A	E	C	C	A	A	A	A	E	D	E	B	A	A	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	B	A	A			
EC 106 Norte	0,60444196	D	D	D	D	A	B	D	D	D	B	B	C	C	B	A	A	A	A	C	D	C	D	C	A	A	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	A	B	A	A	B		
EC 108 Sul	0,50419255	D	D	D	D	A	B	C	C	B	B	A	D	B	C	C	C	A	E	E	E	D	C	A	A	D	D	A	A	B	A	A	B	B	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	B	B	A	B	B	A	B	A	B		
EC 111 Sul	0,42041623	D	D	C	D	B	D	D	D	D	B	C	D	B	B	B	B	B	D	D	D	C	E	C	A	D	B	B	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	B	B		
EC 113 Norte	0,51943522	C	C	C	C	A	A	A	C	C	B	C	B	C	C	C	B	B	C	C	C	D	C	C	A	A	B	C	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	B	B	A	B	A	A	B	A	A	B		
EC 114 Sul	0,82330176	C	D	D	D	A	A	B	C	C	B	A	D	B	B	A	B	A	C	D	C	B	B	D	B	A	D	D	D	B	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	B	A	B	B	B	A	B	B	A	C	A	B	A	C		
EC 115 Norte	0,3907998	D	C	C	D	A	B	C	C	C	C	C	D	B	B	B	C	A	D	D	D	B	D	B	B	C	D	B	A	A	B	B	C	B	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	B	A	A	B	A	A	A	A	A	A		
EC 204 Sul	0,73336899	C	C	C	C	A	C	D	D	D	B	B	B	A	A	A	B	A	D	D	D	D	B	D	A	D	D	D	A	B	B	A	C	A	A	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	B	A	B	B	A	A	A	A	A		
EC 206 Sul	0,43124931	D	D	D	D	A	B	C	D	C	C	A	E	B	B	C	B	B	E	E	E	E	E	C	C	A	A	B	B	B	A	B	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	B	A	A	B	A	B	A	A	A		
EC 302 Norte	0,50178962	D	D	C	C	A	B	B	D	D	A	B	D	B	C	A	B	B	A	D	C	D	B	A	B	A	C	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	B	A	A	B	A	B	A	A	A		
EC 304 Norte	0,68732213	D	D	D	D	A	C	C	C	C	D	B	E	C	C	A	B	B	A	C	A	E	E	C	D	D	C	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A	
EC 304 Sul	0,32925655	C	C	C	C	A	C	C	C	B	A	A	D	C	B	B	B	A	A	C	B	C	C	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	A	C	A	A	A	
EC 305 Sul	0,58438055	D	D	D	D	A	A	A	C	D	C	A	E	C	C	A	B	A	A	E	D	D	E	C	C	D	C	A	A	C	B	C	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	
EC 308 Sul	0,65664091	C	C	C	C	A	A	A	D	D	B	A	E	C	C	B	B	A	D	C	D	C	C	C	A	D	D	B	A	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	B	A	A	B	A	B	A	B	A	A	A	A	A	
EC 312 Norte	0,50388732	D	D	D	D	B	A	D	D	D	A	A	E	A	A	B	B	A	A	E	B	B	D	D	D	D	D	B	B	B	B	A	C	A	B	A	A	A	B	A	B	A	A	B	A	B	A	A	B	A	A	A	A	A	A	
EC 314 Sul	0,70851573	D	D	D	D	A	A	A	B	B	B	B	E	A	B	A	B	A	A	B	B	B	B	D	B	C	C	C	A	B	A	C	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	B	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	
EC 316 Sul	0,39086231	D	D	D	C	A	A	C	C	B	A	A	E	B	B	B	B	B	A	D	C	C	C	C	B	C	D	C	B	C	B	C	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	B	B	A	B	A	A	B	A	B	A	A	A	
EC 403 Norte	0,60316751	B	D	D	A	A	C	D	D	D	A	C	B	B	A	B	A	B	A	C	D	D	D	D	B	C	B	D	C	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	B	A	B	B	A	B	A	A	B	A	A	A	B	A	A	B
EC 405 Norte																																																								

Instituições de Ensino	Índice de Eficiência	Violência na Escola																		Ens. Religioso			
		Q90	Q91	Q92	Q93	Q94	Q95	Q96	Q97	Q98	Q99	Q100	Q101	Q102	Q103	Q104	Q105	Q106	Q107	Q108	Q109	Q110	Q111
CEF 01 de Brasília	1	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	B
CEF 01 do Cruzeiro	0,58695146	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	A
CEF 01 do Lago Norte	0,60659244	A	A	B	B	B	B	B	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	C	C
CEF 01 do Planalto	0,49838784	A	A	B	B	B	B	B	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C
CEF 03 de Brasília	0,71351823	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
CEF 04 de Brasília	0,70134973	A	A	B	A	B	B	B	A	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	A
CEF 05 de Brasília	0,63238615	A	A	B	B	B	B	A	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	B	A	C	C	C
CEF 06 de Brasília	0,70715175	A	A	B	B	A	B	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
CEF 07 de Brasília	0,60131982	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	B	A	A	A	B	A	C	C	B
CEF 102 Norte	0,74114272	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	B	B	A	A	A	A
CEF 104 Norte	0,56063719	A	A	B	A	B	B	A	A	A	B	B	B	B	B	A	B	A	B	A	A	A	A
CEF 214 Sul	0,65064128	A	A	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	B	B	A	C	C	A
CEF 306 Norte	0,56822316	A	A	B	B	B	B	A	B	A	B	B	B	A	A	A	B	A	B	A	A	A	A
CEF 405 Sul	0,68968858	A	A	B	B	B	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	C	A	A
CEF 410 Norte	0,66777042	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A
CEF Athos Bulcão	1	B	A	B	B	B	B	A	A	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
CEF CASEB	0,49897462	A	A	B	A	A	B	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	B
CEF GAN	0,52365096	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B
CEF Polivalente	1	A	A	B	A	B	B	B	B	A	B	A	A	A	B	A	B	A	B	A	A	A	A
EC 04 do Cruzeiro	0,35692086	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A
EC 05 do Cruzeiro	0,23780928	B	A	B	B	A	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	C	C
EC 06 do Cruzeiro	0,61062788	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	A
EC 08 do Cruzeiro	0,24822395	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	B	B	B	A	A	A
EC 102 Sul	0,77576786	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	B	B	A	A	C	C
EC 106 Norte	0,60444196	A	A	B	A	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	B	A	A	B	C	C	C
EC 108 Sul	0,50419255	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	B	B	B	A	A	C	A
EC 111 Sul	0,42041623	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	B
EC 113 Norte	0,51943522	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	B	A	A	A	C	C	C
EC 114 Sul	0,82330176	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	B	A	B	B	B	B	A	A	A
EC 115 Norte	0,3907998	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	B	A	A	B	A	A	A	C	C
EC 204 Sul	0,73336899	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	B	B	B	A	C	C	B
EC 206 Sul	0,43124931	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	A
EC 302 Norte	0,50178962	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A	A
EC 304 Norte	0,68732213	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A
EC 304 Sul	0,32925655	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	A	A	A
EC 305 Sul	0,58438055	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	A
EC 308 Sul	0,65664091	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	B	A	A	A	B	A	A	C
EC 312 Norte	0,50388732	A	A	B	A	A	B	B	B	A	B	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A
EC 314 Sul	0,70851573	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	B	A	B	A	C	C	B
EC 316 Sul	0,39086231	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	B	B	B	A	C	A	A
EC 403 Norte	0,60316751	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	A	A	A	A	A	A	A
EC 405 Norte	0,28391299	A	B	B	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	B	B	A	A	C	C
EC 407 Norte	0,3596002	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	A	A	B	B	A	A	A	A	A
EC 410 Sul	0,41325321	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	B	B	A	A	B	B	A	A	A	A
EC 411 Norte	0,54862466	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
EC 415 Norte	0,45369466	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	C	C
EC 416 Sul	0,2061341	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A
EC 708 Norte	0,47040716	B	B	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	C	C	A
EC ASPALHA	0,61689267	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	A	A	A
EC do SMU	0,4759747	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	A	A	A	A	A	A	B	C	B
EC Granja do Torto	0,36619668	B	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	A	A	B	A	B	B	B	A	A	C	C
EC Varjão	0,60290737	A	A	B	B	B	B	B	B	B	B	A	B	A	B	A	A	A	B	A	C	C	C

ANEXO A – Questionário Saeb aplicado aos Diretores – Prova Brasil/2015



SAEB 2015
Sistema de Avaliação da Educação Básica

**QUESTIONÁRIO DO
DIRETOR**

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Senhor(a) Diretor(a),

O Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB, é composto por dois tipos de instrumentos de avaliação: as provas aplicadas aos estudantes e os questionários socioeconômicos, que devem ser respondidos pelos estudantes, professores e diretores das escolas avaliadas.

O presente questionário tem como objetivo coletar dados acerca da formação profissional, práticas gerenciais e do perfil socioeconômico e cultural dos diretores das escolas em que a avaliação está sendo aplicada. Para responder a cada questão deste questionário, preencha, no **CARTÃO-RESPOSTA**, o campo correspondente à alternativa de sua escolha. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

A sua colaboração ao preencher este questionário será de grande valia para o êxito da avaliação e para o aprimoramento da educação brasileira.

INFORMAÇÕES BÁSICAS - Estas questões são sobre sua formação, experiência profissional e características funcionais.
1. QUAL É O SEU SEXO?

- A Masculino.
- B Feminino.

2. VOCÊ PODERIA NOS DIZER A SUA FAIXA ETÁRIA?

- A Até 24 anos.
- B De 25 a 29 anos.
- C De 30 a 39 anos.
- D De 40 a 49 anos.
- E De 50 a 54 anos.
- F 55 anos ou mais.

3. COMO VOCÊ SE CONSIDERA?

- A Branco(a).
- B Pardo(a).
- C Preto(a).
- D Amarelo(a).
- E Indígena.
- F Não quero declarar.
- G Não sei.

4. QUAL É O MAIS ALTO NÍVEL DE ESCOLARIDADE QUE VOCÊ CONCLUIU (ATÉ A GRADUAÇÃO)?

- A Menos que o Ensino Médio (antigo 2º grau).
- B Ensino Médio - Magistério (antigo 2º grau).
- C Ensino Médio - Outros (antigo 2º grau).
- D Ensino Superior - Pedagogia.
- E Ensino Superior - Curso Normal Superior.
- F Ensino Superior - Licenciatura em Matemática.
- G Ensino Superior - Licenciatura em Letras.
- H Ensino Superior - Outras Licenciaturas.
- I Ensino Superior - Outras áreas.

5. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ OBTVEU O NÍVEL DE ESCOLARIDADE ASSINALADO ANTERIORMENTE (ATÉ A GRADUAÇÃO)?

- A Há menos de 2 anos.
- B De 2 a 7 anos.
- C De 8 a 14 anos.
- D De 15 a 20 anos.
- E Há mais de 20 anos.

6. INDIQUE EM QUE TIPO DE INSTITUIÇÃO VOCÊ OBTVEU SEU DIPLOMA DE ENSINO SUPERIOR.

- A Não concluiu o Ensino Superior.
- B Privada.
- C Pública Federal.
- D Pública Estadual.
- E Pública Municipal.

7. DE QUE FORMA VOCÊ REALIZOU O CURSO DE ENSINO SUPERIOR?

- A Não concluiu o Ensino Superior.
- B Presencial.
- C Semipresencial.
- D A distância.

8. INDIQUE O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- A Não fez ou não completou curso de pós-graduação.
- B Atualização ou Aperfeiçoamento (mínimo de 180 horas).
- C Especialização (mínimo de 360 horas).
- D Mestrado.
- E Doutorado.

9. INDIQUE A ÁREA TEMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MAIS ALTA TITULAÇÃO QUE VOCÊ POSSUI.

- A Não fez ou não completou curso de pós-graduação.
- B Educação, enfatizando alfabetização.
- C Educação, enfatizando linguística e/ou letramento.
- D Educação, enfatizando educação matemática.
- E Educação - outras ênfases.
- F Outras áreas que não a Educação.

10. COMO DIRETOR QUAL É, APROXIMADAMENTE, O SEU SALÁRIO BRUTO? (COM ADICIONAIS, SE HOUVER).

- A Até R\$ 788,00.
- B De R\$ 788,01 até R\$ 1.182,00.
- C De R\$ 1.182,01 até R\$ 1.576,00.
- D De R\$ 1.576,01 até R\$ 1.970,00.
- E De R\$ 1.970,01 até R\$ 2.364,00.
- F De R\$ 2.364,01 até R\$ 2.758,00.
- G De R\$ 2.758,01 até R\$ 3.152,00.
- H De R\$ 3.152,01 até R\$ 3.940,00.
- I De R\$ 3.940,01 até R\$ 5.516,00.
- J De R\$ 5.516,01 até R\$ 7.880,00.
- K R\$ 7.880,01 ou mais.

11. ALÉM DA DIREÇÃO DESTA ESCOLA, VOCÊ EXERCE OUTRA ATIVIDADE QUE CONTRIBUI PARA SUA RENDA PESSOAL?

- A Sim, na área de educação.
- B Sim, fora da área de educação.
- C Não.

12. CONSIDERANDO TODAS AS ATIVIDADES QUE VOCÊ EXERCE (DENTRO E FORA DA ÁREA DE EDUCAÇÃO), QUAL É, APROXIMADAMENTE, O SEU SALÁRIO BRUTO? (COM ADICIONAIS, SE HOUVER).

- A Até R\$ 788,00.
- B De R\$ 788,01 até R\$ 1.182,00.
- C De R\$ 1.182,01 até R\$ 1.576,00.
- D De R\$ 1.576,01 até R\$ 1.970,00.
- E De R\$ 1.970,01 até R\$ 2.364,00.
- F De R\$ 2.364,01 até R\$ 2.758,00.
- G De R\$ 2.758,01 até R\$ 3.152,00.
- H De R\$ 3.152,01 até R\$ 3.940,00.
- I De R\$ 3.940,01 até R\$ 5.516,00.
- J De R\$ 5.516,01 até R\$ 7.880,00.
- K R\$ 7.880,01 ou mais.

13. QUAL É A SUA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO SEMANAL, COMO DIRETOR, NESTA ESCOLA?

- A Mais de 40 horas.
- B 40 horas.
- C De 20 a 39 horas.
- D Menos de 20 horas.

14. VOCÊ ASSUMIU A DIREÇÃO DESTA ESCOLA POR MEIO DE:

- A Concurso público apenas.
- B Eleição apenas.
- C Indicação apenas.
- D Processo seletivo apenas.
- E Processo seletivo e Eleição.
- F Processo seletivo e indicação.
- G Outra forma.

15. POR QUANTO TEMPO VOCÊ TRABALHOU COMO PROFESSOR(A) ANTES DE SE TORNAR DIRETOR(A)?

- A Nunca.
- B Menos de um ano.
- C 1-2 anos.
- D 3-5 anos.
- E 6-10 anos.
- F 11-15 anos.
- G 16-20 anos.
- H Mais de 20 anos.

16. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ EXERCE FUNÇÕES DE DIREÇÃO?

- A Menos de um ano.
- B 1-2 anos.
- C 3-5 anos.
- D 6-10 anos.
- E 11-15 anos.
- F 16-20 anos.
- G Mais de 20 anos.

17. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ É DIRETOR(A) DESTA ESCOLA?

- A Menos de um ano.
- B 1-2 anos.
- C 3-5 anos.
- D 6-10 anos.
- E 11-15 anos.
- F 16-20 anos.
- G Mais de 20 anos.

18. HÁ QUANTOS ANOS VOCÊ TRABALHA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO?

- A Menos de um ano.
- B 1-2 anos.
- C 3-5 anos.
- D 6-10 anos.
- E 11-15 anos.
- F 16-20 anos.
- G Mais de 20 anos.

19. DURANTE OS ÚLTIMOS DOIS ANOS, VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL?

- A Não.
- B Sim.

20. SE VOCÊ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, COMO VOCÊ AVALIA O IMPACTO DA PARTICIPAÇÃO EM SUA ATIVIDADE COMO DIRETOR(A)?

- A Não participei.
- B Sim, e não houve impacto.
- C Sim, e houve um pequeno impacto.
- D Sim, e houve um impacto moderado.
- E Sim, e houve um grande impacto.

21. NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, VOCÊ GOSTARIA DE TER PARTICIPADO DE MAIS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO QUE VOCÊ PARTICIPOU?

- A Não.
- B Sim.

Comando das
Questões 22 a 25

SE VOCÊ GOSTARIA DE TER PARTICIPADO DE MAIS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, OS SEGUINTE MOTIVOS IMPEDIRAM SUA PARTICIPAÇÃO?

	Não gostaria de ter participado.	Não.	Sim.
22. O desenvolvimento profissional era muito caro/eu não podia pagar.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
23. Houve conflito com o meu horário de trabalho.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
24. Não tinha disponibilidade de tempo.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
25. Não houve oferta em minha área de interesse.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C

26. NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS, VOCÊ ORGANIZOU ALGUMA ATIVIDADE DE FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO ETC.) NESTA ESCOLA?

- A Não.
- B Sim.

27. QUAL FOI A QUANTIDADE DE DOCENTES DESTA ESCOLA QUE PARTICIPOU DAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA QUE VOCÊ ORGANIZOU NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS?

- A Não foram organizadas atividades de formação continuada.
- B Poucos professores.
- C Um pouco menos da metade dos professores.
- D Um pouco mais da metade dos professores.
- E Quase todos ou todos os professores.

CARACTERÍSTICAS DA EQUIPE ESCOLAR - Gostaríamos de lhe perguntar sobre as atividades e composição da equipe escolar
28. QUAL É O PERCENTUAL DE PROFESSORES COM VÍNCULO ESTÁVEL NESTA ESCOLA?

- A Menor ou igual a 25%.
- B De 26% a 50%.
- C De 51% a 75%.
- D De 76% a 90%.
- E De 91% a 100%.

29. O CONSELHO ESCOLAR É UM COLEGIADO GERALMENTE CONSTITUÍDO POR REPRESENTANTES DA ESCOLA E DA COMUNIDADE QUE TEM COMO OBJETIVO ACOMPANHAR AS ATIVIDADES ESCOLARES. NESTE ANO, QUANTAS VEZES SE REUNIU O CONSELHO ESCOLAR?

- A Não existe Conselho Escolar.
- B Nenhuma vez.
- C Uma vez.
- D Duas vezes.
- E Três vezes ou mais.

30. ALÉM DE VOCÊ, QUEM PARTICIPA DO CONSELHO ESCOLAR?

- A Não existe Conselho Escolar.
- B Professores, funcionários, alunos e pais/responsáveis.
- C Professores, funcionários e pais/responsáveis.
- D Professores, alunos e pais/responsáveis.
- E Professores, funcionários e alunos.
- F Professores e pais/responsáveis.
- G Outros.

31. O CONSELHO DE CLASSE É UM ORGÃO FORMADO POR TODOS OS PROFESSORES QUE LECIONAM EM CADA TURMA/SÉRIE. NESTE ANO E NESTA ESCOLA, QUANTAS VEZES SE REUNIU O CONSELHO DE CLASSE?

- A Não existe Conselho de Classe.
- B Nenhuma vez.
- C Uma vez.
- D Duas vezes.
- E Três vezes ou mais.

32. NESTE ANO E NESTA ESCOLA, COMO SE DEU A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO?

- A Não sei como foi desenvolvido.
- B Não existe Projeto Pedagógico.
- C Utilizando-se um modelo pronto, sem discussão com a equipe escolar.
- D Utilizando-se um modelo pronto, mas com discussão com a equipe escolar.
- E Utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações, sem discussão com a equipe escolar.
- F Utilizando-se um modelo pronto, porém com adaptações e com discussão com a equipe escolar.
- G Elaborou-se um modelo próprio, mas não houve discussão com a equipe escolar.
- H Elaborou-se um modelo próprio e houve discussão com a equipe escolar.

POLÍTICAS, AÇÕES E PROGRAMAS ESCOLARES - Gostaríamos de lhe perguntar sobre as políticas utilizadas para admissão e alocação de alunos, bem como outras atividades desenvolvidas nesta escola.
33. ESTA ESCOLA PARTICIPOU DA PROVA BRASIL DE 2013?

- A Sim.
- B Não.
- C Não sei.

**Comando das
Questões 34 a 36**
VOCÊ CONHECE OS RESULTADOS DO SAEB (PROVA BRASIL E/OU ANEB) DE 2013?
34. DESTA ESCOLA?

- A Sim.
- B Não.
- C Minha escola não participou.

35. DO SEU MUNICÍPIO?

- A Sim.
- B Não.
- C Meu município não participou.

36. DO SEU ESTADO?

- A Sim.
- B Não.

37. NESTE ANO, QUAL FOI O CRITÉRIO PARA A ADMISSÃO DE ALUNOS NESTA ESCOLA?

- A Prova de seleção.
- B Sorteio.
- C Local de moradia.
- D Prioridade por ordem de chegada.
- E Outro critério.

38. NESTE ANO, COMO FOI A SITUAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS NESTA ESCOLA?

- A Após o processo de matrícula, a escola ainda tinha vagas disponíveis.
- B A procura por vaga na escola preencheu todas as vagas oferecidas.
- C A procura por vaga na escola foi um pouco maior que as vagas oferecidas.
- D A procura por vaga na escola superou em muito o número de vagas oferecidas.

39. NESTE ANO, QUAL FOI O PRINCIPAL CRITÉRIO UTILIZADO PARA A FORMAÇÃO DAS TURMAS NESTA ESCOLA?

- A** Homogeneidade quanto à idade (alunos com a mesma idade).
B Homogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com rendimento similar).
C Heterogeneidade quanto à idade (alunos com idades diferentes).
D Heterogeneidade quanto ao rendimento escolar (alunos com rendimentos diferentes).
E Outro critério.
F Não houve critério.

40. NESTE ANO, QUAL FOI O PRINCIPAL CRITÉRIO PARA A ATRIBUIÇÃO DAS TURMAS AOS PROFESSORES?

- A** Preferência dos professores.
B Escolha dos professores, de acordo com a pontuação por tempo de serviço e formação.
C Professores experientes com turmas de aprendizagem mais rápida.
D Professores experientes com turmas de aprendizagem mais lenta.
E Manutenção do professor com a mesma turma.
F Revezamento dos professores entre as(os) séries/anos.
G Sorteio das turmas entre os professores.
H Atribuição pela direção da escola.
I Outro critério.
J Não houve critério.

41. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUMA AÇÃO PARA REDUÇÃO DAS TAXAS DE ABANDONO?

- A** Não há ação, embora exista o problema.
B Não há ação, porque nesta escola não há esse tipo de problema.
C Sim, mas com resultados ainda insatisfatórios.
D Sim, com resultados satisfatórios.
E Sim, mas ainda não avaliamos o resultado.

42. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUMA AÇÃO PARA REDUÇÃO DAS TAXAS DE REPROVAÇÃO?

- A** Não há ação, embora exista o problema.
B Não há ação, porque nesta escola não há esse tipo de problema.
C Sim, mas com resultados ainda insatisfatórios.
D Sim, com resultados satisfatórios.
E Sim, mas ainda não avaliamos o resultado.

43. NESTA ESCOLA, HÁ ALGUMA AÇÃO PARA O REFORÇO ESCOLAR À APRENDIZAGEM DOS ALUNOS (MONITORIA, AULA DE REFORÇO, RECUPERAÇÃO ETC.)?

- A** Não.
B Sim.

44. NESTA ESCOLA, INDIQUE COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ DISCUTE COM OS PROFESSORES MEDIDAS COM O OBJETIVO DE MELHORAR O ENSINO E A APRENDIZAGEM DOS ALUNOS.

- A** Nunca.
B Algumas vezes.
C Frequentemente.
D Sempre ou quase sempre.

Comando das
Questões 45 a 49**INDIQUE COM QUAL FREQUÊNCIA SÃO DESENVOLVIDAS AS SEGUINTE ATIVIDADES PARA MINIMIZAR AS FALTAS DOS ALUNOS NESTE ANO E NESTA ESCOLA:**

	Nunca.	Algumas vezes.	Frequentemente.	Sempre ou quase sempre.
45. Os professores conversam com os alunos para tentar solucionar o problema.	A	B	C	D
46. Os pais/responsáveis são avisados por comunicação da escola.	A	B	C	D
47. Os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto em reunião de pais.	A	B	C	D
48. Os pais/responsáveis são chamados à escola para conversar sobre o assunto individualmente.	A	B	C	D
49. A escola envia alguém à casa do aluno.	A	B	C	D

Comando das
Questões 50 a 55**INDIQUE COM QUAL FREQUÊNCIA VOCÊ DESENVOLVEU AS SEGUINTE ATIVIDADES NESTE ANO E NESTA ESCOLA:**

	Nunca.	Algumas vezes.	Frequentemente.	Sempre ou quase sempre.
50. Desenvolveu atividades extracurriculares em esporte.	A	B	C	D
51. Desenvolveu atividades extracurriculares em artes.	A	B	C	D
52. Desenvolveu projetos temáticos (ex.: bullying, meio ambiente, desigualdades sociais etc.).	A	B	C	D
53. Neste ano, a escola promoveu eventos para a comunidade.	A	B	C	D
54. Os espaços desta escola são utilizados para eventos promovidos pela comunidade.	A	B	C	D
55. Neste ano, a comunidade colaborou com trabalho voluntário para esta escola (por exemplo, desenvolvendo atividades, ajudando na manutenção da escola etc.).	A	B	C	D

56. QUANTOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS ESTUDAM NESTA ESCOLA NESTE ANO?

- A Nenhum.
- B Entre 1 e 5 alunos.
- C Entre 6 e 10 alunos.
- D Entre 11 e 20 alunos.
- E Mais de 20 alunos.

Comando das
Questões 57 a 61

AVALIE OS SEGUINTE ASPECTOS EM RELAÇÃO À ACESSIBILIDADE NESTA ESCOLA:

57. A INFRAESTRUTURA DA ESCOLA É ADEQUADA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS?

- A Não.
- B Sim, mas pouco adequada.
- C Sim, suficientemente adequada.

58. A ESCOLA POSSUI SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)?

- A Não possui sala de recursos.
- B Sim, mas com poucos recursos.
- C Sim, com recursos suficientes.

59. VOCÊ POSSUI FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA TRABALHAR COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS?

- A Não.
- B Sim, mas apenas em uma área/deficiência.
- C Sim, em mais de uma área/deficiência.

60. OS PROFESSORES DESTA ESCOLA POSSUEM FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA TRABALHAR COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS?

- A Não.
- B Sim, mas em número insuficiente.
- C Sim, em número suficiente.

61. OS DEMAIS FUNCIONÁRIOS DESTA ESCOLA POSSUEM FORMAÇÃO PARA TRABALHAR COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA OU NECESSIDADES ESPECIAIS?

- A Não.
- B Sim, mas em número insuficiente.
- C Sim, em número suficiente.

VISÃO SOBRE A MERENDA ESCOLAR - Gostaríamos de saber a sua opinião sobre a merenda oferecida nesta escola.

Comando das
Questões 62 a 66

EM RELAÇÃO À MERENDA ESCOLAR, COMO VOCÊ AVALIA OS SEGUINTE ASPECTOS:

	Inexistente.	Ruim.	Razoável.	Bom.	Ótimo.
62. Recursos financeiros.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
63. Quantidade de alimentos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
64. Qualidade dos alimentos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
65. Espaço físico para cozinhar.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E
66. Disponibilidade de funcionários.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D	<input type="radio"/> E

VISÃO SOBRE OS PROBLEMAS DA ESCOLA E DIFICULDADE DE GESTÃO - Gostaríamos de saber a sua opinião sobre os principais problemas desta escola e as dificuldades que você encontra na gestão escolar.

Comando das
Questões 67 a 76

O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA FOI DIFICULTADO POR ALGUM DOS SEGUINTE PROBLEMAS?

	Não.	Sim, pouco.	Sim, moderadamente.	Sim, muito.
67. Insuficiência de recursos financeiros.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
68. Inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
69. Carência de pessoal administrativo.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
70. Carência de pessoal de apoio pedagógico (supervisor, coordenador, orientador educacional).	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
71. Falta de recursos pedagógicos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
72. Interrupção das atividades escolares.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
73. Alto índice de faltas por parte dos professores.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
74. Alto índice de faltas por parte dos alunos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
75. Alta rotatividade do corpo docente.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D
76. Indisciplina por parte dos alunos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C	<input type="radio"/> D

Comando das Questões 77 a 80	CONSIDERE AS CONDIÇÕES EXISTENTES PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR NESTA ESCOLA:		
	Sim.	Não.	
77. Há interferência de atores externos em sua gestão?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
78. Há apoio de instâncias superiores?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
79. Há troca de informações com diretores de outras escolas?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
80. Há apoio da comunidade à sua gestão?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	

RECURSOS FINANCEIROS E LIVROS DIDÁTICOS - Gostaríamos de saber as fontes de recursos que contribuem para o funcionamento desta escola e sobre os livros didáticos.			
	Sim.	Não.	
81. Esta escola recebeu neste ano apoio financeiro do governo federal?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
82. Esta escola recebeu neste ano apoio financeiro do governo estadual?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
83. Esta escola recebeu neste ano apoio financeiro do governo municipal?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
84. Esta escola recebeu neste ano apoio financeiro de empresas ou doadores individuais?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
85. Para a escolha do livro didático, esta escola utilizou o Guia de Livros Didáticos do MEC?	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	

86. COMO SE DEU A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO NESTE ANO?

A Não sei.

B Foi escolhido de forma participativa pelos professores.

C Foi escolhido por somente alguns membros da equipe escolar.

D Foi escolhido por órgãos externos à escola.

E Foi escolhido de outra maneira.

Comando das Questões 87 a 89	NESTE ANO, NESTA ESCOLA, OCORRERAM AS SEGUINTE SITUÇÕES:		
	Sim.	Não.	Não sei.
87. Os livros chegaram em tempo hábil para o início das aulas.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
88. Faltaram livros para os alunos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
89. Os livros escolhidos foram os recebidos.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C

VIOLÊNCIA NA ESCOLA - Gostaríamos de saber sobre a ocorrência de fatos que afetam a segurança nesta escola.			
	Sim.	Não.	
90. Agressão verbal ou física de alunos a professores ou funcionários da escola.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
91. Agressão verbal ou física de alunos a outros alunos da escola.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
92. Você foi vítima de atentado à vida.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
93. Você foi ameaçado por algum aluno.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
94. Você foi vítima de furto (sem uso de violência).	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
95. Você foi vítima de roubo (com uso de violência).	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
96. Alunos frequentaram a escola sob efeito de bebida alcoólica.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
97. Alunos frequentaram a escola sob efeito de drogas ilícitas.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
98. Alunos frequentaram a escola portando arma branca (facas, canivetes etc.).	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	
99. Alunos frequentaram a escola portando arma de fogo.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	

Comando das
Questões 100 a 108

NESTA ESCOLA, HÁ PROJETOS NAS SEGUINTE TEMÁTICAS:

	Sim.	Não.
100. Violência.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
101. Os malefícios do uso de drogas.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
102. Racismo.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
103. Machismo e homofobia.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
104. Bullying.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
105. Sexualidade e gravidez na adolescência.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
106. Desigualdades sociais.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
107. Diversidade religiosa.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B
108. Meio ambiente.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B

ENSINO RELIGIOSO - Gostariamos de saber sobre as atividades de ensino religioso que ocorreram nesta escola.

Comando das
Questões 109 a 111

NESTA ESCOLA, O ENSINO RELIGIOSO:

	Não há aula de ensino religioso.	Sim.	Não.
109. É de presença obrigatória.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
110. Segue uma religião específica.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C
111. Nesta escola há atividades alternativas para os estudantes que não queiram participar das aulas de ensino religioso.	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input type="radio"/> C